



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



Imprensa
de Ciências
Sociais

Famílias nos Censos 2011

Diversidade e Mudança

Anabela Delgado
Karin Wall
(coordenadoras)



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



Imprensa
de Ciências
Sociais

Edição conjunta do Instituto Nacional de Estatística
e da Imprensa de Ciências Sociais



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Instituto Nacional de Estatística, I. P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa – Portugal
Telefs.: 808 201 808 (rede fixa nacional) – 218 440 695 (outras redes)
www.ine.pt
E-mail: info@ine.pt

Imprensa de Ciências Sociais

U LISBOA | **UNIVERSIDADE
DE LISBOA**

**Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa**
Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74
www.ics.ul.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Catalogação na Publicação

Famílias nos censos 2011 : diversidade e mudança /
Anabela Delgado, Karin Wall (coordenadoras). -
Lisboa : Instituto Nacional de Estatística : ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2014. -
ISBN 978-989-25-0290-8 (INE)
ISBN 978-972-671-336-4 (ICS)
Família - Portugal / Censos - 2014 / Conjugalidade
CDU 316.3



Capa e concepção gráfica: João Segurado
Revisão: Levi Condinho
Impressão e acabamento: INE, I. P.
Depósito legal: 375221/14
1.ª edição: Maio de 2014
Tiragem: 350 exemplares
PVP: 10,00 €

Índice

Os autores	17
Nota de apresentação	21
Introdução	23
<i>Anabela Delgado e Karin Wall</i>	
Capítulo 1	
Principais tendências demográficas: as últimas décadas	25
<i>Cláudia Pina e Graça Magalhães</i>	
Capítulo 2	
Evolução das estruturas domésticas em Portugal, 1960-2011	43
<i>Karin Wall, Vanessa Cunha e Vasco Ramos</i>	
Capítulo 3	
Dinâmicas regionais de mudança nas famílias (2001-2011)	65
<i>Sofia Aboim</i>	
Capítulo 4	
Transformações familiares recentes: uma perspetiva territorial. .	87
<i>Cátia Nunes</i>	
Capítulo 5	
Pessoas sós em Portugal: evolução e perfis sociais	125
<i>Maria das Dores Guerreiro e Ana Caetano</i>	

Capítulo 6

A evolução da conjugalidade em Portugal: principais tendências e modalidades da vida em casal 155

Vanessa Cunha e Susana Atalaia

Capítulo 7

Famílias monoparentais: linhas de continuidade e de mudança . . 177

Sofia Marinho

Capítulo 8

Famílias complexas: tendências presentes 197

Pedro Vasconcelos

Capítulo 9

A diversidade das famílias com descendência numerosa 209

Vasco Ramos

Capítulo 10

As famílias recompostas em Portugal: dez anos de evolução (2001-2011) 225

Susana Atalaia

Índice de quadros, figuras e mapas

Quadros

2.1	Evolução dos tipos de agregado doméstico – Portugal, 1960-2011 (valor absoluto, percentagem e desvio-padrão)	49
2.2	Distribuição da população residente por tipo de agregado doméstico, segundo os grupos etários, Portugal – 1991, 2001 e 2011 (percentagem)	51
2.3	Distribuição da população residente com mais de 19 anos, por tipo de agregado doméstico, segundo o género e o grupo etário – Portugal, 1991, 2001, 2011 (percentagem).....	54
3.1	Dinâmicas regionais de transformação da vida familiar 1991-2001: perfis regionais.....	70
3.2	Dinâmicas regionais de transformação da vida familiar 2001-2011: perfis regionais.....	76
3.3	Distribuição regional (NUTS III) por tipo de dinâmicas de transformação da vida familiar: 1991-2001 e 2001-2011	83
5.1	Evolução das pessoas sós em Portugal, 1991-2011.....	128
5.2	Evolução das pessoas sós na Europa, por país, 1995-2011 (%).....	129
5.3	Evolução das pessoas sós em Portugal, por sexo e grupo etário, 1991-2011 (%)	130
5.4	Caracterização socioeconómica das pessoas sós em Portugal: distribuição por estado civil, nível de escolaridade, condição perante a atividade económica e grupo profissional da população ativa, 2011 (%).....	132
5.5	Nível de escolaridade, condição perante a atividade económica, principal meio de vida, grupo profissional da população ativa e estado civil das pessoas sós jovens, por grupo etário, 2011 (%)....	137
5.6	Nível de escolaridade, condição perante a atividade económica, principal meio de vida, grupo profissional da população ativa e estado civil das pessoas sós adultas, por grupo etário, 2011 (%).....	143

5.7	Nível de escolaridade, condição perante a atividade económica, principal meio de vida, grupo profissional da população ativa e estado civil das pessoas sós idosas, por grupo etário, 2011 (%)	147
6.1	População residente e núcleos de casais, 1991-2011 (valores absolutos, percentagens e taxas de variação).....	157
6.2	Tipo de núcleo conjugal, 1991-2011 (percentagens e taxas de variação)	161
6.3	Núcleos conjugais «de direito» e «de facto» segundo o número de filhos no núcleo (2001-2011) (percentagens).....	162
6.4	Núcleos conjugais segundo o escalão etário da mulher e o nível de ensino da mulher e a condição perante a atividade económica do casal (2001-2011) (percentagens).....	165
6.5	Núcleos conjugais segundo o n.º de filhos e o escalão etário da mulher (2011) (percentagens e médias).....	166
6.6	Casais sem filhos e n.º de filhos nos núcleos conjugais, segundo o escalão etário da mulher, a condição perante a atividade económica do casal, o nível de ensino da mulher e o tipo de núcleo (2011) (percentagens).....	171
7.1	Número, variação relativa e percentagem de núcleos monoparentais no total de núcleos familiares e no total de núcleos familiares com filhos, segundo a idade dos filhos, 1991, 2001 e 2011	179
7.2	Distribuição regional dos núcleos familiares monoparentais com filhos menores de 18 anos por NUTS III, 1991, 2001, 2011 (% sobre o total de núcleos familiares com filhos)	181
7.3	Agregados domésticos dos núcleos familiares monoparentais por idade dos filhos e variação relativa intercensitária, 2001-2011 (%)	182
7.4	Núcleos monoparentais por sexo, idade do filho mais novo e taxa de variação intercensitária, 1991, 2001 e 2011 (%).....	184
7.5	Núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos por faixas etárias do pai e da mãe só, 2011 (% e números absolutos em coluna).....	185
7.6	Núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos por sexo, segundo o número de filhos no núcleo, 2011 (%).....	185

7.7	Núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos por faixas etárias do filho mais novo, segundo o sexo e as faixas etárias do pai e da mãe só, 2011 (% em linha).....	186
7.8	Núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos por estado civil do pai e da mãe só, 1991 - 2011 (% em coluna)	189
7.9	Núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos por estado civil, sexo e faixas etárias do pai e da mãe só, 2011 (% em linha) ...	189
7.10	Nível de escolaridade dos pais e das mães só, 2001-2011, e nível de escolaridade da população residente com 15-65 anos por sexo, 2011 (%).....	191
7.11	Núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos por estado civil, segundo o grau de ensino do representante do núcleo, 2001-2011 (%).....	191
7.12	Núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos segundo a condição perante o trabalho da mãe e do pai só e taxa de desemprego da população ativa por sexo, 2011 (%).....	192
7.13	Núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos por condição perante o trabalho e sexo, segundo o estado civil do pai e da mãe só, 2001-2011 (% em linha)	192
8.1	Evolução das estruturas domésticas complexas em Portugal (1991-2001-2011).....	199
8.2	Percentagem de agregados domésticos complexos por NUTS III (1960–2011)	203
9.1	Núcleos familiares com descendências numerosas por idade dos filhos. Portugal, 2001 e 2011 (valores absolutos e percentagens).	213
9.2	Agregados domésticos das famílias com descendência numerosa, 2001 e 2011 (valores absolutos e percentagens)	215
9.3	Peso relativo dos filhos em núcleos com descendência numerosa no total de núcleos com filhos (valores absolutos e percentagens)....	216
9.4	Distribuição dos núcleos com descendência numerosa segundo o número de filhos (percentagem)	216
9.5	Proporção das famílias com descendência numerosa nos núcleos com filhos por NUT III, 2001 e 2011 (percentagem)	218

9.6	Varição regional e perfis de evolução das famílias com descendência numerosa por grupos de regiões NUT III, 2001 e 2011 (percentagem e diferenças percentuais)	219
9.7	Núcleos familiares com 3 filhos ou mais segundo o grau de ensino do representante e o tipo de família, 2001 e 2011 (percentagem em linha).....	221
9.8	Núcleos familiares com 3 filhos ou mais segundo o grupo socioeconómico do representante e o tipo de família, 2001 e 2011 (percentagem em linha).....	221
10.1	Casais recompostos em 2001 e 2011 (valores absolutos, percentagens e taxas de variação).....	228
10.2	Casais recompostos segundo o escalão etário da mulher, o nível de ensino da mulher e a condição perante a atividade económica do casal, em 2001 e 2011 (percentagens).....	232
10.3	Famílias recompostas por NUTS III, 2001 e 2011 (valores absolutos e percentagens).....	236

Figuras

1.1	População residente e crescimento efetivo, Portugal, 1960-2012.....	26
1.2	Taxas de crescimento natural, migratório e efetivo, Portugal, 1960-2012	26
1.3	Imigrantes, emigrantes e saldo migratório, Portugal, 1960-2012	27
1.4	Nados vivos, óbitos e saldo natural, Portugal, 1960-2012.....	28
1.5	Pirâmides etárias, Portugal, 1970, 1990 e 2012	29
1.6	Índice de envelhecimento, Portugal, 1970-2012	29
1.7	Índice sintético de fecundidade, Portugal, 1960-2012	30
1.8	Taxas de fecundidade específicas por grupos etários, Portugal, 1971-2012 (anos selecionados).....	31
1.9	Idades médias ao nascimento de um e do primeiro filho, Portugal, 1960-2012	31
1.10	Nados vivos, segundo a filiação, Portugal, 1995-2012.....	32
1.11	Nados vivos, por nacionalidade das mães, Portugal, 1995-2012	33

1.12	Taxas de mortalidade específicas por grupos etários, Portugal, 1960-2012 (anos selecionados).....	35
1.13	Esperança de vida à nascença, por sexos, Portugal, 1980-1982 a 2010-2012.....	35
1.14	Casamentos e taxa bruta de nupcialidade, Portugal, 1960-2012.....	37
1.15	Casamentos por forma de celebração (em percentagem), Portugal, 1960-2012	37
1.16	Casamentos por residência anterior comum (em percentagem), Portugal, 1995-2012	38
1.17	Casamentos em que pelo menos um dos cônjuges já tinha sido casado (em percentagem), Portugal, 1995-2012	38
1.18	Idade média ao casamento e ao primeiro casamento, por sexo, Portugal, 1970-2012	39
1.19	Divórcios decretados e taxa bruta de divorcialidade, Portugal, 1970-2012.....	39
1.20	Idade média ao divórcio, por sexo, Portugal, 2000-2012.....	40
2.1	Evolução do número de agregados domésticos e da população residente a viver em AD – Portugal, 1960-2011 (valores absolutos e taxa de variação).....	46
2.2	Evolução das famílias com mais de 5 pessoas (percentagem) e da dimensão média dos agregados domésticos – Portugal, 1960-2011	47
4.1	Vértices de análise.....	88
4.2	Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011.....	93
4.3	Proporção de pessoas entre os 18 e os 34 anos que constituem famílias unipessoais, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011.....	97
4.4	Proporção de filhos entre os 18 e 34 anos que vivem com os pais, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	98

4.5	Proporção de núcleos familiares monoparentais, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	103
4.6	Proporção de núcleos familiares monoparentais de mãe com filhos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	105
4.7	Proporção de núcleos familiares monoparentais com filhos inativos e idade inferior a 25 anos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	106
4.8	Proporção de núcleos familiares monoparentais de mãe com filhos inativos e idade inferior a 25 anos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	107
4.9	Proporção de população que vive em conjugalidade por tipo de relação conjugal, Portugal e NUTS II, 2011.....	111
4.10	Proporção de núcleos conjugais de direito ou de facto, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	111
4.11	Proporção de núcleos familiares reconstituídos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	117
5.1	Pessoas sós em Portugal, por sexo e grupo etário, 2011 (%).....	135

Mapas

3.1	Dinâmicas regionais de transformação da vida familiar 1991-2001 ...	69
3.2	Dinâmicas regionais de transformação da vida familiar: 2001-2011 ...	75
4.1	Variação do índice envelhecimento, por município, 2001/2011.....	91
4.2	Índice de envelhecimento, por município, 2011	92
4.3	Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos, por freguesia, 2011.....	94
4.4	Proporção de pessoas entre os 18 e os 34 anos que constituem famílias unipessoais, por município, 2011.....	99
4.5	Variação da proporção de filhos entre os 18 e os 34 anos que vivem com os pais, por município, 2001/2011.....	101
4.6	Proporção de filhos entre os 18 e os 34 anos que vivem com os pais, por município, 2011.....	102
4.7	Variação da proporção de núcleos familiares monoparentais de mãe com filhos inativos e idade inferior a 25 anos, por município, 2001/2011.....	108

4.8	Proporção de núcleos familiares monoparentais de mãe com filhos inativos e idade inferior a 25 anos, por município, 2011	109
4.9	Variação da proporção de núcleos conjugais de direito, por município, 2001/2011	113
4.10	Proporção de núcleos conjugais de direito, por município, 2011.....	114
4.11	Variação da proporção de núcleos conjugais de facto, por município, 2001/2011	115
4.12	Proporção de núcleos conjugais de facto, por município, 2011.....	116
4.13	Variação da proporção de núcleos familiares reconstituídos, por município, 2001/2011	118
4.14	Proporção de núcleos familiares reconstituídos, por município, 2011.....	119
8.1	Complexidade doméstica por NUTS III, 1960-2011	202
8.2	Agregados domésticos alargados por NUTS III, 1991-2011.....	204
8.3	Agregados domésticos múltiplos por NUTS III, 1991-2011	205
8.4	Agregados domésticos alargados e múltiplos por NUTS III, 2011....	206

Os autores

Ana Caetano é investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. É doutorada em Sociologia pelo ISCTE-IUL. Tem participado em investigação sobre família, género, ensino superior e práticas fotográficas. Mais recentemente tem desenvolvido pesquisa sobre os mecanismos sociais da reflexividade individual.

Anabela Delgado é licenciada em Engenharia Agrícola e tem uma pós-graduação em Economia Agrária e Sociologia Rural no Instituto Superior de Agronomia. É coordenadora do Gabinete para os Censos 2021 do Instituto Nacional Estatística. Exerceu funções de diretora adjunta do Gabinete dos Censos e de chefe de Serviço em áreas da produção estatística e da recolha de informação, no âmbito das quais coordenou vários projetos. Recentemente foi responsável pelo projeto «e-Censos», resposta aos Censos 2011 através da internet. Participa em ações de cooperação, reuniões e grupos de trabalho no Eurostat e em organizações internacionais.

Cátia Nunes é licenciada em Psicologia Social e das Organizações (ISCTE, 2004) e mestre em Migrações, Minorias Étnicas e Transnacionalismo (FCSH-UNL, 2009). Atualmente é técnica superior de estatística no Instituto Nacional de Estatística (INE) e colabora em projetos do ICS-UL. As suas principais áreas de interesse são migrações, família, género, curso de vida e metodologias quantitativas e qualitativas.

Cláudia Pina é diretora do Serviço de Estatísticas Demográficas do Instituto Nacional de Estatística, IP (INE), responsável pela produção das estatísticas da natalidade e fecundidade, mortalidade, nupcialidade,

população e migrações internacionais. É licenciada em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL). No quadro da representação nacional na Comissão Europeia e no Conselho, integra os grupos de trabalho das estatísticas demográficas e da população, estatísticas das migrações internacionais e integração de migrantes. Exerceu atividade docente no Instituto de Estudos Superiores do Litoral Alentejano (INESLA). É membro da Associação Portuguesa de Demografia, cuja direção integrou como vogal.

Graça Magalhães é técnica superior do Serviço de Estatísticas Demográficas do Instituto Nacional de Estatística, IP (INE), integrando no EUROSTAT o grupo de trabalho no âmbito das projeções de população. Licenciou-se em Psicologia pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) e obteve o grau de mestre em Estatística e Gestão de Informação pelo Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação (ISEGI), da Universidade Nova de Lisboa (UNL). É atualmente doutoranda no programa de doutoramento em Sociologia na Universidade de Évora. Desenvolve a sua investigação sobretudo na área das projeções de população. É membro da Associação Portuguesa de Demografia, atualmente como presidente do Conselho Fiscal.

Karin Wall, socióloga, é investigadora coordenadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e coordenadora do Observatório das Famílias e das Políticas de Família (OFAP). Coordenou vários inquéritos às famílias em Portugal. Tem coordenado e participado em projetos de investigação nacionais e internacionais sobre famílias, políticas de família, relações de género, conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, percursos de vida, redes sociais, migrações.

Maria das Dores Guerreiro, socióloga, é professora no Departamento de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), onde coordena o grupo de pesquisa Família, Gerações e Saúde. Integra a Comissão Coordenadora do Observatório das Famílias e das Políticas de Família enquanto coordenadora pelo CIES-IUL. Autora de vários livros e artigos, tem participado em projetos de investigação nacionais e internacionais sobre famílias, género, família e trabalho, gerações, transições e parentalidade, entre outros.

Pedro Vasconcelos é sociólogo, professor no Departamento de Sociologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa desde 1996 e investigador no CIES-IUL. Tem trabalhado e publicado sobre questões da família, estruturas domésticas, capital social, classes sociais e género e sexualidade. Os seus presentes interesses de investigação focam-se na desigualdade social, categorizações e relações de género, direitos e cidadania, estudos transgénero.

Sofia Aboim, doutorada em Sociologia (ISCTE-IUL, 2004), é investigadora auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Os seus interesses de investigação incluem temas como a família, a desigualdade social, a modernidade e a mudança social, as relações de género, a sexualidade e a cidadania, questões sobre as quais publicou livros e artigos em revistas nacionais e estrangeiras. Coordena atualmente projetos internacionais de investigação na área do género e sexualidade, desigualdade e direitos sociais.

Sofia Marinho é socióloga e investigadora de pós-doutoramento no ICS-ULisboa na área da sociologia da família. É doutorada em Ciências Sociais, especialização em Sociologia, pela Universidade de Lisboa. Tem participado em vários projetos de investigação no ICS-ULisboa e desenvolvido estudos sobre: homens na família; paternidade, maternidade e co-parentalidade na conjugalidade e na residência alternada após dissolução conjugal; relações de género na família; evolução da vida familiar e políticas de família. É também investigadora no OFAP – Observatório das Famílias e das Políticas de Família, ICS-ULisboa.

Susana Atalaia, socióloga, é investigadora pós-doutorada do ICS-UL e membro do Observatório das Famílias e das Políticas de Família (OFAP). Licenciada em Sociologia pelo ISCTE-IUL (2003), doutorou-se no ICS-UL (2012) com uma tese sobre a parentalidade em contexto de recomposição familiar, onde analisa o lugar do padrasto. Desde 2003 que colabora em projetos do ICS-UL e do OFAP na área da sociologia da família, desenvolvendo investigação sobre parentalidade, recomposição familiar, políticas públicas e estruturas familiares.

Vanessa Cunha é socióloga e investigadora do ICS-ULisboa. Investiga a baixa fecundidade e o adiamento; as transições para o 1.º e o 2.º filho; as decisões reprodutivas, o género e a negociação conjugal da parentalidade. É membro da comissão coordenadora do OFAP e da secção

da APS Famílias e Curso de Vida. Desde 2012 coordena o projeto de investigação «O duplo adiamento: as intenções reprodutivas de homens e mulheres depois dos 35 anos».

Vasco Ramos é doutorando em Sociologia no ICS-ULisboa. Tem trabalhado nas áreas da sociologia da família e das desigualdades sociais. É colaborador do OFAP (Observatório das Famílias e das Políticas de Família).

Nota de apresentação

A presente publicação *Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança* reúne os trabalhos apresentados durante o seminário, subordinado ao mesmo tema, realizado no Instituto Nacional de Estatística em novembro de 2013.

Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança é o resultado de uma parceria entre o Instituto Nacional de Estatística e o Observatório das Famílias e das Políticas de Família, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que reafirma os laços de boa cooperação entre as duas instituições.

Os artigos aqui reunidos partem da informação disponibilizada pelos Censos 2011 para uma leitura atual e rigorosa da realidade social das famílias em Portugal, ao mesmo tempo que permitem descrever e interpretar as transformações verificadas nas formas de organizar e viver em família, através da análise da informação censitária para décadas anteriores.

Num tempo marcado pelas grandes preocupações de natureza económica e financeira, analisar a transformação da vida familiar e a forma como se vive hoje em família em Portugal assume particular significado e relevância para o futuro coletivo do País, no médio e no longo prazo. A família tem um papel importante na integração social dos indivíduos e concorre para o seu desenvolvimento pessoal e para a sua estabilidade emocional. Todos os inquéritos mostram que este é um dos domínios da vida em que as pessoas mais investem, que ocupa quase sempre o lugar cimeiro nas suas prioridades e representa, para a maioria das pessoas, um espaço privilegiado e insubstituível de bem-estar, felicidade, confiança e partilha.

Refletir sobre a família, compreender a sua diversidade, reconhecer os múltiplos movimentos de mudança, é o desafio desta publicação que, espera-se, contribua para melhorar o conhecimento da sociedade portuguesa e possibilitar um debate informado em torno destas questões.

Por fim, mas de não menor relevância, impõe-se um sentido agradecimento aos autores e a todos os que, com os seus contributos, tornaram possível a publicação deste livro.

Alda Caetano de Carvalho
(Presidente do Instituto Nacional de Estatística)

Karin Wall
(Coordenadora do Observatório das Famílias e das Políticas de Família)

Introdução

Para os investigadores e especialistas que se dedicam às áreas da demografia e da sociologia da família, a exploração dos Censos é um desafio e um estímulo à produção de conhecimento e à atualização dos estudos que procuram descrever e interpretar as transformações nas formas de organizar e viver em família. Não nos podemos esquecer de que as estruturas familiares evoluem de forma particularmente lenta e que a leitura da mudança só é possível ao longo de várias décadas. A longevidade e a consistência da série censitária, aliadas às características da informação de recorte mais pormenorizado e com maior detalhe geográfico, conferem por isso aos dados dos Censos um valor único para o estudo da família e das suas transformações no tempo.

A divulgação e a análise dos Censos 2011 foram uma oportunidade para dar continuidade aos laços de cooperação e de trabalho conjunto entre o INE e o OFAP, que desde logo identificaram interesses comuns e potenciadores de uma leitura rigorosa e atualizada sobre as famílias em Portugal. Deste trabalho resultou a realização do Seminário «Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança», em novembro de 2013, e a elaboração da presente publicação, a qual disponibiliza, de forma mais aprofundada, as comunicações apresentadas nesse seminário.

Os capítulos aqui reunidos procuram responder com dados estatísticos, na sua maioria censitários, a três linhas principais de interrogação: Como vivemos em família? Como temos vindo a mudar? Quais os fatores da mudança? Passado e presente entrecruzam-se ao longo das diferentes perspetivas de análise, possibilitando a identificação da diversidade das formas de organização familiar em Portugal assim como a análise da sua evolução ao longo de várias décadas.

Na última década acentuaram-se as tendências de mudança no que diz respeito à conjugalidade, com o aumento das uniões de facto, dos nascimentos fora do casamento, do divórcio e da recomposição familiar. A taxa de fecundidade atingiu níveis mínimos e a esperança média de vida aumentou. Estas transformações implicaram também um processo

de mudança progressivo e persistente em direção a novas formas de viver em família. As famílias são hoje significativamente mais pequenas do que há 50 anos. O casal continua a ser a forma predominante de organização familiar, mas o seu peso estatístico recuou. Em contrapartida, aumentaram as famílias monoparentais, constituídas por pai ou mãe só a viver com os filhos, e as pessoas que vivem sós.

Com vista a facilitar a leitura desta publicação, o capítulo 1 traça o perfil demográfico da população portuguesa e a sua evolução. No capítulo 2, é apresentada uma visão sobre o conjunto das estruturas domésticas e uma reflexão sobre as principais linhas de transformação ao longo das últimas décadas. Os capítulos 3 e 4 introduzem o território como uma dimensão de análise, mostrando que persistem contrastes regionais nas tendências de mudança e nos perfis de organização familiar. Os capítulos seguintes abordam de forma aprofundada os diferentes tipos de estrutura doméstica e analisam as mudanças operadas e os fatores que influenciaram essas mudanças: pessoas sós, casais, famílias monoparentais, famílias complexas, famílias numerosas e famílias recompostas.

A organização deste trabalho foi um exercício muito gratificante que contou com a dedicação, o esforço e o empenhamento de muitas pessoas às quais é devido um agradecimento. Desde logo aos autores, pelo trabalho de análise e de reflexão em torno destas questões. Aos colegas do Gabinete para os Censos 2021, do INE, designadamente à Dr.^a Paula Paulino e ao Sr. João Capelo, pelo tratamento e apuramento dos dados e na articulação dos conceitos. Aos colegas do ICS-ULisboa e do CIES-IUL, designadamente ao Dr. Vasco Ramos e à Dr.^a Ana Caetano, pelo tratamento e pela análise de dados. Um agradecimento final às equipas da Imprensa de Ciências Sociais e do INE que, num prazo muito curto, asseguraram a composição, revisão e impressão desta publicação.

Capítulo 1

Principais tendências demográficas: as últimas décadas

Introdução

A desaceleração do crescimento demográfico e, mais recentemente, o decréscimo dos volumes populacionais, a par do contínuo processo de envelhecimento demográfico, resultado da queda da fecundidade e aumento da esperança de vida, consubstanciam as principais linhas de caracterização das tendências demográficas dos últimos anos em Portugal.

População

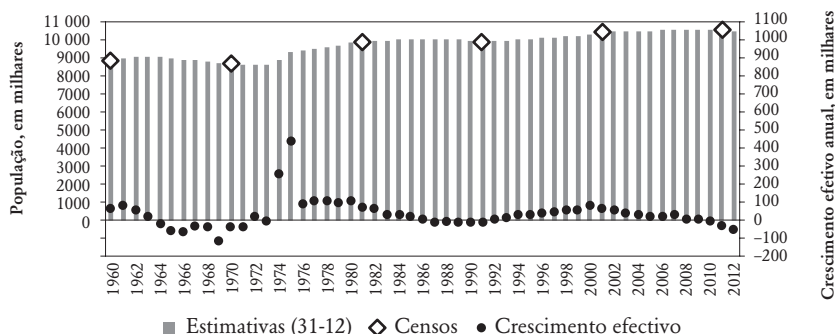
Entre 1960 e 2012 a população residente em Portugal aumentou de 8889 para 10 487 milhares de pessoas.¹ Contudo, o ritmo de crescimento demográfico não foi uniforme ao longo deste período.

Os anos de 1964 a 1973 (com exceção do ano de 1972) foram marcados por decréscimos populacionais, resultantes de saldos migratórios fortemente negativos que não foram compensados pelos valores positivos, e ainda elevados, dos saldos naturais. Nos anos que se seguem e até meados da década de 80 mantém-se o aumento da população residente, pela combinação de saldos migratórios e naturais positivos, não obstante ser já perceptível a diminuição dos saldos naturais.

De destacar os anos de 1974 e 1975 em que se observaram consideráveis aumentos da população residente, sobretudo em consequência dos elevados fluxos de imigração (retorno) da população proveniente das ex-colónias.

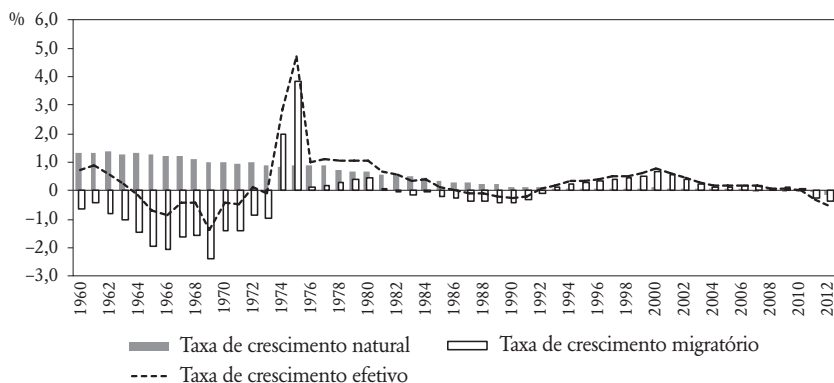
¹ De acordo com os Censos 2011, em 21 de março de 2011 residiam em Portugal 10 562 178 pessoas.

Figura 1.1 – População residente e crescimento efetivo, Portugal, 1960-2012



Fonte: INE, I. P., Estimativas Anuais da População Residente e Recenseamento da População e Habitação.

Figura 1.2 – Taxas de crescimento natural, migratório e efetivo, Portugal, 1960-2012

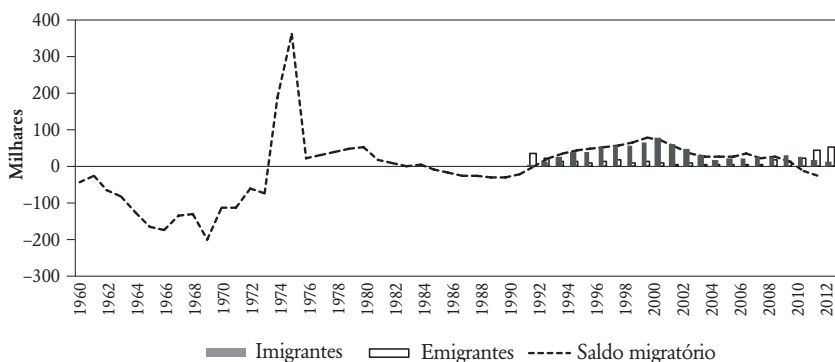


Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.

A tendência de acréscimos populacionais é interrompida na segunda metade dos anos 80, em resultado de saldos migratórios negativos não compensados por saldos naturais ainda positivos. Os anos 90 e os primeiros anos do século XXI registam, de novo, aumentos populacionais, resultado sobretudo de saldos migratórios positivos. O declínio dos saldos naturais, que atingem valores negativos em 2007 e de 2009 a 2012, a par da redução dos saldos migratórios, traduz-se em crescimentos populacionais ténues ou mesmo negativos, como se verifica desde 2010.

Apesar do forte impacto do crescimento migratório no crescimento efetivo da população, é importante sublinhar a volatilidade do seu comportamento nas últimas décadas.

Figura 1.3 – Imigrantes*, emigrantes e saldo migratório, Portugal, 1960-2012**



* Dados disponíveis para os anos 1991 e seguintes.

** Idem.

Fonte: INE, I. P., Indicadores Demográficos, Estimativas Anuais de Emigração e Estimativas Anuais de Emigração.

Na década de 60 e início da década de 70 observaram-se saldos migratórios negativos, em resultado de fortes fluxos emigratórios. Nos anos seguintes e até 1981 observam-se saldos migratórios positivos. De sublinhar, uma vez mais, os elevados fluxos de imigração da população proveniente das ex-colónias nos anos 1974 e 1975, com forte impacto nos saldos migratórios e no aumento da população residente nesses anos. Na década de 80 (com exceção de 1981) e nos anos iniciais da década de 90 voltam a observar-se saldos migratórios negativos, o que terá sido consequência de um aumento dos fluxos emigratórios, ainda que para valores de menor expressão do que os registados na década de 60.

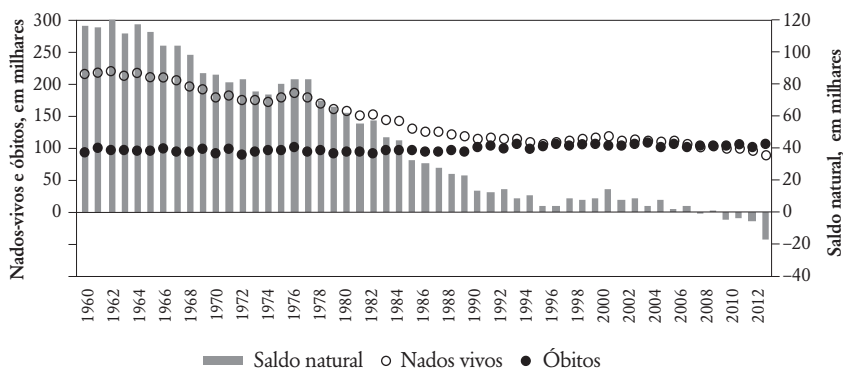
Os anos 90 terão sido caracterizados por um acentuado acréscimo do número de imigrantes – estimando-se que tenha atingido o valor máximo no ano 2000 – que em conjunto com o decréscimo do número de emigrantes² contribuíram para saldos migratórios positivos desde 1993.

O decréscimo dos fluxos imigratórios desde 2002 e o aumento dos fluxos emigratórios, sobretudo nos anos posteriores a 2008, conduziram à atenuação dos saldos migratórios, que atingem valores negativos em 2011 e 2012.³

² Os fluxos emigratórios nunca terão deixado de existir.

³ Estima-se que, em 2012, tenham emigrado de Portugal (por um período igual ou superior a 1 ano) 51 958 pessoas e que tenham imigrado para Portugal 14 606 pessoas.

Figura 1.4 – Nados vivos, óbitos e saldo natural, Portugal, 1960-2012



Fonte: INE, I. P., Nados Vivos, Óbitos, Indicadores Demográficos.

O saldo natural apresenta, desde 1960, uma tendência de decréscimo, tendo atingido pela primeira vez, neste período, valores negativos em 2007. Nos anos 2009 e seguintes o saldo natural é negativo, tendo-se agravado mais recente e particularmente em 2012, ano em que a população residente em Portugal perde cerca de 18 000 pessoas, por via do saldo natural.

O ritmo de declínio do saldo natural resulta principalmente da queda do número de nados vivos, já que o número de óbitos, embora tenha aumentado, particularmente nas duas últimas décadas, se mantém desde 1990 em valores que rondam os 100 000.

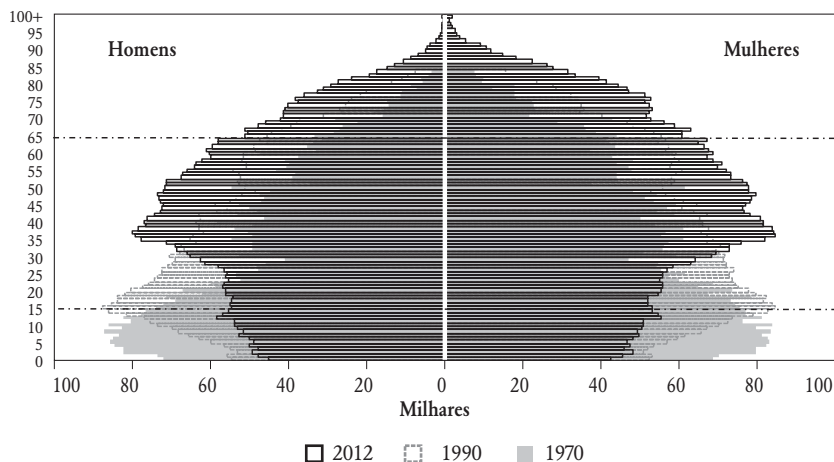
Nos anos 60 nasciam anualmente em Portugal cerca de 200 000 crianças. Na década de 80 o valor desce abaixo dos 150 000 nascimentos anuais, caindo abaixo dos 100 000 (metade dos que se registavam no início do período em análise) em 2009 e de novo em 2011 e 2012,⁴ ano em que o valor ronda os 90 000 nascimentos de crianças com vida.

A conjugação das tendências de declínio e envelhecimento demográficos, resultantes dos impactos exercidos pela fecundidade e pelas migrações, assim como da relação entre ambos, para além do aumento da esperança de vida, contribuem para o duplo envelhecimento demográfico, evidenciado nas pirâmides etárias para Portugal em 1970, 1990 e 2012. Nestas é também visível o envelhecimento da população em idade ativa, com a metade mais jovem desta faixa etária a reduzir-se e a metade mais idosa a aumentar, quando em comparação com anos anteriores.

O índice de envelhecimento, que traduz a relação entre o número de pessoas com 65 ou mais anos de idade (idosos) e o número de pessoas

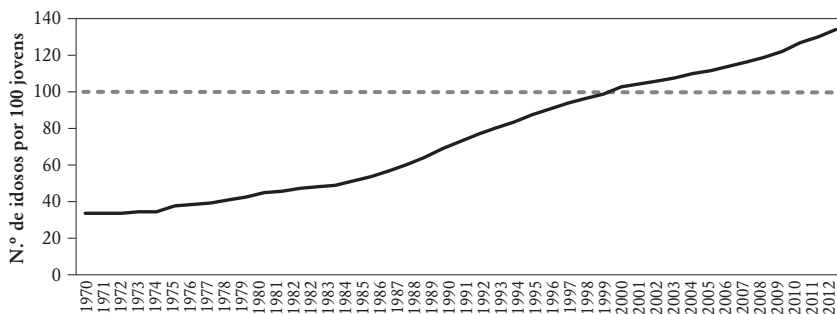
⁴ Em 2012 registaram-se 89 841 nascimentos e 107 612 óbitos.

Figura 1.5 – Pirâmides etárias, Portugal, 1970, 1990 e 2012



Fonte: INE, I. P., Estimativas Anuais da População Residente.

Figura 1.6 – Índice de envelhecimento, Portugal, 1970-2012



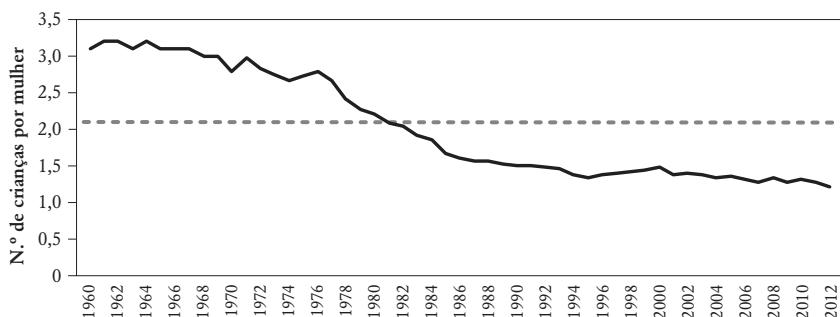
Fonte: INE, I. P., Estimativas Anuais da População Residente.

com menos de 15 anos de idade (jovens), terá ultrapassado os 100 idosos por 100 jovens, pela primeira vez em Portugal, em 2000, tendo atingido os 131 idosos por cada 100 jovens em 2012.

Natalidade e fecundidade

Para além da diminuição do número de nascimentos anuais, a que podemos associar o decréscimo da população residente feminina em idade fértil, resultado combinado da queda da fecundidade em anos preceden-

Figura 1.7 – Índice sintético de fecundidade, Portugal, 1960-2012



Fonte: INE, I. P., Indicadores Demográficos.

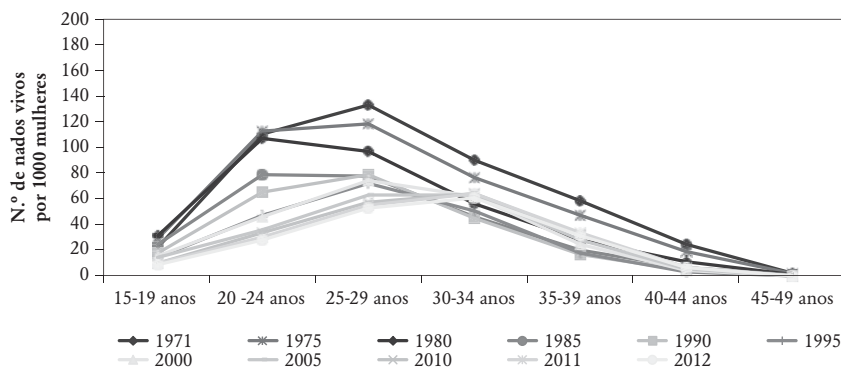
tes e do recente aumento da emigração, verifica-se também o declínio do índice sintético de fecundidade (ISF).

O ISF apresenta uma tendência de declínio desde 1960, tendo descido abaixo do limiar de 2,1 crianças por mulher em idade fértil em 1983 e atingindo 1,41 em 1995. Entre 1996 e 2000 observou-se uma ligeira recuperação, atingindo 1,55 crianças por mulher, retomando a tendência de declínio, com oscilações anuais, tendo atingido em 2012 o valor mais baixo até então: 1,28 filhos por mulher em idade fértil.

Ao declínio do ISF estão associadas alterações no comportamento face à fecundidade.

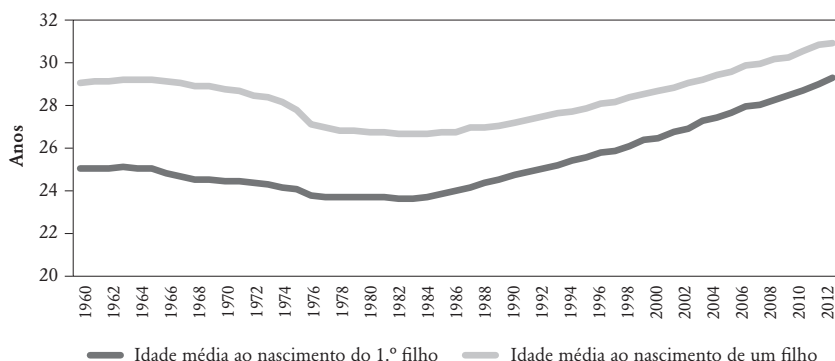
Entre 1971 e 1980, as taxas de fecundidade específicas por grupos etários registam uma redução em todos os grupos etários, assim como uma alteração do grupo etário com maior valor desta taxa, passando do grupo etário dos 25 a 29 para o dos 20 a 24 anos, indiciador de uma diminuição da idade média das mulheres ao nascimento de um filho. Entre 1980 e 1990 observam-se novas reduções, extensivas a todos os grupos etários, de forma mais acentuada no grupo etário dos 20 aos 24 anos, e uma re-colocação da taxa de maior valor no grupo etário dos 25 a 29 anos, neste caso traduzindo um aumento da idade média das mulheres ao nascimento de um filho. Entre 1990 e 2000, mantêm-se as reduções nos grupos etários abaixo dos 30 anos, mas observa-se simultaneamente um aumento nas taxas de fecundidade nos grupos etários dos 30 aos 49 anos, ainda que não suficiente para recuperar o nível global de fecundidade de anos anteriores. O mesmo sucede entre 2000 e 2012, com implicações na descida do ISF de 1,55 para 1,28 crianças por mulher, a par de nova deslocação da taxa de fecundidade específica de maior valor do grupo etário dos 25 a 29 anos para o grupo etário dos 30 a 34 anos, resultando em novo aumento da idade média das mulheres ao nascimento de um filho.

Figura 1.8 – Taxas de fecundidade específicas por grupos etários, Portugal, 1971-2012 (anos selecionados)



Fonte: INE, I. P., Indicadores Demográficos.

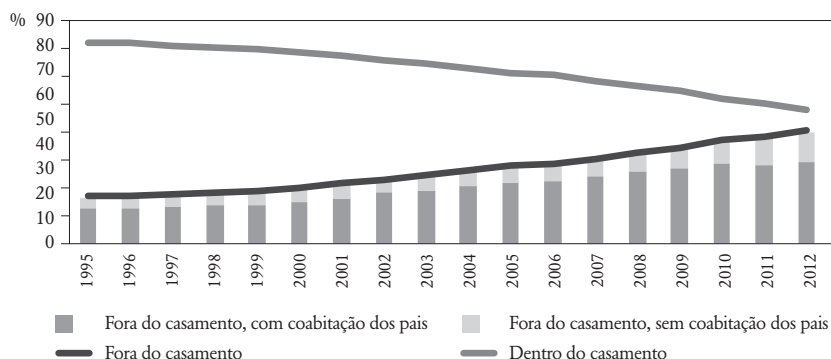
Figura 1.9 – Idades médias ao nascimento de um e do primeiro filho, Portugal, 1960-2012



Fonte: INE, I. P., Indicadores Demográficos.

As alterações nas taxas de fecundidade ilustram que as mulheres residentes em Portugal têm cada vez menos filhos e cada vez mais tarde. De facto, entre 1960 e 2012, verificou-se o aumento da idade média das mulheres à maternidade, sendo possível assinalar dois momentos distintos nesta evolução: na primeira fase, correspondente às décadas de 60 e 70, a idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho apresentou uma tendência de declínio, seguindo-se uma fase de aumento, atingindo, em 2012, 29,5 anos; a idade média ao nascimento de um filho apresentou comportamento idêntico, alcançando, em 2012, 31,0 anos. De sublinhar a redução do intervalo entre ambas as idades médias, consequência da

Figura 1.10 – Nados vivos, segundo a filiação, Portugal, 1995-2012



Fonte: INE, I.P., Nados Vivos.

cada vez menor proporção dos nascimentos de segunda ordem e superior, no total de nascimentos.

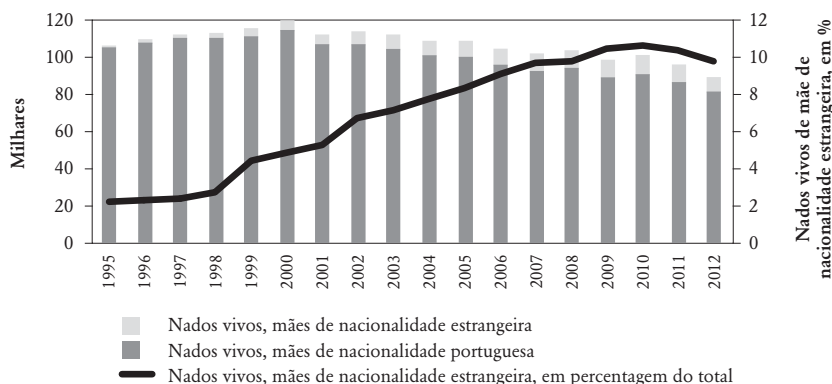
A percentagem de nados vivos nascidos «fora do casamento» aumentou de forma expressiva nos últimos anos, mas terá sido sobretudo o aumento do peso relativo de nados vivos ocorridos fora do casamento mas cujos progenitores viviam em coabitação a contribuir para este aumento, indiciando a intensificação de outros modos de formação familiar para além do casamento.

Como já referido, a influência dos fluxos migratórios no crescimento demográfico em Portugal é evidente, não apenas no seu contributo direto na variação e alteração da composição etária da população, mas também pela sua influência nos saldos naturais anuais, principalmente pela sua contribuição para a natalidade. A recente crise económica e financeira reflete-se na continuação do enfraquecimento dos fluxos imigratórios que já se vinha verificando, e no aumento dos fluxos emigratórios, este de forma mais acentuada em 2011 e 2012. Ambas as tendências têm efeitos a nível da natalidade, nomeadamente pelo decréscimo do número de nados vivos de mães com nacionalidade estrangeira.

Nos anos de 1996 a 2000 registou-se um aumento do número de nascimentos em Portugal, uma inversão transitória do declínio, para o que contribuiu, também, o aumento do número de nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira.⁵ A percentagem de nados vivos de mães de

⁵ A variável «nacionalidade» da mãe do nado vivo passou a ser recolhida a partir de 1995, inclusive.

Figura 1.11 – Nados vivos, por nacionalidade das mães, Portugal, 1995-2012



Fonte: INE, I.P., Nados vivos.

nacionalidade estrangeira passou de 2,2%, do total de nados vivos (de mães residentes em Portugal) em 1995, para 9,8%, em 2012, depois de ter atingido um máximo de 10,6% em 2010. A redução do número de nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira que se registou em 2011 e 2012 poderá estar relacionada com o crescente número de aquisições de nacionalidade portuguesa, mas também com o aumento dos fluxos emigratórios, considerando que parte deles se reportarão a saídas de cidadãos de nacionalidade estrangeira, eventualmente por retorno aos países de origem.

Sendo inquestionável o declínio da fecundidade, haverá no entanto que ter em conta o considerável número de emigrantes temporários (saídas de Portugal por um período igual ou superior a 3 meses mas inferior a 1 ano), que integram mulheres em idade fértil que não deixam de ser contabilizadas na população residente,⁶ efeito não contemplado no cálculo das taxas de fecundidade e por consequência no índice sintético de fecundidade.

Mortalidade e esperança de vida

A evolução do número de óbitos e da taxa bruta de mortalidade, em Portugal, nos últimos 50 anos, é relativamente estável, não refletindo as

⁶ Em virtude do conceito de residência subjacente ao cálculo de estimativas de população residente.

profundas alterações no modelo de mortalidade ocorridas, nomeadamente:

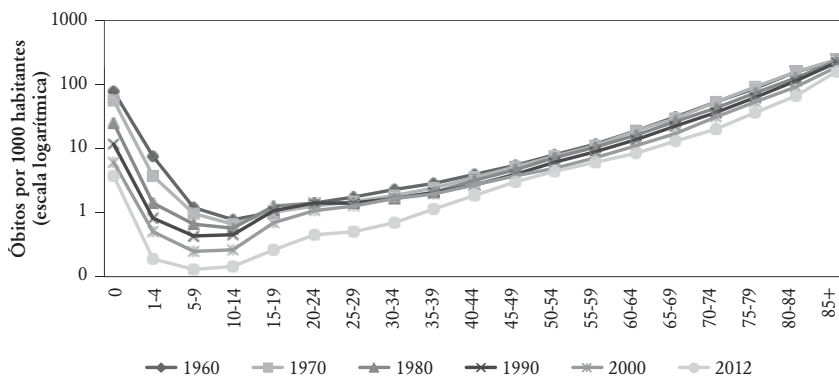
- Redução das taxas de mortalidade nas idades jovens, principalmente a forte redução da mortalidade infantil;
- O aumento da sobrevivência em idades avançadas.

As décadas de 60 e 70 caracterizaram-se por um ritmo de declínio da mortalidade infantil muito acentuado. Nas décadas de 80 e 90, o ritmo de decréscimo atenuou-se, atingindo o valor de 5 óbitos por 1000 nados vivos em 1999. Nos primeiros anos do século XXI continuaram a registar-se progressos na mortalidade no primeiro ano de vida. A redução da mortalidade infantil representou assim uma das mais significativas alterações no contexto demográfico, social e de saúde em Portugal, particularmente nos últimos 50 anos. A importância do declínio da taxa de mortalidade infantil deriva não só do facto de atualmente Portugal ter atingido uma das mais baixas taxas de mortalidade infantil do mundo, mas especialmente porque este valor foi atingido em tempo recorde. Em 1960 morriam 77,5 crianças de menos de 1 ano por cada 1000 nados vivos. Em quatro décadas a taxa de mortalidade infantil passou para cerca de 3,4 crianças de menos de 1 ano por cada 1000 nados vivos, correspondendo a uma redução de cerca 95%.

Neste contexto de baixa mortalidade nas idades infantis, e com a redução da mortalidade precoce (menos de 65 anos de idade), e em especial em idades abaixo dos 35 anos, a proporção de óbitos anuais que respeitam a pessoas mais idosas tem-se acentuado nos últimos anos. Em 2012, 83,7% dos óbitos ocorreram em idades iguais ou superiores a 65 anos, e dentro deste grupo mais de metade – 65,5% – tinha mais de 85 anos.

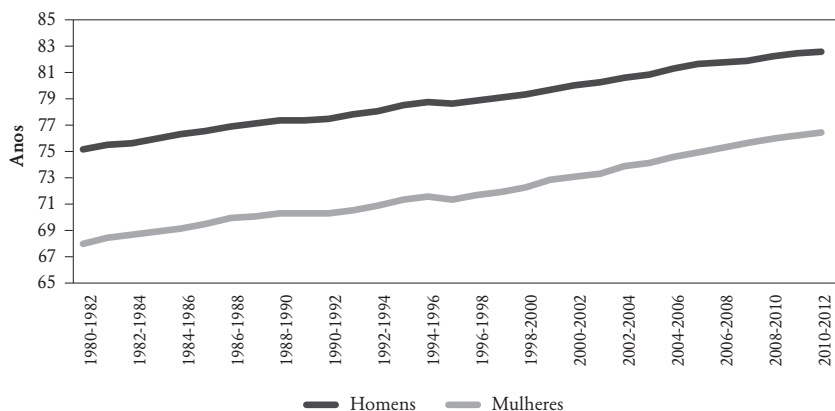
O padrão da estrutura da mortalidade por idades, em Portugal, caracteriza-se por uma mortalidade ligeiramente mais elevada durante a infância, que vai diminuindo até alcançar um mínimo entre os 5 e os 9 anos; a partir destas idades, começa a aumentar, de início de forma mais ligeira, e depois de forma cada vez mais acentuada com o avanço dos grupos etários. A representação gráfica da curva da mortalidade atual por idades apresenta a forma da letra *J*, já que atualmente as taxas de mortalidade nas idades jovens são muito baixas, e os óbitos, como já referimos, se concentram nas idades mais avançadas. De referir ainda que nesta distribuição se nota a designada «bossa dos acidentes», que corresponde a um fenómeno de maior risco de mortalidade em adultos masculinos, geralmente associada a causas de morte externas.

Figura 1.12 – Taxas de mortalidade específicas por grupos etários, Portugal, 1960-2012 (anos selecionados)



Fonte: INE, I. P., Óbitos e Estimativas Anuais da População Residente.

Figura 1.13 – Esperança de vida à nascença, por sexos, Portugal, 1980-1982 a 2010-2012



Fonte: INE, I. P., Tábuas Completas de Mortalidade.

A forte redução da taxa de mortalidade infantil teve impactos óbvios e diretos na esperança de vida. Mais recentemente, o crescimento da esperança de vida beneficia cada vez mais de ganhos provenientes do aumento da sobrevivência em idades avançadas.

Desde 1980 até 2012, a esperança média de vida à nascença aumentou 8,00 anos para ambos os sexos, tendo aumentado 8,48 anos para homens e 7,44 anos para mulheres. As mulheres têm durações de vida mais longas, mas essa diferença tem vindo a atenuar-se e a tradicional desvantagem masculina face à mortalidade está a esbater-se.

Contudo, a sobremortalidade masculina continua a ter reflexos nas taxas brutas de viuvez, sistematicamente superiores nas mulheres, contribuindo para um maior contingente de viúvas idosas.

Nupcialidade e divorcialidade

O número de casamentos assim como a taxa de nupcialidade apresentam uma tendência crescente entre 1960 e 1975, ano após o qual a tendência se inverteu. A assinatura do Protocolo adicional à Concordata entre o Estado português e o Vaticano – que veio permitir o divórcio aos casados pela Igreja Católica e o respetivo recasamento civil destes casais –, e o retorno dos portugueses das ex-colónias e dos militares que participaram na guerra colonial, podem justificar os valores atingidos nos anos de 1975 a 1977.

As taxas de nupcialidade têm vindo a diminuir significativamente, situando-se atualmente em 3,3 casamentos por 1000 habitantes. Em Portugal, no decurso de 2012, realizaram-se 34 423 casamentos (324 dos quais entre pessoas do mesmo sexo), menos 1612 do que os realizados em 2011, significando uma redução de 4,5%.

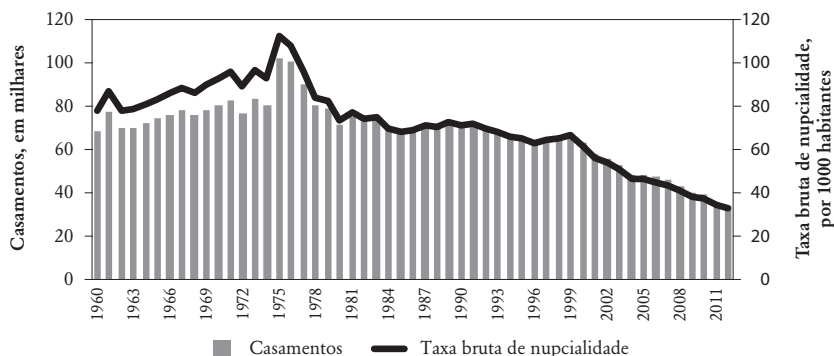
Relativamente à forma de celebração dos casamentos observou-se uma inversão da relação entre os casamentos celebrados apenas na forma civil e os casamentos celebrados de forma católica: até 2006, embora com percentagens cada vez menores, os casamentos eram maioritariamente celebrados na forma católica; a partir de 2007, os casamentos são maioritariamente celebrados apenas na forma civil.

Entre 1995 e 2012, a percentagem de casamentos em que os nubentes já possuíam residência anterior comum tem vindo a aumentar, representando em 2012 praticamente metade do total de casamentos realizados em Portugal, situação bem diferente da que se verificava em 1995, em que na larga maioria dos casamentos os nubentes não tinham residência anterior comum.

Neste período, também a percentagem de casamentos em que pelo menos um dos cônjuges já tinha sido casado tem vindo a aumentar, embora entre 2011 e 2012 tenha diminuído, ainda que ligeiramente, representando em 2012 cerca de 27% do total de casamentos.

Desde 1984, aumentou continuamente a idade média ao casamento: as pessoas casam mais tarde mas as mulheres casam em idades mais jovens do que os homens. A idade média ao primeiro casamento tem vindo igualmente a aumentar para ambos os sexos. O diferencial entre a idade média ao primeiro casamento e ao casamento aumentou,

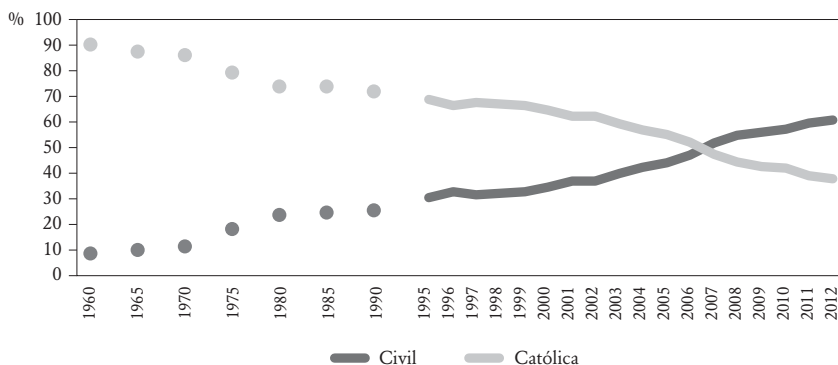
Figura 1.14 – Casamentos* e taxa bruta de nupcialidade, Portugal, 1960-2012



* Com a Lei n.º 9/2010 de 31 de maio, passou a ser permitido em Portugal o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Assim, os valores de 2010 em diante incluem os casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Com a introdução desta nova modalidade de casamento verificou-se uma quebra de série no total de casamentos celebrados em 2010, relativamente a anos anteriores.

Fonte: INE, I. P., Casamentos e Indicadores Demográficos.

Figura 1.15 – Casamentos* por forma de celebração (em percentagem), Portugal, 1960-2012



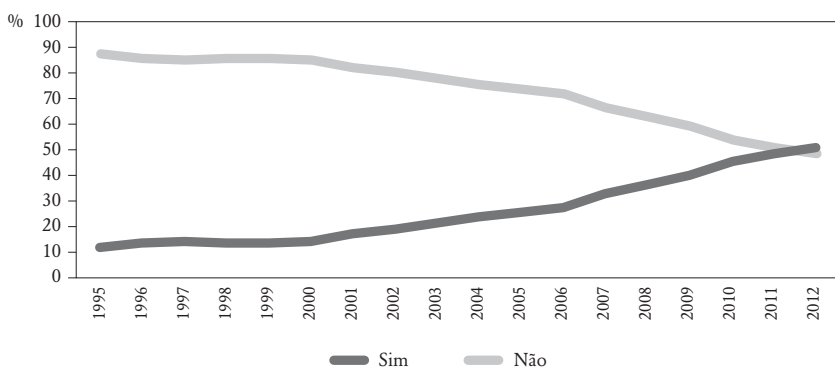
* Dado que as pessoas do mesmo sexo só podem casar pelo civil, a repartição percentual apenas inclui os casamentos entre pessoas de sexo oposto.

Fonte: INE, I. P., Casamentos.

tanto nos homens como nas mulheres, refletindo o aumento da proporção de casamentos em que pelo menos um dos cônjuges já tinha sido casado. Em 2012, a idade média ao primeiro casamento foi de 31,4 anos para os homens e 29,9 anos para as mulheres, face a 27,8 e 26,1 anos, respetivamente em 2001.

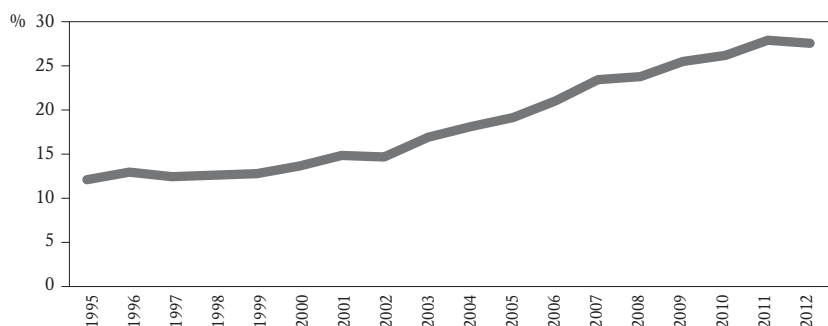
A dissolução do casamento por divórcio é um acontecimento demográfico relevante em Portugal nas últimas décadas, mas cuja leitura deve

Figura 1.16 – Casamentos por residência anterior comum (em percentagem), Portugal, 1995-2012



Fonte: INE, I. P., Casamentos.

Figura 1.17 – Casamentos em que pelo menos um dos cônjuges já tinha sido casado (em percentagem), Portugal, 1995-2012



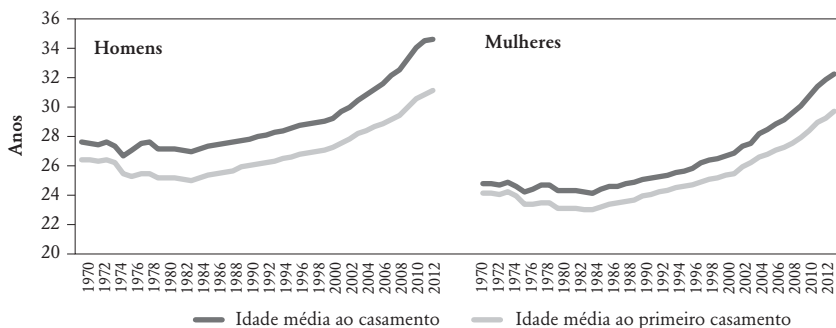
Fonte: INE, I. P., Casamentos.

ser enquadrada pelas alterações legislativas ocorridas. De qualquer forma, sublinha-se o aumento do número de divórcios, à exceção dos últimos dois anos.

O número de divórcios tem aumentado de forma acentuada desde 1975, ano em que as pessoas casadas catolicamente passaram a poder obter o divórcio civil. Assim, passou-se de cerca de 500 divórcios decretados em 1970, para cerca de 1550 em 1975, ultrapassando 10 000 no início dos anos 90 e 20 000 em 2002.⁷

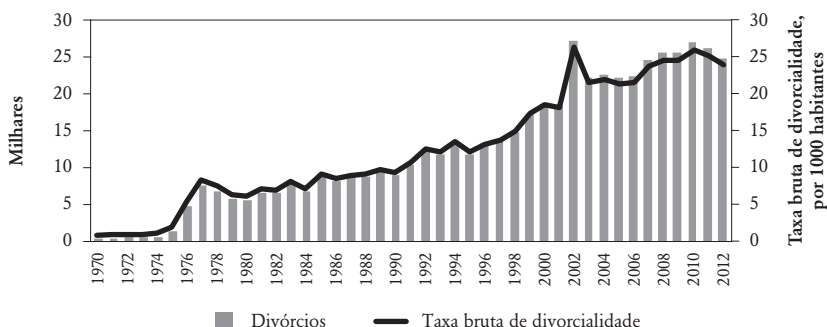
⁷ As alterações legislativas introduzidas em 2002, relativas aos divórcios por mútuo consentimento decretados nas conservatórias do registo civil, justificam certamente o número de divórcios decretados em 2002 (27 708), o mais elevado de sempre.

Figura 1.18 – Idade média ao casamento e ao primeiro casamento, por sexo, Portugal, 1970-2012



Fonte: INE, I. P., Indicadores Demográficos.

Figura 1.19 – Divórcios decretados e taxa bruta de divorcialidade, Portugal, 1970-2012

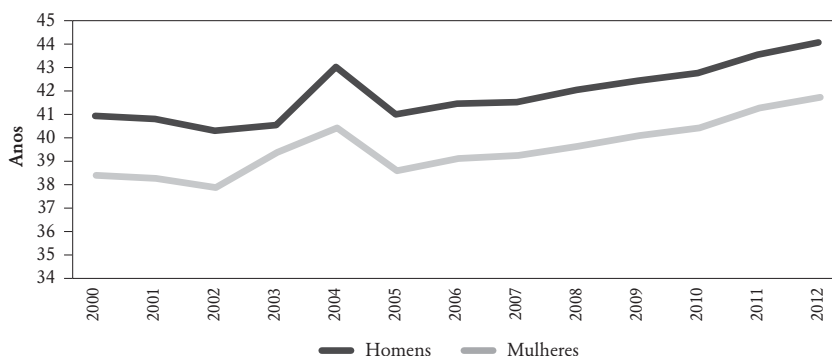


Fonte: INE, I. P., Estatísticas de Divórcios e Separações de Pessoas e Bens e Indicadores Demográficos.

Em 2012, cerca de 39% dos homens e 40% das mulheres que se divorciaram tinham entre 35 a 44 anos. A idade média ao divórcio ultrapassava 42 anos (42,9 anos) para ambos os sexos, superior à verificada no ano anterior, que se fixou em 42,4 anos. A análise deste indicador por sexo desde 2001 revela que a idade média dos homens ao divórcio foi sempre mais elevada do que a idade média das mulheres, situando-se em 2012 em 44 anos para os homens e 41,7 anos para as mulheres.⁸

⁸ As alterações legislativas introduzidas em 2002, para além do elevado número de divórcios decretados em 2002, poderão ter sido um elemento facilitador do divórcio de pessoas que embora ainda estivessem casadas tivessem já a intenção de se divorciar, pertencendo a grupos etários mais elevados e que tenham assim contribuído para um aumento mais acentuado da idade média ao divórcio nos anos 2003 e 2004.

Figura 1.20 – Idade média ao divórcio, por sexo, Portugal, 2000-2012



Fonte: INE, Indicadores Demográficos.

Nota final

Nas últimas décadas Portugal sofreu alterações demográficas significativas nos modelos de mortalidade e fecundidade, em simultâneo com mudanças no perfil migratório do país. A evolução do comportamento destas componentes, isoladamente e em associação, resultaram num duplo envelhecimento demográfico e, mais recentemente, em quebras populacionais:

- A população residente está a envelhecer e a diminuir, em resultado do aumento da esperança de vida, do declínio da fecundidade e de contributos cada vez mais diminutos, e mesmo negativos nos últimos anos, dos fluxos migratórios internacionais;
- Aumentou o número de idosos em resultado da maior esperança de vida, nomeadamente de mulheres devido à sobremortalidade masculina

Mas as alterações sociodemográficas estendem-se também a outros aspetos:

- O número total de nascimentos, e em particular o número de segundos, terceiros filhos (ou ordem superior), continua a reduzir-se;
- As mulheres têm menos filhos e cada vez mais tarde nos seus percursos de vida;
- Aumentou a proporção de nascimentos ocorridos fora do casamento, na sua maioria em situação de coabitação dos pais;

- Verificou-se uma quebra geral do número de casamentos, em simultâneo com o aumento da idade média ao casamento, o crescente número de cônjuges com residência comum anterior ao casamento, e o aumento da proporção de recasamentos no total de casamentos;
- Aumentou o número de divórcios.

A evolução destes indicadores é reveladora das alterações nos contextos familiares em Portugal, seja na sua formação e dissolução, seja na sua estrutura e dimensão (famílias mais reduzidas, famílias unipessoais de idosos, famílias recompostas).

Karin Wall
Vanessa Cunha
Vasco Ramos

Capítulo 2

A evolução das estruturas domésticas em Portugal, 1960-2011

O objetivo deste capítulo é identificar as formas privadas de co-residência na sociedade portuguesa e analisar a sua transformação ao longo dos últimos cinquenta anos. Partindo do conceito de «agregado doméstico» (*household, ménage*), procuramos caracterizar os principais tipos de agregado em Portugal e perceber como é que evoluíram sob a influência de várias décadas de mudanças demográficas, sociais e económicas intensas. Num segundo momento, analisamos a influência de algumas variáveis sociodemográficas, como o grupo de idade e o género, nas formas de viver em família. Recorremos aos dados dos censos de 1960, 1991, 2001 e 2011: embora adotem um outro conceito, o de «família clássica», baseiam-se em critérios que também permitem construir uma tipologia de agregados domésticos (AD) elaborada de acordo com os termos propostos pelos historiadores da família (ver «Notas metodológicas» em anexo).

A hipótese de uma forte articulação entre o tempo histórico e as formas privadas de co-residência é, para nós, um ponto de partida central. É importante relembrar que, em 1960, um terço da população trabalhava na agricultura, o índice sintético de fecundidade era de 3,2 filhos, 91% dos casamentos eram católicos e, por lei, a mulher era responsável pelo governo da casa e devia obediência ao marido. Em termos de funcionamento familiar, havia uma forte diferenciação de género, estando apenas 18% das mulheres entre os 15 e os 65 anos inseridas formalmente no mercado de trabalho. Nas últimas décadas as mudanças foram, portanto, intensas: em 2011 apenas 3,1% da população empregada trabalhava no sector primário, o número de filhos por mulher era de 1,4, apenas 40% dos casamentos eram religiosos, a maioria das mulheres eram ativas e, por lei, ambos os cônjuges passaram a ser igualmente responsáveis pela vida doméstica e familiar.

No quadro destas transformações profundas na sociedade portuguesa, as décadas de 1980 e de 1990 foram marcadas por um compasso rápido de modernização da vida familiar, visível, logo à partida, nos indicadores demográficos (*e. g.*, crescente informalização e diversificação da vida conjugal; diminuição da natalidade; aumento do divórcio e da recomposição familiar, cf. capítulo 1) mas também nas dinâmicas internas do casal e da família, agora menos orientadas por lógicas institucionais e mais centradas em lógicas companheiristas, democráticas e de maior autonomia, quer dos casais em relação ao grupo de parentesco, quer dos indivíduos na família (Torres 2002; Wall 1998, 2005; Aboim 2006; Guerreiro, Torres e Lobo 2007). A valorização da independência económica e residencial, em diferentes fases da vida, terá conduzido, nas últimas décadas do século XX, a um reforço da família nuclear de casal com ou sem filhos e, também, a uma maior individualização da vida privada, reduzindo a dependência do indivíduo em relação à família e à rede alargada de parentes próximos, sobretudo em determinadas fases da vida, como a transição para a vida adulta, o pós-divórcio ou a velhice (Wall 2005; Aboim 2006).

O conceito adotado pelos historiadores da família define o agregado doméstico como um grupo de pessoas que partilham o mesmo espaço físico (Verdon 1998; Rowland 1997), ou seja, um conjunto de pessoas unidas por critérios de co-residência ou de alojamento (dormem debaixo do mesmo teto) e que podem ou não estar ligadas por critérios de parentesco (consanguinidade, aliança) e de partilha de recursos (economia comum, comensalidade). Mais abrangente do que a noção de família, o agregado ou unidade doméstica de co-residência estrutura-se, na maior parte dos casos, em função de laços de parentesco; mas também abrange situações em que estes não estão presentes, como é o caso de pessoas que vivem sós ou de pessoas unidas por outros vínculos que não os de sangue ou de aliança (*e. g.*, estudantes ou amigos que partilham um alojamento). Ao eleger como critério de base a co-residência, o conceito de agregado doméstico constitui, por conseguinte, uma ferramenta indispensável para identificar a pluralidade das formas de organização da vida privada.

De acordo com a tipologia de agregados domésticos proposta por Laslett (1972), também utilizada neste livro para assegurar a comparabilidade entre a análise dos Censos de 2011 e as de censos anteriores (Aboim 2003; Wall, Cunha e Atalaia 2014), o agregado ou unidade de co-residência é identificado a partir da sua estrutura, havendo que identificar quatro dimensões principais para proceder à sua caracterização: o número de pessoas no agregado, o tipo de laço que existe entre elas (laços de consanguinidade, de aliança, de afinidade), o tipo e o número de nú-

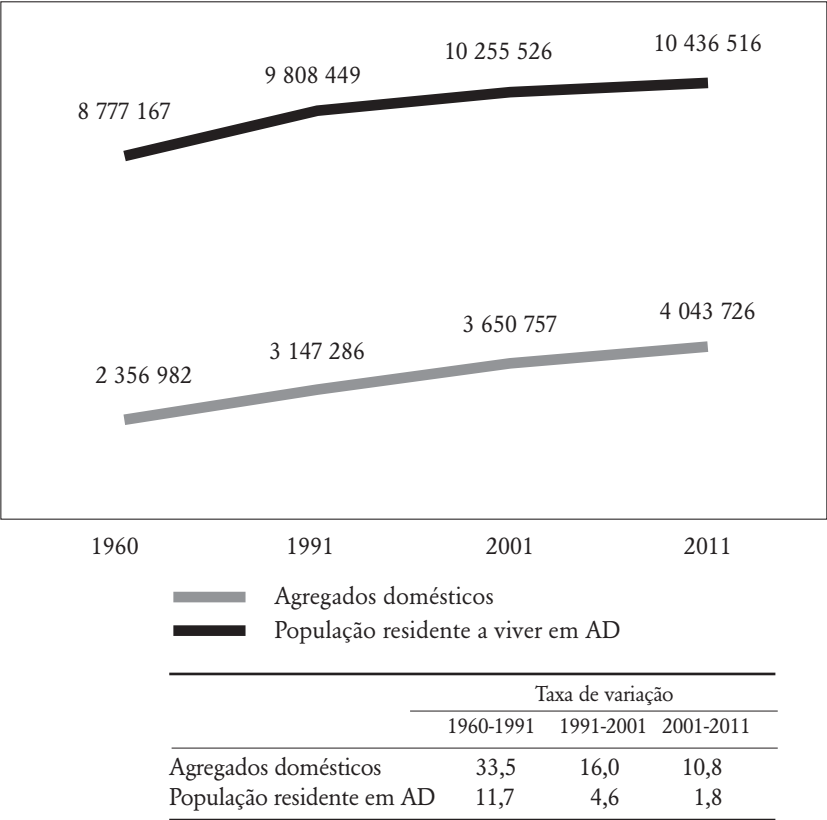
cleos familiares que fazem parte do agregado, e o alargamento do núcleo familiar a outras pessoas. O agregado pode ser composto apenas por um núcleo familiar, que pode ser conjugal (um casal ou um casal com filhos) ou monoparental (um pai ou uma mãe com filhos); pode comportar ainda, para além deste, outras pessoas aparentadas, tratando-se assim de um agregado de «família alargada», ou mesmo outros núcleos familiares, formando-se então uma «família múltipla». Nestes dois últimos casos, o agregado doméstico é considerado como uma «família complexa», enquanto no primeiro é considerado uma «família simples».

Partindo destas dimensões de caracterização da estrutura de co-residência, a tipologia que utilizamos, seguindo de perto a proposta de classificação de Laslett (1972), estabelece cinco categorias principais de agregado ou unidade doméstica de co-residência: I) agregados domésticos de pessoas sós, incluindo aqui as pessoas que vivem efetivamente isoladas (ocupando a totalidade de um alojamento) e também, a partir dos Censos de 1991, as pessoas que vivem de forma independente, sem ser em economia comum, num alojamento de várias pessoas; II) agregados domésticos de várias pessoas (aparentadas e/ou não aparentadas) sem núcleo familiar e a viver em economia comum (à exceção dos dados dos Censos de 1960 em que o critério de economia comum entre as várias pessoas não existia); III) agregados domésticos de famílias simples (casais sem filhos, casais com filhos, pai/mãe a viver com filhos); IV) agregados domésticos de famílias simples alargadas (famílias simples a viver com outras pessoas); e V) agregados domésticos de famílias múltiplas (duas ou mais famílias simples a viver no mesmo alojamento com ou sem outras pessoas).

Evolução do número e tipo de agregados domésticos em Portugal

Desde 1960 que o número de agregados domésticos, assim como a população residente a viver em agregados domésticos privados, tem vindo a aumentar (figura 2.1 e quadro 2.1). Em 2011 eram cerca de quatro milhões de agregados domésticos, quando há cinquenta anos eram pouco mais de dois. No entanto, a taxa de variação do número de agregados é consideravelmente mais elevada, em todos os períodos, do que a taxa de variação da população residente em agregados domésticos, uma evolução que está em linha com a diminuição progressiva do número de pessoas nas unidades domésticas.

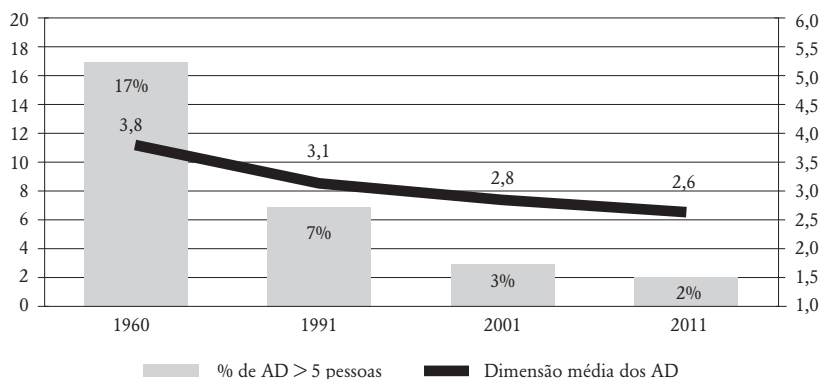
Figura 2.1 – Evolução do número de agregados domésticos e da população residente a viver em AD – Portugal, 1960-2011 (valores absolutos e taxa de variação)



Fonte: INE, Censos 1960, 1991, 2001 e 2011.

A análise das transformações ocorridas nos tipos de agregado doméstico ao longo dos últimos cinquenta anos revela quatro tendências principais. Verificamos, em primeiro lugar, que os agregados domésticos são hoje significativamente mais pequenos e de dimensão mais uniforme do que eram em 1960 e que esta tendência se acentuou ao longo da última década (figura 2.2). A dimensão média do agregado passa de 3,8 em 1960 para apenas 2,6 em 2011, e a proporção de unidades domésticas com mais de cinco pessoas, no total dos agregados, sofre uma queda acentuada, de 17% em 1960 para 2% em 2011. A este movimento de diminuição junta-se, por outro lado, uma tendência de uniformização progressiva das formas de co-residir do ponto de vista da dimensão, passando

Figura 2.2 – Evolução das famílias com mais de 5 pessoas (percentagem) e da dimensão média dos agregados domésticos – Portugal, 1960-2011



Fonte: INE, Censos 1960, 1991, 2001 e 2011.

o valor do desvio-padrão de 1,6 em 1991 para 1,3 em 2011 (quadro 2.1). Observa-se, por conseguinte, que o processo de privatização da vida familiar implica não só uma diminuição progressiva do número de pessoas a viver debaixo do mesmo teto, mas também um acentuar da homogeneidade do ponto de vista do tamanho do grupo de co-residência.

Uma segunda tendência diz respeito ao aumento dos agregados sem núcleo familiar (quadro 2.1). Dentro desta categoria, é a evolução temporal das pessoas a viver sozinhas em alojamentos unipessoais que mais se destaca: quase duplicam em cinquenta anos, passando de 11,5% do total dos agregados em 1960 para 20,4% em 2011 e registando um aumento mais significativo ao longo da última década. Esta evolução pode atribuir-se não só ao envelhecimento acentuado da população mas também a mudanças na vida privada de indivíduos em idades mais jovens, sobretudo solteiros e divorciados, em resultado do movimento de individualização que, lentamente, tem vindo a reestruturar a vida privada em Portugal. Com efeito, o incremento das pessoas a viver sozinhas, entre 1991 e 2011, foi significativo não só nos grupos de idade acima dos 50 anos mas também na população jovem adulta e adulta entre os 20 e os 49 anos (quadro 2.2). Por sua vez, ao contrário das pessoas a viver sozinhas em alojamentos unipessoais, a proporção de «pessoas sós a viver de forma independente» oscila pouco, representando sempre cerca de 1% do total dos agregados ao longo das últimas décadas, enquanto a proporção de agregados de «várias pessoas» a viver em economia comum mostra uma ligeira tendência

de decréscimo, passando de 2,4% do total em 1991 para 1,8% em 2011. É uma diminuição que afeta mais os grupos de idade acima dos 50 anos, mostrando alguma estabilidade na população dos jovens adultos. É possível que se encontrem aqui, sobretudo, situações temporárias de co-residência na transição para a vida adulta, entre jovens que já saíram de casa dos pais e ainda não formaram uma família.

A análise do peso relativo das principais categorias de agregado doméstico mostra uma terceira tendência importante (quadro 2.1): o facto de a vida em casal (com ou sem filhos, em famílias simples) aparecer como o formato mais típico das formas de co-residência tanto no passado como no presente, registando, no entanto, um decréscimo ao longo da última década (de 63,1% para 59% do total dos agregados). Num primeiro olhar mais abrangente, incidindo nas três grandes categorias da tipologia (agregados sem núcleo familiar, famílias simples, famílias complexas), nota-se que a proporção de famílias simples aumenta ligeiramente entre 1960 e 2001, voltando a descer de novo na última década, enquanto os agregados sem núcleo familiar crescem sempre e os de família complexa diminuem. Seguidamente, se se olhar de perto para a composição interna das famílias simples, verifica-se que o casal com filhos continua a ser a forma predominante de co-residência doméstica, mas que sofreu uma diminuição significativa ao longo dos últimos cinquenta anos, passando de cerca de metade (48%) do total dos agregados para pouco mais de um terço (35%) em 2011 (quadro 2.1). Esta diminuição da família nuclear de casal com filhos é acompanhada por um incremento substancial dos «casais sem filhos» e das «famílias monoparentais» (pai ou mãe só a viver com filhos de todas as idades), desenvolvimentos que se podem atribuir quer ao envelhecimento populacional e à queda e adiamento da fecundidade, quer ao aumento das ruturas conjugais (divórcios e separações).

Por último, diminuíram significativamente os agregados de famílias complexas, em que a uma família simples se juntam outras pessoas aparentadas dentro do mesmo lar, refletindo uma maior autonomia dos casais e dos indivíduos que têm vindo a dispor de acrescidas condições de independência económica e residencial. Em 2011, o seu peso no total dos agregados desceu para 8,7%, abaixo do peso das famílias monoparentais que subiu nesse ano para 9% (quadro 2.1). É uma tendência que se reflete, inevitavelmente, no decréscimo da dimensão média do agregado doméstico e na perda de peso dos agregados com um número elevado de pessoas. Por outro lado, é de salientar que a descida dos agregados de famílias complexas foi mais marcada entre 1991 e 2011,

Quadro 2.1 – Evolução dos tipos de agregado doméstico – Portugal, 1960-2011 (valor absoluto, percentagem e desvio-padrão)

	1960	1991	2001	2011
Número de agregados domésticos	2 356 982	3 147 286	3 650 757	4 043 726
População residente a viver em agregados domésticos (AD)	8 777 167	9 808 449	10 255 526	10 436 516
Dimensão média dos AD	3,8	3,1	2,8	2,6
Desvio-padrão do número de pessoas em AD	–	1,6	1,4	1,3
Percentagem de agregados com mais de cinco pessoas	17,1	6,6	3,3	2,0
<i>Principais tipos de agregado doméstico</i>				
Agregados domésticos sem núcleo familiar	16,4	16,6	19,5	23,3
pessoas sós	–	13,8	17,3	21,4
<i>a viver sozinhas em alojam. unipessoais</i>	11,5	12,6	15,7	20,4
<i>a viver independentes em alojam. de várias pessoas</i>	–	1,2	1,6	1,0
várias pessoas (sem núcleo conjugal ou monoparental)	4,9	2,4	2,2	1,8
Agregados domésticos de famílias simples	68,2	69,5	70,1	68,0
casal* sem filhos	14,8	20,0	22,0	23,8
casal com filhos	47,5	43,9	41,1	35,2
monoparentais (subtotal)	5,9	5,6	7,0	9,0
<i>pai com filhos</i>	–	0,8	0,9	1,2
<i>mãe com filhos</i>	–	4,8	6,0	7,8
Agregados domésticos de famílias complexas	15,4**	13,9	10,4	8,7
alargados	–	10,0	7,3	5,8
múltiplos	–	3,9	3,1	2,9
Total Portugal	100	100	100	100

*Note-se que nos Censos de 1960, 1991 e 2001 a definição de casal é a de casal heterossexual, abrangendo os indivíduos que se relacionem, de direito ou de facto, como marido e mulher.

** Os censos de 1960 não permitem decompor os agregados complexos em alargados e múltiplos.
Fonte: INE, Censos 1960, 1991, 2001 e 2011.

registando-se, nestas décadas, um decréscimo de 5,2% por comparação com uma descida de apenas 1,5% nas três décadas anteriores. No entanto, o decréscimo mais expressivo deu-se nos anos 90 (menos 3,5%) e não ao longo da última década (menos 1,7%). É um dado que poderá, eventualmente, encontrar uma explicação no agravamento das condições de vida das famílias ao longo dos últimos anos. Sabemos que a precariedade económica e o difícil acesso a um alojamento próprio é hoje a principal motivação para a co-residência em famílias complexas (Wall 2005a), pelo que a crise económica pode ter conduzido a um certo abrandamento deste movimento de descida. As difíceis condições económicas das famílias também poderão explicar o facto de o número de agregados de famílias complexas em Portugal continuar a ser elevado por comparação com outros países europeus (OECD 2014).

Em resumo, como principais tendências de mudança salienta-se a diminuição dos agregados com muitas pessoas e da dimensão média do agregado doméstico, uma transformação que se deve quer ao aumento dos agregados de pessoas sós, quer ao decréscimo dos agregados com descendências numerosas e de famílias complexas. É um movimento que se acentuou na década de 90 e se reforçou entre 2001 e 2011, apesar de ser mais expressivo nesta última década o aumento das pessoas sós do que a descida das famílias complexas. Por outro lado, alterou-se a composição interna das famílias simples, formato predominante dos modos de co-residência, como reflexo provável da descida e do adiamento da fecundidade, do aumento do divórcio ou do envelhecimento populacional. Diminuem, assim, as famílias de casal com filhos e aumentam as de casal sem filhos e as monoparentais.

Agregados domésticos e população residente: a influência do grupo de idade e do género

As formas de co-residência podem variar expressivamente consoante as idades da vida e o género dos indivíduos, contribuindo de forma diversa para as tendências de mudança acima identificadas. A análise da distribuição de indivíduos pelos principais tipos de agregado doméstico em 1991, 2001 e 2011 (quadro 2.2) revela perfis consideravelmente diferenciados segundo o grupo etário.

Importa perceber, em primeiro lugar, em que tipos de agregado vivem hoje as crianças e os jovens adolescentes em Portugal e como é que o decréscimo das descendências numerosas e da complexidade familiar, assim como a subida da monoparentalidade, têm vindo a influenciar as formas de viver em família na infância e na adolescência. A comparação ao longo das últimas décadas mostra que, na infância (até aos 14 anos), cerca de três em quatro crianças continuam a viver em famílias nucleares de casais com filhos, uma proporção que se mantém estável ao longo das duas últimas décadas, sendo que o género não introduz diferenças neste grupo etário (quadro 2.2).

Existem, no entanto, alguns elementos de mudança e de diversificação recentes. Por um lado, sabemos que existem mais famílias recompostas no interior dos casais com filhos (ver capítulos 6 e 10); por outro, verifica-se uma subida acentuada, sobretudo entre 2001 e 2011, das situações de monoparentalidade, de 4,6% das crianças a viver em famílias monoparentais em 1991 para 5,2% em 2001 e 10,1% em 2011; por outro lado

Quadro 2.2 – Distribuição da população residente por tipo de agregado doméstico, segundo os grupos etários, Portugal – 1991, 2001 e 2011 (percentagem)*

Tipo de agregado doméstico	Total		0-14		15-19		20-29		30-49		50-64		65 e mais		75 e mais	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
AD sem núcleo familiar	6,5	7,9	9,9	9,9	1,7	3,6	7,0	7,6	3,5	5,3	8,0	8,9	10,7	24,1	23,6	31,0
pessoas sós****	4,4	6,2	8,3	0,0	0,0	0,2	0,8	0,5	1,7	4,3	6,7	6,1	6,8	9,2	18,2	19,7
várias pessoas	2,1	1,8	1,6	0,6	0,5	0,3	1,2	2,6	1,3	1,3	1,4	2,8	1,6	1,5	5,9	3,4
AD de famílias simples	71,8	75,1	75,3	78,4	81,9	84,4	78,0	79,6	81,9	72,7	75,6	74,6	78,2	80,3	79,7	68,3
casais (subtotal)	67,0	69,0	66,9	73,8	76,3	74,3	70,1	70,5	67,7	66,2	67,9	64,3	73,8	74,3	71,3	64,3
casal sem filhos	12,8	15,7	18,5	0,0	0,0	0,0	0,3	0,8	0,5	7,9	11,8	11,9	5,3	7,2	9,5	28,4
casal com filhos	54,2	53,3	48,5	73,8	76,3	74,3	69,8	69,7	67,2	58,3	56,1	52,4	68,5	67,1	61,8	35,9
monoparentais (subtotal)	4,8	6,1	8,3	4,6	5,7	10,1	7,9	9,1	14,3	6,5	7,5	10,3	4,4	6,0	8,4	4,0
pai com filhos	0,6	0,8	1,1	0,4	0,5	1,0	1,0	1,2	1,8	0,9	1,0	1,4	0,5	0,7	1,0	0,6
mãe com filhos	4,1	5,3	7,2	4,2	5,2	9,2	6,9	7,9	12,5	5,6	6,5	8,8	3,8	5,3	7,4	3,4
AD complexos	21,7	17,0	14,8	21,0	17,6	15,3	20,6	18,1	16,4	23,7	17,5	17,8	18,3	14,4	12,3	22,8
alargados	14,1	10,8	8,8	13,1	10,2	8,0	14,9	12,4	10,4	13,4	9,8	9,4	12,4	9,1	7,0	15,0
múltiplos	7,5	6,2	6,0	7,9	7,4	7,4	5,7	5,7	6,0	10,3	7,7	8,4	5,8	5,3	5,3	7,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Os dados são arredondados à décima, por isso existem por vezes desfazamentos entre os valores das parcelas e os (sub)totais.

** 15-17 anos *** 18-29 anos

**** Note-se que estão incluídas nas «pessoas sós» as pessoas a viver sozinhas em alojamentos unipessoais e as pessoas que vivem de forma independente num alojamento com várias pessoas.

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

ainda, regista-se uma descida, esta já mais progressiva, de crianças a viver em famílias complexas. Dado que neste grupo etário a sobreavaliação do número de famílias monoparentais (devido à inclusão, a partir dos censos de 2001, de núcleos de pai/mãe a viver não só com filhos solteiros mas também com filhos casados, divorciados e viúvos) não se coloca como problema, este aumento ao longo da última década de crianças a viver em famílias monoparentais é muito significativo. Repare-se, também, que neste grupo etário os valores são mais elevados do que a nível da população residente no seu conjunto, quer no que diz respeito ao número de crianças a viver em agregados de mães com filhos, quer no que diz respeito àquelas a viver em famílias múltiplas que, como sabemos, acolhem frequentemente núcleos monoparentais que não têm condições para terem autonomia residencial (Correia 2013).

Já na adolescência, entre os 15 e os 19 anos, observa-se uma ligeira descida do número de jovens adolescentes a viver em famílias de casais com filhos: 67% dos jovens, ou seja dois em cada três jovens, vivem, em 2011, neste tipo de família, por comparação com cerca de 70% em 1991 e 2001. Esta tendência anda a par da subida, ao longo da última década, do número de adolescentes a viver em famílias monoparentais: 14,3% em 2011, por comparação com 9% em 2001. Neste grupo etário, continua a ser insignificante o número de indivíduos que vivem sozinhos ou em conjugalidade (0,5%), embora já se observe uma proporção um pouco mais elevada, mas semelhante à de 1991 e de 2001, a viver em agregados de várias pessoas (1,2%).

É sobretudo no início da vida adulta e também nas etapas avançadas da vida que se verificaram algumas das transformações mais importantes nas formas de organização da vida privada. Entre os 20 e os 29, encontramos, em 2011, mais jovens a viver em agregados de pessoas sós e de várias pessoas sem estrutura conjugal, mantendo-se pelo contrário estável a proporção daqueles que vivem em casal sem outras pessoas (cerca de 12%, tanto em 2001 como em 2011). Em contrapartida, diminuem os jovens adultos a viver em famílias de casal com filhos (menos 5,9% entre 1991 e 2011) e continua a aumentar, tal como no caso das crianças e dos adolescentes, a percentagem dos que vivem em famílias monoparentais. Estes movimentos assinalam duas tendências relevantes: por um lado, a experiência de uma vida privada mais autónoma e individualizada entre os jovens, que passam, hoje mais frequentemente do que antes, a viver a sós ou em grupos de várias pessoas, seja enquanto estudantes, seja durante os primeiros anos da vida ativa; por outro lado, uma relativa estabilidade, ao longo da última década, na proporção de jovens casais a

viver sem filhos de forma autónoma, tendo aumentado até ligeiramente, depois de descer nos anos 90, a percentagem dos indivíduos deste grupo etário em famílias múltiplas, o que aponta muito provavelmente para situações de início da vida conjugal (ou monoparental) em co-residência com outro núcleo conjugal.

Nas outras etapas da vida adulta também se observam movimentos importantes de mudança. Na população entre os 30 e os 49 anos, nota-se o aumento progressivo dos que vivem sozinhos (de 2,2% em 1991 para 6,7% em 2011) e, no interior dos que vivem em famílias simples (a maioria, ou seja, 71% em 2011), o aumento também progressivo dos casais sem filhos, em detrimento dos casais com filhos e das famílias monoparentais. De salientar, também, que é neste grupo etário, tal como no passado, que se vive menos em agregados de famílias complexas e que esta tendência se acentuou na última década. É, com efeito, uma etapa da vida em que os indivíduos em núcleos conjugais e parentais parecem gozar de uma maior autonomia residencial.

Já no grupo entre os 50 e os 64 anos, de transição para a terceira idade, é interessante observar que a maioria continua a viver em famílias simples (74%), tendo aumentado também a proporção de pessoas sós, em detrimento da co-residência em agregados de várias pessoas ou de famílias complexas. No entanto, em comparação com os indivíduos dos 30 aos 49 anos, e tal como no passado, vivem muito mais em casal sem filhos do que em casal com filhos (30%, por comparação com 9,5% dos indivíduos dos 30-49 anos, em 2011).

Por seu lado, entre a população com 65 e mais anos, verificamos principalmente um aumento da proporção de indivíduos a viver em famílias simples em detrimento de uma co-residência em famílias complexas e em agregados de várias pessoas em economia comum. Apesar de existir também um aumento significativo da proporção de indivíduos a viver sozinhos (mais 1,4%), é a nuclearização da vida familiar da população de idosos que, tal como na década anterior, sobressai como mudança mais acentuada (mais 3,6%), reforçando-se esta tendência ao longo da última década em detrimento da co-residência em família complexa.

Na população muito idosa (acima dos 75 anos), os movimentos de transformação são muito semelhantes aos da população acima dos 65: embora continue a ser a que mais vive em famílias complexas (18,9% em 2011), sofre um crescimento quer o processo de nuclearização (mais 4,2%), quer a proporção de pessoas sós (mais 1,5%). Em comparação com o grupo etário dos 65 e mais, porém, nota-se que os indivíduos com 75 e mais anos vivem bastante mais em agregados de pessoas sós (um pouco

Quadro 2.3 – Distribuição da população residente com mais de 19 anos, por tipo de agregado doméstico, segundo o género e o grupo etário – Portugal, 1991, 2001, 2011 (percentagem)*

Tipo de agregado doméstico	Total						20-29						30-49					
	H			M			H			M			H			M		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991**	2001	2011	1991**	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
AD sem núcleo familiar	5,1	7,0	7,9	10,6	11,5	11,7	3,5	7,4	7,8	3,6	6,6	7,4	3,6	6,2	9,5	3,5	4,3	6,6
pessoas só***	3,4	5,3	6,4	7,3	9,2	10,0	1,7	4,5	5,0	1,7	4,1	5,0	2,4	4,7	7,9	2,1	3,3	5,5
várias pessoas	1,6	1,7	1,4	3,3	2,3	1,7	1,8	2,9	2,8	2,0	2,5	2,4	1,2	1,5	1,7	1,4	1,1	1,1
AD de famílias simples	74,0	77,1	78,1	66,7	70,8	72,7	72,9	75,2	75,0	72,4	75,7	74,1	78,6	79,9	78,8	77,8	80,7	80,5
casal sem filhos	16,9	19,5	19,3	15,3	17,9	17,7	7,1	10,5	10,0	8,6	13,2	13,8	5,3	7,5	10,0	5,2	7,0	9,1
casal com filhos	53,5	52,9	52,2	45,5	45,3	45,0	58,7	56,6	54,2	57,9	55,7	50,6	71,0	68,2	63,0	66,3	66,0	60,6
Monoparentais (subtotal)	3,6	4,7	6,6	5,9	7,6	9,9	7,1	8,2	10,8	5,9	6,9	9,7	2,3	4,2	5,8	6,3	7,8	10,8
pai com filhos	1,1	1,4	1,7	0,3	0,4	0,5	1,0	1,3	1,8	0,7	0,8	1,1	0,8	1,2	1,7	0,3	0,3	0,4
mãe com filhos	2,6	3,3	4,9	5,6	7,2	9,4	6,1	6,9	9,1	5,1	6,0	8,6	1,5	3,0	4,1	6,1	7,4	10,4
AD complexos	20,9	15,9	14,0	22,7	17,7	15,6	23,5	17,4	17,2	23,9	17,6	18,5	17,8	13,9	11,7	18,7	14,9	12,9
alargados	13,4	9,9	8,1	15,4	11,7	9,5	13,6	10,1	9,7	13,2	9,5	9,2	12,0	8,7	6,7	12,9	9,4	7,3
múltiplos	7,6	6,0	6,0	7,3	6,0	6,1	9,9	7,2	7,5	10,7	8,1	9,3	5,8	5,2	5,0	5,8	5,5	5,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Quadro 2.3 (cont.)

Tipo de agregado doméstico	50-64						65 e mais						75 e mais					
	H			M			H			M			H			M		
	1991	2001		2011	1991	2001	2011	1991**	2001	2011	1991**	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2011
AD sem núcleo familiar																		
pessoas sós***	5,5	6,0		9,3	11,9	10,6	12,0	12,2	12,1	12,7	32,6	31,1	31,7	17,1	16,5	16,4	39,3	39,2
várias pessoas	3,9	4,9		8,0	8,0	8,5	10,4	9,6	10,4	11,4	24,4	26,5	28,3	13,5	14,4	14,9	29,0	35,1
	1,5	1,1		1,3	4,0	2,0	1,6	2,6	1,8	1,2	8,2	4,6	3,4	3,6	2,2	1,5	10,3	4,1
AD de famílias simples																		
casal sem filhos	72,4	77,3		75,8	64,8	71,7	72,1	65,7	71,3	74,0	39,5	47,0	50,7	57,4	64,6	69,4	25,9	38,9
casal com filhos	28,1	28,2		29,0	28,7	30,1	31,7	51,4	54,4	57,8	30,0	33,2	35,4	47,9	52,7	56,5	19,2	25,4
Monoparentais (subtotal)	42,7	46,7		43,2	29,9	33,5	31,2	12,7	14,9	14,0	5,2	6,9	7,2	7,4	9,3	10,0	2,3	3,9
pai com filhos	1,6	2,4		3,7	6,2	8,0	9,2	1,5	2,0	2,2	4,2	7,0	8,1	2,1	2,7	3,0	4,5	9,5
mãe com filhos	1,2	1,5		1,9	0,2	0,2	0,3	1,5	1,9	2,1	0,0	0,0	0,0	2,1	2,7	2,9	0,0	0,0
	0,4	0,9		1,8	6,0	7,7	8,9	0,0	0,1	0,1	4,2	7,0	8,1	0,0	0,0	0,0	4,5	7,8
AD complexos																		
alargados	22,2	16,7		14,9	23,3	17,8	15,9	22,2	16,6	13,3	27,9	21,9	17,6	25,5	18,8	14,2	34,8	21,9
múltiplos	14,3	10,7		9,0	15,7	11,7	10,0	14,0	10,0	7,7	22,1	16,8	13,2	17,4	12,0	8,4	29,6	17,7
	7,9	5,9		5,9	7,7	6,0	5,9	8,1	6,6	5,6	5,8	5,0	4,4	8,1	6,9	5,8	5,2	4,7
Total	100,0	100,0		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Os dados são arredondados à décima, por isso existem por vezes desfazamentos entre os valores das parcelas e os (sub)totais.

** 15-17 anos *** 18-29 anos

**** Note-se que estão incluídas nas «pessoas sós» as pessoas a viver sozinhas em alojamentos unipessoais e as pessoas que vivem de forma independente num alojamento com várias pessoas..

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

mais de um em cada quatro, por comparação com um em cada cinco no grupo dos 65 e mais anos) e de famílias complexas (sobretudo alargadas).

Estas mudanças seguem, contudo, padrões diferenciados segundo o género, perpetuando-se em 2011 as diferenças encontradas em 1991 e em 2001 (quadro 2.3). De uma forma geral, podemos dizer que as mulheres, ao longo da vida adulta, são quem mais vive em agregados de pessoas sós e quem menos vive em agregados de casal, por comparação com os homens. As tendências são diferentes segundo o grupo etário, à exceção dos jovens entre os 20 e os 29 anos, em que não existem diferenças de género nas formas de co-residir. Na população entre os 30 e os 49 anos, tanto os homens como as mulheres vivem maioritariamente em famílias simples, mas as mulheres vivem mais em monoparentalidade do que os homens, enquanto estes vivem mais em agregados de pessoas sós, em resultado, certamente, da reorganização residencial pós-divórcio.

Seguidamente, na faixa etária dos 50 aos 64 anos, inicia-se um movimento de transformação que se vai acentuar nas fases mais avançadas do percurso de vida, em grande parte em resultado da viuvez que é mais experienciada pelas mulheres do que pelos homens: as mulheres a viver cada vez menos em casal com ou sem filhos e cada vez mais em agregados de pessoas sós e também em famílias monoparentais. São populações em que as mulheres a viver sozinhas ou em agregados de várias pessoas são mais do dobro dos homens na mesma situação, acontecendo precisamente o inverso quando se trata de famílias simples de casal com ou sem filhos: 74% da população masculina com 65 e mais anos vive, em 2011, em agregados de famílias simples, contra apenas 50% da população feminina. Por outro lado, enquanto mais de um quarto das mulheres acima dos 65 anos vive só, somente um em dez da população masculina vive nessa situação. Por último, devido à fraca conjugalização dos agregados domésticos das mulheres, são também as mulheres idosas quem mais frequentemente vive em famílias complexas, sobretudo quando se trata de uma família alargada, indiciando assim a existência mais frequente de situações de acolhimento residencial e apoio prestado às mulheres desta faixa etária.¹

Em resumo, as diferenças entre as formas de co-residência consoante as idades da vida e o género identificadas nos anos 90 permanecem e acentuam-se na primeira década do século XXI. No início da vida, há mais

¹ A este respeito, convém lembrar que a população idosa se encontra grandemente feminizada: com mais de 65 anos existem, em 2011, 1 106 394 mulheres a viver em agregados domésticos (942 258 em 2001), contra apenas 818 706 homens (689 835 em 2001).

crianças e adolescentes e viver em famílias monoparentais e menos a viver em famílias complexas. Na transição para a vida adulta, entre os 20 e os 29 anos, mas também nos adultos entre os 30 e os 49 anos, a única faixa etária em que predomina claramente o formato típico da família nuclear de casal com filhos, encontramos mais indivíduos a viver em agregados sem núcleo familiar e menos a viver em casal com filhos. Nas fases mais avançadas da vida, reforçou-se a tendência de nuclearização das estruturas domésticas e também, com acentuado destaque para as mulheres, o aumento das pessoas a viver sozinhas, em detrimento das famílias complexas e dos agregados de várias pessoas. Quanto às formas de co-residência complexas, continua a ser, tal como em 2001, entre a população de jovens adultos e a população muito idosa que encontramos as percentagens mais significativas de indivíduos a viver neste tipo de agregado (mais múltiplos entre os primeiros, mais alargados entre os segundos), associando-se este formato doméstico ainda hoje a fases da vida que podem convocar maior necessidade de ajuda: o apoio para a instalação na vida adulta e em situações de monoparentalidade de jovens adultos, por um lado, e o apoio na doença e na dependência na velhice, por outro.

Considerações finais

As formas privadas de co-residência na sociedade portuguesa transformaram-se lenta e profundamente ao longo dos últimos cinquenta anos. Olhar a mudança a partir de um tempo mais longo permite perceber os efeitos, nas estruturas domésticas, de vários processos de transformação na sociedade portuguesa, desde as mudanças operadas nas dinâmicas da conjugalidade e da parentalidade até ao envelhecimento da população ou às melhores condições de vida e de acesso à independência residencial para as gerações mais novas, sobretudo a partir dos anos 90. O nosso olhar à distância também mostra que a vida privada, na sua cumplicidade com as mudanças que atravessam a sociedade e o espaço público, se alterou a ritmos e intensidades diferentes ao longo das últimas décadas, e que as formas de co-residência, no presente tal como no passado, espelham diferenças significativas segundo variáveis demográficas e sociais.

Num olhar temporal global, desde os anos 60 até hoje, sublinhámos o enfraquecimento progressivo da dimensão média da família, que se contrapõe à elevada incidência de agregados com muitas pessoas e de famílias complexas em meados do século passado, assim como movimen-

tos de fundo associados a uma maior nuclearização e individualização das formas de co-residência. Em matéria de nuclearização, a análise mostra que as famílias simples – conjugais e monoparentais – ganharam mais independência residencial, quer entre os casais e os indivíduos jovens quer entre os mais idosos, conduzindo a algum aumento do peso das famílias simples na estrutura dos agregados domésticos entre os anos 60 e o início do século XX. Num contexto de adiamento e queda da fecundidade e de envelhecimento populacional, é um movimento que assenta principalmente no aumento dos casais sem filhos e, também, em parte, no crescimento das famílias monoparentais, devido ao aumento significativo do divórcio e da separação. Na última década, porém, estas mesmas tendências demográficas, associadas agora a um forte crescimento dos agregados de pessoas a viver sozinhas em alojamentos unipessoais, concorrem para alguma inversão da tendência de nuclearização, notando-se sobretudo um recuo substancial dos casais com filhos.

No campo da individualização das formas de co-residência, sublinhámos o crescimento contínuo, embora num ritmo claramente mais veloz nos últimos dez anos, da proporção de pessoas a viver sozinhas, quer nos grupos etários dos jovens adultos quer nos grupos etários dos mais idosos. No primeiro caso, o crescimento da independência juvenil pode ser explicado pelo aumento da escolaridade, que pode promover a saída de casa dos pais para estudar noutra cidade do país, e pelo adiamento da entrada na vida conjugal e na formação de uma família. No segundo caso, o crescimento da autonomia residencial de pessoas em fases mais avançadas da vida, seja ela voluntária ou constrangida, pode ser explicado pelas ruturas conjugais e pelo aumento da esperança de vida, este mais marcado para as mulheres, e pelo decréscimo da co-residência em agregados domésticos de famílias complexas e de várias pessoas. Apesar das conotações negativas de que frequentemente se reveste, é uma tendência que revela, também, um acréscimo de individualização na organização da vida privada. Embora o grupo alargado de familiares próximos ainda acolha uma proporção significativa de pessoas com 75 e mais anos, o seu peso, simbólico e objectivo, diminuiu significativamente nas formas domésticas de co-residência (Aboim 2006; Wall 1998, 2005).

Num quadro de mudança, em que se regista um reforço dos agregados de pessoas sós e de famílias de casais sem filhos e monoparentais em detrimento dos formatos complexos e dos casais com filhos, o impacto deste processo de transformação varia segundo os grupos etários e o género. Na infância e na adolescência, continua-se a viver em agregados de famílias simples, e a proporção das crianças e adolescentes a viver

neste tipo de agregado até sobe nos últimos dez anos; no entanto, no interior das famílias simples, encontra-se um crescimento dos que vivem em famílias monoparentais e uma descida dos que vivem em famílias de casal com filhos. Entre os jovens dos 20 aos 29 anos, cresceu o número dos que vivem em agregados sem núcleo familiar e em famílias monoparentais, mas são semelhantes as proporções de mulheres e homens a viver nos diferentes tipos de agregado, embora as mulheres já vivam um pouco mais em conjugalidade (sem filhos) do que os homens. As diferenças de género são mais notórias a partir dos 30 anos. O período ativo da vida adulta e de formação de uma família, entre os 30 e os 49 anos, é dominado pela vivência em casal com filhos, apesar do aumento da monoparentalidade e das pessoas sós, a primeira incidindo mais nas mulheres e a segunda nos homens. A partir dos 50 anos, as diferenças de género acentuam-se: as mulheres a viver mais em agregados de pessoas sós e monoparentais, por comparação com os homens, que se encontram inseridos maioritariamente, e até ao fim da vida, em famílias simples de casais com ou sem filhos.

Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia. 2003. «Evolução das estruturas domésticas». *Sociologia – Problemas e Práticas*, 43, 13-30
- Aboim, Sofia. 2006. *Conjugalidades em Mudança. Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres, e Karin Wall . 1998. «Relações familiares: mudança e diversidade». In *Portugal, que Modernidade?*, orgs. José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa, , 45-78. Oeiras: Celta Editora.
- Correia, Sónia. 2013. *Conciliação Família-Trabalho em Famílias Monoparentais. Uma Abordagem Comparativa de Género*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Lisboa: ICS Universidade de Lisboa
- Guerreiro, Maria das Dores, Anália Torres, e Cristina Lobo. 2007. «Famílias em mudança: configurações, valores, processos». In *Portugal no Contexto Europeu. Quotidiano e Qualidade de Vida*, orgs. Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Luís Capucha, 7-37. Oeiras: Celta Editora.
- INE. 1996. *Censos 91: Resultados Definitivos: Portugal*. Lisboa: INE.
- INE. 2002. *Censos 2001: Resultados Definitivos: Portugal*. Lisboa: INE.
- INE. 2012. *Censos 2011 Resultados Definitivos: Portugal*. Lisboa: INE.
- Laslett, P. 1972. «Introduction: the history of the family». In *Household and Family in Past Time*, orgs. P. Laslett e P. Wall, 1-89. Cambridge: Cambridge University Press.
- OECD. 2014. OECD Family Database, OECD, Paris (www.oecd.org/social/family/database), consultado em 31 de Março de 2014.

- Rowland, Robert. 1997. *População, Família, Sociedade: Portugal, Séculos XIX-XX*. Oeiras:, Celta Editora.
- Torres, Anália. 2002. *Casamento em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Verdon, Michael. 1998. *Rethinking Households: An Analytical Perspective on European Living Arrangements*. Londres: Routledge.
- Wall, Karin. 1998. *Famílias no Campo. Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Wall, Karin (org.). 2005. *Famílias em Portugal. Percursos, Interações e Redes Sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin. 2005a. «Os grupos domésticos de co-residência». In *Famílias em Portugal. Percursos, Interações e Redes Sociais*, org. Karin Wall, 553-597. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin, Cunha, Vanessa, e Susana Atalaia. 2013. «Família». In *Portugal Social de A a Z. Temas em Aberto*, orgs. José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais, 70-78. Paço de Arcos: Impresa Publishing/Express.

Anexo

Notas metodológicas

Importa, relativamente à tipologia de agregados domésticos, descrever brevemente as formas de classificação para cada um dos anos em análise assim como alguns problemas de comparabilidade entre os dados dos quatro censos.

Relativamente a 1960, K. Wall (ver Almeida *et al.* 1998, 49), seguindo a metodologia proposta por Rowland (1997), identificou quatro categorias de agregados domésticos: as «pessoas isoladas» (grupo correspondente à categoria I de Laslett); as «outras pessoas aparentadas» (grupo correspondente à categoria II); os «casais sem filhos, casais com filhos sem outros parentes e pessoas com filhos sem outros parentes» (grupos correspondentes à categoria III); e os «casais sem filhos e outros parentes, casais com filhos com outros parentes e pessoas com filhos e outros parentes» (grupos correspondentes às categorias IV e V).

No que respeita aos recenseamentos de 1991, de 2001 e de 2011, o reagrupamento das categorias utilizadas pelo INE na classificação dos «tipos de família clássica» visou igualmente a correspondência com a tipologia de agregados domésticos proposta por Laslett, tendo sido seguidos os seguintes critérios: a categoria I da classificação que utilizamos corresponde à categoria «famílias com uma só pessoa» proposta pelo INE. Relativamente a estas «pessoas sós», o INE nos três censos considera nesta categoria não só as pessoas que vivem num alojamento unipessoal, mas também as pessoas que, apesar de compartilharem um alojamento com outras pessoas, vivem de forma independente e não em economia comum. Foi possível, no entanto, trabalhar os dados de forma a identificar os dois subconjuntos de pessoas sós nos três censos (1991, 2001 e 2011), de forma a assegurar a comparabilidade dos dados no quadro 2.1. Esta distinção é, contudo, apenas possível quando se trata, como neste caso, dos totais de agregados domésticos; quando se trata de um cruzamento entre tipo de agregado doméstico e outra variável ou de dados relativos à distribuição da população residente por tipo de agregado do-

méstico fazer esta distinção, a partir dos dados brutos do INE, já não foi possível.

A categoria II («várias pessoas sem estrutura conjugal ou parental») integra os vários tipos de famílias sem núcleo conjugal ou parental («pessoas aparentadas» e «pessoas aparentadas e/ou não aparentadas», a viver em economia comum (excepto em 1960, em que esta categoria pode integrar várias pessoas a viver ou não em economia comum); assim como «avô com netos» e «avó com netos», duas categorias que, em 1991 e em 2001, ainda eram consideradas pelo INE como um «núcleo familiar» (família simples) e que tiveram, por isso, de ser transferidas para esta categoria.

A categoria III («agregados de famílias simples») corresponde às famílias de «casal sem filhos sem outras pessoas», «casal com filhos sem outras pessoas» e «pai ou mãe com filhos sem outras pessoas». A categoria IV («agregados de famílias alargadas») corresponde às famílias de «casal sem filhos com outras pessoas», «casal com filhos com outras pessoas», «pai/mãe com filhos com outras pessoas» e «avós com netos com ou sem outras pessoas»; a categoria V («agregados de famílias múltiplas») corresponde às «famílias com 2, 3 e mais núcleos».

As duas primeiras categorias («pessoas só» e «agregados de várias pessoas») constituem a grande categoria de «agregados domésticos sem núcleo familiar», uma vez que não existe qualquer núcleo conjugal ou parental; e as duas últimas categorias (agregados alargados e múltiplos) constituem no seu conjunto a grande categoria de «agregados de famílias complexas», que implicam a partilha de alojamento, alimentação e rendimentos entre todos os co-residentes; caso contrário, apesar de o alojamento ser comum, os hóspedes ou outros indivíduos não aparentados que vivam na casa serão considerados à parte, como um agregado de pessoa só. Ressalve-se que, no caso de se tratar de parentes, estes são sempre considerados «dentro da família», mesmo que não haja uma economia comum. Refira-se ainda que o facto de terem sido consideradas como «alargadas» algumas situações em que as pessoas co-residentes com o núcleo familiar principal não são com ele aparentadas, leva, tanto em 1991 como em 2001 e em 2011, a que estas famílias estejam ligeiramente sobrerrepresentadas, pois, na verdade, seguindo rigorosamente os critérios propostos pelo Grupo de Cambridge, dever-se-ia fazer a distinção entre famílias alargadas (que incluíam somente pessoas aparentadas) e famílias aumentadas (que incluíam apenas pessoas não aparentadas).

Muito embora as classificações seguidas nos últimos três recenseamentos sejam bastante próximas, por comparação com a de 1960, existem algumas diferenças a ressaltar no que respeita a algumas das categorias:

peessoas sós (ver comentários sobre a categoria 1) e agregados simples de famílias monoparentais. Em 1991 estas integravam apenas os núcleos de mãe ou de pai a viver com filhos solteiros, passando em 2001 e em 2011 a incluir também os que vivem com filhos casados, separados/divorciados e viúvos, critério que sobreavalia ligeiramente esta categoria por relação a 1991.

Capítulo 3

Dinâmicas regionais de mudança nas famílias (1991-2011)

Introdução

Ao longo dos últimos vinte anos foram muitas as mudanças que atravessaram a vida familiar. Neste sentido, família e mudança são termos frequente e inevitavelmente acoplados, na medida em que se torna necessário descrever e interpretar as transformações nas formas de organizar e viver em família, bem como a evolução dos comportamentos familiares e demográficos.¹ Em traços gerais, os «grandes números» das estatísticas oficiais (tais como os da informação censitária) mostram um retrato sociológico bastante diverso do do passado e marcado pela progressão de movimentos contrastantes, mas que, entrecruzados, traduzem uma realidade em rápida mudança (Aboim 2003; Wall e Aboim 2003).

Em duas décadas, a vida familiar viu-se simultaneamente marcada por tendências de conjugalização, de individualização e de envelhecimento muito acentuadas (*e. g.*, Cabral *et al.* 2013). Na conjugalidade abriu-se campo para o crescimento exponencial da coabitação informal e dos nascimentos fora do casamento, do divórcio e da recomposição familiar, multiplicando-se as formas possíveis de constituição e dissolução dos casais, uma forma doméstica e familiar ainda dominante, mas com tendência para decrescer. Na fecundidade ressalta a queda acentuada do número de filhos, permitida primeiro pela generalização da contraceção e do planeamento familiar, e atualmente pelo impacto negativo do empobrecimento da população portuguesa. Na organização da vida doméstica,

¹ Para um retrato aprofundado das mudanças ocorridas nos comportamentos demográficos e nas formas de família e de co-residência, ver, neste livro, os capítulos 1 e 2.

o aumento de pessoas sós, que atravessa hoje todos os grupos etários – não obstante a concentração deste tipo de agregado doméstico entre os mais velhos –, ou de formas familiares em que o casal está ausente concorre com o padrão conjugal de organização da vida privada, sugerindo o alargamento das maneiras de viver em família. A diminuição da dimensão média da família e o decréscimo das famílias complexas (em que várias gerações partilham a mesma casa ou vários núcleos familiares vivem juntos) contrastam ainda com as formas de organização dos grupos domésticos existente no Portugal do passado (Wall *et al.* 2013, entre outros).

Em face das mudanças observadas nas formas de co-residência das famílias portuguesas entre 1991 e 2011, neste capítulo propomo-nos, num olhar de longe e necessariamente macrossocial, analisar as principais tendências de transformação operadas no nosso país, dando prioridade à diversidade regional dessas mesmas mudanças. Por outras palavras, pretendemos mostrar de que formas persistem ainda contrastes regionais – entre Norte e Sul, interior e litoral, urbano e rural – e recortes diversos ancorados no espaço geográfico para compreendermos a amplitude e a diversidade interna das grandes transformações a que fizemos alusão, mas que nem sempre os números globais deixam entrever com maior detalhe.

Metodologia e dados

Para concretizar este objetivo, trazendo à luz do dia os diferentes rumos e ritmos spatiotemporais da mudança nas formas como os agregados domésticos e as famílias se organizam em diferentes modos de habitar e viver,² realizámos uma análise ecológica (Magurran 1988; King 1997), ou seja, uma análise de dados agregados e das suas variações. Apesar das limitações que, por vezes, são apontadas a este tipo de metodologia, que prevê a necessária extrapolação de comportamentos indivi-

² A tipologia que aqui utilizamos segue a proposta de classificação de Hammel e Laslett (1974), que estabelecem cinco categorias principais de agregado: I) agregados domésticos de pessoas sós; II) agregados domésticos de várias pessoas sem estrutura conjugal; III) agregados domésticos de famílias simples (casais sem filhos, casais com filhos, pessoas a viver com filhos); IV) agregados domésticos de famílias simples alargadas (famílias simples a viver com outras pessoas); e V) agregados domésticos de famílias múltiplas (duas ou mais famílias simples a viver no mesmo alojamento). Contudo, para maior informação e detalhe na explicação destas categorias e a forma como nelas se enquadra a classificação de «família clássica» e de «núcleos familiares» utilizada nos Censos, ver o capítulo 1 deste livro.

duais para um nível agregado e, por isso, redutor da diversidade existente na realidade social, uma análise de nível nacional facilita uma visão de conjunto, pela comparação regional que permite.³ Examinamos, assim, através da metodologia ecológica, as 30 NUTS III em que se divide o território nacional, constituindo estes os dados agregados que nos servem de unidade de análise estatística. A análise da diversidade regional foi efetuada de modo a abranger dois períodos intercensitários: 1991-2001 e 2001-2011. A comparação entre estes dois períodos temporais é considerada essencial para que se possam compreender as dinâmicas de mudança, quase sempre lentas, que observamos nos modos de co-residência e organização das famílias.

A comparação estatística dos dados agregados por NUTS III em três momentos censitários (1991, 2001 e 2011) foi realizada recorrendo a duas análises hierárquicas de *clusters*, perscrutando primeiro os resultados censitários de 1991 e os de 2001 e depois repetindo o procedimento de forma a observar as mudanças operadas entre 2001 e 2011. Desta forma, a identificação dos diferentes perfis que apresentamos neste capítulo (quadros 3.1 e 3.2) foi obtida através da análise da variação regional do seguinte conjunto de indicadores: os tipos de agregados domésticos; os tipos de núcleos familiares (nomeadamente, os núcleos monoparentais, os núcleos conjugais a viverem em união de facto e as famílias recompostas),⁴ a estrutura etária da população a viver em agregados de pessoa só e o índice de envelhecimento. Em termos de procedimentos, num primeiro momento, construiu-se uma base de dados a nível das NUTS III, perfazendo assim um total de 30 casos, para os quais se selecionaram dados de 1991, 2001 e 2011. Num segundo momento, procedeu-se então à realização das duas análises hierárquicas de *clusters*, procedimentos estatísticos que nos permitiram agrupar as 30 regiões de acordo com critérios de proximidade entre os vários indicadores, tendo-se obtido em cada uma das análises temporais seis grupos com geografias significativamente diferenciadas e consistência interna relevante quer estatística, quer sociologicamente. Os grupos identificados através da análise de *clusters*, mau grado serem seis em ambos os decénios, revelam dinâmicas diversas no respeitante às mudanças operadas na vida familiar e doméstica. Justifica-se deste modo a nossa opção metodológica de analisar cada uma das décadas sob obser-

³ Na análise dos agregados domésticos e da vida familiar, este tipo de análise foi já utilizada por Rowland (1997).

⁴ Cada um destes tipos específicos de família é descrita com detalhe nos capítulos subsequentes deste livro.

vação separadamente, ao invés de procurarmos obter uma tipologia geral que abrangesse de uma só vez os vinte anos de mudanças na família que aqui examinamos.

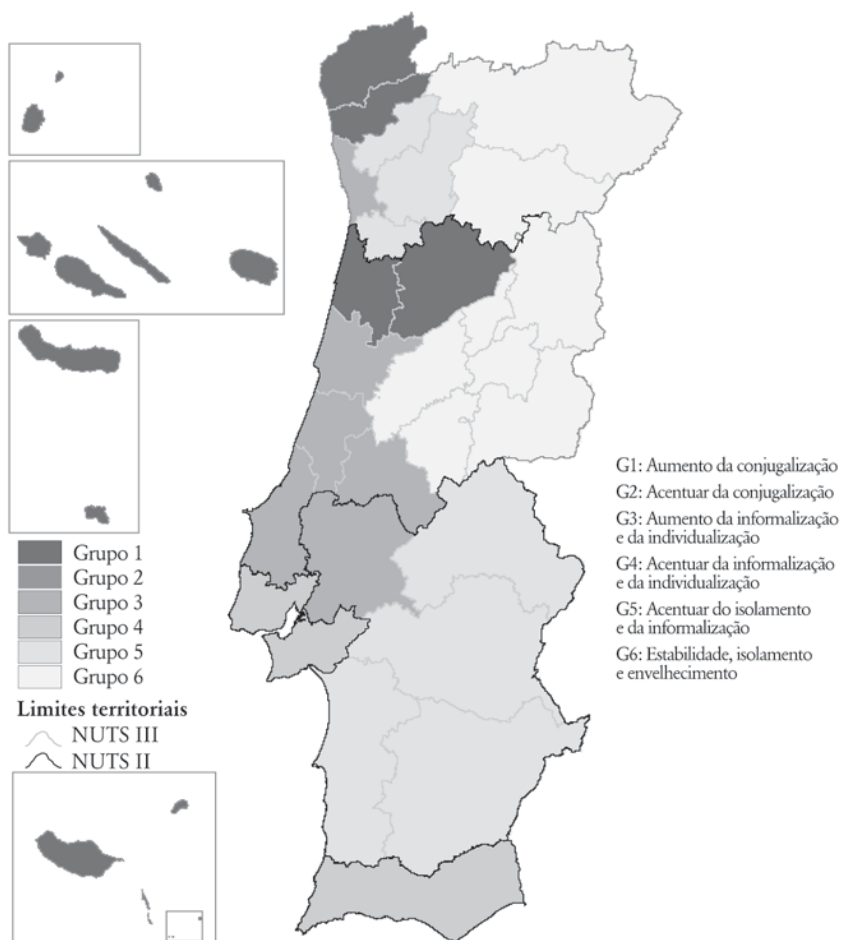
Os resultados que apresentamos neste capítulo traduzem-se assim em dois «mapas regionais» (mapas 3.1 e 3.2) dos principais movimentos de transformação ocorridos respetivamente entre 1991 e 2001 e entre 2001 e 2011. Pelos diferentes cenários e ritmos de mudança operados em Portugal, encontramos, desta forma, tendências relativamente diversas ao interpretarmos, sob o prisma da diferenciação regional, as transformações da vida familiar nestes dois períodos temporais.

Num primeiro momento, debruçamo-nos sobre a última década do século XX e identificamos as grandes dinâmicas regionais de transformação da vida familiar, descobrindo, sob a diversidade albergada nos anos 90, duas linhas de força principais: a conjugalização, ou seja, o aumento dos núcleos conjugais a viverem em agregados de famílias simples (sem outros parentes ou outras pessoas em casa), e a individualização, ou seja, o reforço dos agregados de pessoas sós e das famílias monoparentais bem como da coabitação conjugal, elementos teorizados enquanto sinalizadores de um movimento que mostra uma passagem da família como instituição e âncora de sobrevivência para formas familiares mais informais e mais centradas no indivíduo (Giddens 1992; Beck e Beck-Gernsheim 2002). No segundo período sob escrutínio, encontramos igualmente grande diversidade, ao mesmo tempo que se reforçam, também em linhas gerais, as tendências de individualização e se sentem com mais acuidade os efeitos do acentuadíssimo envelhecimento da população portuguesa. Finalmente, discutiremos, procurando aferir a relevância da diversidade regional, a sobreposição entre convergência regional e a permanência de diferenciação espacial em matéria de vida familiar.

Entre a conjugalização e a individualização: 1991-2001

Globalmente, entre 1991 e 2001 assistiu-se, nas dinâmicas da vida familiar, a uma desinstitucionalização progressiva dos comportamentos conjugais e a um reforço dos casais a viverem em agregados de famílias simples, bem como a um movimento tendencial de reforço da individualização da vida privada. Porém, a par destas grandes tendências, foi igualmente possível descortinar padrões regionais diferenciados, atestando nuns casos o efetivo incremento da individualização e da infor-

Mapa 3.1 – Dinâmicas regionais de transformação da vida familiar 1991-2001



malização na vida familiar, e noutros nem tanto. A diversidade espacial do país no decénio em análise é evidente quando observamos os contrastes entre diferentes regiões (NUTS III). A análise hierárquica de *clusters* – método estatístico anteriormente descrito – permitiu identificar, com consistência, seis perfis regionais (mapa 3.1 e quadro 3.1). Cada um destes perfis revela formas diferenciadas de organização da vida familiar, permitindo traçar as fronteiras que então dividiam o país.

Nos anos 90 do século XX, como aliás já assinalámos, um primeiro grande movimento transformador refere-se às dinâmicas de conjugalização que, nalgumas regiões de Portugal, ganharam destaque e noutras se

Quadro 3.1 – Dinâmicas regionais de transformação da vida familiar 1991-2001: perfis regionais

	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Grupo 5		Grupo 6	
Total	Conjugalização		Acentuar da conjugalização		Aumento da informalização e da individualização		Acentuar da informalização e da individualização		Acentuar do isolamento e da informalização		Estabilidade, isolamento e envelhecimento	
	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991
(%)	NUTS III											
	Minho-Lima		Ave		Grande Porto		Grande Lisboa		Alentejo Litoral		Douro	
	Cávado		Tâmega		Baixo Mondego		Península de Setúbal		Alto Alentejo		Alto de Trás-os-	
	Baixo Vouga		Entre Douro e Vouga		Pinhal Litoral		Algarve		Alentejo Central		-Montes	
	São-Lafões				Oeste				Baixo Alentejo		Pinhal Interior Norte	
	Açores				Médio Tejo						Pinhal Interior Sul	
	Madeira				Lezíria do Tejo						Serra da Estrela	
											Beira Interior Norte	
											Beira Interior Sul	
											Cova da Beira	
Estruturas domésticas	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991
	Dimensão média da família											
	2,8	3,1	3,5	3,1	2,7	3,0	2,6	2,9	2,6	2,8	2,6	2,8
	17,3	13,6	11,6	11,6	17,9	13,6	20,2	14,9	20,6	16,7	20,6	17,8
	2,2	3,0	3,5	1,7	1,6	2,4	2,6	3,1	1,7	2,6	1,8	2,8
	Agregados de famílias simples											
	70,1	69,4	65,5	75,2	71,5	71,7	67,9	69,2	69,6	70,2	69,3	68,4
	22,0	20,0	16,2	19,3	24,3	22,6	23,3	21,6	26,6	26,6	27,7	26,4
	41,1	43,9	43,0	49,8	40,9	44,0	37,1	42,2	37,0	39,3	35,8	36,9
	7,0	5,6	6,3	6,2	6,4	5,1	7,5	5,4	6,0	4,3	5,0	5,0
Casais em coabitação*	Agregados de famílias complexas											
	10,4	13,9	19,4	11,6	9,0	12,4	9,2	12,8	8,1	10,5	8,3	11,0
Casais em coabitação*	Total											
	6,9	3,9	2,1	3,0	6,0	3,1	12,0	7,3	8,8	7,1	3,7	1,5

	Total	Grupo 1 Conjugalização	Grupo 2 Acentuar da conjugalização	Grupo 3 Aumento da informalização e da individualização	Grupo 4 Acentuar da informalização e da individualização	Grupo 5 Acentuar do isolamento e da informalização	Grupo 6 Estabilidade, isolamento e envelhecimento
(%)	NUTS III	Minho-Lima Cávado Baixo Vouga Dão-Lafões Açores Madeira	Ave Tâmega Entre Douro e Vouga	Grande Porto Baixo Mondego Pinhal Litoral Oeste Médio Tejo Lezíria do Tejo	Grande Lisboa Península de Setúbal Algarve	Alentejo Litoral Alto Alentejo Alentejo Central Baixo Alentejo	Douro Alto de Trás-os- -Montes Pinhal Interior Norte Pinhal Interior Sul Serra da Estrela Beira Interior Norte Beira Interior Sul Cova da Beira
	2001 1991	2001 1991	2001 1991	2001 1991	2001 1991	2001 1991	2001 1991
Núcleos monoparentais**							
Com filhos de todas as idades	17,9 13,1	18,0 13,9	14,3 12,1	16,3 12,1	19,2 12,6	17,1 11,0	15,7 13,0
Com pelo menos 1 filho menor de 18 anos	7,5 6,8	7,1 7,9	5,2 5,6	6,7 5,9	10,2 7,3	6,7 5,1	5,4 5,6
<i>Recompostas***</i>	2,7 –	2,1 –	1,3 –	2,7 –	4,6 –	3,7 –	1,8 –
<i>Jovens a viver sós (20-29 anos)****</i>	4,3 1,7	2,6 0,7	1,5 1,7	4,9 1,1	6,6 1,7	3,3 2,0	2,9 1,4
<i>Idosos a viver sós (65 e mais anos)****</i>	19,7 18,2	16,2 14,8	16,3 15,8	20,3 18,6	20,8 18,7	22,5 21,2	22,5 21,4

* Total de núcleos de casal a viver em coabitação por 100 núcleos conjugais; ** Total de núcleos monoparentais no total dos núcleos familiares; *** Total de casais que co-residem com filhos não comuns (de anteriores conjugalidades/relações) de um ou dos dois cônjuges, por 100 núcleos de casal com filhos; **** Pessoas sós no total da população residente com 15 e mais anos.

acentuaram visivelmente. Nas regiões do Minho-Lima, Cávado, Baixo-Vouga, Dão-Lafões, Açores e Madeira assistiu-se ao «aumento da conjugalização», ou seja, a um acréscimo dos agregados de famílias simples constituídas por um casal, em detrimento dos agregados complexos tradicionalmente elevados nestas regiões. Tornou-se claro o movimento para a maior autonomização residencial dos núcleos conjugais. Era em 2001 mais fácil «casar e ter casa» do que no passado, onde a dependência de pais e sogros era realidade mais comum (Rowland 1997; Wall 1998). Ainda ao abrigo deste movimento de conjugalização, um segundo grupo de regiões — Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga — revela, por seu lado, uma consolidação do casal como pilar da família. Neste caso, e em contraste com o perfil anterior, a predominância de famílias simples de casais com e sem filhos era já visível em 1991. Destacou-se, entre 1991 e 2001, a tendência para a autonomização dos núcleos conjugais. Tanto no primeiro como no segundo grupo, o aumento da proporção de pessoas sós (de qualquer idade) ou de núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos encontrava-se abaixo da média nacional (quadro 3.1).

A segunda grande tendência de mudança nas dinâmicas familiares caracterizou-se, neste período temporal, por um acréscimo, por vezes acentuado, do que entendemos como indicadores de individualização. Como é visível no quadro 3.1, aumentaram as pessoas sós, com algum destaque para a população jovem a viver só, e as famílias monoparentais com filhos menores, e a proporção de casais a viverem em coabitação. Em contrapartida, verificou-se a diminuição da dimensão média da família, da proporção de casais com filhos ou ainda do número de agregados de famílias complexas, tendências que, como veremos, se acentuam no período 2001-2011. Entre 1991 e 2001 foi na faixa litoral do país, de Coimbra a Setúbal, na região do Grande Porto e nas regiões da Grande Lisboa, Península de Setúbal e Algarve, que se tornaram mais vincadas estas tendências. Estas últimas constituíam, e continuam a constituir, um grupo que podemos considerar como a «vanguarda modernista» do país, aproximando-se mais do tracejado que encontramos noutros contextos europeus, onde o movimento de individualização da vida familiar já ganhou mais expressão. Representando à época uma dinâmica de rutura com um cenário de maior conjugalização da vida familiar, encontramos as regiões do Grande Porto, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo.

Por último, entre 1991 e 2001 verificaram-se movimentos de mudança que, vindos do passado (Bandeira 1996), continuaram a distinguir a faixa interior do país. Com efeito, abrangendo toda a região do Alentejo

(grupo 5), uma dinâmica de «acentuar do isolamento e da informalização conjugal» destaca o acréscimo da percentagem de idosos sós (mais de 20% viviam sós em 2001), de famílias monoparentais com filhos maiores de 18 anos e de práticas conjugais informais, mau grado a diminuição das famílias de casal com filhos. Por outro lado, na faixa interior a norte e ao centro do país, encontrávamos um cenário marcado pela «estabilidade, isolamento e envelhecimento». Destacava-se a permanência de uma elevada proporção de idosos a viverem sós e uma certa erosão das estruturas conjugais de família, realidade que pouco dinamismo sofreu ao longo dos anos 90 do século xx.

Entre a individualização e o envelhecimento: 2001-2011

As mudanças na vida doméstica e familiar foram igualmente muito relevantes quando analisamos o período entre 2001 e 2011, data do último Censo. Sabemos que hoje as famílias são ainda mais pequenas do que em 2001, que as famílias monoparentais estão a aumentar e que a mesma inflexão se aplica às pessoas sós (mais 4,1% do que em 2001), também elas mais numerosas do que há uma década. Sabemos, por outro lado, que mau grado constituírem ainda a forma maioritária de organização da vida familiar, os agregados conjugais, sobretudo os de casal com filhos, têm vindo a diminuir (menos 5,9% do que em 2001). A mesma tendência afeta os agregados de famílias complexas, apesar de estes terem diminuído apenas 1,7% face aos valores de 2001.⁵ Sabemos ainda que os comportamentos demográficos e as formas de encarar o casamento se alteraram profundamente. Face ao início da década de 2000, duplicaram os bebés nascidos fora do casamento (42,8% em 2011), aumentou a taxa bruta de divórcio (2,5‰ em 2011), diminuiu de forma acentuadíssima a proporção de casamentos católicos (apenas 38% em 2012), assistiu-se ao incremento das famílias recompostas (6,6% em 2011) e ao decréscimo do índice sintético de fecundidade (ISF), que baixou de 1,4 em 2001 para somente 1,28 em 2012. Simultaneamente, destaca-se o aumento exponencial do envelhecimento, cujo índice passou de 136,1 em 2001 para 164,8 em 2011. Ou seja, em Portugal, por

⁵ Para uma visão mais aprofundada destas tendências globais ver, em primeiro lugar, o capítulo 2 deste livro, bem como, mais adiante, aqueles que se debruçam, passo a passo, sobre cada um dos principais tipos de agregados domésticos.

cada 100 jovens com menos de 15 anos existem 165 idosos com mais de 65 anos.

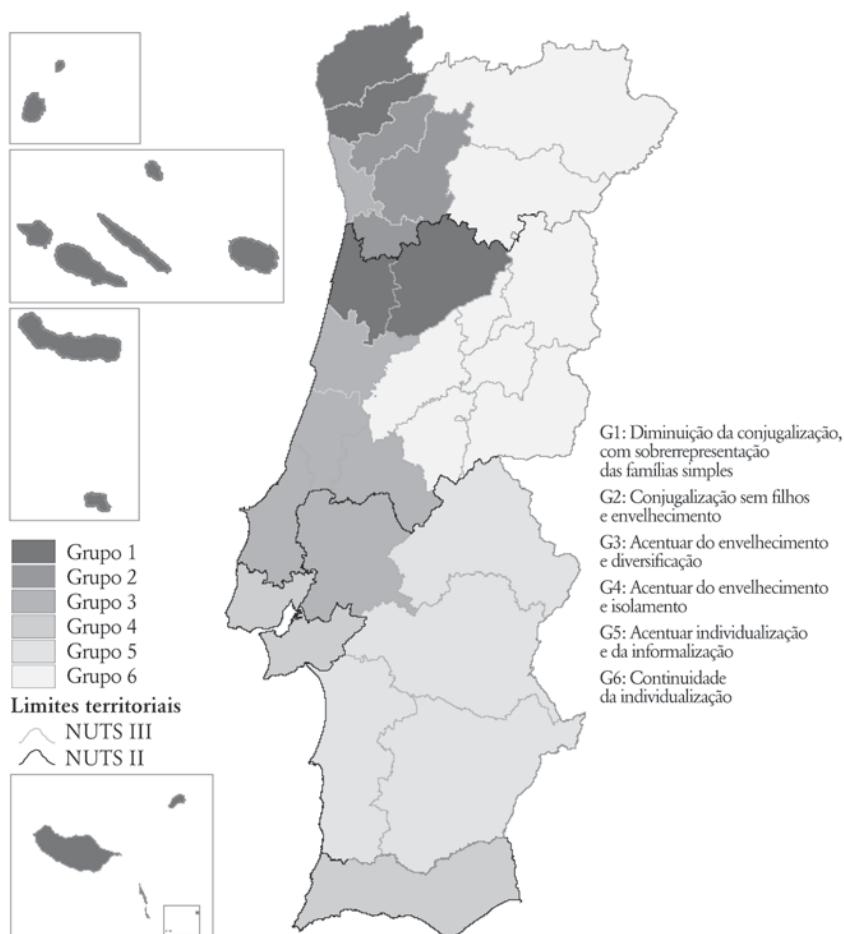
Resumindo, entre os inúmeros indicadores que retratam a reorganização na vida das pessoas e das famílias, todos os que mencionámos não deixam qualquer margem para dúvidas quanto à amplitude e profundidade das transformações ocorridas. Fruto de influências múltiplas, só compreensíveis quando nelas observamos o entrecruzamento de tendências históricas crescentemente sedimentadas com os novos desafios impostos pela crise económica, financeira e social dos anos recentes, os cenários para formar uma família e viver a vida privada são indubitavelmente diversos e convidam a um escrutínio mais detalhado.

Seguindo a mesma metodologia da secção anterior, interessa-nos agora escalpelizar as mudanças operadas nas dinâmicas familiares entre 2001 e 2011, procurando mostrar a diversidade geográfica (a nível das NUTS III) escondida por detrás dos números globais, dos totais calculados para o país. Manter-se-ão os mesmos grandes recortes regionais que identificámos no decénio anterior? Ou haverá, pelo contrário, novas colorações no mapa do país quando analisamos o que mudou entre 2001 e 2011? Quais são hoje, na vida familiar e suas dinâmicas, as grandes fronteiras regionais?

Em primeiro lugar, podemos, desde logo, identificar três grandes tendências que atravessam a sociedade portuguesa contemporânea, estabelecendo um relativo contraste com as dinâmicas mais claramente definidas – quer em forma e estrutura, quer em recorte geográfico – que haviam caracterizado a década de 1990. Ao invés de um contraste entre regiões com maior predominância da conjugalização e regiões mais visivelmente marcadas pelos efeitos da individualização da vida privada, na primeira década do século XXI assistimos a dinâmicas de maior diversificação e sobreposição de diferentes movimentos de mudança, que, entrecruzados de modo diverso, trazem novas colorações ao mapa de Portugal em 2011. Encontramos então um cenário em que se acentuaram as dinâmicas de individualização, com o aumento das pessoas só em todos os grupos etários, das famílias monoparentais, dos casais sem filhos e a viverem em coabitação informal. Por outro lado, o envelhecimento populacional é extraordinariamente marcante, definindo, como veremos, as formas de viver em família e de co-residir num vasto número de regiões do país.

Em seguida, descreveremos mais pormenorizadamente os seis grupos identificados na análise hierárquica de *clusters* que efetuámos (mapa 3.2 e quadro 3.2).

**Mapa 3.2 – Dinâmicas regionais de transformação da vida familiar:
2001-2011**



Os grupos 1 e 2 extraídos através da metodologia ecológica utilizada revelam respetivamente dinâmicas de «diminuição da conjugalização, com sobrerepresentação das famílias simples» e um movimento de «conjugalização sem filhos e envelhecimento». Se esta parece uma diferença pequena em termos dos indicadores que caracterizam estes dois agrupamentos regionais, o estabelecimento de uma fronteira geográfica sociologicamente relevante é ainda assim justificável. No primeiro caso, devemos destacar o decréscimo acentuado dos casais com filhos (menos 7,1% do que em 2001) a par, contudo, com a permanência de um número elevado de agregados domésticos de famílias simples (74% em 2011),

Quadro 3.2 – Dinâmicas regionais de transformação da vida familiar 2001-2011: perfis regionais

	Total	Grupo 1 Diminuição da conjugalização, com sobrerrepresentação das famílias simples	Grupo 2 Conjugalização sem filhos e envelhecimento	Grupo 3 Acentuar do envelhecimento e diversificação	Grupo 4 Acentuar do envelhecimento e isolamento	Grupo 5 Acentuar da individualização e da informalização	Grupo 6 Continuidade da individualização
(%)							
Estruturas domésticas							
Dimensão média da família	2,8	2,6					
Pessoas sós	17,3	21,4					
Várias pessoas	2,2	1,8					
Agregados de famílias simples	70,1	68,0					
Casais sem filhos	22,0	23,8					
Casais com filhos	41,1	35,2					
Monoparentais	7,0	9,0					
Agregados. de famílias complexas	10,4	8,7					
Casais em coabitação*	6,9	13,3					

	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Grupo 5		Grupo 6	
	Diminuição da conjugalização, com sobre-representação das famílias simples		Conjugalização sem filhos e envelhecimento		Acentuar do envelhecimento e diversificação		Acentuar do envelhecimento e isolamento		Acentuar da individualização e da informalização		Continuidade da individualização	
	Cávado Ave		Douro		Minho-Lima		Pinhal Interior Norte		Oeste		Grande Lisboa	
	Tâmega		Alto Trás-os-Montes		Grande Porto		Pinhal Interior Sul		Médio Tejo		Península de Setúbal	
	Entre Douro e Vouga		Dão-Lafões		Baixo Vouga		Serra da Estrela		Lezíria do Tejo		Algarve	
			Alentejo Litoral		Baixo Mondego		Beira Interior Norte					
			Alentejo Central		Pinhal Litoral		Beira Interior Sul					
			Baixo Alentejo		Açores		Cova da Beira					
					Madeira		Alto Alentejo					
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Núcleos monoparentais												
Com pelo menos 1 filho menor de 18 anos**	7,5	10,5										
Recompostas***	2,7	6,6										
Pessoas a viver sós por idade****												
20-29 anos	8,2	5,6										
30-49 anos	14,8	24,0										
65 e mais anos	58,0	53,6										
Índice de envelhecimento	136,1	164,8										

* Total de núcleos de casal a viver em coabitación por 100 núcleos conjugais; ** Total de núcleos monoparentais no total dos núcleos familiares; *** Total de casais que co-residem com filhos não comuns (de anteriores conjugálidades/relações) de um ou dos dois cônjuges, por 100 núcleos de casal com filhos; **** Pessoas sós por grupos etários sobre o total das pessoas sós (estrutura etária das pessoas sós).

quando a comparação é feita com a média nacional (apenas 68%). Constituído pelas regiões do Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga e Cávado, onde predominava uma dinâmica historicamente consolidada de prevalência do casal como estrutura familiar, notamos agora, analisando os dados de 2011, que esta forte conjugalização da família – importante até 2001 como vimos na secção anterior – sofre agora um abrandamento, mau grado a proporção de casais se encontrar ainda bastante acima da média nacional e o índice de envelhecimento permanecer bastante baixo, ainda inferior ao valor 100. No grupo 2 aparecem associadas a norte as regiões do Douro, Alto de Trás-os-Montes, Dão-Lafões, e a sul o Alentejo Litoral e Central bem como o Baixo Alentejo, tornando visível uma configuração diferente da que encontrámos para o decénio anterior. Em traços gerais, em todas estas regiões se verifica uma sobre-representação dos casais sem filhos, igualmente acompanhada de envelhecimento progressivo e muito mais expressivo. A grande distinção deste grupo face ao primeiro agrupamento reside na percentagem muito baixa de casais com filhos, que perfazem apenas um terço dos agregados de famílias simples. O aumento das pessoas sós, sobretudo no grupo entre os 30 e os 49 anos, é também sinalizador de uma dinâmica de erosão das estruturas familiares conjugais.

O impacto das mudanças demográficas, traduzidas no aumento da coabitação conjugal em detrimento do casamento, no declínio acentuado da fecundidade e num processo de envelhecimento muito marcado, refletem-se igualmente no terceiro agrupamento regional (quadro 3.2), que se pauta por certa heterogeneidade. Nas regiões do Minho-Lima, Baixo Vouga, Açores e Madeira, onde até 2001 notávamos um acentuar das dinâmicas de conjugalização, torna-se agora evidente, à luz da realidade de 2011, um «acentuar do envelhecimento e diversificação das famílias». Dinâmicas semelhantes associam o Grande Porto, o Baixo Mondego e o Pinhal Litoral a este grupo regional, denotando uma inflexão no anterior movimento de acentuar da individualização, que as singularizou ao longo da década de 90. Hoje, esta faixa litoral norte e centro do país revela características semelhantes, diversificando e alterando as linhas de separação regional anteriores. A diminuição dos casais com filhos é, em todas estas regiões, um dado relevante. Este tipo de agregado doméstico passou de 41,9% em 2001 para apenas 36,5% em 2011. Apesar de haver uma certa manutenção dos agregados domésticos de famílias complexas na maioria das regiões que aqui vemos conectadas pelo envelhecimento e por processos de diversificação das formas de família, a tendência para a informalização do casal é visível no aumento da coabitação

conjugal, que atinge 11,2% em 2011. Tal como nos casos descritos anteriormente, é também no grupo dos 30 aos 49 anos que vemos aumentar significativamente a percentagem de pessoas a viverem sós. Ou seja, daqueles que vivem sós, cerca de um quarto encontra-se nesta faixa etária, diminuindo o peso relativo dos mais novos (20-29 anos) e dos mais velhos (mais de 65 anos). Rumou-se, certamente mais numas regiões do que noutras, em direção a uma maior diversificação e complexificação das tendências dominantes em 2001. Quer onde era mais forte a conjugalização e o reforço da autonomia dos casais face às estruturas domésticas de famílias complexas, quer onde se entrevia já um reforço acentuado da individualização (como acontecia na região do Grande Porto), os efeitos do envelhecimento populacional, da informalização da conjugalidade, do decréscimo dos casais com filhos, para nomear alguns indicadores-chave, produziram alguma dose de homogeneização, mitigando diferenças ainda distintivas aquando da realização do Censo de 2001.

Por seu lado, o agrupamento 4 — «acentuar do envelhecimento e isolamento» —, igualmente identificado através dos procedimentos estatísticos utilizados, revela maior estabilidade, destacando-se, sem margem para dúvidas, o acréscimo impressionante dos processos de envelhecimento. A zona interior centro do país forma hoje um bloco regional em que o índice de envelhecimento passou de 189,6 em 2001 para 240,4 em 2011. Ou seja, para cada cem jovens com menos de 15 anos existem 240 pessoas com mais de 65 anos. T tamanha desproporção da pirâmide demográfica, aqui mais vincada do que na generalidade do país (como já anteriormente se observava), tem um profundo efeito modelador nas regiões do Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira ou Alto Alentejo. A percentagem de pessoas sós é elevada (com grande peso dos indivíduos com mais de 65 anos) e a proporção de casais sem filhos atinge cerca de 30%, sendo a mais elevada em termos comparativos. Simultaneamente, a percentagem de agregados de famílias complexas é atualmente a menos expressiva (apenas 6,2% dos agregados), desvelando assim o entrelaçamento entre velhice, solidão, isolamento e provável ausência de redes de apoio. Esta é aliás uma realidade que vários estudos têm vindo a analisar, diagnosticando as dinâmicas associadas ao envelhecimento, sobretudo quando temos, como aqui identificámos, enclaves regionais muito marcados.

Trata-se assim de um processo de envelhecimento que, conduzindo ao isolamento, retrata diversas tendências cruzadas nos mesmos espaços geográficos — o isolamento dos idosos, o isolamento engendrado pela

erosão da proporção de casais a par com o aumento de núcleos monoparentais e também o isolamento associado ao decréscimo dos agregados de famílias complexas. Nestas dinâmicas familiares, acentuadas entre 2001 e 2011, encontramos afinal o reforço de um traçado que já em 1991 se destacava na geografia do país.

Por fim, os últimos dois grupos — «acentuar da informalização» e «acentuar da informalização e da individualização» — relevam também dinâmicas muito semelhantes às do decénio anterior, continuando a acentuar-se o que entendemos globalmente por processos de individualização e de informalização.

No grupo 5 juntam-se três regiões do centro-sul — Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo — destacando-se, face ao período intercensitário 1991-2001, o aumento de dinâmicas de informalização da conjugalidade (18,6% dos casais vivem em união de facto em 2011) e o aumento da recomposição conjugal (9,6% dos núcleos de casal com filhos em 2011) a par com o decréscimo, já habitual, da percentagem de agregados domésticos de casais com filhos. Aumentam também as pessoas sós sobretudo entre o grupo dos 30 aos 49 anos, muito provavelmente em consequência da mutação dos comportamentos demográficos, designadamente do incremento do número de divórcios e separações. Viver só durante esta fase etária será certamente, em muitos casos, uma fase do curso de vida entre uma rutura conjugal e a formação de uma nova família, agora recomposta. Em suma, para melhor diferenciarmos o grupo 5 do grupo 6 (quadro 3.2), destacaríamos o aumento muito considerável das conjugalidades informais e da recomposição familiar, cujos números vêm reforçar as dinâmicas já identificadas para o decénio anterior.

Por seu lado, em clara linha de continuidade com as mudanças operadas entre 1991 e 2001, as regiões da Grande Lisboa, Península de Setúbal e Algarve mantêm e acentuam dinâmicas de individualização da vida doméstica e familiar. Em números agregados (quadro 3.2), verificamos ser aqui que atualmente se observam as mais elevadas percentagens de pessoas a viverem sós (com grande peso do grupo etário dos 30 aos 49 anos), o menor número de agregados de casais com filhos e o maior número de núcleos monoparentais com pelo menos um filho menor de 18 anos. Inversamente, diminuem os casais com filhos e os agregados de famílias complexas. A relativa erosão das dinâmicas de nuclearização do casal mantêm-se assim crescentes, mais uma vez singularizando estas regiões como as mais afetadas por processos de individualização da vida familiar. A par, note-se ainda, com o reforço do envelhecimento, como é aliás tendência global na sociedade portuguesa contemporânea.

Convergência e diferenciação regional: um país dividido?

Nos últimos vinte anos permaneceram divisões regionais a recortar o país de forma visível, algumas delas herdadas de períodos históricos anteriores. Não se trata contudo já de uma divisão linear entre Norte e Sul, o primeiro mais conservador e o segundo mais liberal em matéria de comportamentos familiares, como notaram vários estudos sobre a realidade portuguesa (Bandeira 1996; Roland 1997; Wall 1998, entre outros). Em matéria de vida familiar, se temos hoje um país geograficamente diversificado, as colorações das diferentes regiões já não obedecem apenas a heranças ancestrais ou a divisões lineares. Nalguns casos e em certas tendências de mudança houve até uma relativa convergência, fazendo do território nacional um espaço um pouco mais homogêneo. Noutros casos, e resgatando as grandes tendências que pudemos observar sob o matiz das regiões, a diferenciação permanece, não obstante poder falar-se atualmente de um panorama ligeiramente mais diversificado do que aquele que tínhamos no início dos anos 90 do século XX. Num certo sentido, movimentos de convergência (como o envelhecimento) e de diferenciação (a proporção de coabitação ou pessoas sós) vieram complexificar os contrastes regionais, dando-lhes um renovado arranjo geográfico.

Neste ponto, importa pois sumarizar tendências e sintetizar diferenciações regionais, comparando os dois períodos temporais que analisámos. Como antes diagnosticámos, é hoje possível fazer um desenho geral e, olhando para o passado recente, compreender a tensão entre conjugação e individualização que marcou, em grandes linhas, repetimo-lo, os anos 90. Se a síntese é sempre útil, interessa-nos então reter dois traços fundamentais: a autonomia dos casais face à co-residência com o parentesco, mais visível a norte e nas ilhas, e o crescimento concertado, sobretudo no litoral, a sul e nas grandes regiões urbanas, de indicadores associados ao referido movimento de individualização: mais pessoas sós em todos os grupos etários, mais coabitação conjugal, menos casais com filhos, menos agregados de famílias complexas.

Todavia, este retrato sucinto carece de uma observação mais aprofundada das mudanças operadas no panorama regional. Por que se alteraram algumas tendências e outras permaneceram num ritmo continuado e certo? Por que se alterou também o perfil de algumas regiões que em 2011 aparecem com características algo diversas daquelas que se pronunciavam em 2001?

No quadro 3.3 encontramos um resumo destas transformações regionais. A sua análise, embora carecendo de maior informação sobre as especificidades das sub-regiões interiores às NUTS III, é, não obstante, elucidativa e poderá propiciar estudos mais aprofundados sobre o tema. Vejamos algumas das alterações mais relevantes operadas no mapa das dinâmicas familiares.

O caso quiçá mais interessante e, por isso, merecedor de reflexão abrange as regiões do Minho-Lima, Baixo Vouga, Açores e Madeira. Se em 2001 se enquadravam num perfil de mudança rumo à conjugalização da vida familiar, em 2011 esta tendência deu lugar a um perfil de acentuar do envelhecimento e diversificação. Neste perfil, agrupam-se igualmente outras regiões onde os prenúncios de individualização eram bastante fortes no final dos anos 90: o Baixo Mondego, o Grande Porto e o Pinhal Litoral. As tendências anteriores diversificaram-se e mudaram o suficiente para que outra grande tendência se sobrepusesse à realidade de 2001, altura em que o país beneficiava de condições económicas e sociais muito diferentes. O acesso à compra de habitação, as baixas taxas de desemprego (quando comparadas com as atuais), o *boom* da escolarização, a erosão dos valores muito conservadores e do institucionalismo na vida familiar são alguns dos fatores que nos relembram já um momento histórico bem diferente do atual, apesar de apenas dez anos os separarem. Atualmente, acompanhando todas estas transformações, é, sem dúvida, o acelerado processo de envelhecimento da sociedade portuguesa o grande fator explicativo da relativa homogeneização a que assistimos. Afinal é também este processo demográfico que parece explicar a maior convergência relativa entre as regiões do Alentejo e as do interior norte.

A verdade é que o país envelheceu, notando-se tal efeito demográfico na esmagadora maioria das regiões, com muito poucas exceções relativas. Quase todos os perfis retratam marcadores deste envelhecimento acentuado, não obstante os matizes de diferenciação que procurámos também identificar, tentando não obscurecer sob a esmagadora influência do envelhecimento as tendências consistentes de individualização que se foram reforçando até à data do Censo de 2011. Podemos assim constatar, enquanto conclusão, que existe também uma continuidade relativa das dinâmicas regionais no tempo. Por outras palavras, as mudanças são cumulativas, muito embora pareçam favorecer mais o acentuar da individualização do que a manutenção de dinâmicas de conjugalização fortes. O casal continua a ser, notemo-lo, a principal forma de organização da vida doméstica e familiar. Porém, o decréscimo da fecundidade, a informalização da vida conjugal, os divórcios e as recomposições produzi-

Quadro 3.3 – Distribuição regional (NUTS III) por tipo de dinâmicas de transformação da vida familiar: 1991-2001 e 2001-2011

2001-2011 1991-2001	Diminuição da conjugalização, com sobre-representação das famílias simples					
	Conjugalização	Diminuição da conjugalização, com sobre-representação das famílias simples	Conjugalização sem filhos e envelhecimento	Accentuar do envelhecimento e diversificação	Accentuar do envelhecimento e isolamento	Accentuar da individualização e da informalização
Conjugalização	Cávado	Dão-Lafões	Minho-Lima Baixo Vouga Açores Madeira			
Accentuar da conjugalização	Ave Tâmega Entre Douro e Vouga	Douro				
Aumento da informalização e da individualização			Baixo Mondego Grande Porto Pinhal Litoral		Oeste Médio Tejo Lezíria do Tejo	
Accentuar da informalização e da individualização						Grande Lisboa Península de Setúbal Algarve
Accentuar do isolamento e da informalização		Alentejo Central Alentejo Litoral Baixo Alentejo			Alto Alentejo	
Estabilidade, isolamento e envelhecimento		Alto de Trás-os-Montes			Pinhal Interior Norte Pinhal Interior Sul Serra da Estrela Beira Interior Norte Beira Interior Sul Cova da Beira	

ram indeléveis alterações nas formas como se constrói o casal e se vive (cada vez mais e apenas) a dois.

Outra conclusão relevante prende-se com o efeito da urbanidade. Voltemos então ao caso do Grande Porto. Se em 2001 poderíamos, sem grandes dúvidas, atribuir o acentuar da individualização na vida familiar ao carácter urbano da região (como aliás é aplicável a outros casos), em 2011 a urbanidade parece não possuir por si própria um efeito explicativo. Neste caso, colocamos a hipótese de que as tendências para uma maior individualização da família sejam efetivamente «abafadas» pelo envelhecimento demográfico, pelo menos ao nível ecológico em que situamos a nossa análise. Em suma, se uma tensão ou divisão tende hoje a existir, gerando fronteiras no interior do país, esta prende-se com o avanço paralelo de uma vida familiar menos centrada no casal com filhos, mais individualizada e muito mais envelhecida.

Estas são muito provavelmente dinâmicas centrais na análise do futuro das famílias e da forma como se vão reconstruindo os contrastes regionais. Lembremos que segundo o relatório da Gesaworld (2005), no caso português, as projeções da população para 2050 apontam para uma duplicação da percentagem de pessoas com mais de 65 anos e, por isso mesmo, «em 2050, Portugal será o quarto país da EU-25 com maior percentagem de idosos, só ultrapassado por Espanha (35,6%), Itália (35,3%) e Grécia (32,5%)» (Gesaworld 2005, 22). Sem dúvida, no cenário atual a Europa do Sul parece ser palco de um envelhecimento ainda mais acentuado do que sucede em outros contextos europeus, consequência sem dúvida de taxas de fertilidade muitíssimo baixas, problema que se tem progressivamente transformado num pesado desafio em matéria de políticas públicas para a natalidade e a família. Com efeito, em termos institucionais, a alteração profunda dos padrões demográficos tem ganho crescente visibilidade na esfera pública, chamando a atenção para problemas centrais em vários domínios, desde os sistemas de proteção e de segurança social, a prestação de cuidados de saúde, a rede de equipamentos e de serviços até às políticas de apoio à família. Afinal, o envelhecimento acentuado de uma sociedade representa em si um gravíssimo problema, colocando desafios acrescidos a nível da sustentabilidade dos sistemas públicos de proteção social (Aboim *et al.* 2010) e, de modo mais geral para além das questões financeiras, ameaçando a própria sustentabilidade de uma sociedade que verá a sua população diminuir dramaticamente. Envelhecimento, desemprego juvenil e emigração conjugam-se de forma pouco favorável que certamente se irá refletir ainda com mais acuidade na vida dos indivíduos e das famílias.

Em suma, numa nota conclusiva geral, podemos hoje afirmar que, em face do cenário que traçámos, se atenuaram relativamente, no último decénio, os contrastes regionais. Contudo, apesar desta tendência, continuam a ser relevantes e operativas as diversidades regionais que permanecem. É aliás através destes contrastes que melhor compreendemos as grandes mudanças e permanências existentes na vida doméstica e familiar em Portugal.

Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia. 2003. «Evolução das estruturas domésticas». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, 13-30.
- Aboim, Sofia, Teresa Amor, Vítor Sérgio Ferreira, e Cátia Nunes. 2010. «Transições para a velhice». In *Tempos e Transições de Vida: Portugal ao Espelho da Europa*, orgs. José Machado Pais e Vítor Sérgio Ferreira. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 69-104.
- Bandeira, Mário. 1996. *Demografia e Modernidade: Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Beck, Ulrich, e Elizabeth Beck-Gernsheim. 2002. *Individualization*. Londres: Sage.
- Cabral, Manuel Villaverde, Pedro Moura Ferreira, Pedro Alcântara da Silva, Paula Jerónimo, e Tatiana Marques. 2013. *Processos de Envelhecimento em Portugal: Usos do Tempo, Redes Sociais e Condições de Vida*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Gesaworld. 2005. Relatório Final da Fase I de Diagnóstico da Situação Actual, *Projecto de Apoio e Assessoria à Implementação de um Modelo de Rede de Cuidados Continuados Integrados e Progressivo Desenvolvimento dos Serviços Comunitários de Proximidade em Portugal para Promoção e Desenvolvimento de Cuidados de Saúde e Apoio Social a Pessoas em Situação de Dependência*.
- Giddens, Anthony. 1992. *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Hammel, Eugene A., e Peter Laslett. 1974. «Comparing household structure over time and between cultures». *Comparative Studies in Society and History*, 16: 73-110.
- King, Gary. 1997. *A Solution to the Ecological Inference Problem: Reconstructing Individual Behavior from Aggregate Data*. Princeton: Princeton University Press.
- Magurran, Anne E., 1988. *Ecological Diversity and Its Measurement*. Londres: Croom Helm.
- Rowland, Robert. 1997. *População, Família, Sociedade: Portugal, Séculos XIX-XX*. Oeiras: Celta Editora.
- Wall, Karin. 1998. *Famílias no Campo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Wall, Karin, e Sofia Aboim. 2003. «Perfis regionais de mudança familiar – Síntese final». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, 97-100.
- Wall, Karin, Susana Atalaia, Mafalda Leitão, e Sofia Marinho. 2013. «Observatório das famílias e das políticas de família – Relatório 2012». Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, <http://www.observatoriofamilias.ics.ul.pt/images/relatrio%20verso%20completa%2019%20de%20dezembro.pdf>.

Capítulo 4

Transformações familiares recentes: uma perspetiva territorial *

Introdução

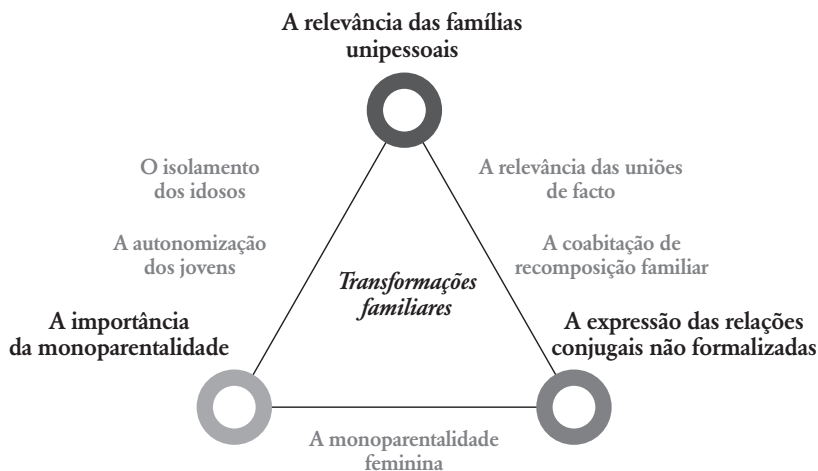
Ao longo das últimas décadas assistiu-se a uma diminuição da dimensão média das famílias. Têm contribuído para este facto não só as dinâmicas demográficas, como o envelhecimento da população e a sua crescente longevidade, por via do aumento global da esperança média de vida, mas também as transformações que têm ocorrido no plano das famílias e das suas diferentes formas de organização.

Em Portugal, a literatura é consensual na constatação de que, nas últimas décadas, se assistiu a transformações familiares significativas (Wall 2005). Vários são os fenómenos que têm sido identificados e, consequentemente, analisados no sentido de dar corpo a estas transformações: o aumento das famílias unipessoais – ao qual se encontram associadas as problemáticas do envelhecimento demográfico e do isolamento dos idosos –, a autonomização dos jovens, a nuclearização das famílias, menos conciliável com a inclusão dos idosos nos contextos familiares tradicionais, e a própria diversidade das estruturas familiares.

De facto, o reconhecimento da diversidade de modelos familiares e da crescente desinstitucionalização dos laços conjugais (Aboim 2006) constituem elementos-chave para compreender a mudança no plano das famílias em Portugal. Com base nestas premissas, é possível identificar a emergência de outros tipos de famílias, no sentido em que se desviam do padrão tradicional de casal com filhos, e que são constituídos cada

* Este trabalho foi desenvolvido no âmbito da publicação *Retrato Territorial de Portugal – 2011* do Instituto Nacional de Estatística (www.inec.pt).

Figura 4.1 – Vértices de análise



vez mais por famílias de casais em união de facto, com ou sem filhos, famílias monoparentais e famílias recompostas (Aboim 2003; Wall 2003).

No plano territorial, as transformações familiares ocorridas em Portugal ao longo das últimas décadas apresentam diferentes cadências, tendo sido possível ao longo do tempo, e a partir de dados censitários, identificar perfis regionais diferenciados no que respeita à mudança familiar (Wall e Aboim 2003). Concretamente, as conjugalidades formalizadas por via do casamento, bem como um maior número de famílias alargadas e com mais do que um núcleo familiar, têm estado mais associadas à região do Norte, por contraponto com o cenário de maior nuclearização – ou seja, estruturas familiares compostas essencialmente no núcleo conjugal e respetivos filhos – e informalização das conjugalidades a sul do país, nomeadamente nas regiões do Algarve e do Alentejo; por seu turno, um maior número de famílias unipessoais, incluindo a população jovem a viver só, de famílias monoparentais e uma maior incidência das uniões de facto têm sido observados nos territórios do Litoral, principalmente nas áreas urbanas em torno da Grande Lisboa e do Grande Porto, sendo este um retrato que contrasta com o maior isolamento e envelhecimento da faixa do Interior do Continente português.

Assim, na análise das transformações familiares, importa não só aprofundar as tendências e evoluções verificadas entre 2001 e 2011, mas também perceber as especificidades territoriais decorrentes das características geográficas e demográficas dos espaços. Neste contexto, os dados dos recenseamentos da população constituem um instrumento valioso no es-

tudo das transformações familiares e dos respetivos padrões territoriais, dado o maior detalhe geográfico da informação censitária.¹

O presente capítulo encontra-se estruturado em três principais vértices de análise (figura 4.1) identificados como essenciais para uma leitura das transformações familiares recentes à luz dos dados censitários: a relevância das famílias unipessoais, a importância da monoparentalidade e a expressão da conjugalidade não formalizada. Cada uma destas vertentes é discutida considerando os seguintes pontos de análise: o isolamento dos idosos e a autonomização dos jovens, a monoparentalidade feminina, a relevância das uniões de facto e a coabitação de recomposição familiar.

A relevância das famílias unipessoais

Uma das principais tendências que se têm vindo a observar no plano das transformações familiares corresponde à diminuição da dimensão média da família que reflete, em simultâneo, o aumento do número de famílias unipessoais e o decréscimo do número de famílias numerosas. O entendimento da crescente relevância estatística, demográfica e social do aumento do número de famílias unipessoais passa por enquadrar este fenómeno no plano de outras dinâmicas populacionais e familiares que têm caracterizado a sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas: por um lado, a consolidação da tendência de envelhecimento da população e da sua crescente longevidade e, por outro lado, também a afirmação de estilos de vida centrados na construção de um espaço individual e independente.

O isolamento dos idosos

O incremento do número de pessoas a viver sós é uma realidade que se tem vindo a refletir particularmente na questão do isolamento dos idosos. O envelhecimento demográfico da população, para o qual con-

¹ Optou-se por basear a análise na escala municipal, introduzindo sempre que se considerou relevante uma segmentação mais fina do território tendo por base a geografia das freguesias. Contudo, no contexto das diferentes análises nem sempre esta escala territorial apresenta relevância e consistência estatísticas, daí que para alguns indicadores tenham sido consideradas desagregações territoriais apenas a nível das sub-regiões NUTS III ou das regiões NUTS II. Privilegiar-se-ão os dados referentes ao Recenseamento da População e Habitação de 2011 (Censos 2011), recorrendo, sempre que se afigure pertinente e exequível, a uma análise comparativa com a situação de Portugal retratada na ronda censitária de 2001.

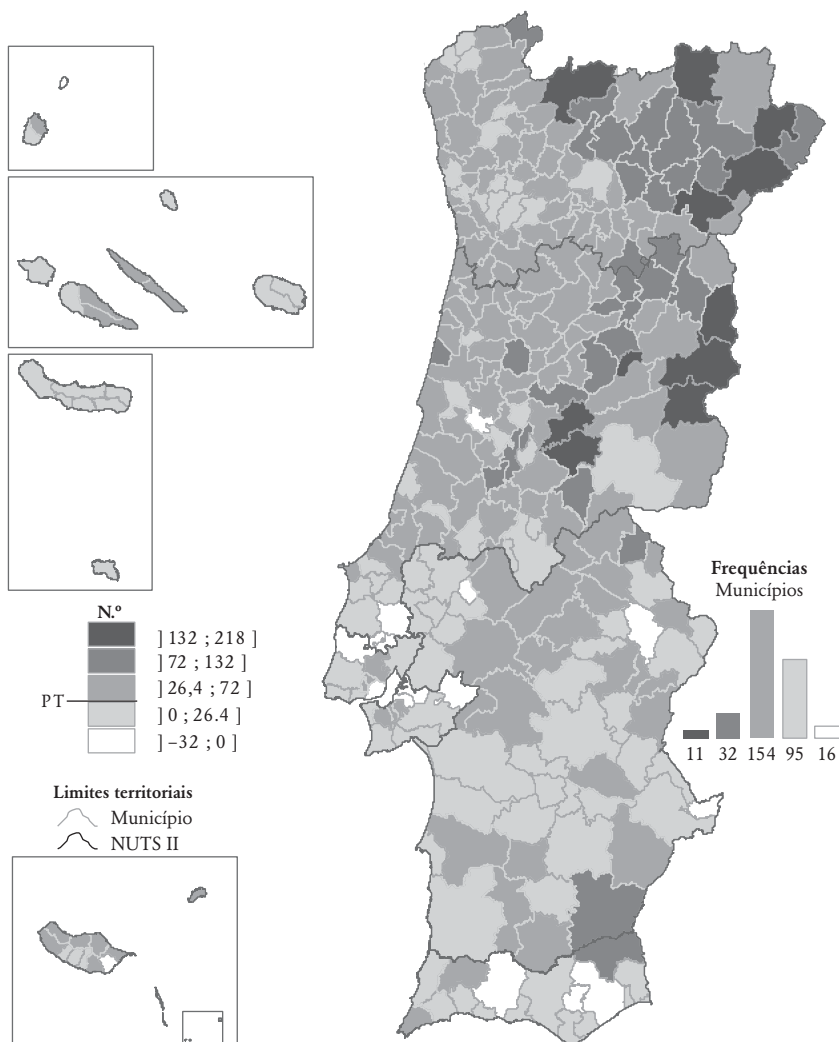
correm as baixas de taxas de natalidade, a estabilização das taxas de mortalidade e o incremento da esperança média de vida, tem resultado no crescente aumento do número de idosos a viver sozinhos. No entanto, é importante reter que a questão demográfica não é por si só suficiente para compreender este fenómeno. Para tal, é necessário ter em conta também outras alterações que se têm vindo a consubstanciar no plano das dinâmicas familiares e dos estilos de vida dos indivíduos (Mauritti 2011).

A leitura da variação entre 2001 e 2011 a nível do município do índice de envelhecimento,² que relaciona as faixas etárias da população mais jovem (dos 0 aos 14 anos) e mais velha (com 65 ou mais anos) (mapa 4.1) resulta num retrato territorial do país que revela um incremento praticamente transversal da população mais velha. De facto, são poucos os municípios que registam uma variação negativa do índice de envelhecimento, 16 municípios que se localizam maioritariamente nas sub-regiões da Grande Lisboa (Lisboa e Mafra), da Península de Setúbal (Alcochete e Montijo), do Oeste (Arruda dos Vinhos, Alenquer e Sobral de Monte Agraço) e do Algarve (Tavira, Silves e São Brás de Alportel). As variações positivas mais expressivas do índice de envelhecimento (com mais de 132 idosos por cada 100 jovens) concentravam-se no Interior Norte e Centro, mais especificamente no seguinte conjunto de 11 municípios – Pampilhosa da Serra, Oleiros (Pinhal Interior Norte e Sul, respetivamente), Vinhais, Vimioso, Mogadouro, Montalegre (Alto Trás-os-Montes), Almeida, Manteigas, Sabugal (Beira Interior Norte), Penamacor (Beira Interior Sul) e Torre de Moncorvo (Douro).

Em 2011, os territórios menos envelhecidos, ou seja com um índice de envelhecimento abaixo da média nacional (menos de 129 idosos por cada 100 jovens), localizam-se em particular nas regiões autónomas – especialmente, nos municípios da Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo e Ponta Delgada na Região Autónoma dos Açores, e Câmara de Lobos, Santa Cruz, Porto Santo e Machico na Região Autónoma da Madeira. No Continente, estes desenhavam um padrão territorial que opunha o Litoral ao Interior, e que destacava municípios do Litoral Norte, e das duas áreas metropolitanas. Os 14 municípios em que o número de idosos residentes mais do que quadruplicava o número de jovens situavam-se todos no Interior do Continente, nomeadamente Melgaço (Minho-Lima), Vinhais, Vimioso (Alto Trás-os-Montes), passando por

² Índice de envelhecimento: população residente com 65 ou mais anos/população residente com idade entre os 0 e os 14 anos x 100.

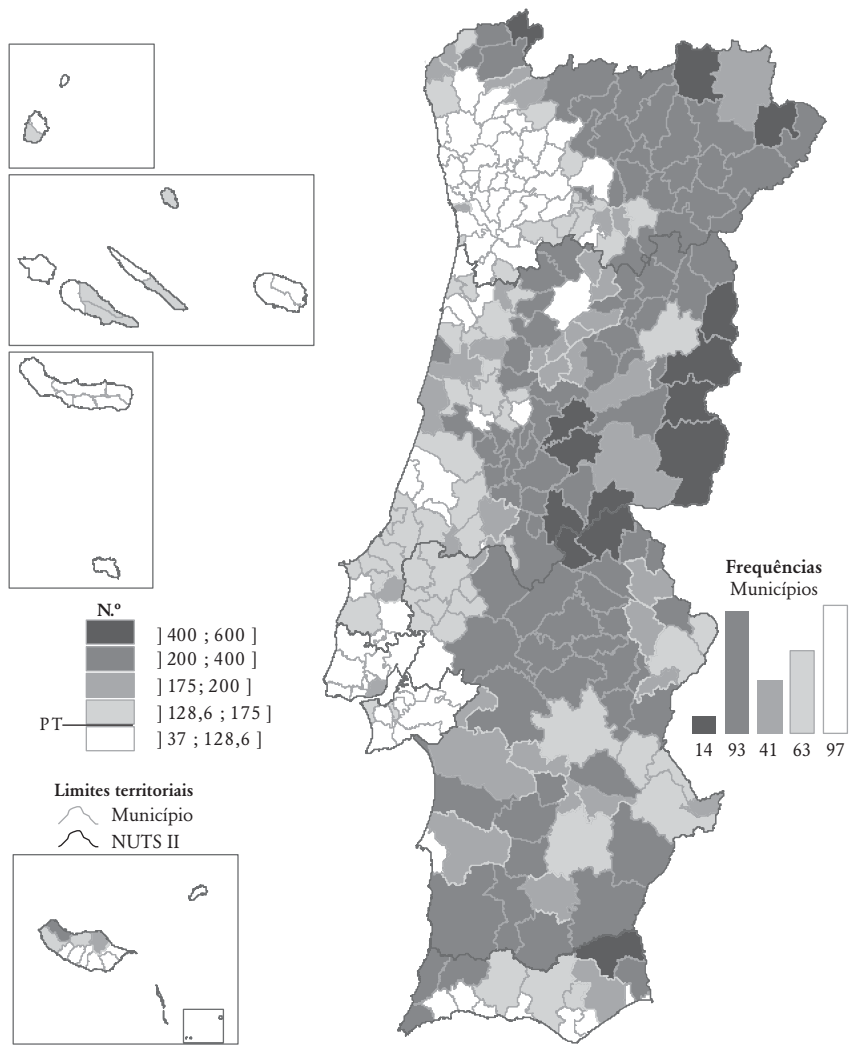
Mapa 4.1 – Variação do índice de envelhecimento, por município, 2001/2011



Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011.

Sabugal, Almeida (Beira Interior Norte), Penamacor, Vila Velha de Ródão, Idanha-a-Nova (Beira Interior Sul), Pampilhosa da Serra (Pinhal Interior Norte), Oleiros, Mação (Pinhal Interior Sul) e Alcoutim (Algarve) (mapa 4.2).

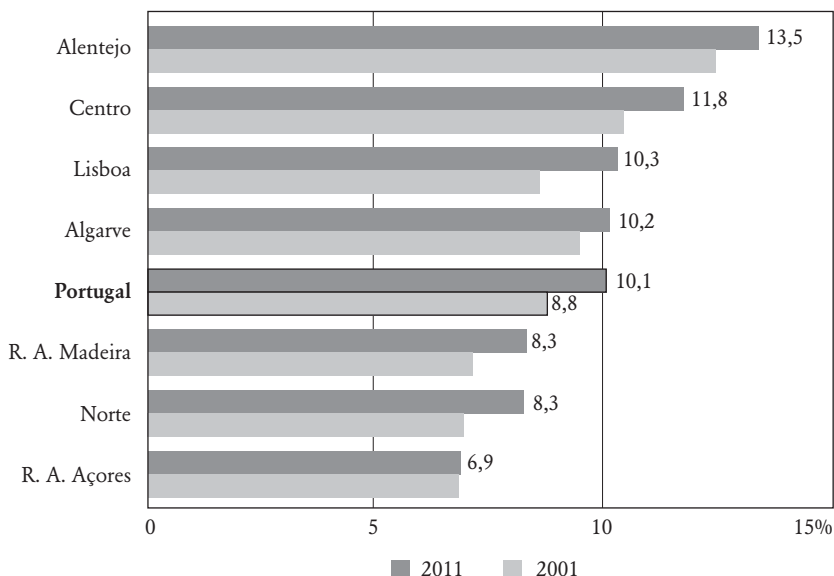
Mapa 4.2 – Índice de envelhecimento, por município, 2011



Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2011.

Deste modo, o envelhecimento da população a par de outras alterações a nível das dinâmicas familiares e sociais constituem alguns dos aspetos-chave que permitem enquadrar o crescente número de famílias clássicas unipessoais que são compostas por pessoas com 65 ou mais anos. De um modo global, entre 2001 e 2011, a proporção de famílias

Figura 4.2 – Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011



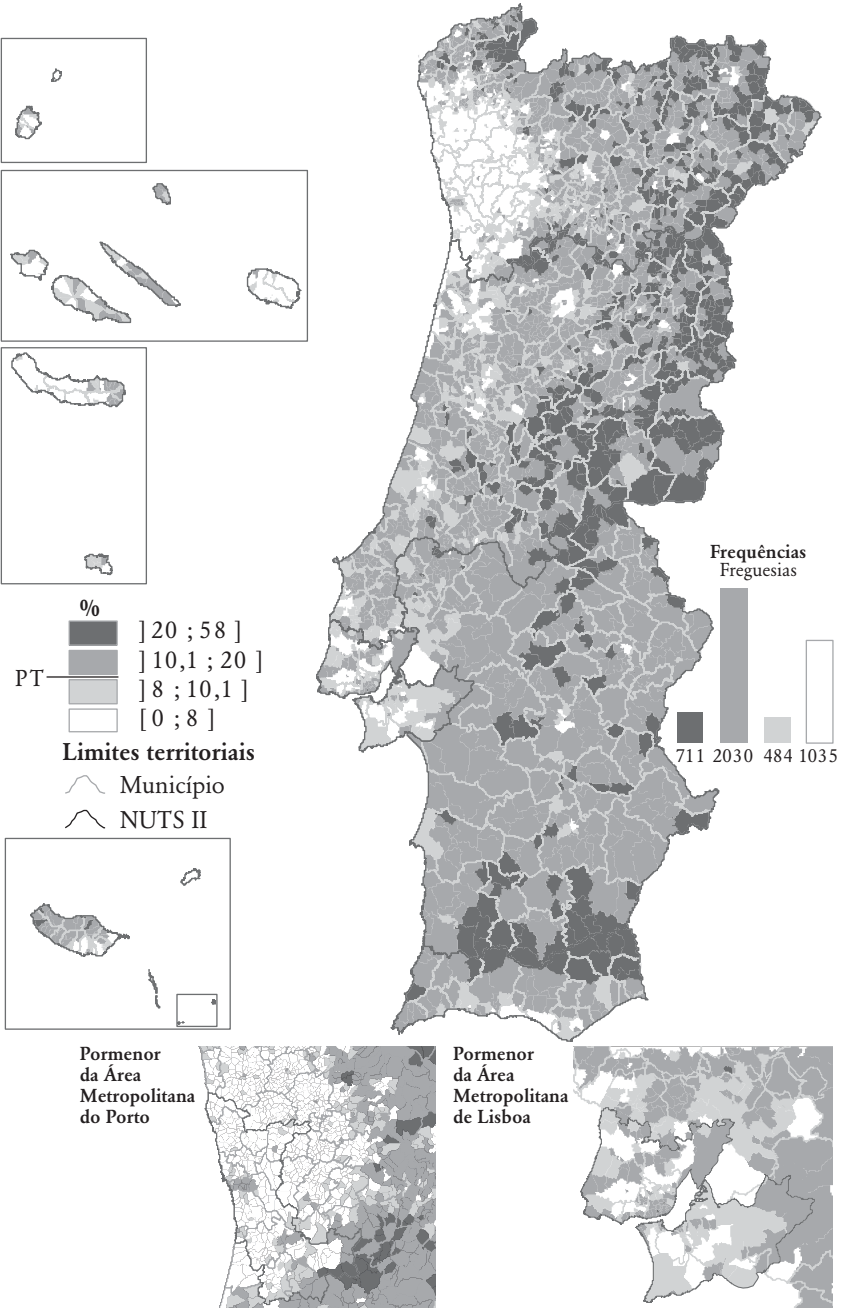
Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011.

unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos³ aumentou (figura 4.2), em todas as regiões do país, tendo este aumento sido maior nas regiões Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve, que detinham em 2011 valores superiores ao total de Portugal (10,1%). Nas regiões autónomas e na região Norte, apesar de se verificar a mesma tendência, os valores mantinham-se inferiores aos da média nacional.

A representação do indicador da proporção de famílias unipessoais com pessoas com 65 ou mais anos por freguesia permite destacar dois padrões territoriais (mapa 4.3). Por um lado, a prevalência deste tipo de situações associa-se a freguesias de municípios sobretudo do Interior Norte e Centro do país, o que reflete não só a desocupação que se regista nestes espaços, mas também o isolamento em termos do quotidiano de quem lá permanece, principalmente daqueles que se encontram nas faixas etárias superiores – com proporções mais elevadas de famílias uni-

³ Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos: número de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos/número de famílias clássicas x 100.

Mapa 4.3 – Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos, por freguesia, 2011



Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2011.

peçoais de pessoas com 65 ou mais anos. Importa salientar em particular o contraste entre o Norte Litoral, incluindo os territórios contíguos à Área Metropolitana do Porto e o Norte Interior, nomeadamente freguesias dos municípios de Bragança (como Calvelhe, Paradinha Nova e Rio de Onor), de Vinhais (Santa Cruz, Montouto e São Jomil), de Arcos de Valdevez (Padreiro, Carralcova e Soajo) e de Mogadouro (Vila de Rei, Valverde e Soutelo).

Por outro lado, constata-se ainda o efeito de um processo de suburbanização nas duas áreas metropolitanas, verificando-se uma incidência de proporções mais elevadas nos municípios de Lisboa (15,0%) e do Porto (13,2%) por comparação com os valores observados para os municípios circundantes. Esta tem resultado da tendência de transferência das populações dos centros urbanos das duas metrópoles do país para a sua periferia e do conseqüente envelhecimento e isolamento das populações que permanecem nestes centros.

O enfoque a nível das freguesias das duas áreas metropolitanas do país⁴ possibilita uma melhor visualização deste efeito centro-periferia. Na Área Metropolitana de Lisboa (AML), o conjunto de freguesias que registavam proporções mais elevadas de pessoas com 65 ou mais anos que constituem famílias clássicas unipessoais situavam-se no município de Lisboa, principalmente nas freguesias históricas de Santo Estêvão (22,6%), de São Miguel (22,5%), de Santiago (22,4%), do Castelo (20,4%) e de Santo Condestável (20,1%).

Por seu turno, na Área Metropolitana do Porto (AMP), do total de freguesias que assinalavam as proporções mais elevadas, 12 pertencem ao município do Porto, nomeadamente Miragaia (19,0%), Santo Ildefonso (17,6%), Vitória (16,7%), São Nicolau, Sé (ambas com 16,4%) e Bonfim (16,2%), destacando-se também nesta área metropolitana a freguesia de Espinho (14,6%) do município de Espinho e ainda um contínuo de freguesias situadas no território mais Interior dos municípios de Arouca – Covelo de Paivó (28,6%), Cabreiros (22,2%) e Albergaria da Serra (21,4%) – e de Vale de Cambra – Junqueira (15,2%), Arões (14,4%) e Cepelos (13,1%).

⁴ A Área Metropolitana de Lisboa é composta pelos seguintes 18 municípios: Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira. A Área Metropolitana do Porto é composta pelos seguintes 16 municípios: Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

A autonomização dos jovens

A temática da relevância das famílias unipessoais não se esgota na crescente tendência de isolamento dos idosos. De facto, Mauritti (2011) salienta que para além deste segmento da população, que permanece, contudo, o mais notório, é possível identificar outros perfis, relacionados nomeadamente com a construção de percursos autónomos da população jovem altamente qualificada. Adicionalmente, a expressão territorial destes fenómenos não se apresenta indiferente ao grau de urbanização dos territórios, já que os grandes centros urbanos têm sido identificados como as áreas de maior visibilidade desta questão, não só por deterem um tecido laboral mais dinâmico e inovador (André e Abreu 2006), mas também pela maior diversidade social e cultural que encerram (Mauritti 2011).

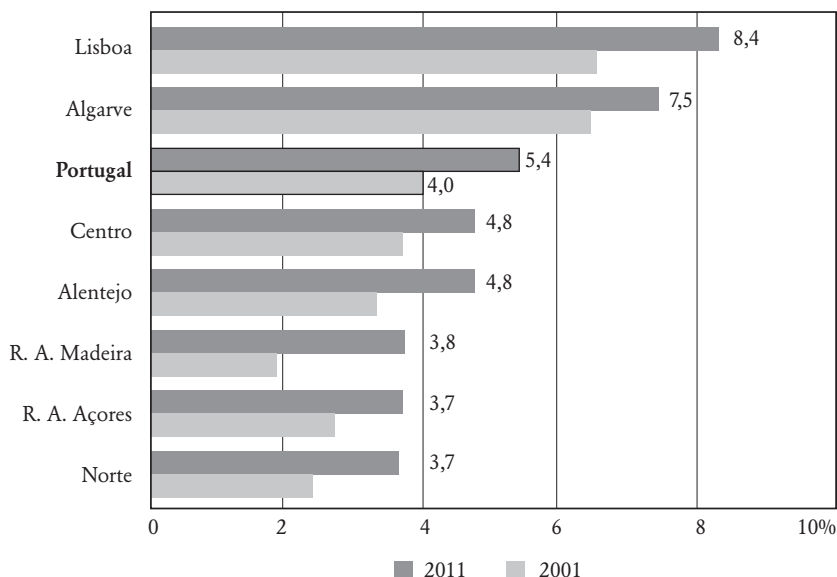
No entanto, a questão da autonomização dos jovens pode, atualmente, refletir duas realidades divergentes. Por um lado, e associada a dinâmicas que se prendem com a valorização de identidades pessoais e a desestandardização e desinstitucionalização dos percursos de vida (Heinz e Krüger 2001), é possível identificar a construção de uma autonomia, não necessariamente assente na formação de uma conjugalidade (especialmente, por via do casamento), mas que se expressa na criação de espaços de vivência e de residência independentes dos progenitores (Pappamikail 2013). Por outro lado, a crescente tendência de adiamento da transição para a idade adulta tem-se refletido no prolongamento da coabitação com os pais e no consequente adiamento de outras etapas, nomeadamente, da conjugalidade e/ou da parentalidade (Ferreira e Nunes 2010). Mais recentemente, e dado o contexto de crise económica que tem afetado o país, tem sido possível também assistir ao fenómeno de regresso a casa dos pais, isto é, situações de dificuldade financeira conduzem a um retorno à coabitação com os pais.⁵

Deste modo, no que respeita ao processo de autonomização dos jovens,⁶ estas duas realidades, apesar de contrastantes, coexistem e revelam,

⁵ Este fenómeno tem também sido designado como a *boomerang generation* (Parker 2012) para enquadrar os casos de jovens que regressam a casa dos pais na sequência de situações de desemprego ou de dificuldades financeiras.

⁶ A definição do que é ser «jovem» e até quando se é «jovem» constitui um domínio ambíguo em relação ao qual não existe a identificação inequívoca de uma faixa etária. Para além de variações geracionais, existem variações que se prendem com diferentes condições sociais e culturais das populações (para uma discussão mais aprofundada sobre esta questão, veja-se Pais 1990; 2001). Existem, contudo, vários eventos que têm sido utilizados para demarcar a passagem da juventude para a idade adulta, como por exemplo,

Figura 4.3 – Proporção de pessoas entre os 18 e os 34 anos que constituem famílias unipessoais, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011



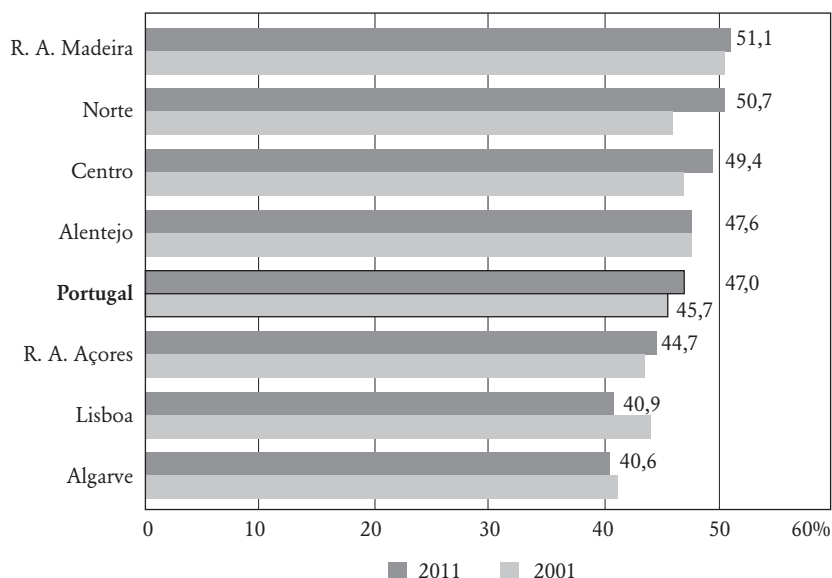
Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011.

globalmente, um incremento tendo por referência os resultados para os dois últimos recenseamentos. A proporção de pessoas entre os 18 e os 34 anos que constituem famílias unipessoais⁷ registou um aumento em

a saída da escola, a entrada no mercado de trabalho, a saída de casa dos pais, o início da conjugalidade e/ou da parentalidade (Ferreira e Nunes 2010). O retrato estatístico elaborado pelo Eurostat sobre os jovens na Europa (Eurostat 2009), a partir de uma avaliação da multiplicidade de contextos sociais e culturais dos países europeus, definiu como base de trabalho o grupo etário entre os 15 e os 29 anos. Por sua vez, o módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego de 2009 sobre a entrada dos jovens no mercado de trabalho considerou a faixa etária dos 18 aos 34 anos. Na presente análise, considerou-se relevante dar continuidade ao universo de jovens entre os 18 e os 34 anos, pelo facto de os 18 anos marcarem o início da maioridade legal e, mais recentemente, o término da escolaridade obrigatória (que é igualmente cumprido com «a obtenção do diploma de curso conferente de nível secundário de educação» – art.º 6 do Decreto-Lei n.º 176/2012 de 2 de agosto) e, por outro lado, pelo facto de o contexto cultural e socioeconómico de Portugal não ser indissociável das tendências de adiamento quer da saída de casa dos pais, quer da entrada no mercado de trabalho, na conjugalidade e/ou na parentalidade, impelindo a uma vivência juvenil tendencialmente mais prolongada.

⁷ Proporção de pessoas entre os 18 e os 34 anos que vivem em famílias unipessoais: população residente entre os 18 e os 34 anos que vive em famílias unipessoais / população residente entre os 18 e os 34 anos x 100.

Figura 4.4 – Proporção de filhos entre os 18 e 34 anos que vivem com os pais, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011



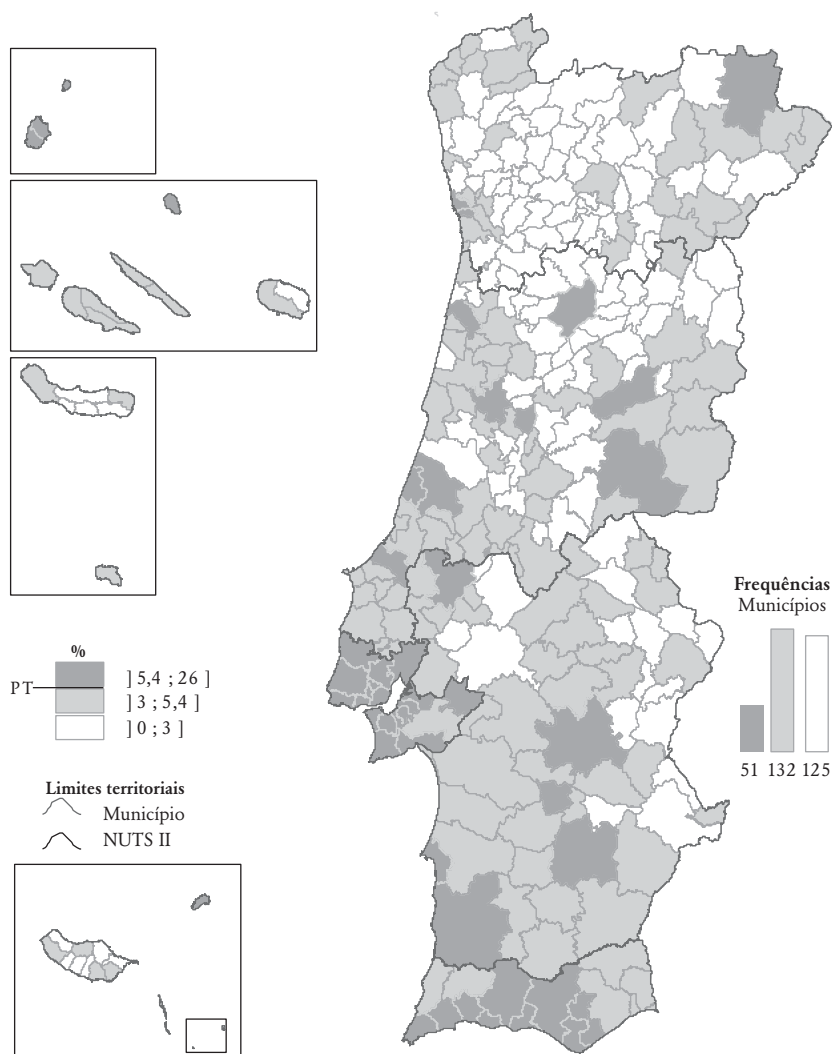
Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011.

todas as regiões do país, verificando-se em Lisboa e no Algarve os valores mais elevados em 2011: designadamente 8,4% e 7,5%, respetivamente, dos jovens residentes nestas duas regiões constituem famílias unipessoais (figura 4.3). Apesar de não fugirem à tendência de incremento, a região Norte (3,7%), e as regiões autónomas (3,7% na Região Autónoma dos Açores e 3,8% na Região Autónoma da Madeira) registavam as proporções mais baixas.

No que respeita à proporção de filhos entre os 18 e os 34 anos que vivem com os pais⁸ (figura 4.4), verificou-se um aumento, entre 2001 e 2011, para o total de país – de 45,7% para 47,0%. A nível regional, importa destacar que, ao contrário do que se observou relativamente à proporção de jovens que constituem famílias unipessoais, as regiões Lisboa e Algarve assinalavam os decréscimos mais expressivos e as proporções mais baixas. Em contraponto, a proporção de filhos entre 18 e 34 anos

⁸ Proporção de filhos entre os 18 e os 34 anos que vivem com os pais: população residente entre os 18 e os 34 anos que é filho e que vive com os pais/população residente entre os 18 e os 34 anos x 100.

Mapa 4.4 – Proporção de pessoas entre os 18 e os 34 anos que constituem famílias unipessoais, por município, 2011



Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2011.

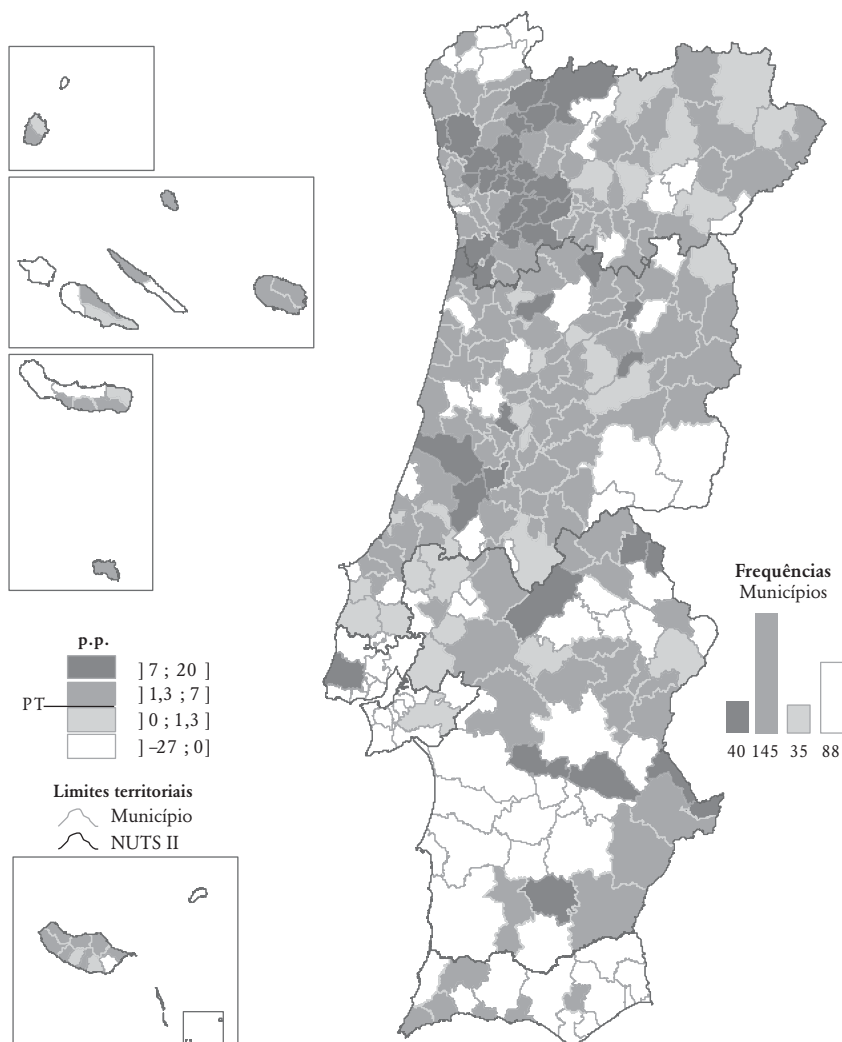
que permanecem com os pais superava, em 2011, a média nacional na Região Autónoma da Madeira e nas regiões Norte, Centro e Alentejo.

O retrato territorial por município da proporção de pessoas entre os 18 e os 34 anos que, em 2011, constituíam famílias unipessoais (mapa 4.4) permite associar valores mais elevados deste fenómeno a contextos

municipais de cariz mais urbano, que se caracterizam não só pela maior dinâmica do tecido do mercado de trabalho, mas também pela maior diversidade social e cultural. Evidenciavam-se, assim, municípios da Área Metropolitana de Lisboa particularmente Lisboa, Oeiras, Amadora e Odivelas, Almada, Montijo, Sesimbra e Seixal; do Algarve, principalmente Faro, Albufeira e Portimão; e do Grande Porto, nomeadamente Porto, Matosinhos e Vila Nova de Gaia. A maior expressão de famílias unipessoais entre os 18 e os 34 anos era também observada num conjunto de municípios com cidades de média dimensão, nomeadamente capitais de distrito como Coimbra, Aveiro, Évora, Beja, Bragança, Leiria, Castelo Branco e Viseu. Nas regiões autónomas, os municípios que detinham as proporções mais elevadas de população entre os 18 e os 34 anos que viviam em famílias unipessoais eram o Corvo, as Lajes das Flores e Santa Cruz das Flores, na Região Autónoma dos Açores, e Porto Santo, na Região Autónoma da Madeira.

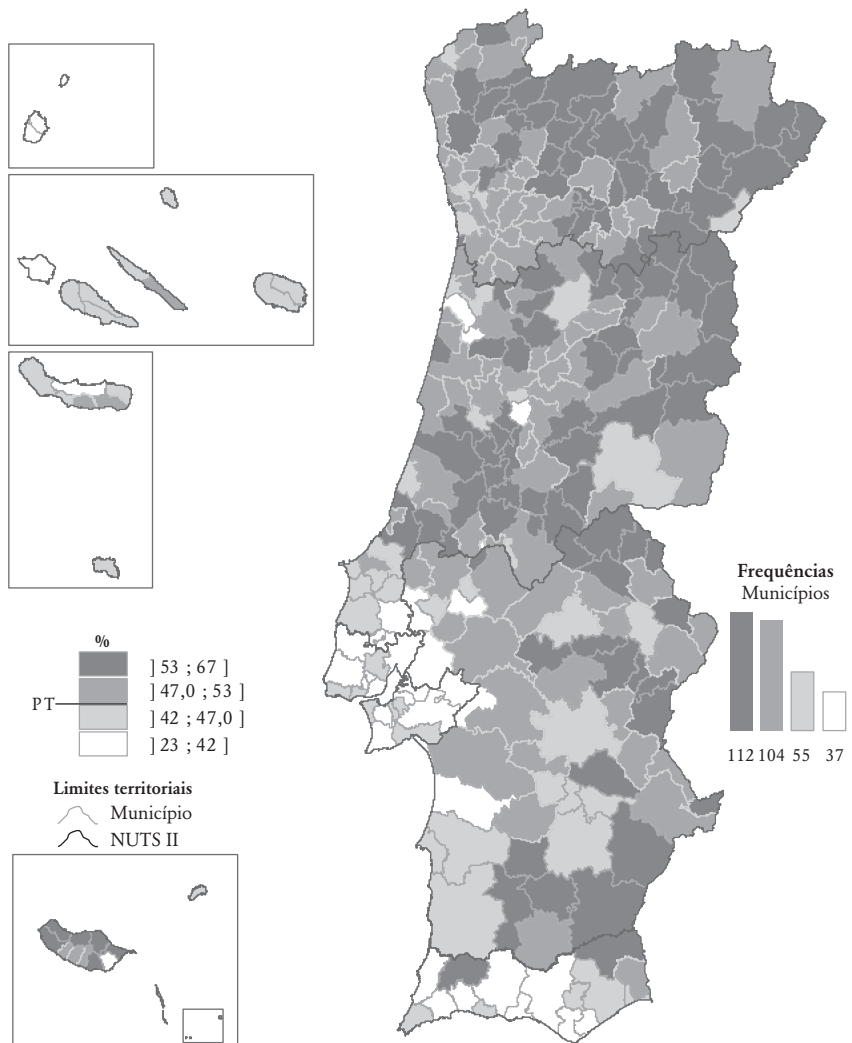
Por outro lado, a segmentação territorial da proporção de filhos entre os 18 e 34 anos que vivem com os pais, e da respetiva evolução, é reveladora de um cenário territorial relativamente distinto, já que os municípios que registavam uma variação negativa (mapa 4.5), e ao mesmo tempo, valores mais baixos em 2011, se situavam principalmente na AML e no Algarve (mapa 4.6). Por outro lado, é importante destacar que a tendência global que se observa para os restantes municípios do país é de um incremento do número de filhos entre os 18 e os 34 anos a viver com os pais. Os resultados evidenciam um conjunto de 185 municípios que registam um incremento acima da média nacional no período intercensitário em análise (mapa 4.5). Em 2011, os 112 municípios que apresentavam proporções mais elevadas de filhos entre os 18 e 34 anos que vivem com os pais situavam-se no Interior Norte (como Vinhais, Terras de Bouro, Montalegre e Mondim de Basto), Centro (em especial, Oleiros, Manteigas, Proença-a-Nova e Alvaiázere), e Alentejo (particularmente em Barrancos, Mértola, Crato, Nisa, Marvão e Mora) e também na Região Autónoma da Madeira (mapa 4.6). Salientam-se ainda os resultados observados para o município do Porto, que apesar de registar em 2011 um valor acima da média nacional, no que respeita à variação entre 2001 e 2011 se aproxima do padrão verificado para a AML e o Algarve, contrariando a tendência registada em municípios circundantes, especialmente num conjunto contínuo que tem início nos municípios de Trofa e de Santo Tirso e que termina no município de Montalegre.

Mapa 4.5 – Variação da proporção de filhos entre os 18 e os 34 anos que vivem com os pais, por município, 2001/2011



Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011.

Mapa 4.6 – Proporção de filhos entre os 18 e os 34 anos que vivem com os pais, por município, 2011

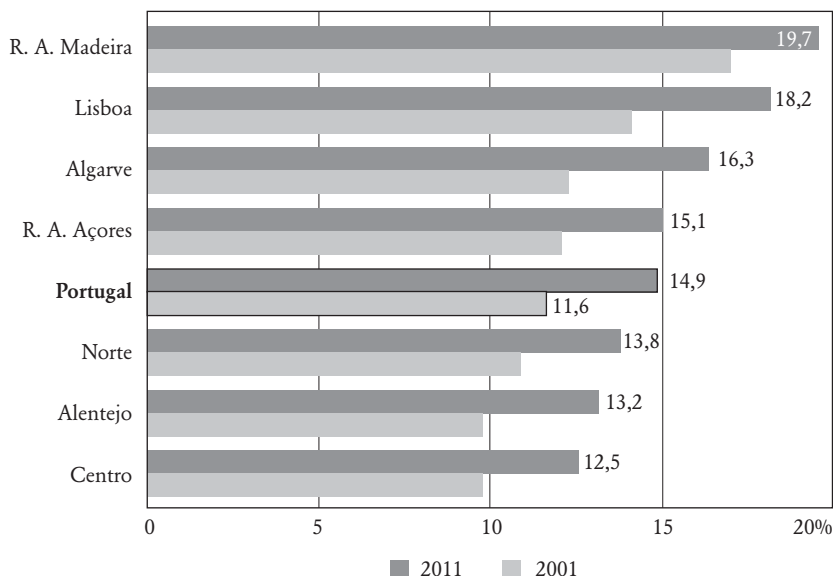


Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2011.

A importância da monoparentalidade

É atualmente consensual que a diversidade constitui um pilar analítico importante na compreensão e caracterização das dinâmicas de mudança na(s) família(s). Com efeito, foi com base neste reconhecimento, bem

Figura 4.5 – Proporção de núcleos familiares monoparentais, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011



Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011.

como das alterações em torno do posicionamento do papel da mulher na sociedade, em geral, mas também do seu lugar no mercado de trabalho e na família, que surgiu, a partir da década de 60, o interesse sociológico em captar a variedade em torno da organização familiar que resultou, nomeadamente, no aparecimento da expressão «família monoparental». Apesar de primeiramente o seu desenvolvimento ter estado particularmente associado à necessidade, por parte das ciências sociais, de ter um instrumento analítico que permitisse retratar a multiplicidade de diferentes formas de organização familiar, também no domínio das estatísticas oficiais, o recenseamento da população de 1960 possibilitou pela primeira vez a classificação das famílias segundo uma tipologia, que viria a distinguir no recenseamento seguinte (1970) as situações de mãe ou pai (que não vivem em casal) com filhos solteiros.

A informação resultante do recenseamento de 2011 permite detalhar a relevância da monoparentalidade nos diferentes contextos territoriais do país, bem como das suas diferentes configurações. A comparação da pro-

porção de núcleos familiares monoparentais,⁹ no total de núcleos familiares, permite afirmar que este tipo de núcleo familiar ganhou importância em Portugal, aumentando de 11,6%, em 2001, para 14,9%, em 2011¹⁰ (figura 4.5). Este crescimento verificou-se também a nível regional, destacando-se as regiões Lisboa e Algarve que assinalaram o maior incremento entre 2001 e 2011 – de 14,2% para 18,2%, e de 12,3% para 16,3%, respetivamente. Contudo, era a Região Autónoma da Madeira que apresentava, em 2011, a proporção de núcleos familiares monoparentais mais elevada, 19,7%, passando-se o inverso nas regiões Centro, Alentejo e Norte que apresentavam, em 2011, valores inferiores à média nacional.

A monoparentalidade feminina

Apesar de a monoparentalidade masculina, ou seja, o total de núcleos monoparentais de pais com filhos, também ter aumentado¹¹ a maioria dos núcleos monoparentais corresponde a situações de mãe com filhos (416 343 em 2011). De facto, e apesar da diferente expressão territorial do fenómeno em 2011, ou seja, proporções mais elevadas, e acima do valor para Portugal (12,9%), de núcleos monoparentais femininos,¹² face ao total de núcleos familiares, na Região Autónoma da Madeira, Lisboa, Algarve e na Região Autónoma dos Açores (figura 4.6), foi possível apurar que as sete regiões nacionais apresentavam uma distribuição semelhante em relação à proporção de núcleos familiares monoparentais femininos e masculinos no total de núcleos familiares monoparentais, variando aproximadamente entre 85% e 89% e entre 12% e 15%, respetivamente, em 2001 e 2011. Deste modo, é possível afirmar que os núcleos monoparentais assinalaram uma tendência

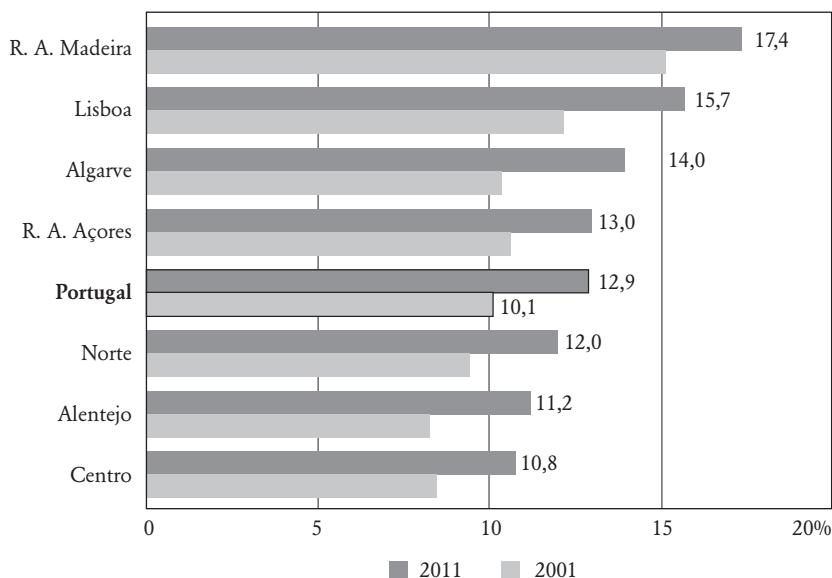
⁹ Proporção de núcleos familiares monoparentais: número de núcleos familiares monoparentais/número de núcleos familiares x 100.

¹⁰ O conceito de núcleo familiar abrangia no recenseamento de 2001 as situações de avós com netos, sendo que esta dimensão de continuidade geracional foi suprimida no recenseamento de 2011. De modo a tornar os universos de núcleos familiares e de núcleos familiares monoparentais comparáveis entre as duas operações censitárias, foram excluídos da análise os núcleos familiares de avós com netos, passando o total de núcleos familiares e de núcleos familiares monoparentais relativamente a 2001 a contabilizar 3 041 679 e 353 971, respetivamente. Os núcleos familiares de avós com netos em 2001 correspondiam a 28 066 (1,0% face ao total de núcleos familiares).

¹¹ Em 2001 contavam 48 132 (1,6% face ao total de núcleos familiares e 13,6% em relação ao total de núcleos familiares monoparentais) e em 2011 passaram a ser 64 100 (2,0% face ao total de núcleos familiares e 13,3% em relação ao total de núcleos familiares monoparentais).

¹² Proporção de núcleos familiares monoparentais de mãe com filho(s): número de núcleos familiares monoparentais de mãe com filhos(s)/número de núcleos familiares x 100.

Figura 4.6 – Proporção de núcleos familiares monoparentais de mãe com filhos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011



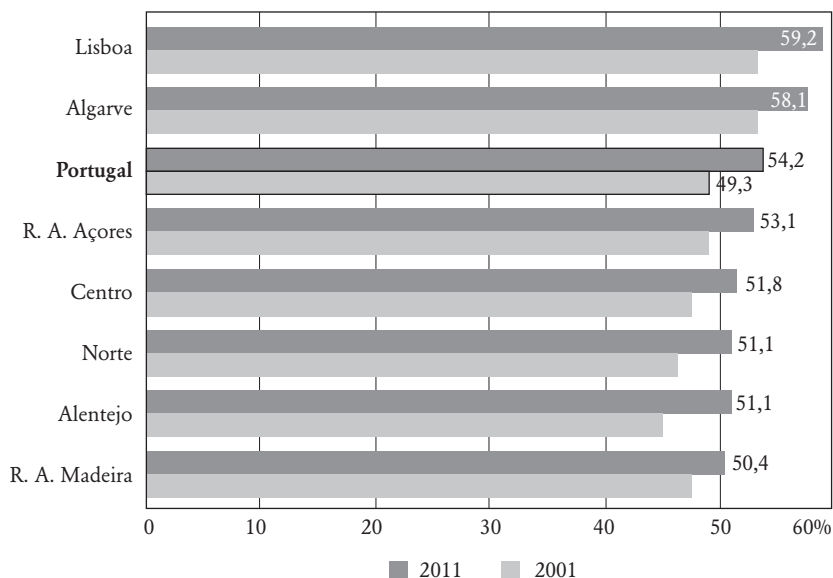
Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011.

crescente no período 2001-2011, mantendo-se, no entanto, o predomínio da monoparentalidade feminina nas várias regiões do país.

Por outro lado, é importante reter que os núcleos monoparentais contemplam situações muito diversas que vão para além do perfil de mãe ou pai com filhos dependentes mais tipicamente associado à monoparentalidade (Wall e Lobo 1999). De facto, a monoparentalidade inclui também as situações de convivência com filhos de idades mais avançadas. Deste modo, e numa tentativa de destrinçar estes últimos casos dos contextos de monoparentalidade com filhos dependentes, circunscreveu-se o âmbito de análise aos núcleos familiares monoparentais com filhos com menos de 25 anos e em situação de inatividade.¹³

¹³ A delimitação etária de idades inferiores a 25 anos para este contexto de análise encontra suporte na discussão introduzida no ponto sobre a autonomização dos jovens e mais especificamente na questão da saída tendencialmente mais tardia de casa dos pais, para a qual contribui o prolongamento dos percursos escolares de nível superior. Atualmente, e tendo em conta um percurso escolar linear, as idades de conclusão do 2.º ciclo do ensino superior situam-se entre os 22 e os 24 anos.

Figura 4.7 – Proporção de núcleos familiares monoparentais com filhos inativos e idade inferior a 25 anos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011



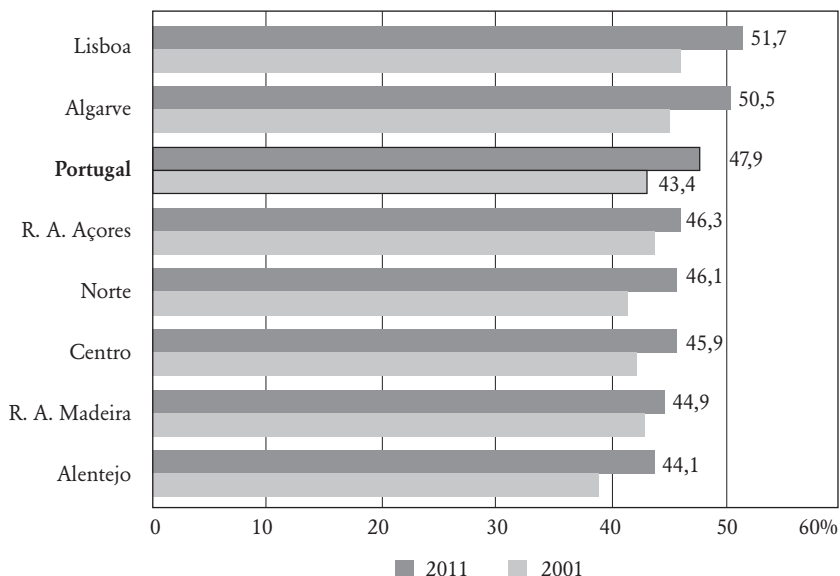
Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011.

As figuras seguintes permitem comparar os resultados a nível regional e para os anos 2001 e 2011 relativamente ao total de núcleos familiares monoparentais (figura 4.7) e monoparentais femininos (figura 4.8) com filhos inativos e com idade inferior a 25 anos¹⁴ (em 2011 correspondiam a 260 391 e 230 151 núcleos familiares, respetivamente). Para além de se observar um incremento global deste tipo de núcleos no total de núcleos monoparentais em todas as regiões, o padrão regional destacava as regiões Lisboa e Algarve como aquelas em que se registavam em 2011 valores superiores à média do país, e as únicas regiões onde mais de metade dos núcleos monoparentais, em 2011, correspondia a situações de mãe com filhos inativos e com menos de 25 anos.

Note-se que a variação da proporção de núcleos familiares monoparentais femininos com filhos inativos e menores de 25 anos por município permite constatar que, dos 308 municípios, 68 registavam uma variação

¹⁴ Proporção de núcleos familiares monoparentais com filhos inativos e idade inferior a 25 anos: número de núcleos familiares monoparentais com filhos inativos e com idade inferior a 25 anos/número de núcleos familiares monoparentais x 100.

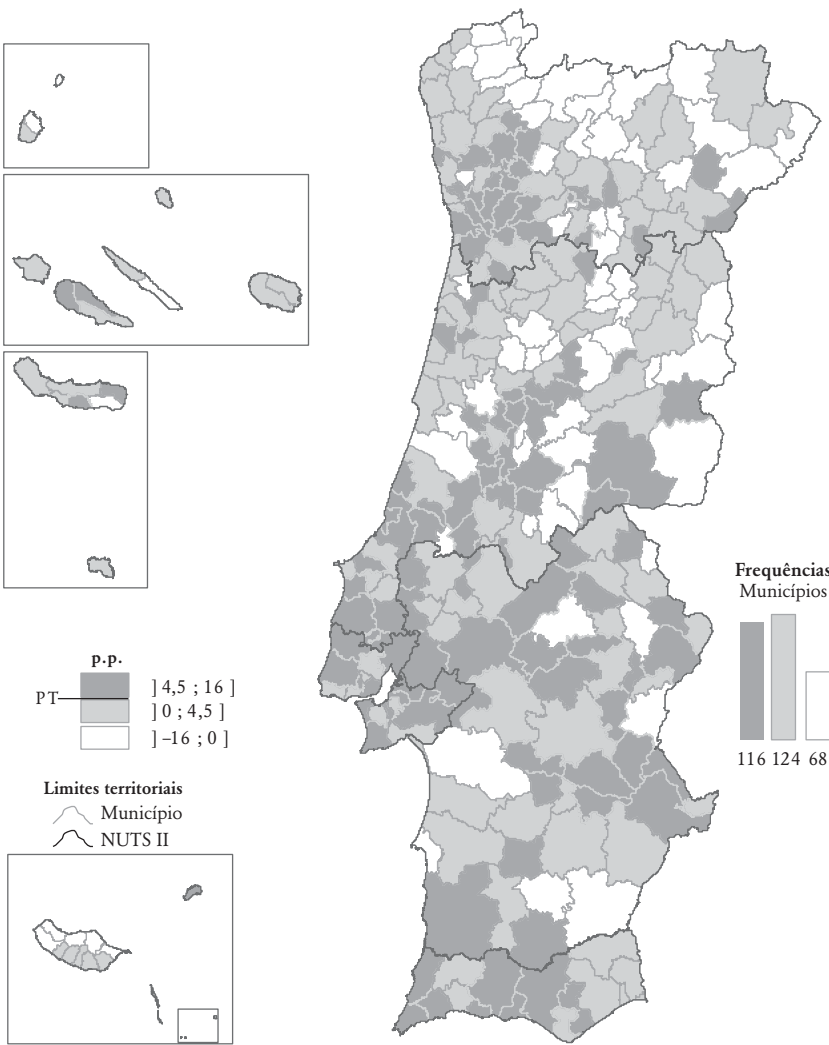
Figura 4.8 – Proporção de núcleos familiares monoparentais de mãe com filhos inativos e idade inferior a 25 anos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011



Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011.

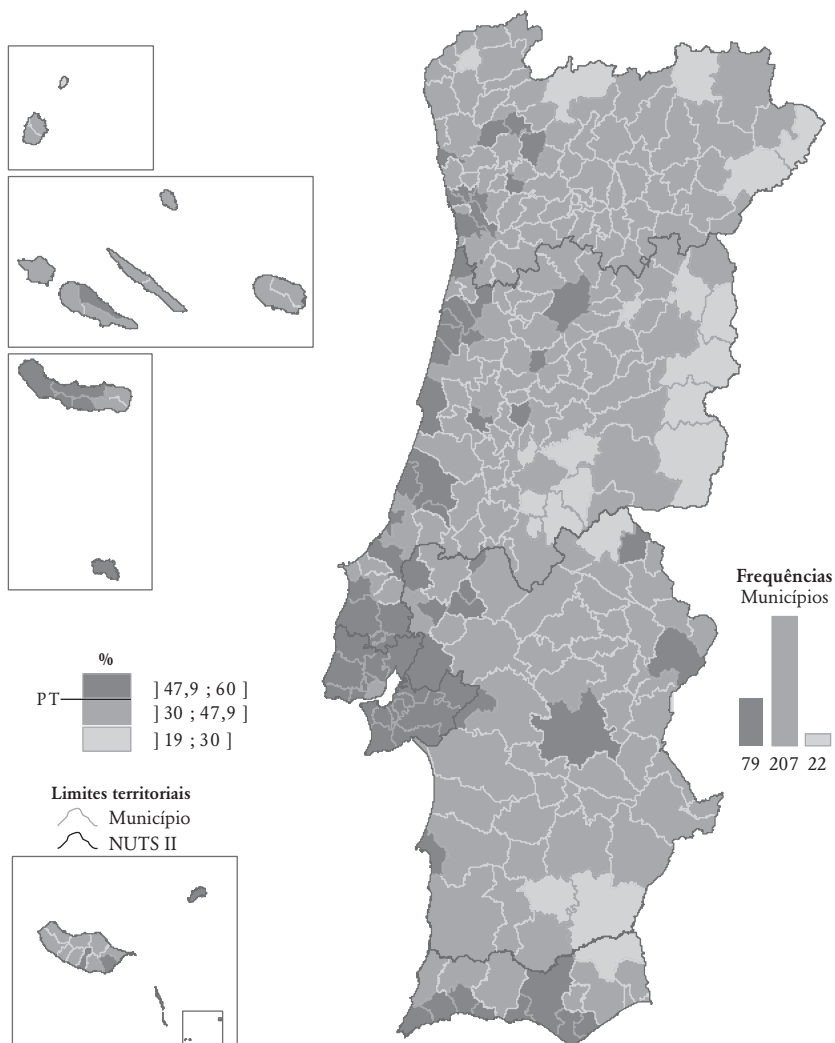
negativa (mapa 4.7). Com variações positivas e acima do observado para o total de Portugal salienta-se a AML e alguns municípios limítrofes (nomeadamente, Alenquer, Benavente, Azambuja e Torres Vedras), e alguns municípios da AMP (como Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, Valongo, Gondomar e Matosinhos). Adicionalmente, destacavam-se municípios do Algarve e do Interior da região Alentejo (especialmente num contínuo de Arronches até Moura, incluindo ainda Portel, Vidigueira, Alvito e Viana do Alentejo). O retrato territorial da proporção de núcleos monoparentais femininos com filhos inativos e com menos de 25 anos em 2011 reforça a leitura de um padrão centrado nos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto, mas também do Litoral Centro e do Algarve, espaços que no Continente concentram os municípios com valores acima da média nacional (47,9%) (mapa 4.8). Deste modo, a maior expressão deste tipo de arranjo familiar não é indissociável do cariz mais urbano dos territórios que encerram não só maior diversidade, mas também maior dinamismo em torno da composição e recomposição familiar.

Mapa 4.7 – Variação da proporção de núcleos familiares monoparentais de mãe com filhos inativos e idade inferior a 25 anos, por município, 2001/2011



Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011.

Mapa 4.8 – Proporção de núcleos familiares monoparentais de mãe com filhos inativos e idade inferior a 25 anos, por município, 2011



Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2011.

A expressão das relações conjugais não formalizadas

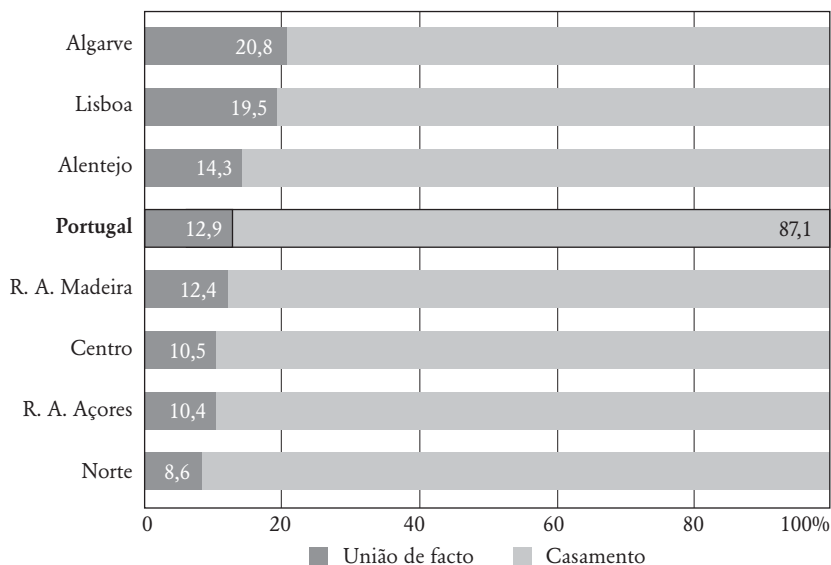
A crescente desinstitucionalização dos laços conjugais constitui uma questão central no que diz respeito à mudança familiar em Portugal (Aboim 2006). Viver em conjugalidade há muito que deixou de ser sinónimo de casamento, dada a crescente relevância das relações conjugais informais (Leite 2003). Por outro lado, o aumento dos contextos de recomposição familiar permite atribuir às situações de separação e de divórcio¹⁵ um duplo sentido (Rosa 2002) – não só o da rutura conjugal, mas também o do desdobramento familiar, ou seja, da possibilidade de constituição de uma nova relação.

De acordo com Aboim (2006), viver em união de facto abarca situações distintas. Por um lado, o período prévio de vida a dois é, cada vez mais, considerado como uma etapa fundamental para consolidar a decisão do casamento, sendo nestes casos a coabitação um exercício de experimentação que precede o casamento (INE 2011).¹⁶ Por outro lado, a coabitação em união de facto encontra-se também, em muitos casos, ligada à parentalidade, ou seja, ao nascimento de um filho que precipita a vivência em casal. Por fim, as uniões conjugais informais surgem também no seguimento de transições familiares que envolvem ruturas e que, frequentemente, trazem para o presente filhos de outras conjugalidades. Nestes casos, estamos perante contextos de recomposição familiar. De facto, diversos autores têm adiantado que o desdobramento familiar, para além de refletir a dissolução de um casamento, pode representar igualmente a possibilidade de iniciar uma nova conjugalidade, sendo assim possível atribuir ao divórcio um duplo sentido – a dissolução de um casamento, mas também a possibilidade de constituição de uma nova família (Ferreira *et al.* 2008; Rosa 2002).

¹⁵ O número de divórcios tem aumentado de forma acentuada desde 1975, ano em que os indivíduos casados catolicamente passaram a poder obter o divórcio civil, por via de um protocolo adicional à Concordata. Em 1975, Portugal contabilizava 1 550 divórcios e em 2011 este valor correspondia a 26 751 divórcios. O ano 2002 registou o número mais elevado de divórcios decretados (27 708), em grande parte devido às alterações legislativas introduzidas nesse ano, relativas aos divórcios por mútuo consentimento decretados nas conservatórias do registo civil (INE 2013).

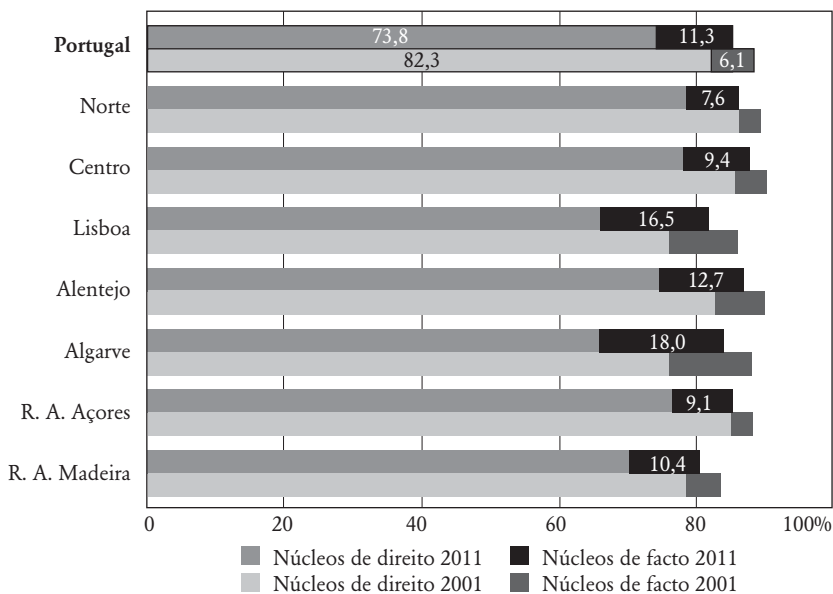
¹⁶ A proporção de casamentos com residência anterior comum dos nubentes tem vindo a ganhar expressão no contexto global do país, bem como nos seus diferentes territórios, especialmente em municípios das áreas metropolitanas e das regiões Alentejo e Algarve (INE 2011).

Figura 4.9 – Proporção de população que vive em conjugalidade por tipo de relação conjugal, Portugal e NUTS II, 2011



Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2011.

Figura 4.10 – Proporção de núcleos conjugais de direito ou de facto, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011



Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011.

A relevância das uniões de facto

A relação conjugal não formalizada – a coabitação em união de facto – tem vindo a ganhar expressão em Portugal. Com efeito, verifica-se uma diminuição consistente da formalização da conjugalidade por via do casamento, especialmente na sua vertente religiosa,¹⁷ sendo crescente o estabelecimento de vínculos conjugais informais por via da coabitação em união de facto. Segundo os dados do recenseamento de 2011, no total do país, 12,9% (729 832 pessoas) da população que se encontravam numa relação conjugal viviam em união de facto.¹⁸ Acima deste limiar situavam-se as regiões Algarve, Lisboa e Alentejo com 20,8%, 19,5% e 14,3%, respetivamente, e abaixo a Região Autónoma da Madeira, a região Centro, a Região Autónoma dos Açores e a região Norte. Nesta última a proporção de pessoas a viver em união de facto era a mais baixa do país, em resultado da maior proporção de população (91,4%) com relação conjugal formalizada pelo casamento¹⁹ (figura 4.9).

Considerando o universo de núcleos familiares, e a sua segmentação entre núcleos conjugais de direito e núcleos conjugais de facto,²⁰ é possível constatar uma predominância dos núcleos conjugais de direito (em 2011, representavam 73,8% do total de núcleos familiares) e uma crescente importância dos núcleos conjugais de facto entre 2001 e 2011 em todas as regiões do país (figura 4.10). No contexto global do país, a proporção de núcleos conjugais de facto, no total de núcleos conjugais, passou de 6,1% (185 917 núcleos), em 2001, para 11,3% (363 891 núcleos) em 2011, correspondendo a uma taxa de variação deste tipo de núcleos de 96%. O padrão regional continuava a destacar as regiões Algarve (18,0%) e Lisboa (16,5%) que detinham, comparativamente, as proporções de núcleos conjugais de facto mais elevadas, bem como as maiores variações entre 2001 e 2011. Por sua vez, a relevância deste tipo de núcleos era menor na região Norte (7,6%), na Região Autónoma dos Açores (9,1%) e no Centro (9,4%).

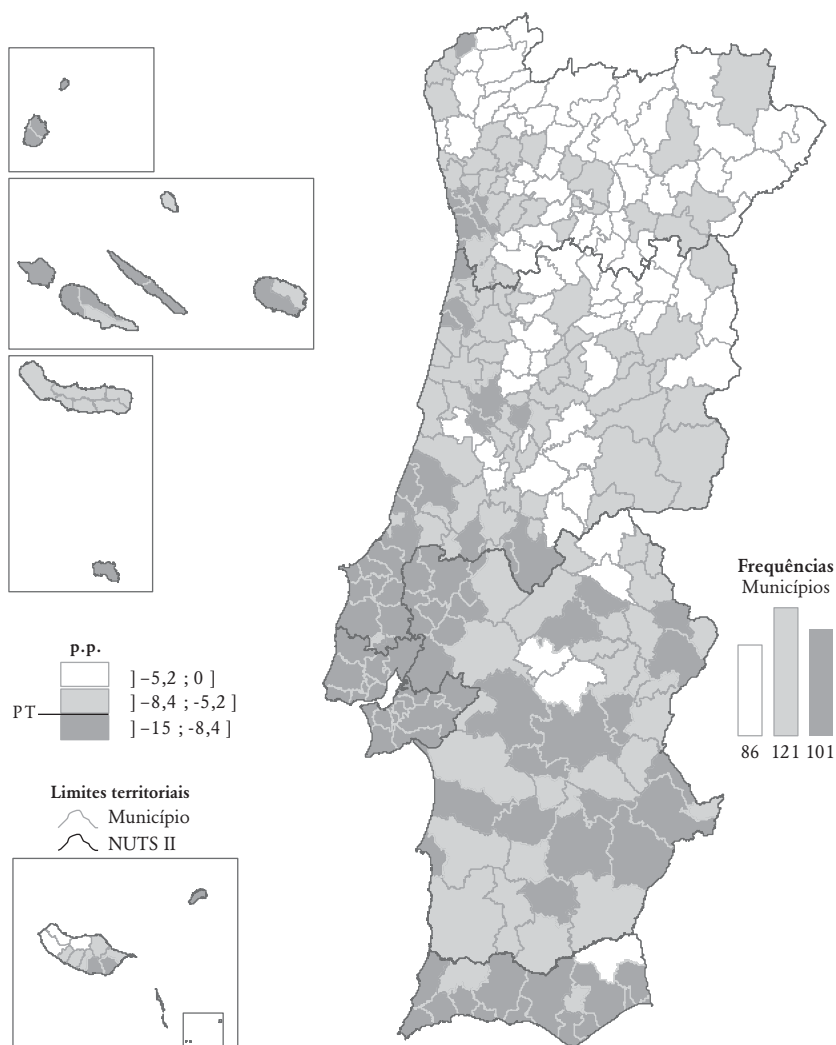
¹⁷ Entre 2001 e 2011, a expressão de casamentos católicos, no total de casamentos, passou de 62,5% (36 509) para 39,5% (14 121) e a de casamentos civis passou de 37,5% (21 881) para 60,2% (21 481), respetivamente (INE 2013).

¹⁸ Proporção de população que vive em união de facto: população que vive em união de facto/população que vive em conjugalidade x 100.

¹⁹ Proporção de população cujo estado civil é casado: população casada/população que vive em conjugalidade x 100.

²⁰ Proporção de núcleos familiares de casais de direito ou de facto: número de núcleos familiares de casais (de direito/de facto)/número de núcleos familiares x 100.

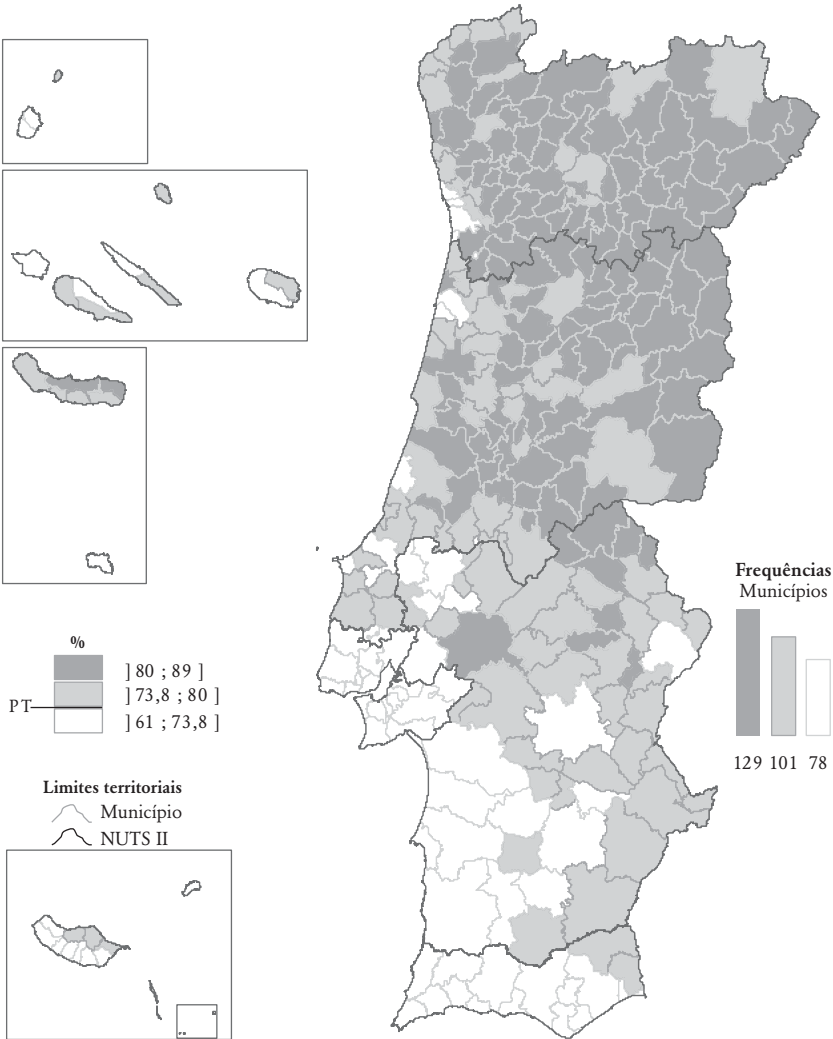
Mapa 4.9 – Variação da proporção de núcleos conjugais de direito, por município, 2001/2011



Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011.

A representação à escala municipal permite destacar os padrões territoriais diferenciados que se obtêm a partir da variação da proporção de núcleos conjugais de direito e de facto entre 2001 e 2011. Enquanto em relação aos primeiros a tendência que se observa é de um decréscimo generalizado (variações negativas) da conjugalidade formalizada por via do

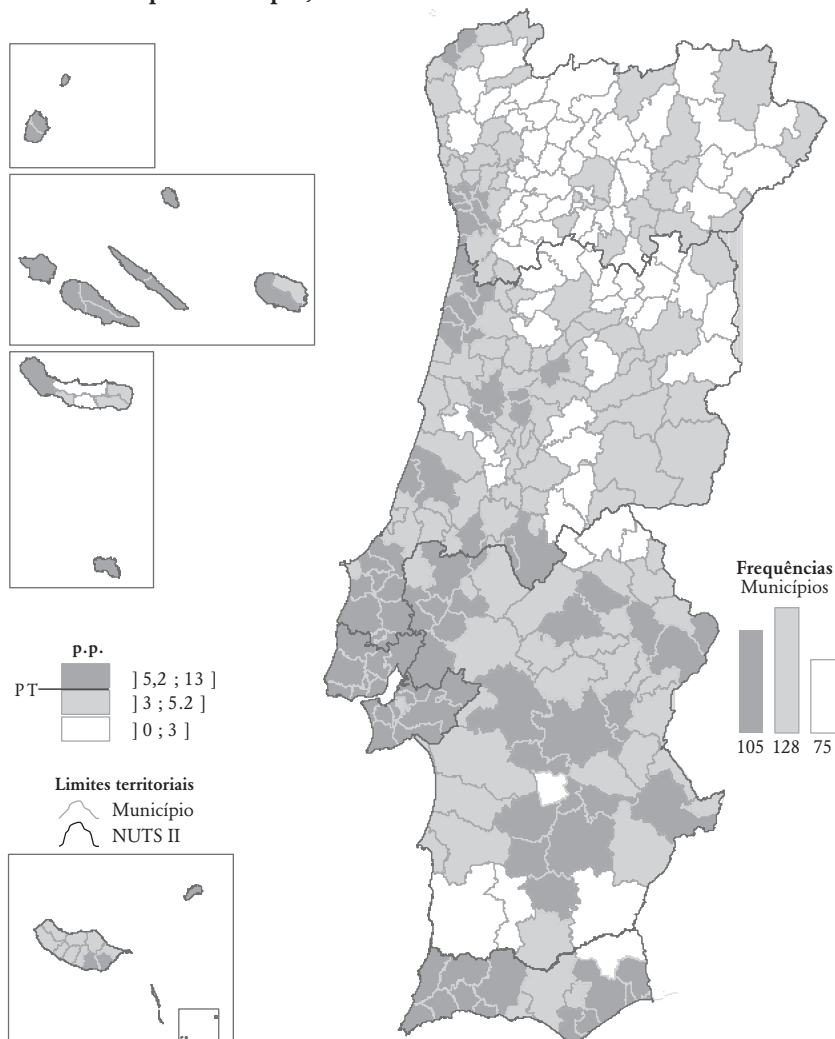
Mapa 4.10 – Proporção de núcleos conjugais de direito, por município, 2011



Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2011.

casamento em todos os municípios (mapa 4.9), em relação aos segundos o panorama é de crescente relevância das relações conjugais informais (variações positivas) (mapa 4.11). Com efeito, as maiores variações negativas relativamente às proporções de núcleos conjugais de direito, e que superavam também a variação para Portugal (–8,4 pontos percentuais), concentravam-se em 101 municípios maioritariamente localizados no

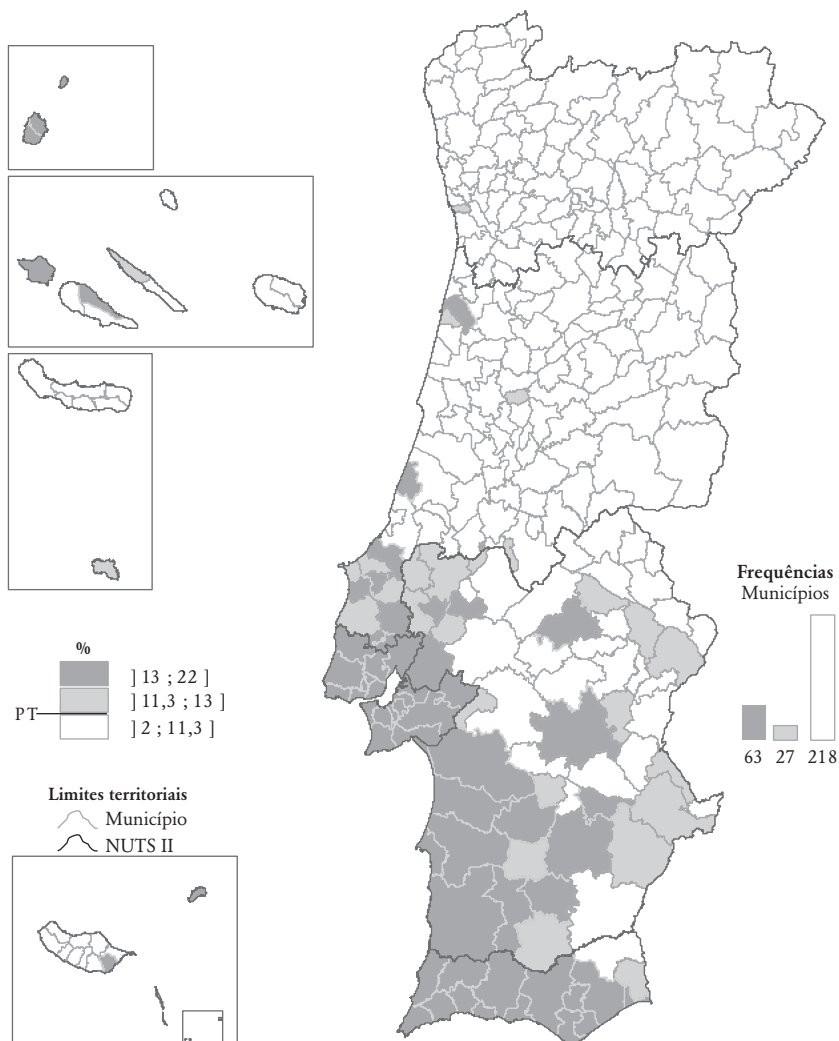
Mapa 4.11 – Variação da proporção de núcleos conjugais de facto, por município, 2001/2011



Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011.

território centrado na AML mas que se estendia às sub-regiões do Oeste (em particular Torres Vedras, Caldas da Rainha e Alenquer), da Lezíria do Tejo (especialmente Cartaxo, Almeirim, Benavente e Santarém), e ainda do Grande Porto (Matosinhos, Maia, Vila Nova de Gaia, Porto e Espinho). Destacavam-se também os municípios do Algarve (sobretudo Portimão, Lagoa, Tavira, Silves e Albufeira) e algumas capitais de distrito

Mapa 4.12 – Proporção de núcleos conjugais de facto, por município, 2011

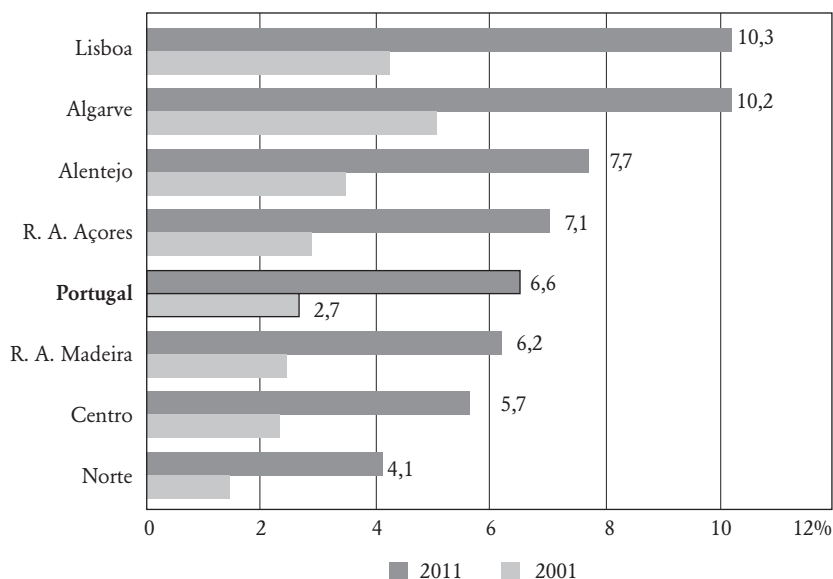


Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2011.

do Continente como Coimbra, Leiria, Aveiro, Évora e Beja. Por seu turno, do conjunto de 86 municípios que reuniam as menores variações negativas, apenas cinco se localizavam a sul do Tejo, designadamente Nisa, Crato, Mora, Arraiolos e Alcoutim (mapa 4.9).

O retrato territorial em 2011 era revelador de um contraste regional que distanciava os municípios localizados nas regiões Norte e Centro, e

Figura 4.11 – Proporção de núcleos familiares reconstituídos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011



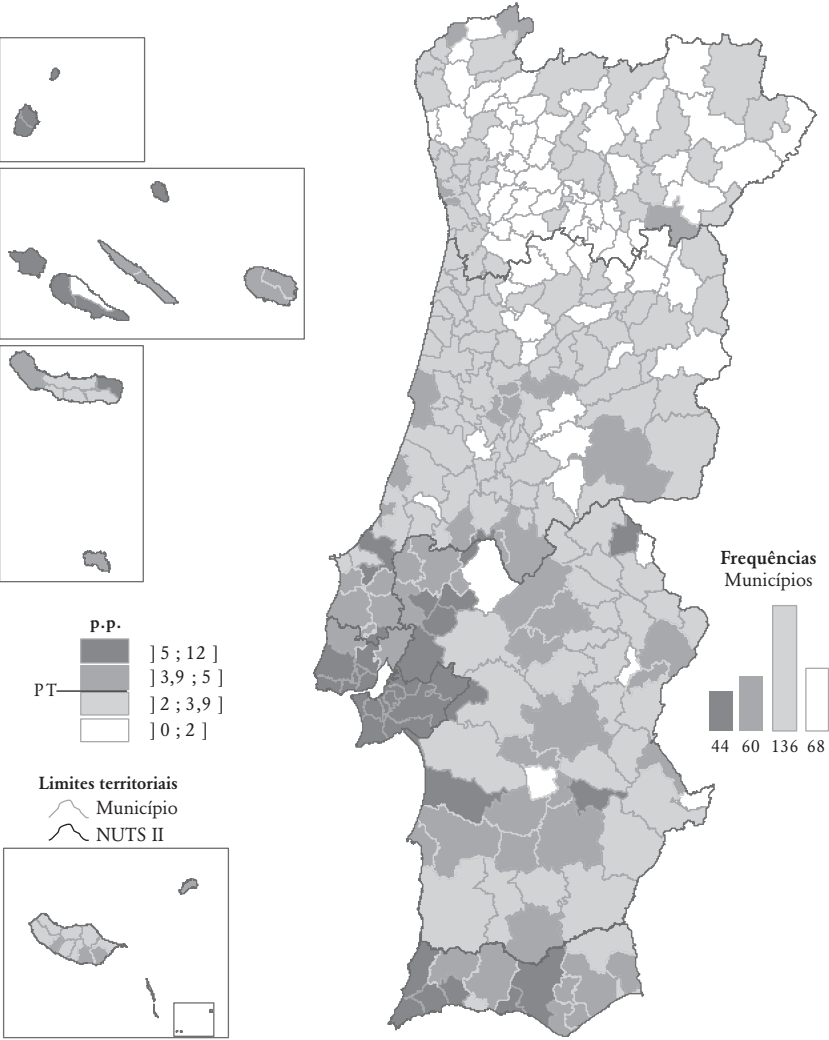
Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011.

principalmente, no seu Interior, dos municípios do Litoral Sul e em torno da Área Metropolitana de Lisboa (mapas 4.10 e 4.12). Assim, apesar das tendências verificadas no período intercensitário 2001-2011 em todo o território nacional que salientavam a perda de importância relativa, mas ainda predominante, dos núcleos de direito a favor dos núcleos de facto, mantém-se uma oposição Norte-Sul, que sugere uma aproximação ao *Portugal tradicional* que Ferrão identifica «na articulação que historicamente se vai estabelecendo entre meios físicos, modos de vida e paisagens» (2002, 154). Constituem, contudo, exceções a este padrão municípios do Litoral Centro (como Aveiro, Marinha Grande e Caldas da Rainha) e do Alentejo Interior (mormente Avis, Évora, Vidigueira e Beja) (mapa 4.12).

A coabitação de recomposição familiar

O fenómeno da recomposição familiar regista, globalmente, uma tendência crescente nas sociedades contemporâneas e constitui um elemento central na análise da mudança e da diversidade familiar em Portugal. Apesar desta dinâmica global, o padrão territorial revela diferentes

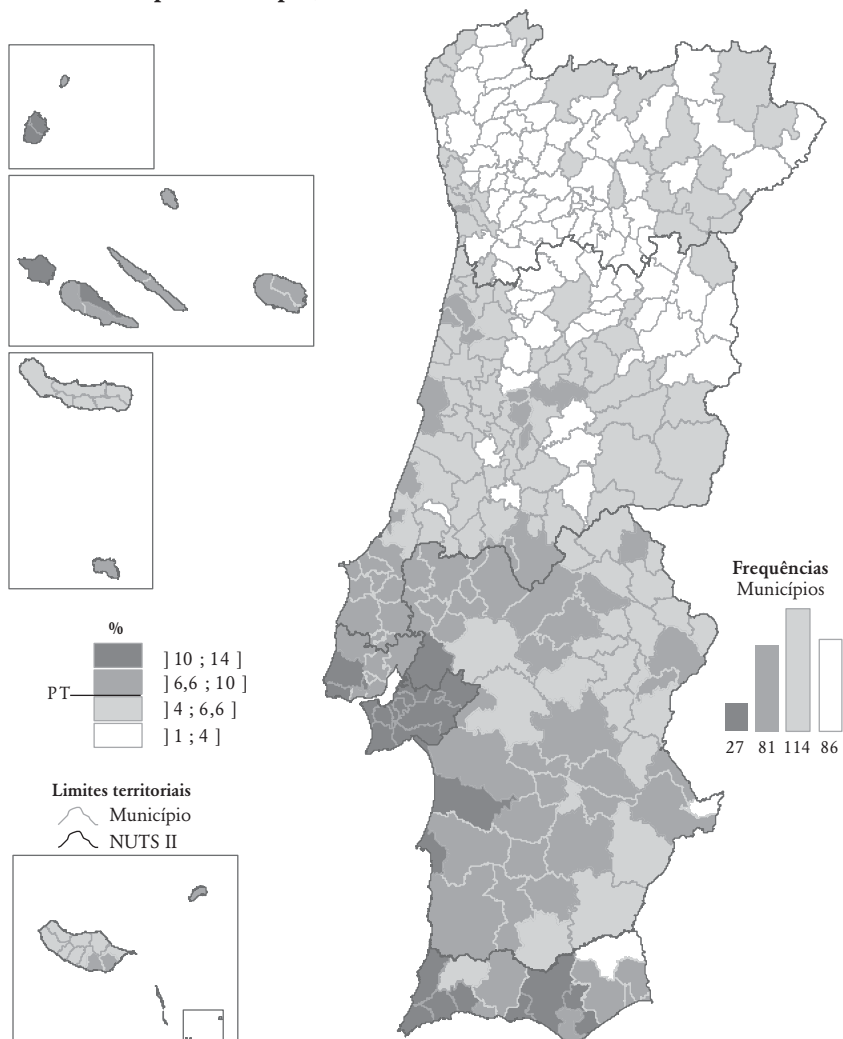
Mapa 4.13 – Variação da proporção de núcleos familiares reconstituídos, por município, 2001/2011



Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011.

cadências e incidências deste tipo de composição familiar. A informação censitária permite o apuramento do número de núcleos familiares reconstituídos, que correspondem às situações de um casal (de direito ou de facto) com filhos em que pelo menos um deles é apenas filho de um dos elementos do casal (filho não comum).

Mapa 4.14 – Proporção de núcleos familiares reconstituídos, por município, 2011



Fonte: INE, I. P., Recenseamento da População e Habitação, 2011.

Entre 2001 e 2011, a proporção de núcleos familiares reconstituídos,²¹ face ao total de núcleos familiares de casais com filhos, aumentou em

²¹ Proporção de núcleos familiares reconstituídos: número de núcleos familiares reconstituídos/número de núcleos familiares de casais com filhos x 100.

Portugal de 2,7% (46 786) para 6,6% (105 763) (figura 4.11), mais do que duplicando na década censitária em análise (126%). Tal como em relação à expressão das uniões de facto, também no que diz respeito à recomposição familiar foi nas regiões Lisboa e Algarve que se verificaram as maiores variações, aumentando a proporção de núcleos familiares reconstituídos nestas regiões de 4,2%, em 2001 para 10,3%, em 2011 e de 5,1%, em 2001, para 10,2%, em 2011, respetivamente. Acima do valor observado para o total de Portugal, situavam-se, ainda, o Alentejo e a Região Autónoma dos Açores, onde a proporção de núcleos familiares reconstituídos cresceu, entre 2001 e 2011, em ambas as regiões, 4,2 pontos percentuais. Em 2011, as proporções mais baixas e inferiores à média nacional registavam-se nas regiões Norte, Centro e na Região Autónoma da Madeira.

O conjunto de 104 municípios onde se verificou o maior aumento das situações de recomposição familiar, e que superava simultaneamente o valor obtido para o total de Portugal (mapa 4.13), localizava-se maioritariamente na AML e municípios contíguos (como Benavente, Vila Franca de Xira e Vendas Novas), assim como na região Algarve (Vila do Bispo, Albufeira, Aljezur, Lagos, Loulé e Portimão). Destacavam-se ainda os municípios de Grândola, Salvaterra de Magos, Vidigueira, Vendas Novas e Castelo de Vide na região Alentejo e os municípios de Santa Cruz das Flores, da Horta, das Lajes das Flores, do Corvo, de Santa Cruz da Graciosa, do Nordeste e das Lajes do Pico na Região Autónoma dos Açores.

Do mesmo modo, a fotografia à escala municipal que se obtém na sequência da representação da proporção de núcleos familiares reconstituídos em 2011 (mapa 4.14) salienta valores mais elevados num conjunto de 27 municípios localizados, primordialmente na AML e no Algarve, destacando-se ainda municípios do Alentejo Litoral (Grândola e Sines) e da Região Autónoma dos Açores (Lajes das Flores, Santa Cruz das Flores, Horta e São Roque do Pico). Este padrão territorial contrasta com a dinâmica de municípios do Interior Norte e Centro que registavam, na sua maioria, valores abaixo do observado para o total de Portugal (6,6%). Com proporções mais baixas relativamente à recomposição familiar, evidenciavam-se municípios como Póvoa do Lanhoso, Pinhel, Celorico de Basto, Aguiar da Beira e Cabeceiras de Basto.

Notas finais

Entre 2001 e 2011 registaram-se mudanças relevantes no domínio das famílias e do seu modo de organização. No presente capítulo, a análise centrou-se em três principais vértices, nomeadamente: a relevância das famílias unipessoais – refletida, por um lado, no isolamento dos idosos, mas também na autonomização dos jovens –, a importância das famílias monoparentais e a expressão das uniões de facto e da recomposição familiar na leitura das dinâmicas associadas à conjugalidade.

No que respeita ao primeiro vértice sobre a relevância das famílias unipessoais foi possível verificar:

- Uma tendência crescente da importância relativa das famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos entre o período de 2001 e 2011 em todas as regiões, e identificar um duplo padrão territorial – por um lado, a prevalência deste tipo de situações em contextos territoriais situados maioritariamente no Interior do país e, por outro lado, valores mais elevados deste tipo de famílias em freguesias das cidades de Lisboa e do Porto;
- A construção de vivências autónomas na população jovem entre os 18 e os 34 anos. Entre 2001 e 2011, registou-se um aumento de pessoas entre os 18 e os 34 anos que vivem sozinhas, principalmente em contextos urbanos – AML, Grande Porto, Algarve e cidades médias coincidentes com capitais de distrito. A segmentação da proporção de filhos entre os 18 e os 34 anos a viver com os pais aponta para um padrão territorial distinto, ao diferenciar, com valores mais elevados, municípios do Interior Norte, Centro e Alentejo.

O segundo vértice referente à importância da monoparentalidade permitiu constatar:

- O aumento mais expressivo da proporção de núcleos monoparentais femininos, entre 2001 e 2011, nas regiões Lisboa e Algarve, sendo que, em 2011, era na Região Autónoma da Madeira que se verificava a maior proporção de núcleos monoparentais femininos. As regiões Centro, Alentejo e Norte apresentavam, em contraponto, valores inferiores à média do país em 2011;
- O aumento da monoparentalidade feminina com filhos inativos e até aos 25 anos, especialmente nas áreas metropolitanas e no Litoral Centro e Algarve. Em 2011, as regiões Lisboa e Algarve detinham

não só valores superiores ao apurado para o total do país, como eram também as únicas regiões em que mais de metade dos núcleos monoparentais correspondia a situações de núcleos monoparentais femininos com filhos inativos e com menos de 25 anos.

Por fim, o terceiro e último vértice de análise relativo à expressão das relações conjugais não formalizadas permitiu salientar:

- A crescente relevância da conjugalidade informal, mas com perfis regionais distintos. As regiões localizadas no Sul do Continente apresentavam, comparativamente, maiores proporções de população a viver em união de facto, em oposição às regiões autónomas e às regiões Norte e Centro, que registavam valores inferiores ao total do país. Em 2011, foi nas regiões Algarve e Lisboa que se verificou o maior incremento de núcleos conjugais de facto, bem como as proporções mais elevadas deste tipo de núcleos;
- A tendência crescente dos contextos familiares de recomposição conjugal, em especial nas regiões Lisboa, Algarve, Alentejo e Região Autónoma dos Açores. Estas regiões apresentavam, em 2011, as proporções mais elevadas de núcleos familiares reconstituídos. A análise por município evidencia também esta tendência, principalmente para os municípios da AML e do Algarve. Adicionalmente, o padrão territorial para 2011 destacou valores mais elevados na AML e num conjunto de municípios da faixa litoral alentejana, da costa algarvia e da Região Autónoma dos Açores.

Deste modo, foi possível retratar diversas mudanças no domínio das famílias que apresentam, contudo, ritmos e padrões distintos nos vários contextos territoriais.

Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia. 2003. «Evolução das estruturas domésticas», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43: 13-30.
- Aboim, Sofia. 2006. *Conjugalidades em Mudança*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, Sofia, e Karin Wall. 2002. «Tipos de família em Portugal: interações, valores, contextos». *Análise Social*, xxxvii, 163: 475-506.
- André, Isabel e Alexandre Abreu. 2006. «Dimensões e espaços da inovação social». *Fimisterra*, xli (81): 121-141.

- Eurostat. 2009. *Youth in Europe: A Statistical Portrait*. European Commission.
- Ferrão, João. 2002. «Portugal, três geografias em recombinação: espacialidade, mapas cognitivos e identidades territoriais». *Lusotopie*, 2: 151-158.
- Ferreira, Cristina, Cristina Lobo, Isabel Tiago Oliveira, e Madalena Ramos. 2008. «O recasamento: tendências actuais». *Revista de Estudos Demográficos*, 42: 31-59.
- Ferreira, Vitor Sérgio, e Cátia Nunes. 2010. «Les marqueurs de passage à l'âge adulte en Europe». *Politiques Sociales et Familiales*, 102: 21-38.
- Heinz, Walter, e Helga Krüger. 2001. «Life course: innovations and challenges for social research». *Current Sociology*, 49: 29-45.
- INE. 2011. *Retrato Territorial de Portugal*. Lisboa: INE.
- INE. 2013 *Estatísticas Demográficas – 2011*. Lisboa: INE.
- Leite, Sofia. 2003. «A união de facto em Portugal». *Revista de Estudos Demográficos*, 33: 97-140.
- Mauritti, Rosário. 2011. *Viver Só*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Pappámikail, Lia. 2013. *Adolescência e Autonomia: Negociações Familiares e Construção de Si*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, José Machado. 1990. «A construção sociológica da juventude – alguns contributos». *Análise Social*, xxv, 105-106: 139-165.
- Pais, José Machado. 2001. *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*. Lisboa: Âmbar.
- Parker, Kim. 2012. *The Boomerang Generation*. Washington, DC: PEW Social & Demographic Trends.
- Rosa, Maria João Valente. 2002. «Notas sobre a população – os homens e as mulheres perante o casamento». *Análise Social*, xxxvii, 163: 667-672.
- Wall, Karin. 2003. «Famílias monoparentais», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43: 51-66.
- Wall, Karin, ed. 2005. *Famílias em Portugal*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin, e Cristina Lobo. 1999. «Famílias monoparentais em Portugal». *Análise Social*, xxxiv, 150: 123-145.
- Wall, Karin, e Sofia Aboim. 2003. «Perfis regionais de mudança familiar – síntese final». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43: 97-100.

Capítulo 5

Pessoas sós em Portugal: evolução e perfis sociais

Uma das principais tendências de mudança apontadas pela análise das estruturas familiares nas sociedades contemporâneas é o aumento do número de pessoas que vivem sozinhas. Este incremento não só tem sido continuado e progressivo, como tem resultado também em alterações importantes no perfil de quem se encontra em situação de residência unipessoal. São mudanças que assumem um cariz transversal a diferentes contextos nacionais e que vão sendo apontadas de forma recorrente em diversas análises censitárias da população.

Estes eixos de mudança têm sido estudados em países tão distintos como, por exemplo, Portugal (Guerreiro 2003; Mauritti 2011), França (Hall, Ogden e Hill 1997), Reino Unido (Chandler *et al.* 2004; Hall e Ogden 2003; Hall, Ogden e Hill 1997; Wasoff e Jamieson 2005), Suíça (Petry 2003), Austrália (Hughes 2013; Vaus e Richardson 2009), Estados Unidos da América (Jamieson, Wasoff e Simpson 2009), ou a Europa em termos globais (Kaufmann 1994). Análises mais específicas têm também permitido perceber o perfil genderizado e etário das pessoas que residem sozinhas, direcionando o foco analítico para mulheres (Kaufmann 2000; Petry 2003) e homens (Jamieson, Wasoff e Simpson 2009), bem como para jovens (Garthwaite 2012; Hughes 2013), adultos (Wasoff e Jamieson 2005), idosos (Van den Hoonaard 2009) e população ativa (Hall e Ogden 2003; Wasoff e Jamieson 2005).

A importância que esta problemática assume no estudo das estruturas domésticas e das famílias pode ser compreendida pelo facto de se encontrar na confluência de alguns dos principais fluxos de transformação das sociedades contemporâneas. Mudanças demográficas, alterações nas estruturas familiares, nas relações de género, nos relacionamentos amorosos, nas formas de viver a família, no mercado de trabalho, no sistema de ensino, nos fluxos migratórios e nos estilos de vida contribuem, de

forma articulada, para o crescimento progressivo do número de pessoas que vivem sozinhas.

A discussão em torno da residência unipessoal tem sido feita frequentemente por referência aos processos de individualização das sociedades de modernidade tardia. Vários autores destacam o enfraquecimento de enquadramentos tradicionais proporcionados por estruturas como a família e a classe social, o que tem por implicação a abertura das escolhas individuais em biografias crescentemente flexíveis e autoconstruídas (Beck e Beck-Gernsheim 2001; Giddens 1994, 1995). Estas dinâmicas e processos de mudança podem ser alvo de leituras pessimistas ou otimistas. As primeiras defendem que, à medida que se impõem lógicas de mercado e a necessidade de mobilidade profissional, a instituição familiar vai perdendo a sua relevância estruturadora nas vivências individuais. De acordo com esta perspetiva, sobretudo veiculada por Beck e Beck-Gernsheim (1995, 2001; Beck-Gernsheim 2002), a vida familiar constitui-se como obstáculo a um investimento nas qualificações formais, na carreira e em outro tipo de atividades com implicações identitárias. Trata-se, no fundo, de uma lógica de escolhas unilaterais: carreira ou família, valorização identitária ou conjugalidade/parentalidade. Interpretações mais otimistas destes fenómenos apontam, por outro lado, para as possibilidades de emancipação dos sujeitos, na sua capacidade de escolherem autonomamente estilos de vida alternativos e experienciarem novas formas de residência e de viver a família (Giddens 1994, 1995).

Contudo, aquilo que os estudos empíricos sobre o tema demonstram é que viver só não é necessariamente sinónimo de isolamento, anomia, individualismo, egoísmo ou perda de importância da família, nem, por outro lado, resultado de um cenário de possibilidades ilimitadas (Hughes 2013; Jamieson, Wasoff e Simpson 2009; Mauritti 2011; Vaus e Richardson 2009). Tanto situações de escolha pessoal, como constrangimentos objetivos podem estar na origem da residência unipessoal para diferentes grupos populacionais. Trata-se, no fundo, de um fenómeno social complexo e multidimensional, que requer uma leitura aprofundada e empiricamente sustentada das suas tendências e formas de expressão.

O objetivo deste capítulo passa precisamente por procurar compreender a extensão da residência unipessoal em Portugal e por caracterizar em algumas dimensões centrais esta população. Para o efeito, a análise é ancorada nos dados dos Censos de 2011. Pretende-se dar continuidade à exploração desenvolvida em 2003, com base em informação do recenseamento de 2001, de indicadores relevantes sobre as pessoas sós (Guerreiro 2003). Por esse motivo, e porque se pretende perceber a evolução

do fenómeno, serão também convocados, sempre que for pertinente, dados dos dois anteriores momentos censitários, 1991 e 2001.

A análise das pessoas sós é aqui centrada nas designadas famílias unipessoais, o que incorpora duas situações distintas: a das pessoas que ocupam integralmente um alojamento, ou seja, que vivem efetivamente sozinhas; e a dos indivíduos que residem com outras pessoas, ocupando parte de um alojamento, mas que têm vidas independentes e gerem orçamentos separados (Guerreiro 2003; INE 2013). Este último subgrupo, como se verá, é residual, mas é fundamental considerá-lo na análise por três motivos: representa uma forma alternativa do viver só, sem a sua inclusão o mapeamento dos agregados domésticos em Portugal não ficaria completo e permite comparações diretas com as conclusões da análise dos dados de 2001 (Guerreiro 2003). Sempre que ao longo do texto se usarem as designações pessoas sós, famílias unipessoais, residências unipessoais, mono-residência, agregados domésticos ou unidades domésticas de uma pessoa estamos a referir-nos a estes dois subconjuntos populacionais, salvo quando indicação em contrário.

O crescimento das pessoas sós em Portugal

Em 2011 Portugal registava 866 827 pessoas em situação de mono-residência, o que corresponde a 8,2% do total de população residente no país (quadro 5.1). O número de mulheres neste tipo de família (544 971), bem como a sua proporção no total nacional (cerca de 5%), é bastante superior ao dos homens na mesma situação, que são 321 856 e representam 3% da população residente. Estes valores são por si só interessantes, mas ganham relevância analítica acrescida quando comparados com os dados de censos anteriores. Mantendo a tendência já identificada em 2001 (Guerreiro 2003), os agregados domésticos de uma pessoa têm vindo gradualmente a aumentar nas últimas décadas em Portugal, em termos absolutos e percentuais. Entre 1991 e 2011 o número de pessoas sós praticamente duplicou. Passou de 435 864 para 866 827, registando um valor intermédio de 631 762 em 2001. Portanto, face à população residente, cresceu de cerca de 4% para 8,2%. O sentido deste crescimento foi similar para mulheres e homens.

Esta evolução crescente é também expressiva quando se considera o peso da mono-residência no total de agregados domésticos em Portugal (quadro 5.1).¹ Em 2011 representa 21,4% das unidades domésticas, sendo

¹ O total de agregados domésticos corresponde ao total das designadas famílias clássicas.

Quadro 5.1 – Evolução das pessoas sós em Portugal, 1991-2011

Ano		No total da população residente			No total de agregados domésticos		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Vivem sozinhas	Partilham alojamento
1991	n	435 864	130 737	305 127	435 864	397 325	38 539
	%	4,4	1,3	3,1	13,8	12,6	1,2
2001	n	631 762	218 866	412 896	631 762	572 615	59 147
	%	6,1	2,1	4,0	17,3	15,7	1,6
2011	n	866 827	321 856	544 971	866 827	825 800	41 027
	%	8,2	3,0	5,2	21,4	20,4	1,0

Fonte: INE, Censos 1991, 2001, 2011.

que 20,4% correspondem ao subconjunto das pessoas que residem efetivamente sozinhas e apenas 1% diz respeito a quem partilha casa, mas tem uma vida independente. Das 866 827 pessoas em famílias unipessoais, 825 800 residem sozinhas e 41 027 dividem um alojamento, mas mantendo vidas separadas, sem economia comum. Desde 1960 que a percentagem de pessoas em famílias unipessoais no total de agregados domésticos tem aumentado, mas é a partir de 1991 que esse crescimento é mais acentuado: passou de 13,8% para 21,4%. Este incremento faz-se sentir sobretudo por via do aumento dos indivíduos que residem realmente sozinhos, já que a proporção de quem partilha casa tem inclusive decrescido (de 1,2% para 1% entre 1991 e 2011).

O crescimento das pessoas que residem em alojamentos unipessoais em Portugal acompanha os principais padrões de distribuição desta população na Europa (quadro 5.2).² Considerando o peso dos indivíduos em situação de mono-residência nos diferentes países, no total da população residente e no total de agregados domésticos, percebe-se que se verificou um aumento na generalidade dos contextos nacionais desde a década de 1990.

No entanto, verifica-se que Portugal é dos países com valores mais baixos de pessoas sós (7,2% em 2011), inferiores à média europeia, a par de outros países como a Bulgária, Espanha e Grécia, que registam, no mesmo ano, percentagens entre 7% e 8% de pessoas sós no total da população residente. Esta situação contrasta acentuadamente com a de países como a Alemanha, Holanda e Suécia, cujos valores, também em

² Note-se que a informação contida no quadro 5.2, recolhida pelo Eurostat, se reporta a uma amostra da população, o que explica a descoincidência face aos dados do quadro 5.1. Contudo, a comparação entre países é válida pelo facto de terem sido aplicados os mesmos critérios de amostragem nos diferentes contextos nacionais.

Quadro 5.2 – Evolução das pessoas sós na Europa, por país, 1995-2011 (%)

País	No total da população residente			No total de agregados domésticos		
	1995	2005	2011	1997	2005	2011
Alemanha	15	17,5	19,8	36	37,1	40,1
Bulgária	–	6,4	6,8	–	18,6	19,9
Espanha	4	5,8	7,1	14	16,4	19,0
França	11	13,7	15,3	27	31,4	34,2
Grécia	7	7,4	7,7	20	19,8	20,4
Holanda	14	15,1	16,4	33	34,6	36,4
Itália	8	11,4	12,5	23	28,3	30,1
Polónia	–	8,9	9,0	–	25,2	25,2
Portugal	5	5,9	7,2	13	16,6	19,1
Reino Unido	11	14,1	13,3	30	32,0	31,3
Suécia	–	20,1	18,7	43	41,8	39,2
UE 15	11	13,4	14,5	29	30,5	32,1
UE 27	–	12,5	13,4	–	29,0	30,5

Fonte: Eurostat, EU-SILC, 1995, 1997, 2005, 2011.

2011, ultrapassam os 16% e estão acima da média europeia (UE 15: 14,5%; UE 27: 13,4%). Os mesmos padrões são identificados quando observamos a proporção de alojamentos unipessoais no total de unidades domésticas. Portugal, juntamente com Espanha, têm em 2011 os valores mais baixos, na ordem dos 19%, abaixo da média da Europa (UE 15: 32,1%; UE 27: 30,5%).

Portugal está ainda distante do padrão europeu do viver só, mas isso não minimiza o expressivo crescimento das pessoas em residência unipessoal no país nas últimas décadas. A dimensão deste aumento fica clara quando se percebe que se fez sentir para mulheres e homens, bem como para todos os grupos etários acima dos 15 anos (quadro 5.3).³

O número de mulheres sós tem sido maioritário face ao dos homens que vivem sozinhos, tendência identificada já desde 1991. Em 2011, 62,9% das pessoas sós são do sexo feminino e 37,1% são do sexo masculino. Apesar desta diferença, na realidade, ao aumento progressivo, embora moderado, do número de homens desde 1991, tem correspon-

³ Este aumento fez-se sentir também na generalidade do território nacional, como ficou já claro no capítulo 3 deste livro. Se em 2001 a maior preponderância de pessoas sós se fazia sentir sobretudo no Sul do país, na área da Grande Lisboa e no centro interior de Portugal, em 2011 aumentou o número de regiões que registam uma proporção de famílias unipessoais acima dos 20%. Em 2011 três zonas do país têm inclusive uma proporção acima dos 26%: Grande Lisboa (26,6%), Pinhal Interior Sul (26,6%) e Alentejo Litoral (26,1%).

Quadro 5.3 – Evolução das pessoas sós em Portugal, por sexo e grupo etário, 1991-2011 (%)

	1991	Ano 2001	2011
Sexo			
<i>Homens</i>			
no total de homens	2,7	4,4	6,4
no total de pessoas sós	30,0	34,6	37,1
<i>Mulheres</i>			
no total de mulheres	6,0	7,7	9,9
no total de pessoas sós	70,0	65,4	62,9
Grupo etário			
<i>0-14 anos</i>			
no total de pessoas dessa faixa etária	0,0	0,0	0,0
no total de pessoas sós	0,1	0,0	0,0
<i>15-29 anos</i>			
no total de pessoas dessa faixa etária	1,4	3,2	3,6
no total de pessoas sós	7,7	11,7	7,4
<i>30-49 anos</i>			
no total de pessoas dessa faixa etária	2,2	4,0	6,6
no total de pessoas sós	13,4	18,4	24,0
<i>50-64 anos</i>			
no total de pessoas dessa faixa etária	6,1	6,8	9,2
no total de pessoas sós	23,3	19,0	21,6
<i>65 e mais anos</i>			
no total de pessoas dessa faixa etária	18,2	19,7	20,2
no total de pessoas sós	55,7	50,9	46,9

Fonte: INE, Censos 1991, 2001, 2011.

dido a diminuição da proporção de mulheres na população inserida em residências unipessoais. Mas quando consideramos as pessoas sós por referência à população residente, fica claro que a proporção de mulheres e homens tem crescido de forma similar: aumentou para ambos os sexos 1,7% entre 1991 e 2001 e 2% entre 2001 e 2011.

Quanto à distribuição etária, observamos um padrão claro de envelhecimento desta população: em 2011, perto de metade das pessoas sós (46,9%) tem 65 e mais anos de idade (quadro 5.3). Em proporções similares encontramos parte substancial da população ativa portuguesa no total dos grupos etários dos 30 aos 49 anos (que representam 24% das pessoas em alojamentos unipessoais) e dos 50 aos 64 anos (que correspondem a 21,6%). As pessoas mais jovens em situação de mono-residência, com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos, são minoritárias, representando apenas 7,4%.

Fazendo uma análise comparativa face aos dados censitários anteriores percebemos, no entanto, que esta distribuição tem sofrido algumas alterações e enquadra-se numa tendência clara de mudança, com o aumento progressivo das pessoas em idade ativa nos alojamentos unipessoais e com o correspondente decréscimo dos indivíduos com 65 e mais anos neste tipo de unidade doméstica. Deve, contudo, ser referido que analisando a proporção de pessoas sós de diferentes idades, no total de população residente em cada uma dessas faixas etárias, se percebe que, face aos dados censitários de 1991, a população com mais de 15 anos a residir num alojamento unipessoal aumentou em todos os grupos etários. O incremento mais expressivo ocorreu, contudo, para os escalões de idades dos 30 aos 49 anos (cresceu 2% entre 1991 e 2001 e 2,6% entre 2001 e 2011) e dos 50-64 anos (aumentou 0,7% entre 1991 e 2001 e 2,4% entre 2001 e 2011).

Caracterização socioeconómica das pessoas sós

Para além da tendência de crescimento da residência unipessoal, importa também compreender quem são as pessoas que vivem sós e que especificidades têm em relação à generalidade da população portuguesa. Para esse efeito, são explorados alguns traços centrais de caracterização socioeconómica, como sejam o estado civil, o nível de escolaridade, a condição perante a atividade económica e o grupo profissional (quadro 5.4).

Observando a distribuição de quem vive só em 2011 por estado civil, na sua comparação com a população residente, fica claro que se está perante um grupo de pessoas com características particulares. Em relação aos indivíduos solteiros a proporção é similar para os dois conjuntos populacionais, mas o mesmo já não se verifica relativamente às restantes situações conjugais. A maior diferença pode ser identificada em relação a quem é casado: se na população residente representam 46,6%, no grupo das pessoas sós esse valor é de apenas 5,1%. Quanto às situações de divórcio e viuvez, a distribuição inverte-se, registando quem vive em alojamentos unipessoais valores mais elevados do que a população residente: 18,6% são divorciados, contra 5,6% da população residente; 40,7% são viúvos, quando a população residente regista apenas 7,3%. Portanto, as pessoas sós são predominantemente solteiras e viúvas, o que constitui um importante indicador na explicação da sua situação de mono-residência.

Quadro 5.4 – Caracterização socioeconómica das pessoas sós em Portugal: distribuição por estado civil, nível de escolaridade, condição perante a atividade económica e grupo profissional da população ativa, 2011 (%)

	População e sexo					
	Pessoas sós			População residente		
	HM	H	M	HM	H	M
Estado civil						
Solteiros	35,7	46,2	29,5	40,5	43,7	37,5
Casados	5,1	8,4	3,1	46,6	48,6	44,8
Divorciados	18,5	25,0	14,8	5,6	4,9	6,3
Viúvos	40,7	20,5	52,6	7,3	2,8	11,4
Nível de escolaridade						
Nenhum grau de escolaridade	12,7	6,9	16,1	8,7	7,3	10,0
Ensino básico	54,1	53,0	54,8	57,4	59,8	55,2
Ensino secundário	12,3	17,2	9,5	17,2	17,8	16,6
Ensino pós-secundário	0,6	1,0	0,4	0,9	1,0	0,8
Ensino superior	20,3	22,0	19,3	15,8	14,0	17,5
Condição perante a atividade económica						
Empregados	36,4	49,7	28,5	48,5	53,6	43,9
Desempregados	4,9	7,8	3,2	7,4	7,7	7,0
Estudantes	0,8	1,1	0,6	7,3	7,7	7,0
Domésticos	2,1	0,3	3,1	4,7	0,2	8,6
Reformados	50,9	34,1	60,8	26,0	24,5	27,4
Incapacitados	1,4	2,0	1,0	1,6	1,7	1,4
Outros casos	3,6	5,1	2,7	4,5	4,5	4,5
Grupo profissional da população ativa						
Quadros sup. adm. pública, dir. e quadros sup. emp.	9,7	11,5	7,8	8,8	11,5	6,0
Especialistas das prof. intelectuais e científicas	20,8	16,0	25,9	12,3	9,1	15,8
Técnicos e profissionais de nível intermédio	10,1	10,8	9,3	8,2	9,2	7,1
Pessoal administrativo e similares	25,6	19,6	32,1	26,2	18,0	35,0
Pessoal dos serviços e vendedores	5,0	4,0	5,9	5,5	4,6	6,6
Agricultores e trab. qualificados agr. e pescas	2,4	3,7	1,0	2,6	3,6	1,4
Operários	14,2	24,2	3,5	20,6	32,3	8,1
Trabalhadores não qualificados	10,6	8,2	13,1	12,6	8,4	17,1
Membros das Forças Armadas	0,6	1,0	0,2	0,7	1,1	0,2
Outras pessoas ativas	1,0	1,0	1,1	2,5	2,2	2,8

Fonte: INE, Censos 2011.

Esta distribuição é, contudo, diferenciada por sexo. Se entre as mulheres que vivem sozinhas predominam situações de viuvez (52,6%), os homens em mono-residência são, em maior proporção, solteiros (46,2%). A diferença registada a este respeito indicia que a residência unipessoal para as mulheres ocorre sobretudo numa fase mais tardia dos seus percursos de vida, enquanto culminar de um trajeto de conjugalidade, ao

passo que para os homens pode decorrer mais frequentemente de escolhas pessoais de estilo de vida ou de opções profissionais, nomeadamente as que resultam em mobilidade regional ou internacional.

É ainda importante realçar, a respeito do estado civil, que cerca de 5% das pessoas sós são casadas. É um valor baixo, mas ainda assim ilustra formas alternativas de viver a conjugalidade e a família. São os designados casais LAT (*living apart together*), que não se encontram em situação de co-residência (Duncan e Phillips 2010; Levin 2004; Levin e Tros 1999), eventualmente nalguns casos também por fatores de ordem profissional e de mobilidade geográfica.

Quanto aos níveis de escolaridade dos indivíduos em alojamentos unipessoais, podemos observar que a sua distribuição é relativamente similar à da população residente, embora tendencialmente mais qualificada. É, contudo, de assinalar que as pessoas em situação de mono-residência registam valores ligeiramente superiores nos dois extremos, relativamente ao ensino superior (20,3% face a 15,8%) e à inexistência de grau de escolaridade (12,7% face a 8,7%), e proporções ligeiramente mais baixas no que diz respeito ao ensino básico (54,1% face a 57,4%) e ao ensino secundário (12,3% face a 17,2%). A leitura destes dados não é, por si só, esclarecedora, mas indicia a existência de grupos com perfis sociais distintos. Na realidade, e tendo em conta a diferenciação da população portuguesa a este respeito, esta informação deve ser compreendida tendo por base o seu cruzamento com a idade da população, o que será apresentado no ponto seguinte do capítulo.

A distribuição face à condição perante a atividade económica é, por outro lado, mais esclarecedora relativamente à especificidade do conjunto de pessoas sós face à população residente em Portugal. Verifica-se que a proporção de indivíduos reformados é aproximadamente o dobro nas pessoas sós (50,9% face a 26%). Em relação a todas as outras situações perante a atividade económica, a população residente regista valores mais elevados. Estes dados podem ser compreendidos em conjunção com a distribuição etária das pessoas em alojamentos unipessoais, que, como se viu, aponta para uma maioria de indivíduos com 65 e mais anos, idades em que prevalecem as situações de reforma. Deve ainda ser referida a existência de diferenças na distribuição por sexo. Se a maioria das mulheres que vivem sozinhas se encontram reformadas (60,8%), entre os homens sós predomina a inserção profissional (49,7%). Embora na população residente se registe também uma maior proporção de homens inseridos no mercado de trabalho, para o conjunto das pessoas sós a discrepância é mais expressiva. Esta diferença pode resultar do facto de, em

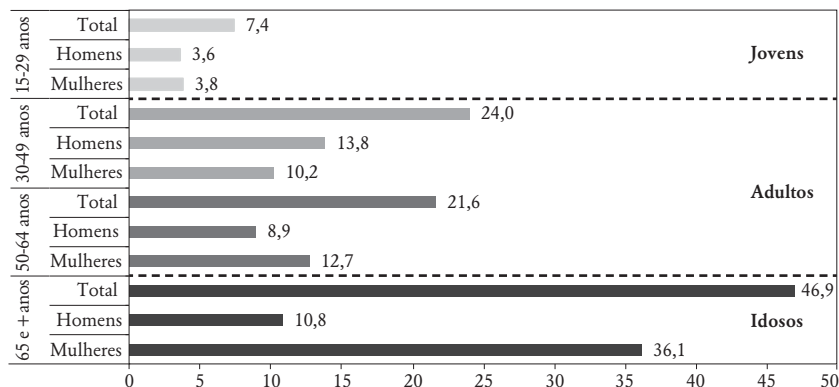
geral, as mulheres que residem em alojamentos unipessoais serem mais velhas e os homens em mono-residência se encontrarem em maior proporção em idade ativa.

Um outro elemento importante de caracterização socioeconómica diz respeito às categorias profissionais das pessoas sós ativas. Se a distribuição por escolaridade já indiciava um perfil global mais qualificado, observando os grupos profissionais em que os indivíduos em situação de mono-residência se inserem, fica claro que se está perante um conjunto de pessoas tendencialmente mais providas de recursos económicos e escolares que, no fundo, constituem o garante de autonomia residencial. As pessoas sós estão em maior proporção, face à população residente, nos grupos profissionais mais qualificados e mais bem remunerados, como os quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa (9,7% face a 8,8%), os especialistas das profissões intelectuais e científicas (20,8% face a 12,3%) e os técnicos e profissionais de nível intermédio (10,1% face a 8,2%), e em menor percentagem nas restantes categorias laborais. Estão, por outro lado, em proporção considerável no grupo do pessoal administrativo e similares (25,6%), registando uma percentagem idêntica à da população residente (26,2%). Mais uma vez, estes dados apontam para a coexistência de diferentes perfis sociais de quem reside sozinho. A presença de 14,2% de operários e de 10,6% de trabalhadores não qualificados é também disso indicador. Inserções profissionais mais favorecidas surgem aqui com maior peso pelo facto de esta informação remeter apenas para as pessoas ativas, ficando, portanto, de fora a população mais envelhecida, globalmente menos escolarizada e, por isso, com trajetos profissionais menos qualificados, como se verá mais adiante.

Perfis sociais das pessoas sós

A distribuição das pessoas sós, de acordo com o conjunto de variáveis acima apresentado, é importante para o mapeamento dos elementos gerais de caracterização desta população. Contudo, estes dados apontam também para o facto de estarmos perante um grupo de indivíduos internamente diversificado, que ilustra múltiplas realidades e que deve, por isso, ser compreendido de acordo com os diferentes perfis que integra no seu seio. Na realidade, viver só tem significados sociais distintos, dependendo da sua localização no curso de vida de uma pessoa (Chandler *et al.* 2004).

Figura 5.1 – Pessoas sós em Portugal, por sexo e grupo etário, 2011 (%)



Fonte: INE, Censos 2011.

Um simples cruzamento entre sexo e grupo etário indicia a existência em 2011 de diferentes cenários de distribuição dos indivíduos em alojamentos unipessoais (figura 5.1).⁴

No grupo etário mais jovem, com idades entre os 15 e os 29 anos, regista-se uma proporção reduzida de pessoas sós (7,4%), embora em valores similares para mulheres (3,8%) e homens (3,6%). Num segundo escalão de idades, que corresponde, no global, a parte substancial da população adulta ativa, a percentagem de indivíduos que vivem sozinhos (24%) aumenta substancialmente, sendo possível identificar dois subgrupos distintos: o dos 30 aos 49 anos, no qual predominam, ainda que de forma pouco expressiva, os sujeitos do sexo masculino (13,8% face a 10,2% de mulheres); e o dos 50 aos 64 anos, onde essa tendência começa a inverter-se, com a proporção de mulheres sós (12,7%) a ser ligeiramente superior à dos homens (8,9%). No terceiro grupo etário, que incorpora as pessoas sós mais velhas, com 65 e mais anos, o padrão que começava a ser identificado no escalão de idades anterior instala-se de forma expressiva. Perto de metade das pessoas sós tem 65 e mais anos (46,9%), registando-se uma diferença acentuada entre a proporção de mulheres (36,1%) e a de homens que vivem sozinhos (10,8%). Esta tendência intensifica-se, aliás, à medida que a idade vai aumentando, caracterizando-se a população idosa em mono-residência por um padrão claro de feminização.

⁴ As pessoas sós com idade até aos 14 anos não foram consideradas nesta análise pelo facto de serem em número muito reduzido e não terem, por isso, expressão estatística.

A distinção entre três perfis etários, que resulta desta distribuição diferencial por sexo e idade (jovens, adultos e idosos), espelha a coexistência de diferentes padrões sociais quanto aos modos de viver só. Importa aprofundar sociologicamente cada um deles para uma decomposição e análise das múltiplas realidades que caracterizam as pessoas que vivem sozinhas (Guerreiro 2003). Em particular, são consideradas variáveis centrais de caracterização socioeconómica, como sejam o nível de escolaridade, a condição perante a atividade económica, o principal meio de vida, o grupo profissional e o estado civil.

Jovens: entre transições e projetos

Embora em crescimento desde 1991, o grupo etário dos jovens com idade entre os 15 e os 29 anos é, como foi já referido, aquele que menor expressão assume no conjunto das pessoas sós. A mono-residência não surge ainda nesta fase de vida como opção particularmente comum em Portugal, em parte devido a processos de transição para a vida adulta prolongados pelo investimento em trajetos escolares mais longos e, de forma articulada, por dificuldades materiais concretas no acesso a estabilidade profissional e a habitação (Nico 2010; Nilsen, Guerreiro e Brannen 2002; Pappámikail 2004). Os jovens portugueses permanecem tendencialmente com a família de origem até idades mais ou menos tardias e fazem geralmente coincidir a saída de casa dos pais com a vivência conjugal (Guerreiro e Abrantes 2004). Por outro lado, o incremento dos alojamentos unipessoais nestas idades indicia que, apesar de pouco frequente, viver só (com ou sem partilha de casa) faz crescentemente parte de percursos de autonomização individual, seja como fase transitória, seja enquanto escolha de um projeto de vida. Deve, contudo, ser referido que o aumento da mono-residência entre os jovens foi mais expressivo entre 1991 e 2001 (1,8%) do que entre 2001 e 2011 (0,4%). Esta diferença poderá indiciar a existência de dificuldades materiais resultantes do agravamento das condições socioeconómicas do país, que tornam mais difícil ou mesmo inviável a transição para a residência unipessoal. Dados do próximo momento censitário permitirão perceber se a tendência de crescimento se mantém, ou se se verifica uma inversão.

Apesar de serem em número reduzido e de o seu crescimento ser moderado, importa perceber quem são as pessoas sós jovens, que perfil social têm e o que as aproxima e diferencia da população portuguesa com a mesma idade. Este escalão etário é aqui analisado em três subgrupos distintos, que apontam para diferentes fases de crescimento e de relação

Quadro 5.5 – Nível de escolaridade, condição perante a atividade económica, principal meio de vida, grupo profissional da população ativa e estado civil das pessoas sós jovens, por grupo etário, 2011 (%)

	População e grupo etário					
	15-19 anos		20-24 anos		25-29 anos	
	Pessoas sós	Pop. res.	Pessoas sós	Pop. res.	Pessoas sós	Pop. res.
Nível de escolaridade						
Nenhum	2,2	0,4	1,1	0,8	0,7	1,1
Ensino básico	30,7	30,4	21,9	25,5	15,3	29,1
Ensino secundário	42,3	57,5	33,6	32,0	24,5	30,3
Ensino pós-secundário	3,0	1,6	3,9	4,5	3,2	3,2
Ensino superior	21,8	10,2	39,6	37,2	56,2	36,3
Condição perante atividade económica						
População ativa	40,8	13,0	73,8	61,5	92,9	87,9
Estudantes	43,6	79,7	18,2	29,1	2,6	3,9
Domésticos	0,5	0,6	0,3	1,1	0,2	1,5
Reformados	6,4	0,2	1,2	0,3	0,6	0,4
Incapacitados	0,5	0,4	0,9	0,9	0,4	1,0
Outros casos	8,2	6,1	5,6	7,1	3,3	5,3
Principal meio de vida						
Trabalho	28,5	6,2	62,1	44,6	85,6	75,4
Reforma	6,7	0,2	1,3	0,6	0,7	0,8
Subsídio de desemprego	0,9	0,2	2,0	2,2	2,8	3,9
Subsídio de doença, acidente, etc.	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Rendimento social de inserção	1,1	0,6	1,2	1,5	0,7	1,6
Outros subsídios	1,1	0,2	0,5	0,6	0,1	1,0
Rendimento de propriedade ou empresa	0,3	0,0	0,2	0,1	0,2	0,1
Apoio social	4,2	1,1	1,3	1,0	0,3	0,4
A cargo da família	45,9	86,1	24,8	45,5	6,2	13,6
Outros casos	11,4	5,4	6,5	3,9	3,2	3,1
Grupo profissional da população ativa						
Quadros sup. admin. púb., dirig. e quadros sup. empresa	3,7	1,7	6,2	3,7	9,3	6,4
Especialistas prof. int. e científicas	1,0	0,6	14,1	7,1	30,2	17,7
Técnicos e prof. nível intermédio	4,4	2,5	8,7	6,4	11,7	9,2
Pessoal administrativo e similares	38,6	26,5	37,2	34,7	27,8	31,5
Pessoal dos serviços e vendedores	2,6	1,4	2,7	2,0	2,2	2,7
Agricultores e trab. qualificados agricultura e pescas	2,7	2,0	1,8	1,5	0,9	1,3
Operários	12,1	15,6	11,0	16,9	9,2	16,8
Trabalhadores não qualificados	14,7	12,5	10,2	12,5	5,7	9,9
Membros das Forças Armadas	2,2	2,0	2,3	2,6	1,5	1,3
Outras pessoas ativas	18,1	35,2	5,8	12,4	1,6	3,1
Estado civil						
Solteiros	97,0	99,6	96,7	93,3	93,5	71,8
Casados	0,5	0,4	1,3	6,2	2,1	26,0
Divorciados	0,5	0,0	1,2	0,4	3,9	2,1
Viúvos	2,0	0,0	0,8	0,1	0,5	0,1

Fonte: INE, Censos 2011.

quer com a escola, quer com o mercado de trabalho: 15-19 anos, 20-24 anos, 25-29 anos (quadro 5.5).

Aquilo que fica claro observando a distribuição por níveis de escolaridade é que têm, em geral, padrões de qualificação formal superiores aos da população da mesma faixa etária residente em Portugal. Esta diferença é particularmente evidente no grupo etário dos 25 aos 29 anos. Neste caso, mais de metade das pessoas em situação de mono-residência (56,2%) frequenta, frequentou ou completou o ensino superior, sendo que na população residente essa proporção corresponde a cerca de um terço (36,3%). No mesmo escalão etário a percentagem de indivíduos com o ensino básico é de cerca de metade nas pessoas que residem em alojamentos unipessoais (15,3%) face à da população residente (29,1%). Nos restantes grupos (15-19 anos e 20-24 anos) a discrepância não é tão expressiva, até porque se está perante idades que têm, com maior probabilidade, o seu percurso escolar ainda em curso. De qualquer forma, ilustram também o perfil qualificacional mais elevado das pessoas sós, sobretudo a nível do ensino superior. Veja-se, por exemplo, que 21,8% dos jovens sós de 15-19 anos atingiram o patamar de escolaridade mais elevado, valor que representa o dobro face ao registado na população residente da mesma idade (10,2%).

Quanto à distribuição por condição perante a atividade económica, verifica-se que nas camadas mais jovens, ainda em idade escolar, nomeadamente dos 15 aos 19 anos, a proporção de estudantes é bastante elevada (43,6%), indiciando que nestes casos viver só é resultado da deslocação residencial da casa familiar para estudarem noutros locais do país. Contudo, está abaixo dos valores para o total da população residente, que atinge os 79,7% de estudantes.⁵ Entre os mais jovens em mono-residência verifica-se, por outro lado, uma maior percentagem de população ativa (40,8%), face ao total populacional residente (13%). Esta diferença pode ser compreendida pelo facto de o exercício de uma atividade profissional ser uma condição básica para suportar uma situação de autonomia residencial. É, aliás, notório que a proporção de ativos entre as pessoas em residência unipessoal é superior nestas três faixas etárias relativamente à do total do país, embora substancialmente mais elevada no grupo dos 15 aos 19 anos. Entre os 20 e os 29 anos essa diferença é, contudo, pouco acentuada, até porque a partir dos 25 anos a grande

⁵ É de referir que a classificação da condição perante a atividade económica não prevê a sobreposição de situações, não permitindo, por isso, mapear o universo dos trabalhadores-estudantes e dos estudantes-trabalhadores.

maioria dos jovens (em residências unipessoais e na população residente) exerce uma atividade profissional, numa proporção de cerca de 90%. De forma articulada, à maior presença no mercado de trabalho a partir dos 20 anos corresponde uma percentagem de estudantes inferior nos grupos etários 20-24 anos (18,2%) e 25-29 anos (2,6%) e também abaixo da registada para a população do país (29,1% e 3,9%) das mesmas idades.

Deve, contudo, ser referido que o principal meio de sustento económico de parte dos que trabalham continua a ser a família. Para 45,9% dos jovens sós com idade entre os 15 e os 19 anos o principal meio de vida está a cargo da família. E apesar de nessa faixa etária 40,8% trabalharem, apenas 28,5% assumem o trabalho como fonte principal de sustento. Entre os 20 e os 29 anos esta discrepância é menor, mas ainda assim a proporção de jovens sós que exercem uma atividade profissional nunca corresponde à daqueles que dependem do trabalho como principal meio de vida. Estes dados permitem perceber que à autonomização residencial nem sempre corresponde a independência económica. Está-se perante casos de trabalhadores-estudantes, eventualmente deslocados da habitação familiar, bem como de jovens com inserções parciais e/ou precárias no mercado de trabalho, que exigem apoio económico por parte da família para sustentar a situação de mono-residência.

Esta ideia é reforçada pela análise da distribuição das pessoas sós jovens ativas por grupo profissional. Se entre os 15 e os 19 anos predominam inserções no mercado de trabalho em tarefas administrativas (38,6%), em atividades não qualificadas (14,7%) e em trabalho de operariado (12,1%), com o avançar da idade e com a possível conclusão de percursos escolares a nível do ensino superior, essas inserções de cariz temporário são transferidas para profissões mais qualificadas. Veja-se, por exemplo, que 30,2% dos jovens sós com idades entre os 25 e os 29 anos trabalham como especialistas das profissões intelectuais e científicas, quando esse valor na faixa etária dos 15 aos 19 anos não ultrapassa 1%. Importa, contudo, referir que a proporção de pessoal administrativo e similares se mantém bastante elevada nos três grupos etários (38,6%, 37,2% e 27,8%, respetivamente), o que poderá significar que para alguns destes jovens se trata de um trabalho transitório e paralelo a trajetos prolongados pelo ensino superior, e que, para outros, possivelmente para aqueles cujo nível de escolaridade se situa no ensino secundário, corresponde já a uma inserção mais definitiva no mercado de trabalho. Em geral, os indivíduos em mono-residência desempenham atividades profissionais mais qualificadas e mais bem remuneradas, em consonância com níveis de escolaridade mais elevados, por comparação com o total da população residente das

mesmas idades. Essa tendência é, no entanto, mais evidente a partir dos 20 anos e assume maior expressão entre os 25 e os 29 anos.

Considerando ainda o estado civil, é possível perceber que a maioria da população (em alojamentos unipessoais e população residente) nestes três subgrupos etários é solteira. São idades que precedem, em geral, a fase de concretização de projetos familiares e de coabitação. Se até aos 24 anos a distribuição é similar para os 2 grupos populacionais, a partir dos 25 anos começa já a identificar-se uma tendência que se torna depois mais evidente em idades subsequentes, que diz respeito à predominância de pessoas solteiras, em contraste acentuado com o observado para o total do país. Apesar de no grupo etário dos 25 aos 29 se verificar uma maioria de pessoas em famílias unipessoais solteiras (93,5%), este valor é ligeiramente inferior ao registado nas duas faixas etárias anteriores (ambos acima dos 96%), porque se constata também, a partir dos 25 anos de idade, o aumento de pessoas casadas (cerca de 2%), embora em proporção substancialmente inferior à da população residente (26%). Entre as pessoas sós desta faixa etária (25-29 anos), por outro lado, a percentagem de divorciados (3,9%) é ligeiramente superior à do total do país (2,1%), podendo a rutura conjugal, nestes casos, estar na origem da residência unipessoal.

Com base nos indicadores apresentados é possível perceber que o perfil mais jovem de pessoas sós conjuga situações de transição para a vida adulta, com a autonomização residencial e com a inserção no mercado de trabalho, e opções de vida, mais ou menos transitórias, que não implicam a coincidência entre saída de casa dos pais e viver em conjugalidade. No fundo, podem identificar-se como principais eixos de caracterização deste perfil os seguintes elementos:

- Este é um subgrupo em que a proporção de mulheres e homens é similar, o que é indissociável do conjunto de experiências socializadoras vividas pelos jovens nestas faixas etárias, que tende a ser partilhado, independentemente do sexo dos indivíduos. Referimo-nos em particular a percursos mais prolongados pelo sistema de ensino, à necessidade de a mono-residência ser suportada pela obtenção de rendimentos e ao adiamento da conjugalidade;
- É um perfil particularmente qualificado, quando comparado com o padrão de escolaridade do total da população residente destas idades, sendo que o prolongamento dos trajetos escolares contribui também para configurar formas residenciais que não passam necessariamente, pelo menos numa fase inicial, pela coabitação e pela conjugalidade;

- A maior presença no mercado de trabalho é também evidente, atuando como garante de autonomia financeira que viabiliza a autonomia residencial. Globalmente têm também inserções profissionais mais bem remuneradas e qualificadas do que a população residente da mesma faixa etária. Ainda assim, nestas idades, a família constitui-se como um pilar determinante na viabilização do viver só;
- E, por fim, são maioritariamente solteiros, seja por opção pessoal, seja porque se está perante idades que precedem, em muitos casos, a concretização de projetos conjugais e familiares.

Adultos: entre escolhas e constrangimentos

Os grupos etários das pessoas sós adultas assumem, como se viu, alguma expressão no conjunto dos indivíduos em mono-residência e têm sido aqueles que maior crescimento registaram desde 1991 no país. Este perfil, por incorporar um espectro de idades muito alargado, que corresponde, no fundo, à maioria da população ativa portuguesa, decompõe-se aqui, com fins analíticos, em dois subgrupos: o dos 30-49 anos e o dos 50-64 anos. A separação é justificada pelo facto de se tratar de pessoas que viveram fases distintas de evolução das estruturas socioeconómicas, familiares e culturais do país, o que potencialmente se reflete nos seus trajetos, constrangimentos e opções, nomeadamente no que diz respeito à residência unipessoal. Como se verá, estamos perante um grupo que representa a transição entre padrões diferenciados do viver só (quadro 5.6).

Em continuidade com a tendência identificada nos escalões etários mais jovens, as pessoas sós adultas têm perfis qualificacionais mais elevados do que a população residente em Portugal com as mesmas idades. No entanto, se essa tendência é particularmente evidente na faixa etária dos 30 aos 49 anos, no grupo dos 50 aos 64 anos passa a ser menos expressiva. Por exemplo, os indivíduos com idade compreendida entre os 30 e os 49 anos, com o ensino superior, representam 41,7% das pessoas em famílias unipessoais, quando na população residente esse valor é de 24,5%. Já no grupo etário dos 50 aos 64 anos essa diferença é menos visível: 17,9% para os indivíduos em mono-residência e 12,1% para a população residente.

Fica claro que existe uma diferença substancial nas qualificações formais entre estes dois grupos etários. Se na faixa etária dos 30 aos 49 anos o ensino superior é o nível de instrução com maior proporção de pessoas

em alojamentos unipessoais (41,7%), por outro lado, entre os indivíduos com idade entre os 50 e os 64 anos residentes no país predomina ainda a escolaridade a nível do ensino básico (65%). No fundo, as pessoas sós com idades entre os 30 e os 49 anos, por comparação com o subgrupo etário dos 50 aos 64 anos, registam percentagens mais baixas de ausência de escolaridade (1,5% face a 3,7%) e de pelo menos frequência do ensino básico (31,9% face a 65%), e maior proporção nos patamares qualificacionais a partir do ensino secundário.

Relativamente à atividade económica, identifica-se também a existência de duas tendências diferentes. Apesar de em ambos os grupos etários se verificar uma maioria de população ativa, essa presença é sobretudo evidente na faixa etária dos 30 aos 49 anos: 90,8%, valor aproximado do registado para o total do país (88,1%). A proporção de indivíduos ativos reduz-se substancialmente entre as pessoas em alojamentos unipessoais (e a população em geral) a partir dos 50 anos de idade (55,4%). A este decréscimo corresponde um aumento considerável da percentagem de indivíduos reformados, em proporção ligeiramente superior nas pessoas em situação de mono-residência (28,4%) face ao total do país (22,7%).

A proximidade, em cada um destes escalões etários, das pessoas sós relativamente à população residente indicia dinâmicas estruturais de relação com o mercado de trabalho que são transversais a diferentes camadas populacionais. Apesar de os indivíduos com idade igual ou superior a 50 anos estarem ainda em idade ativa, integram uma geração de trabalhadores que tem vindo a enfrentar dificuldades crescentes quer de manutenção no mercado de trabalho, quer de reconversão profissional face às novas exigências tecnológicas e qualificacionais, bem como aos constrangimentos económicos crescentes no tecido empresarial e aos novos parâmetros da lei laboral no país. Recorde-se que, desta população, mais de 60% têm escolaridade a nível do ensino básico. É nesse sentido que se constata proporcões substancialmente mais baixas de população ativa a partir dos 50 anos, e o consequente aumento de situações de reforma (eventualmente antecipada) mas, também, embora em menor escala, de incapacitação e de outros casos.

Estes dados são reforçados pela distribuição por principal meio de vida. O trabalho é assumido como fonte central de sustento, embora em maior proporção no grupo etário dos 30 aos 49 anos (82,2% face aos 46,9% registados no escalão seguinte), na medida em que a partir dos 50 anos aumentam substancialmente as pessoas suportadas financeiramente pela reforma (34% face a 2,9% na faixa etária do 30-49 anos). Deve, contudo, ser destacado que para ambos os escalões de idade, mas sobretudo

Quadro 5.6 – Nível de escolaridade, condição perante a atividade económica, principal meio de vida, grupo profissional da população ativa e estado civil das pessoas sós adultas, por grupo etário, 2011 (%)

	População e grupo etário			
	30-49 anos		50-64 anos	
	Pessoas sós	Pop. resid.	Pessoas sós	Pop. resid.
Nível de escolaridade				
Nenhum	1,5	1,7	3,7	3,0
Ensino básico	31,9	48,8	65,0	73,3
Ensino secundário	23,4	23,9	13,4	11,6
Ensino pós-secundário	1,4	1,2	0,0	0,0
Ensino superior	41,7	24,5	17,9	12,1
Condição perante a atividade económica				
População ativa	90,8	88,1	55,4	57,9
Estudantes	0,5	0,4	0,1	0,1
Domésticos	0,5	4,0	3,9	9,8
Reformados	1,8	1,2	28,4	22,7
Incapacitados	1,6	1,7	4,2	3,4
Outros casos	4,8	4,6	7,9	6,2
Principal meio de vida				
Trabalho	82,2	78,7	46,9	50,1
Reforma	2,9	2,3	34,0	25,6
Subsídio de desemprego	4,8	4,7	5,5	5,5
Subsídio de doença, acidente, etc.	0,3	0,3	0,4	0,4
Rendimento social de inserção	2,3	1,7	3,6	1,3
Outros subsídios	0,4	0,8	0,7	0,8
Rendimento de propriedade ou empresa	0,4	0,3	1,0	0,8
Apoio social	0,5	0,4	0,8	0,4
A cargo da família	2,7	8,0	2,4	11,3
Outros casos	3,6	2,8	4,6	3,7
Grupo profissional da população ativa				
Quadros sup. adm. púb., diríg. e quadros sup. empr.	11,0	9,5	7,7	9,7
Especialistas prof. int. e científicas	23,2	13,5	14,4	9,5
Técnicos e prof. nível intermédio	11,4	8,9	7,6	7,2
Pessoal administrativo e similares	24,6	26,0	26,0	22,2
Pessoal dos serviços e vendedores	3,7	5,1	6,9	8,4
Agricultores e trab. qualificados agricultura e pescas	1,9	2,1	3,6	4,2
Operários	14,9	21,6	15,8	22,1
Trabalhadores não qualificados	8,0	11,9	17,1	15,6
Membros das Forças Armadas	0,6	0,5	0,2	0,2
Outras pessoas ativas	0,7	0,9	0,8	0,9
Estado civil				
Solteiros	67,5	26,2	29,8	8,5
Casados	6,2	63,1	8,5	75,6
Divorciados	24,5	9,7	37,4	9,9
Viúvos	1,7	1,0	24,4	6,1

Fonte: INE, Censos 2011.

para o dos 50-64 anos, se verificam percentagens mais elevadas entre as pessoas sós, comparativamente com a população residente, de situações de reforma, de apoio social e de benefício do rendimento social de inserção. As diferenças são pouco acentuadas nestes dois últimos casos, mas podem indiciar que uma fração, ainda que reduzida, de pessoas em alojamentos unipessoais, a partir de uma determinada idade, se encontra em situação de vulnerabilidade profissional, social e mesmo de saúde, se tivermos também em conta a proporção de incapacitados na população em mono-residência (4,2% face a 3,4% do total do país).

Relativamente às pessoas sós adultas, profissionalmente ativas, a tendência já identificada para o perfil dos jovens mantém-se: os indivíduos que residem sozinhos têm, em geral, inserções no mercado de trabalho mais bem qualificadas e remuneradas, comparativamente com a população residente da mesma idade. Esta propensão é, contudo, mais evidente no escalão etário dos 30 aos 49 anos, em consonância com os seus níveis de escolaridade. Repare-se que as pessoas sós neste grupo de idades registam percentagens mais elevadas que o total do país nos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa (11% face a 9,5%), nos especialistas das profissões intelectuais e científicas (23,2% face a 13,5%) e nos técnicos e profissionais de nível intermédio (11,4% face a 8,9%). Nas restantes categorias profissionais distribuem-se em menor proporção do que a população residente. Entre as pessoas sós com idade compreendida entre os 50 e os 64 anos esta diferença não se faz sentir da mesma forma. Apesar de registarem também valores mais elevados nas profissões intelectuais e científicas (14,4% face a 9,5%), têm maior peso percentual do que a população residente nas atividades administrativas (26% face a 22,2%) e não qualificadas (17,1% face a 15,6%).

Quanto à distribuição por estado civil, verifica-se também um padrão diferenciado do grupo etário adulto mais jovem face ao mais velho. As pessoas em residência unipessoal com idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos são maioritariamente solteiras (67,5%), embora a proporção de indivíduos divorciados (24,5%) seja também considerável. Comparativamente com o total do país, a percentagem de solteiros e divorciados é substancialmente superior neste grupo etário. Veja-se que, da população residente com estas idades, 63,1% são casados quando apenas 6,2% das pessoas em mono-residência o são. Por outro lado, comparando a distribuição das pessoas sós com idade entre os 30 e os 49 anos com as que têm entre 50 e 64 anos identifica-se um padrão de conjugalidade distinto. A proporção de solteiros é consideravelmente mais baixa neste grupo etário mais velho, dos 50 aos 64 anos (29,8% face a 67,5%), e as percen-

tagens de divorciados (37,4% face a 24,5%) e sobretudo de viúvos (24,4% face a 1,7%) são superiores. Esta distribuição é muito diferente face à da população residente homóloga, que regista 75,6% de pessoas casadas, tendo a presença de indivíduos solteiros, divorciados e viúvos valores abaixo dos 10%.

Deve ainda ser destacada a proporção de pessoas sós adultas casadas, em percentagens (6,2% e 8,5%) superiores às dos indivíduos jovens em residência unipessoal, reforçando a existência dos casais LAT, mas apondo também para a possibilidade de neste grupo etário estarem inseridos imigrantes, deslocados dos seus agregados domésticos de origem. Na realidade, mais de metade das pessoas sós com nacionalidade estrangeira tem entre 30 e 64 anos, na sua maioria homens.

A residência unipessoal das pessoas sós adultas parece ser o resultado combinado de situações de opção pessoal e de constrangimentos relacionais:

- No grupo etário dos 30 aos 49 anos predominarão os casos de opção pessoal, mas poder-se-ão também incluir jovens para quem a mono-residência representa uma etapa transitória. Ainda assim, as ruturas conjugais sob a forma de divórcio surgem já com alguma expressão nestas idades;
- Por outro lado, no escalão etário dos 50 aos 64 anos assumem maior proeminência situações de trajetórias de conjugalidade interrompidas, sobretudo por divórcio, mas também por viuvez, o que permite perceber que a mono-residência não constituiu uma opção inicial nos seus percursos de vida. Menos frequente, mas ainda com um peso considerável, encontram-se as pessoas sós solteiras destas idades, possivelmente como resultado de opções pessoais de autonomia individual a diferentes níveis. Isto não significa, contudo, que se deva assumir que ser solteiro resulte sempre de uma escolha individual, na medida em que pode também decorrer de outros motivos, constrangimentos ou contingências, nomeadamente de relacionamentos amorosos malsucedidos, problemas relacionais ou dificuldades na procura de um/a companheiro/a.

As diferenças identificadas entre os dois grupos etários que compõem o perfil das pessoas sós adultas permitem perceber que estamos perante um conjunto de indivíduos que representa a transição entre, por um lado, lógicas sociais mais tradicionais de viver em família e, por outro, dinâmicas de mudança na definição de projetos de vida. São, no fundo,

diferenças geracionais associadas a transformações estruturais da sociedade portuguesa nas últimas décadas, que afetam de forma mais veemente as gerações mais jovens, mas que coexistem com os enquadramentos sociais mais tradicionais das gerações mais velhas.

Idosos: entre conjugalidades interrompidas e processos de estruturação social

As pessoas sós com idade igual ou superior a 65 anos são aquelas que maior expressão assumem no conjunto dos alojamentos unipessoais, embora a sua proporção tenha vindo a decrescer em consonância com o aumento dos indivíduos que vivem sozinhos em idade adulta (30-64 anos). Considerando o seu peso no total de pessoas da mesma faixa etária, regista-se desde 1991 um aumento percentual, mas bastante ligeiro, reduzindo-se inclusive entre 2001 e 2011 (0,5%), face a 1991 e 2001 (1,5%). Estes dados indiciam que este perfil do viver só, embora maioritário, tem vindo progressivamente a coexistir com modalidades diferentes da mono-residência.

Se o perfil adulto representa a transição entre realidades distintas do viver só, no perfil das pessoas mais velhas encontramos já consolidados alguns dos traços de caracterização que começavam a ser evidentes, sobretudo nos indivíduos com idades compreendidas entre os 50 e os 64 anos. Segmentando o grupo etário dos 65 e mais anos em dois subconjuntos (65-74 anos e 75 e mais anos) essa consolidação é ainda mais clara (quadro 5.7).

Relativamente ao nível de escolaridade, estamos perante um perfil qualificacional baixo, com proporções mais elevadas a nível do ensino básico (71,7% e 62,4%). Verifica-se a tendência já identificada nos grupos etários anteriores: quanto maior a idade, menor o nível de escolaridade. Repare-se que a proporção de pessoas em alojamentos unipessoais sem nenhum grau duplica nos indivíduos com 75 e mais anos (30,5%), face aos que têm entre 65 e 74 anos (15,3%). A percentagem de pessoas em mono-residência nos dois grupos etários com o ensino secundário, pós-secundário e superior é minoritária. Esta distribuição é bastante similar à da população residente, na medida em que espelha muito mais as configurações estruturais do país nas décadas de 1930 e 1940, que não possibilitaram a estas pessoas estudar ou prolongar os seus trajetos no sistema de ensino, sobretudo para lá do 1.º ciclo, do que propriamente especificidades do conjunto de sujeitos que vivem em alojamentos unipessoais. Ainda assim, é de referir que a proporção de indivíduos sós com o ensino su-

Quadro 5.7 – Nível de escolaridade, condição perante a atividade económica, principal meio de vida, grupo profissional da população ativa e estado civil das pessoas sós idosas, por grupo etário, 2011 (%)

	População e grupo etário			
	65-74 anos		75 e mais anos	
	Pessoas sós	Pop. resid.	Pessoas sós	Pop. resid.
Nível de escolaridade				
Nenhum	15,3	12,3	30,5	29,5
Ensino básico	71,7	76,9	62,4	63,8
Ensino secundário	4,8	4,4	3,1	2,9
Ensino pós-secundário	0,0	0,0	0,0	0,0
Ensino superior	8,2	6,4	4,1	3,8
Condição perante a atividade económica				
População ativa	4,9	5,8	0,8	1,0
Domésticos	2,6	4,8	2,1	2,6
Reformados	90,8	87,5	96,5	95,3
Incapacitados	0,3	0,4	0,0	0,2
Outros casos	1,4	1,5	0,6	0,9
Principal meio de vida				
Trabalho	4,2	4,8	0,5	0,6
Reforma	93,6	89,4	97,8	95,7
Subsídio de desemprego	0,0	0,0	0,0	0,0
Subsídio de doença, acidente, etc.	0,0	0,0	0,0	0,0
Rendimento social de inserção	0,2	0,1	0,0	0,1
Outros subsídios	0,1	0,1	0,0	0,0
Rendimento de propriedade ou empresa	0,5	0,5	0,7	0,6
Apoio social	0,2	0,2	0,1	0,2
A cargo da família	0,5	3,8	0,3	2,0
Outros casos	0,8	1,0	0,5	0,7
Grupo profissional da população ativa				
Quadros sup. adm. púb., dirig. e quadros sup. empr.	13,2	19,7	18,1	23,2
Especialistas prof. int. e científicas	13,8	8,7	13,2	10,7
Técnicos e prof. nível intermédio	5,5	5,7	5,8	5,8
Pessoal administrativo e similares	18,9	13,4	10,4	8,3
Pessoal dos serviços e vendedores	20,0	21,1	32,7	27,8
Agricultores e trab. qualificados agricultura e pescas	5,9	8,3	9,0	12,7
Operários	8,4	12,4	6,8	7,6
Trabalhadores não qualificados	14,0	10,4	3,7	3,7
Membros das Forças Armadas	0,0	0,1	0,2	0,1
Outras pessoas ativas	0,2	0,2	0,1	0,1
Estado civil				
Solteiros	16,7	5,8	10,3	6,8
Casados	4,9	71,5	2,4	46,5
Divorciados	16,0	4,8	4,7	2,3
Viúvos	62,4	17,9	82,7	44,4

Fonte: INE, Censos 2011.

perior (8,2% e 4,1%) é ligeiramente acima da população residente com as mesmas idades (6,4% e 3,8%).

A distribuição das pessoas sós idosas quanto à condição perante a atividade económica é também muito aproximada relativamente à da população residente, com percentagens acima dos 90% de indivíduos reformados. No grupo etário dos 64 aos 74 anos há ainda cerca de 5% de população ativa, mas a partir dos 75 anos esses valores são residuais. É, no entanto, de assinalar que a proporção de reformados é ligeiramente superior entre as pessoas sós (90,8% e 96,5%), comparativamente com o total da população das mesmas idades (87,5% e 95,3%), tal como foi já identificado no perfil de sujeitos adultos em mono-residência. Estes dados são reforçados pela distribuição quanto ao principal meio de vida. É também nesse sentido que encontramos com menor frequência os indivíduos que vivem sozinhos a cargo da família (0,5% e 0,3%) relativamente à população residente (3,8% e 2%). A proporção de pessoas sós que encontram na reforma a sua fonte de sustento primária é inclusive mais elevada (93,6% e 97,8%) do que a percentagem de reformados (90,8% e 96,5%). Esta diferença pode ser explicada pelo facto de alguns destes indivíduos viverem de pensões ou de complementos de reforma dos cônjuges (pessoas domésticas ou viúvas, por exemplo).

Apesar de a população ativa ser residual entre as pessoas sós idosas, assume também relevância analítica na caracterização deste perfil observar o tipo de inserção no mercado de trabalho que estes indivíduos protagonizam. Comparativamente com os outros dois perfis de sujeitos em mono-residência, a sua distribuição é mais aproximada da da população residente, embora se mantenha a tendência para assumirem maior peso nas profissões intelectuais e científicas (13,8% face a 8,7% e 13,2% face a 10,7%). Nestes dois grupos etários prevalecem atividades ligadas aos serviços e vendas (20% e 32,7%), confirmando o que a distribuição por níveis de escolaridade já indiciava. As pessoas sós idosas inserem-se, em termos globais, em atividades profissionais menos qualificadas e remuneradas, em consonância com aquilo que se verifica também, em termos gerais, na população portuguesa destes escalões etários. Importa, contudo, referir que o facto de esta informação remeter apenas para as pessoas ativas, não permite aferir o tipo de inserção no mercado de trabalho que a grande maioria das pessoas com 65 e mais anos, tendencialmente menos escolarizada, teve durante os seus trajetos profissionais. Esta distribuição poderá, nesse sentido, implicar uma sobre-representação de inserções profissionais mais favorecidas e ocultar situações de maior vulnerabilidade social de alguns segmentos desta população.

Quanto ao estado civil, confirma-se a tendência de aumento, com a idade, da proporção de pessoas viúvas em situação de mono-residência, que começava já a ser visível no perfil anterior: entre os 65 e os 74 anos é de 62,4%, e no grupo etário dos 75 e mais anos ultrapassa mesmo os 80% (82,7%). Em ambos os casos, estes valores estão muito acima da percentagem de indivíduos viúvos na população residente (17,9% e 44,4%). A proporção de solteiros (16,7% e 10,3%) e de divorciados (16% e 4,7%) é também superior entre as pessoas em alojamentos unipessoais das duas faixas etárias face à população residente, mas, ainda assim, registam valores consideravelmente mais baixos do que a situação de viuvez. Em contrapartida é residual a percentagem de idosos sós casados.

Este perfil de pessoas com 65 e mais anos de idade que residem sozinhas representa modalidades do viver só que decorrem sobretudo de conjugalidades interrompidas e ilustra padrões de estruturação social em Portugal, em grande medida transversais a diferentes camadas sociais nascidas nas décadas de 1930 e 1940:

- Para quem tem idades iguais ou superiores a 65 anos, a residência unipessoal é mais frequentemente o resultado de situações de morte do cônjuge;
- Este é um perfil particularmente feminizado. Aliás, à medida que a idade aumenta, cresce também a proporção de mulheres em alojamentos unipessoais, o que é indissociável do facto de as mulheres terem, em geral, uma esperança média de vida superior à dos homens. Nesse sentido, são em maior número em situações de viuvez;
- Os indivíduos sós destas idades têm níveis de escolaridade particularmente baixos, à imagem do que ocorre para o total da população portuguesa nas mesmas faixas etárias. Estas pessoas viveram a sua infância e juventude em enquadramentos estruturais pouco qualificados, empobrecidos do ponto de vista económico e com uma relação mais débil com o sistema de ensino, comparativamente com as gerações mais jovens;
- Predominam ainda as situações de reforma, precisamente porque estamos perante idades que representam, em geral, o fim da participação ativa no mercado de trabalho.

Conclusão

Aquilo que mais se destaca do mapeamento dos principais elementos de caracterização das pessoas sós é o facto de a mono-residência estar a

aumentar, de forma continuada nas últimas décadas, em diferentes camadas populacionais: entre as mulheres, os homens e em todos os grupos etários acima dos 15 anos. Mas se este crescimento assume um cariz relativamente transversal, evidencia e acentua, por outro lado, as múltiplas realidades do viver só. As pessoas que residem sozinhas não constituem um grupo homogéneo; os seus perfis variam de acordo com o sexo, a idade, a escolaridade, o estado civil, a condição perante a atividade económica e a atividade profissional. A residência unipessoal decorre, no fundo, de lógicas sociais diferenciadas do ponto de vista geracional, que acompanham dinâmicas coexistentes de estruturação social.

Em linha com as conclusões de Hall, Ogden e Hill (1997), os dados censitários analisados neste capítulo permitem perceber que o aumento das pessoas sós resulta de três grupos de fatores: (1) composição sociodemográfica da população, com a mudança nas estruturas etárias (aumento da esperança média de vida, sobretudo para as mulheres, envelhecimento) e nas estruturas familiares (mais divórcios, menos casamentos e filhos); (2) propensão para viver só como garante de autonomia individual (sobretudo entre os mais jovens, mas também entre os mais velhos); (3) e capacidade económica para viabilizar a mono-residência.

É com base na articulação diferenciada entre estes fatores que se identificaram três perfis sociais distintos do viver só. As pessoas sós mais jovens, com idade entre os 15 e os 29 anos, com escolaridade mais elevadas, forte participação no mercado de trabalho e inserções profissionais mais qualificadas, representam sobretudo processos de transição para a vida adulta, nos quais a opção de residirem sozinhas pode ser temporária ou mais prolongada, consoante dependa do adiamento de projetos conjugais e familiares, ou de uma opção de autonomia individual. As pessoas sós adultas, com idade entre os 30 e os 64 anos, que correspondem, em termos gerais, à maioria da população ativa portuguesa, vivem sós como resultado quer de ruturas conjugais, quer também como escolha de estilo de vida. Neste grupo a heterogeneidade social interna é maior do que nos restantes dois perfis porque o mesmo representa lógicas de transição estrutural do país e abarca um leque mais alargado de idades, com pessoas a atravessarem diferentes fases dos seus percursos biográficos. E, por fim, o perfil de pessoas sós idosas, com 65 e mais anos de idade, é maioritariamente constituído por mulheres, integra pessoas pouco escolarizadas e sobretudo reformadas, que vivem sozinhas em muitos casos como resultado do culminar de trajetos de conjugalidade interrompidos pela viuvez.

Estes perfis, e a articulação diferenciada de fatores que os compõe, configuram modalidades do viver só que se aproximam, de forma mais

ou menos evidente, de dois eixos de um contínuo: viver só como constrangimento, sendo que nestes casos as pessoas se veem forçadas a residir sozinhas como consequência, por exemplo, da morte do cônjuge; e viver só como escolha de estilo de vida, que decorre de uma opção pessoal de autonomia residencial. À primeira modalidade tende a estar associada a ideia de precariedade económica e isolamento social, e a segunda é frequentemente enquadrada em contextos de escolha alargada característicos das sociedades contemporâneas. Contudo, se é, de facto, possível encontrar casos que ilustram estes dois tipos de mono-residência, por outro lado, a análise levada a cabo permitiu também perceber que muitos indivíduos se localizam em posições intermédias, articulando fatores de constrangimento com escolhas pessoais. Numa sociedade que atravessou processos de mudança acelerada nas últimas décadas, como é o caso português, esta combinação de padrões estruturais e culturais mais tradicionais com outros que refletem dinâmicas de modernidade, é ainda mais evidente.

Para além disso, os dados estatísticos aqui analisados não permitem compreender as motivações por detrás da residência unipessoal. Por exemplo, as pessoas sós idosas que ficaram viúvas podem residir sozinhas não por constrangimento, mas por escolha pessoal, tendo em simultâneo disponíveis as opções de irem morar com familiares ou de irem para uma instituição. Por outro lado, as pessoas sós jovens podem optar por viver sozinhas, mas a mono-residência tem de ser viabilizada por condições económicas favoráveis. Esta não é, portanto, uma opção aberta a todos os jovens, aliás como ficou claro no perfil qualificacional e socioeconómico mais favorecido dos jovens sós face à população residente com as mesmas idades. É, por isso, necessária alguma prudência nas conclusões retiradas a partir da distribuição dos indivíduos em residência unipessoal, não universalizando a intensidade dos processos de individualização, nem generalizando padrões de isolamento social e relacional.

Estes resultados evidenciam a continuidade dos padrões de distribuição das pessoas em famílias unipessoais nos diferentes grupos etários verificados para os dados censitários de 2001 (Guerreiro 2003). Como principais diferenças entre 2001 e 2011, comparando estas três gerações, verifica-se um aumento dos níveis de escolaridade em todas as faixas etárias, em consonância com a evolução da escolaridade da população portuguesa, e um acréscimo de população ativa até aos 64 anos de idade, em percursos cada vez mais prolongados no mercado de trabalho. Quanto ao estado civil, as pessoas solteiras são em 2011 em maior proporção até aos 65 anos e a percentagem de divorciados aumenta em ida-

des iguais ou superiores a 50 anos, o que indicia o alargamento crescente de opções individuais no modo como a conjugalidade é vivida em idades mais avançadas. É também de referir que o número de pessoas viúvas diminuiu em idades até aos 74 anos, o que pode decorrer de um aumento da esperança média de vida.

Por fim, é ainda importante dizer que direcionar o enfoque analítico para três grupos etários de um conjunto populacional circunscrito (cerca de 8% do total da população residente) permitiu não só compreender as especificidades que caracterizam as pessoas sós, como também olhar para alguns dos principais processos de mudança da sociedade portuguesa das últimas décadas, como o aumento progressivo dos níveis de escolaridade, o prolongamento dos trajetos profissionais, o aumento do número de divórcios e o envelhecimento populacional.

Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia. 2003. «Evolução das estruturas domésticas». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43: 13-30.
- Beck-Gernsheim, Elisabeth. 2002. *Reinventing the Family: In Search of New Lifestyles*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, Ulrich, e Elisabeth Beck-Gernsheim. 1995. *The Normal Chaos of Love*. Oxford: Polity Press.
- Beck, Ulrich, e Elisabeth Beck-Gernsheim. 2001. *Individualization: Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences*. Londres: Sage Publications.
- Chandler, Joan, Malcolm Williams, Moira Maconachie, Tracey Collett, e Brian Dodgeon. 2004. «Living alone: Its place in household formation and change». *Sociological Research Online*, 9 (3): <<http://www.socresonline.org.uk/9/3/chandler.html>>.
- Duncan, Simon, e Miranda Phillips. 2010. «People who live apart together (LATs) – how different are they?». *The Sociological Review*, 58 (1): 112-134.
- Garthwaite, Kayleigh. 2012. «Home alone? Practitioners' reflections on the implications of young people living alone». *Youth & Policy*, 108: 73-87.
- Giddens, Anthony. 1994. *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, Anthony. 1995. *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. Oeiras: Celta Editora.
- Guerreiro, Maria das Dores. 2003. «Pessoas sós: Múltiplas realidades». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43: 31-49.
- Guerreiro, Maria das Dores, e Pedro Abrantes. 2004. *Transições Incertas: Os Jovens Perante o Trabalho e a Família*. Lisboa: CITE.
- Hall, Ray, e Philip E. Ogden. 2003. «The rise of living alone in inner London: Trends among the population of working age». *Environment and Planning A*, 35, 5: 871-888.
- Hall, Ray, Philip E. Ogden, e Catherine Hill. 1997. «The pattern and structure of one-person households in England and Wales and France». *International Journal of Population Geography*, 3 (2): 161-181.

- Hughes, Jody. 2013. «A logical response to the demands of the labour market? Young people living alone in Australia». *Current Sociology*, 61 (7): 966-983.
- INE. 2013. «Famílias nos Censos 2011: Diversidade e mudança. Como evoluíram as famílias em Portugal?». *Destaque INE*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Jamieson, Lynn, Fran Wasoff, e Roona Simpson. 2009. «Solo-living, demographic and family change: The need to know more about men». *Sociological Research Online*, 14 (2): < <http://www.socresonline.org.uk/14/2/5.html>>.
- Kaufmann Jean-Claude. 1994. «Les ménages d'une personne en Europe». *Population*, 49 (4-5): 935-958.
- Kaufmann, Jean-Claude. 2000. *A Mulher Só e o Príncipe Encantado*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Levin, Irene. 2004. «Living apart together: A new family form». *Current Sociology*, 52 (2): 223-240.
- Levin, Irene, e Jan Trost. 1999. «Living apart together». *Community, Work and Family*, 2 (3): 279-294.
- Mauritti, Rosário. 2011. *Viver Só: Mudança Social e Estilos de Vida*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Nico, Magda. 2010. «Individualized housing careers in early adulthood: Conditions and constraints in a familistic society». *Sociological Research Online*, 15 (1): <<http://www.socresonline.org.uk/15/1/6.html>>.
- Nilsen, Ann, Maria das Dores Guerreiro, e Julia Brannen. 2002. «'Most choices involve money': Different pathways to adulthood», in *Young Europeans, Work and Family: Futures in Transition*, orgs. Julia Brannen, Suzan Lewis, Ann Nilsen e Janet Smithson, Londres: Routledge, 162-184.
- Pappámikail, Lia. 2004. «Relações intergeracionais, apoio familiar e transições juvenis para a vida adulta em Portugal». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46: 91-116.
- Petry, Heidi. 2003. «Aging happens: Experiences of Swiss women living alone». *Journal of Women & Aging*, 15 (4): 51-68.
- Smith, Adam, Fran Wasoff, e Lynn Jamieson. 2005. «Solo living across the adult life-course». *CRFR Research Briefing*, 20, Edinburgh: CRFR.
- Van den Hoonaard, Deborah K. 2009. «Experiences of living alone: Widows' and widowers' perspectives». *Housing Studies*, 24 (6): 737-753.
- Vaus, David de, e Sue Richardson. 2009. «Living alone in Australia. Trends in sole living and characteristics of those who live alone». *Occasional Paper: Census Series Number 4*: Academy of the Social Sciences in Australia.
- Wasoff, Fran, e Lynn Jamieson. 2005. *Solo-living Across the Adult Lifecourse. ESRC End of Award Report*. RES-000-22-0531, Swindon: ESRC.

Capítulo 6

A evolução da conjugalidade em Portugal: principais tendências e modalidades da vida em casal

Apesar das profundas mudanças na conjugalidade contemporânea (Aboim 2006), e de o divórcio ou a separação constituírem acontecimentos que marcam crescentemente o percurso de vida dos indivíduos, o casal é ainda, em 2011, a forma predominante de organização da vida familiar em Portugal.¹ Apresentando como unidade de análise o núcleo conjugal, o presente capítulo tem por objetivo analisar a evolução da conjugalidade em Portugal ao longo dos últimos vinte anos. Pretende-se captar a incidência deste tipo de núcleo face ao total de núcleos familiares, bem como apreender o seu grau de diversidade interna tendo em atenção a situação na conjugalidade (casais «de direito» e «de facto») e na parentalidade (casais com e sem filhos; e número de filhos nos núcleos). Neste sentido, adota-se uma perspetiva longitudinal com base na análise dos resultados dos três últimos recenseamentos gerais à população (INE, Censos 1991, 2001 e 2011). Para além de identificar as principais mudanças em curso na vida em casal na sociedade portuguesa, interessamos caracterizar do ponto de vista sociodemográfico os protagonistas das mudanças através da análise de alguns indicadores-chave como a idade, o nível de ensino e a condição perante a actividade económica.

Importa esclarecer que a análise dos núcleos conjugais aqui apresentada não tem em conta as estruturas domésticas onde estes se inserem, isto é, a autonomia residencial dos casais. Facto que nos impede de saber se os casais vivem sozinhos (com ou sem filhos), sendo assim uma família simples, ou se vivem com outras pessoas, fazendo parte de uma família complexa. Trata-se, portanto, de um *zoom* sobre o núcleo conjugal que,

¹ Ver o capítulo 2.

em algumas situações, não retratará a realidade familiar e doméstica concreta dos casais analisados.

Antes de avançarmos para a análise dos resultados, importa precisar que o conceito de filho, de acordo com os Censos, engloba apenas os filhos presentes no núcleo familiar, isto é, os filhos residentes no momento do recenseamento. Nada se sabe, porém, acerca da descendência efetiva dos casais. Esta ressalva é particularmente importante no caso dos casais mais velhos, que são predominantemente «casais sem filhos» ou, quando são «casais com filhos», em regra vivem apenas com um. Mas isto não significa que não tenham tido (mais) filhos. Significa, sim, que estes casais se encontram numa fase do seu ciclo de vida familiar caracterizada pelo esvaziamento do «ninho» por parte dos filhos adultos.

A evolução da conjugalidade em Portugal: 1991-2011

Ao longo das últimas duas décadas, o número de pessoas a viver em casal aumentou 12,4% (quadro 6.1). A variação registada entre 1991 e 2001 foi, no entanto, superior à que se verificou entre 2001 e 2011; de 10,1% e 2%, respetivamente. O aumento da população residente a viver em casal acompanhou o crescimento da própria população residente, que apresentou uma variação de 7% entre 1991 e 2011. Porém, dado que a variação da população residente entre 1991 e 2001 foi inferior à variação da população residente a viver em casal, de 5% e 10,1%, respetivamente, depreende-se que o aumento da população residente é apenas um dos fatores explicativos do crescimento do número de pessoas a viver em casal. Outras explicações plausíveis são: o aumento da esperança de vida da população portuguesa e consequente adiamento da situação de viuvez, o que leva a uma maior longevidade dos casais idosos; e a incidência crescente de novas uniões após a dissolução de uma primeira (ou outra) relação conjugal. Em 2011, 53,3% da população residente em Portugal viviam, portanto, em casal. Trata-se de um valor idêntico ao apurado para 2001, mas superior ao valor apurado para 1991 (50,8%).

Olhando agora para os casais, verificamos que, em termos absolutos, desde 1991 que estes não param de aumentar, em linha, como seria de esperar, com o aumento da população residente a viver em casal. Não obstante, o peso relativo dos casais face ao total de núcleos familiares tem vindo a diminuir (quadro 6.1), passando de 89,7%, em 1991, para 85,1%, em 2011. A explicação para este fenómeno reside no crescimento

Quadro 6.1 – População residente e núcleos de casais, 1991-2011
(valores absolutos, percentagens e taxas de variação)

Indicadores	Ano			Tx Vr		
	1991	2001	2011	1991-2001	2001-2011	1991-2011
População residente (PR)	9 867 147	1 035 6117	1 056 2178	5,0	2,0	7,0
PR a viver em casal	5 012 014	5 520 712	5 631 858	10,1	2,0	12,4
% PR a viver em casal/PR	50,8	53,3	53,3	–	–	–
Núcleos familiares (NF)	2 765 767	3 069 745	3 226 371	11,0	5,1	16,7
Casais (C)	2 480 750	2 687 708	2 745 928	8,3	2,2	10,7
% Casais /NF	89,7	87,6	85,1	–	–	–
C «de direito» (casados)	2 384 509*	2 501 791	2 382 037	4,9	–4,8	–0,1
C «de facto» (união de facto)	9 6052*	18 5917	36 3891	93,6	95,7	278,8
% C «de facto»/casais	3,9*	6,9	13,3	–	–	–
Casais sem filhos	79 7569	94 7186	1 131 639	18,8	19,5	41,9
% C sem filhos /casais	32,2	35,2	41,2	–	–	–
Casais com filhos	168 3181	174 0522	161 4289	3,4	–7,3	–4,1
1 filho	736 930	881 889	882 747	19,7	0,1	19,8
2 filhos	655 330	674 584	605 174	2,9	–10,3	–7,7
3 ou + filhos	290 921	184 049	126 368	–36,7	–31,3	–56,6
% C com filhos /casais	67,8	64,8	58,8	–	–	–
% C com 1 filho/C com filhos	43,8	50,7	54,7	–	–	–
Casais recompostos	–	4 6786	10 5763	–	126,1	–
% C recompostos/C com filhos	–	2,7	6,6	–	–	–
% C recompostos «de facto»/C «de facto» com filhos	–	22,9	30,4	–	–	–
N.º médio de filhos/casais	1,25	1,06	0,91	–	–	–
N.º médio de filhos/C com filhos	1,85	1,64	1,55	–	–	–

* Os dados relativos aos casais «de direito» e «de facto» em 1991 são dados do INE não publicados, obtidos no âmbito do projecto Famílias no Portugal Contemporâneo (Wall, 2005).

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

acentuado das famílias monoparentais, o que justifica a discrepância entre a taxa de variação dos núcleos de casais e a dos núcleos familiares (que incluem núcleos de casais e monoparentais):² 10,7% e 16,7%, respetivamente.

A situação na conjugalidade: casais «de direito» e «de facto»

Se os núcleos conjugais conheceram um incremento no período em análise, porventura ao contrário do que seria de esperar tendo em conta

² Ver os capítulos 2 e 8.

os valores do divórcio na sociedade portuguesa (OCDE, 2014), aquela tendência anda a par da informalização crescente dos laços conjugais: diminui o número de casais «de direito» (casados pelo civil e/ou religioso) e cresce o número de casais «de facto» (a viver em união de facto ou coabitação) (quadro 6.1).

Entre 1991 e 2011, os casais «de facto» registaram uma variação positiva de 278,8%. Trata-se de um aumento consistente e regular ao longo do tempo, na medida em que o número de casais «de facto» praticamente duplicou entre 1991 e 2001 (93,6%) e, novamente, entre 2001 e 2011 (95,7%), o que permite afirmar a coabitação como uma das grandes tendências de mudança na conjugalidade em Portugal, aliás, já identificada por Ferreira (2003).

Em contrapartida, a diminuição (absoluta e relativa) dos casais «de direito» constitui um fenómeno emergente, que marca a primeira década do novo milénio. Se na última década do século XX estes casais registavam ainda uma variação positiva de 4,9%, de algum modo acompanhando o aumento dos núcleos conjugais no seu todo, entre 2001 e 2011, os casais «de direito» passaram a registar uma variação negativa de 4,8%. Assim, não obstante o número de núcleos conjugais em Portugal continuar a aumentar, constata-se que há uma diminuição do número de casais «de direito», isto é, que formalizam a relação através do casamento. Já os casais «de facto» têm vindo paulatinamente a ganhar relevância, representando 13,3% do total de casais em 2011, contra 3,9% em 1991.

A situação na parentalidade: casais com e sem filhos no núcleo; número de filhos no núcleo

O aumento dos casais sem filhos (no núcleo) é outra tendência de mudança, consistente e regular, da vida conjugal em Portugal (quadro 6.1). Apresentando uma variação positiva de 41,9% ao longo do período em análise, a variação foi semelhante nos dois períodos intercensitários: 18,8% entre 1991 e 2001; e 19,5% entre 2001 e 2011.

A par da variação em termos absolutos, verificou-se também uma alteração substancial do peso relativo dos núcleos conjugais sem filhos face ao total de núcleos conjugais. Em 2011, os casais sem filhos representavam já 41,2% dos casais, mais 9% do que em 1991. De entre as causas mais prováveis para o crescimento do número de casais sem filhos destaca-se, a montante, o adiamento da entrada na parentalidade por parte dos casais mais jovens (Cunha 2012a) e, a jusante, como referimos mais

acima, o envelhecimento da população portuguesa e a consequente longevidade dos casais mais velhos, que partilham mais anos de vida a dois após a saída de casa dos filhos adultos.

Se o aumento absoluto dos casais sem filhos é uma tendência que já vem dos anos 90 do século xx – pelo que já tinha sido identificada anteriormente aquando da análise dos Censos 2001 (Ferreira 2003) – a diminuição dos casais com filhos é um fenómeno mais recente, pois naquela década ainda registava uma variação positiva de 3,4%. É, assim, entre 2001 e 2011 que se verifica a quebra absoluta dos casais com filhos, traduzindo-se numa variação negativa de 7,3% e no seu peso decrescente face ao total de casais: no final do período em análise representava 58,8%, quando vinte anos antes era de 67,8%.

Não obstante as duas tendências em marcha, que têm conduzido, então, ao gradual avizinhamento dos casais com e sem filhos, os primeiros constituem ainda a principal forma de organização doméstica na sociedade portuguesa, destacando-se também no contexto europeu pelo seu peso relativamente elevado.³

Importa ainda assinalar que, apesar de expressiva, a diminuição de casais com filhos ao longo da última década tem vindo a ser mitigada pelo crescimento do fenómeno da recomposição familiar em Portugal, ou seja, dos casais que vivem com, pelo menos, um filho não comum. Entre 2001 (data em que, pela primeira vez, o recenseamento geral à população passou a monitorizar este tipo de famílias) e 2011, o número de casais recompostos mais do que duplicou o seu valor absoluto, representando, na actualidade, cerca de 6,6% do total de casais com filhos.⁴

Número de filhos nos núcleos

A análise do número de filhos nos núcleos – limitando agora a unidade de análise aos casais com filhos – remete-nos para a terceira grande tendência de mudança, a saber, a diminuição significativa do número de filhos nos núcleos (quadro 6.1). Trata-se, sem dúvida, de um reflexo da queda da fecundidade na sociedade portuguesa (Cunha 2012; Wall, Cunha e Atalaia 2013), mas também, como referimos mais acima, do efeito combinado do adiamento da parentalidade e do prolongamento da vida conjugal após a partida dos filhos adultos.

³ Ver o capítulo 2.

⁴ Para uma análise detalhada, ver o capítulo 10.

A perspetiva temporal longa (1991-2011) permite verificar, assim, que esta tendência é resultado: em primeira linha, da forte quebra do número de casais com 3 ou mais filhos nos núcleos, o que se traduz numa taxa de variação negativa de 56,6%; em segunda linha, do aumento dos casais com 1 filho, com uma variação positiva de 19,8%; e, finalmente, da redução, se bem que menos intensa, dos casais com 2 filhos (-7,7%).

Já a análise da evolução destes núcleos nos dois períodos intercensitários permite perceber as temporalidades e os ritmos próprios de cada um deles. Assim, enquanto a diminuição dos núcleos com 3 ou mais filhos é uma tendência duradoura e consistente, apresentando taxas de variação semelhantes nas duas décadas em causa (-36,5% entre 1991 e 2001; -31,3% entre 2001 e 2011), a diminuição dos núcleos de 2 filhos só ocorreu no segundo período intercensitário (-10,3%), revertendo mesmo o ligeiro aumento que se tinha registado anteriormente. Por fim, os núcleos com 1 filho tiveram um franco acréscimo apenas na década de 90. A primeira década de 2000, com uma variação de 0,1%, sugere, assim, a estabilização deste tipo de núcleo conjugal na sociedade portuguesa.

Não obstante, em termos de distribuição relativa é inegável a incidência crescente dos casais com 1 filho face ao total de casais com filhos, passando de 43,8%, em 1991, para 54,7%, em 2011. Por outras palavras, mais de metade dos casais com filhos tem, actualmente, apenas 1 filho no núcleo.

A evolução do número médio de filhos também reflete, de forma sintética, a forte redução de filhos nos núcleos conjugais ao longo dos últimos vinte anos, tanto se tivermos em atenção a totalidade dos casais – passando de 1,25 em 1991 para 0,91 em 2011 –, como se tivermos em atenção apenas o universo dos casais com filhos – de 1,85 para 1,55.

A situação na conjugalidade e na parentalidade

A análise da distribuição dos casais «de direito» e «de facto» segundo a presença ou não de filhos no núcleo permite-nos aprofundar a análise da evolução da conjugalidade na sociedade portuguesa aqui apresentada (quadro 6.2).

Uma primeira observação diz respeito aos casais «de direito» com filhos. Apesar de representarem ainda a situação mais frequente, na medida em que, em 2011, um pouco mais de metade dos casais eram casados e viviam com filhos (51,3%), este tipo de núcleo conjugal é o único que está em declínio: entre 2001 e 2011, a taxa de variação foi de -13,4%, alterando a aparente estabilidade registada na década anterior. Pelo contrário, verifica-se que os outros três tipos de núcleos estão em cresci-

**Quadro 6.2 – Tipo de núcleo conjugal, 1991-2011
(percentagens e taxas de variação)**

Tipo de núcleo conjugal	Ano			Tx Vr		
	1991	2001	2011	1991-2001	2001-2011	1991-2011
Casal «de direito» com filhos	65,4	60,5	51,3	0,3	-13,4	-13,1
Casal «de direito» sem filhos	30,7	32,6	35,4	14,7	11,2	27,6
Casal «de facto» com filhos	2,5	4,2	7,5	85,9	80,4	235,4
Casal «de facto» sem filhos	1,4	2,7	5,8	107,1	119,9	355,6
Total	100,0	100,0	100,0	8,3	2,2	10,7

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

mento, se bem que com intensidades diferenciadas. E esta é uma tendência duradoura e compassada, a avaliar pelo período em análise.

Assim, os casais «de direito» sem filhos, a segunda situação mais frequente a seguir aos casais «de direito» com filhos, registaram uma variação positiva de 27,6% no período intercensitário 1991-2011 e já representam mais de um terço dos núcleos conjugais. O crescimento deste tipo de núcleo está certamente ligado ao aumento do número de casais mais velhos.

Já os casais «de facto» com e sem filhos no núcleo, embora continuem a pesar pouco no total dos núcleos conjugais em 2011 (7,5% e 5,8%, respetivamente), foram os que mais cresceram ao longo das duas décadas em análise, praticamente duplicando o seu peso em termos absolutos e relativos, no caso dos casais «de facto» com filhos, ou mais do que duplicando até, no caso dos casais «de facto» sem filhos. Com efeito, entre 1991 e 2011, a taxa de variação foi de 235,4% para os primeiros e de 355,6% para os segundos. É ainda de referir que este último tipo de núcleo conjugal se destaca dos restantes, na medida em que foi o único que registou no período intercensitário 2001-2011 uma variação positiva (119,9%) superior à verificada no período intercensitário anterior (1991-2001) (107,1%), sugerindo, assim, uma intensificação do fenómeno.

Esta análise da situação na conjugalidade e na parentalidade permite, então, aprofundar um pouco mais o conhecimento sobre os núcleos de casais, na medida em que revela que a informalização da relação conjugal é uma forma de estar em franca expansão, quer em casais sem filhos, quer em casais com filhos; e que viver em casal sem filhos é uma experiência também cada vez mais comum, que toca tanto aqueles que se casam (em regra, mais velhos), como aqueles que vivem em união de facto (em regra, mais novos).

Importa apenas acrescentar que as tendências assinaladas quanto ao número de filhos nos núcleos se verificam tanto nos casais «de direito»

Quadro 6.3 – Núcleos conjugais «de direito» e «de facto» segundo o número de filhos no núcleo (2001-2011) (percentagens)

Filhos no núcleo	Casal «de direito»		Casal «de facto»	
	2001	2011	2001	2011
1 filho	50,5	54,0	52,5	59,7
2 filhos	39,3	38,7	31,3	29,3
3 ou + filhos	10,2	7,4	16,1	11,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

como nos casais «de facto» (quadro 6.3). De 2001 para 2011⁵ aumentaram os casais com 1 filho, diminuíram significativamente os casais com 3 ou mais filhos e, de forma bem mais ligeira, os casais com 2 filhos. No entanto, é nos casais «de facto» que pesam mais as situações: de 1 filho no núcleo (6 em 10), eventualmente porque são casais em regra mais jovens; mas também de 3 ou mais filhos (11,1% contra 7,4% nos casais «de direito»), em virtude do peso das famílias recompostas (que têm mais filhos no núcleo) no total de casais «de facto».⁶

O impacto das variáveis sociodemográficas na conjugalidade: idade, nível de ensino e condição perante a actividade

Mapeada a evolução dos núcleos conjugais ao longo de duas décadas, que permitiu identificar as mudanças mais ou menos duradouras nos modos de viver em casal na sociedade portuguesa, importa agora conhecer o impacto de algumas variáveis-chave nestes processos em curso, a saber: o escalão etário e o nível de ensino da mulher; e a condição perante a actividade económica do casal. Estas variáveis já foram testadas em trabalho anterior (Ferreira 2003), pelo que constitui uma oportunidade para confrontar os resultados dos Censos 2001 e 2011.

O escalão etário da mulher

A primeira constatação que se impõe, quando observamos a distribuição etária das mulheres em casal nestes dois momentos censitários (qua-

⁵ Não há dados disponíveis sobre o número de filhos por tipo de núcleo (casal «de direito» e casal «de facto») para 1991.

⁶ Ver os capítulos 9 e 10.

dro 6.4), é que os casais estão a envelhecer: aumentou o peso dos casais mais velhos, em especial daqueles em que a mulher tem 60 e mais anos; e diminuiu o peso dos casais mais jovens, em que a mulher tem até 39 anos, com destaque para a quebra mais acentuada do escalão etário 20-29 anos. Mas este envelhecimento deve-se aos casais «de direito», sobretudo aos que não têm filhos, pois estão sobrerrepresentados nos dois últimos escalões etários e sub-representados nos restantes. Com efeito, em 61% destes casais, as mulheres têm 60 e mais anos, elevando-se para 83,2% se tivermos em conta as mulheres com 50 e mais anos, mais do dobro em relação aos casais em geral. Os casais «de direito» sem filhos representam, portanto, uma geração que terá acedido à conjugalidade por via do casamento e que se encontra atualmente numa fase do ciclo de vida familiar em que os filhos que tiveram já não vivem com eles. Já os casais «de direito» com filhos também estão a envelhecer, mas agora pesando os escalões etários 40-49 anos e 50-59 anos, o que remete para outra fase do ciclo de vida, em que os filhos ainda estão presentes no agregado doméstico.

Em contraciclo com esta tendência encontram-se os casais «de facto» sem filhos. Estes não só estão sobrerrepresentados nos escalões etários mais jovens – em 63,3% destes casais, as mulheres têm até 39 anos, mais do dobro em relação ao total de casais em 2011 – como acentuaram o rejuvenescimento no espaço de uma década. São duas as explicações prováveis: a preferência crescente pela coabitação em vez do casamento enquanto porta de entrada na vida em casal; e o adiamento da transição para a parentalidade, havendo assim mais casais na situação de «sem filhos» nas idades tradicionalmente mais fecundas (20-39 anos).

Os casais «de facto» com filhos são também casais jovens: em 2011, em 65,1% dos casos, as mulheres tinham até 39 anos. Mas ao contrário dos anteriores, não há um rejuvenescimento desta população durante este período e sim uma certa estabilidade da distribuição etária, aliada a uma concentração entre os 20 e os 49 anos, influenciando certamente aqui o peso dos casais recompostos no total dos casais «de facto» com filhos.⁷

A condição perante a atividade económica do casal

Para além de mais velhos, os casais estão também um pouco mais inativos, na medida em que aumentou em quase 6 pontos percentuais os casais em que ambos estão fora do mercado de trabalho, por inatividade

⁷ Ver o capítulo 10.

ou desemprego, representando, em 2011, praticamente um terço do total de casais (quadro 6.4). Trata-se, como é óbvio, de um reflexo do próprio envelhecimento desta população, visto serem os casais «de direito» sem filhos os únicos que estão sobre-representados nesta categoria (60,9%, praticamente o dobro em relação ao total) e sub-representados na categoria em que ambos estão empregados (18,8%, mais de metade em relação ao total).

Em relação aos restantes casais, passa-se justamente o inverso e apresentam uma distribuição semelhante pelas diferentes condições perante a atividade económica, sendo prevalente, com valores entre 53,5% e 56,0%, a situação em que ambos estão empregados.

Não obstante, os casais com filhos – os «de facto» mas também os «de direito» – estão ainda sobre-representados na categoria em que um está empregado e o outro é inativo ou está desempregado.⁸ Sendo os casais «de direito» tendencialmente mais velhos, podemos pensar que parte deles se encontra numa fase de transição do ciclo de vida conjugal em que um dos elementos do casal ainda é economicamente activo e o outro já deixou de o ser por ter atingido a idade da reforma. Mas no caso dos casais coabitantes, que estão largamente sub-representados nos dois escalões etários mais velhos, o facto de um terço deles se encontrar na condição em que apenas 1 está empregado sugere uma situação de maior vulnerabilidade social e económica por parte deste tipo de núcleo conjugal com filhos.

O nível de ensino da mulher

Ora, apesar de mais velhos e menos ativos economicamente, os casais estão, afinal, mais escolarizados (quadro 6.4): se em 2001 metade das mulheres em casal tinha no máximo o 1.º ciclo do ensino básico, em 2011 metade das mulheres tem no máximo o 2.º ciclo do ensino básico; se em 2001 eram 11% aquelas que tinham o ensino superior, em 2011 já perfazem 17,5%. Esta tendência verifica-se, invariavelmente, em todos os tipos de núcleos e é, de certa forma, de sinal contrário em relação às tendências anteriores, pois é influenciada pela chegada à conjugalidade

⁸ Na análise de Ferreira aos Censos 2001, esta variável tinha 4 categorias em vez de 3, permitindo conhecer as situações de homem empregado/mulher desempregada ou inactiva e as situações de mulher empregada/homem desempregado ou inativo. No Censo 2011 essa desagregação não foi publicada nem disponibilizada, pelo que foi necessário agrupar aquelas duas categorias de modo a ser possível a comparação dos dois anos.

Quadro 6.4 – Núcleos conjugais segundo o escalão etário da mulher, o nível de ensino da mulher e a condição perante a atividade económica do casal (2001-2011) (percentagens)

Variáveis sociodemográficas	Total		Casais sem filhos				Casais com filhos			
			«de direito»		«de facto»		«de direito»		«de facto»	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Escalão etário										
< 20 anos	0,5	0,3	0,5	0,1	4,3	2,3	0,2	0,0	2,4	1,2
20-29 anos	12,9	8,3	11,9	5,1	29,9	35,3	11,8	5,3	25,4	22,7
30-39 anos	22,9	21,6	5,4	5,9	16,5	25,7	31,6	29,2	37,0	41,2
40-49 anos	21,9	21,9	6,6	5,7	12,8	12,1	30,3	33,9	23,7	24,7
50-59 anos	18,3	19,9	21,3	22,2	14,1	12,7	17,5	20,7	8,5	8,2
>= 60 anos	23,6	28,1	54,4	61,0	22,3	11,9	8,5	10,9	3,2	2,0
Cond. p/atividade										
Ambos empregados	45,6	42,2	24,9	18,8	48,8	56,0	55,9	55,1	54,9	53,5
Só 1 empregado	28,7	26,3	21,8	20,4	27,4	25,8	32,1	29,5	34,9	32,8
Ambos desemp. ou inativos	25,7	31,5	53,3	60,9	23,8	18,2	12,1	15,4	10,3	13,7
Nível de ensino										
Sem nível de ensino	8,9	5,0	18,8	9,7	11,7	3,6	3,6	2,3	5,8	2,6
Básico 1.º ciclo	43,5	34,2	49,9	55,0	28,5	15,5	41,5	24,9	32,6	14,4
Básico 2.º ciclo	13,3	10,6	6,7	6,2	9,2	5,8	16,8	14,0	16,2	11,9
Básico 3.º ciclo	8,8	15,1	5,8	9,1	10,3	14,3	10,0	18,0	13,4	24,0
Secundário*	14,5	17,6	9,7	8,8	22,4	26,7	16,2	21,1	22,5	28,0
Ensino superior**	11,0	17,5	9,1	11,1	18,0	34,2	11,8	19,8	9,4	19,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(2 687 708)	(2 745 928)	(875 216)	(973 343)	(71 970)	(158 296)	(1 626 575)	(1 408 694)	(113 947)	(205 595)

* Inclui ensino pós-secundário ** Bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento.

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

de gerações crescentemente escolarizadas, que refletem o caminho que, nas últimas décadas, tem sido gradualmente trilhado pela sociedade portuguesa no sentido do incremento da capacitação escolar da população. Por conseguinte, entre 2001 e 2011 observa-se o aumento expressivo de casais em que as mulheres têm o 3.º ciclo do ensino básico, o ensino secundário e o ensino superior.

Assim se explica que sejam apenas os casais «de direito» sem filhos, aqueles que estão sobrerrepresentados nos níveis de ensino mais baixos: 9,7% não têm qualquer nível de ensino e 55,0% têm o 1.º ciclo do ensino básico. Já os casais «de facto», e em especial os «sem filhos», são francamente mais escolarizados, na medida em que 34,2% têm o ensino superior, praticamente o dobro em relação ao total de núcleos conjugais. Com efeito, é sobejamente conhecida a forte relação entre percursos escolares longos e o adiamento da transição para a parentalidade para idades acima

dos 30-35 anos (Cunha 2012), o que justifica a concentração destes casais «de facto» sem filhos nos níveis de ensino secundário e superior (60,9%).

Número de filhos nos núcleos e escalão etário da mulher

Por fim, não podemos deixar de analisar a relação entre a idade da mulher e o número de filhos. O retrato da situação em 2011 (quadro 6.5) revela, antes de mais, que os núcleos conjugais sem filhos são preponderantes apenas entre os casais mais novos e mais velhos, isto é, em que as mulheres têm menos de 20 anos (59,3%) e 60 ou mais anos (79,5%). Trata-se, obviamente, de dois períodos distintos do ciclo de vida dos casais, um anterior ao nascimento dos filhos e outro posterior à saída dos mesmos do núcleo conjugal. A este nível convém ainda salientar que é entre os 30 e os 39 anos que ocorre o grosso da transição para a parentalidade, mas que é entre os 40-49 anos que se consolida a constituição das descendências, pois é aí que a incidência de casais sem filhos é mais baixa (12,3%). Com efeito, nos núcleos em que as mulheres têm 50-59 anos já se regista novamente uma incidência elevada de casais sem filhos (43,4%).

Quadro 6.5 – Núcleos conjugais segundo o n.º de filhos e o escalão etário da mulher (2011) (percentagens e médias)

Núcleos conjugais segundo o n.º de filhos	Total	Escalão etário da mulher					
		< 20	20-29	30-39	40-49	50-59	>= 60
0 filhos	41,2	59,3	46,5	16,4	12,3	43,4	79,5
1 filho	32,1	36,5	38,5	41,0	36,4	36,7	16,9
2 filhos	22,0	3,8	12,4	35,3	42,0	16,8	3,0
3 ou + filhos	4,6	0,3	2,6	7,3	9,3	3,1	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
NMF/casais	0,91	0,45	0,72	1,35	1,51	0,80	0,25
NMF/casais com filhos	1,55	1,11	1,34	1,62	1,72	1,42	1,20

Fonte: INE, Censos 2011.

Dos casais com filhos são, sobretudo, aqueles em que as mulheres têm 30-39 anos e 40-49 anos que vivem com mais filhos no núcleo, estando sobrerrepresentados nas descendências de 2 e 3 ou mais filhos. Mas é só neste último escalão etário que os núcleos com 2 filhos são mais frequentes do que os de 1 filho (42,0% e 36,4%, respetivamente). Esta distribuição reflecte-se, logicamente, no número médio de filhos nos núcleos, que varia entre 1,51, no caso dos casais que se encontram na fase da vida em que a descendência é já final mas os filhos ainda residem todos no

núcleo conjugal, e 0,25, no caso dos casais mais velhos, em que os filhos que tiveram ao longo da vida já não residem com o casal.

Os protagonistas das mudanças: casais jovens, contextos sociais e situação na parentalidade

O escalão etário da mulher

Sendo a idade um indicador-chave para percebermos as mudanças que têm vindo a ocorrer na conjugalidade, ela constitui-se também, como vimos no quadro anterior, enquanto indicador intermédio quando analisamos o impacto de outras variáveis sociodemográficas na conjugalidade. Para aprofundarmos um pouco mais o impacto destas variáveis, propomos, agora, fazer um *zoom* para os casais mais jovens, os verdadeiros protagonistas das mudanças em curso, e a sua situação na parentalidade. Afinal, o aumento dos casais sem filhos e a diminuição do número de filhos nos núcleos não podem ser atribuídos apenas aos casais mais velhos. Vamos, portanto, analisar a incidência de casais sem filhos e o número de filhos. Importa acrescentar que, tratando-se de casais jovens, a ausência/presença de filhos nos núcleos e o número de filhos andarão mais próximos da sua descendência efetiva do que no caso dos casais mais velhos.

Assim, a partir dos resultados dos Censos 2011, vamos retratar a situação na parentalidade dos casais em que a mulher tem até 49 anos e tendo em conta a condição perante a atividade económica do casal, o nível de ensino da mulher e a situação na conjugalidade e o tipo de núcleo conjugal (quadro 6.6).

A primeira evidência diz respeito aos diferentes ritmos de entrada e de constituição das descendências por parte dos casais atualmente em idade fértil. Em relação aos casais mais jovens, em que as mulheres têm até 29 anos,⁹ a situação na parentalidade é fracturante: um pouco menos de metade não tem filhos (46,9%) e um pouco mais de metade já tem. Destes últimos, 72,3% têm apenas 1 filho no núcleo, não chegando a 5% os que têm mais de 2 filhos. Trata-se, de facto, de uma etapa do ciclo de vida de instalação conjugal e de transição para a parentalidade. Mas não é de mais recordar que estamos a falar do comportamento de casais, e que apenas 26,7% das mulheres entre os 15 e os 29 anos vivem em casal (INE 2012), o que é um sintoma claro do adiamento também da

⁹ Devido ao peso residual das mulheres em casal com menos de 20 anos (0,3%), optámos por agregar os dois primeiros escalões etários (< 20 anos, 20-29 anos).

conjugalidade na sociedade portuguesa. Aos 30-39 anos há já uma clara parentalização da vida a dois: apenas 16,4% das mulheres em casal não têm filhos no núcleo. A polarização já não está entre ter filhos ou não, mas entre ter apenas 1 filho (49,0%) ou 2 filhos (42,2%). É neste escalão etário que se joga, por assim dizer, o acesso à parentalidade, pois são poucas as mulheres que fazem essa transição aos 40-49 anos. Em contrapartida, neste escalão etário, ter 2 filhos no núcleo passa a ser a situação mais prevalente (47,9%) e ter 3 filhos ou mais ocorre em 10,6% dos casos. Ora, se aqui o processo fundamental em causa é o aumento das descendências – passar de 1 filho para 2, passar de 2 filhos para 3 –, não podemos ignorar o papel que a recomposição familiar certamente também terá, reunindo filhos de relações anteriores do casal (de um ou ambos) e/ou criando espaço para ter pelo menos mais um no âmbito de uma nova conjugalidade (filhos comuns).¹⁰

O tipo de núcleo conjugal

Antes de mais, importa perceber a relação entre situação na conjugalidade e na parentalidade em cada escalão etário (quadro 6.6). E a primeira constatação é que há sempre uma maior incidência de núcleos sem filhos entre os casais «de facto» de todas as idades. Tal não significa necessariamente que os casais «de facto» tenham menos propensão para ter filhos. O mais certo é a parentalidade levar um certo número de casais coabitantes a formalizar a união por via do casamento, passando assim a engrossar a categoria dos casais «de direito» (com filhos).

A segunda constatação diz respeito ao número de filhos nos dois tipos de núcleo. Se até aos 29 anos a distribuição é muito semelhante, apenas com uma sobrerrepresentação dos casais «de facto» nos 3 ou mais filhos (6,3%), nos dois escalões etários seguintes estes tendem a ter descendências mais polarizadas, destacando-se quer pelas descendências de 1 filho, quer pelas de 3 ou mais filhos, sendo que, neste caso, deverá influir aqui o peso das famílias recompostas, onde são mais prevalentes a união de facto e as descendências numerosas.¹¹

A condição do casal perante a atividade económica

A condição do casal perante a atividade económica é uma variável-chave para aferir a vulnerabilidade social e económica dos casais com filhos, e tem sido referida enquanto elemento central nas decisões repro-

¹⁰ Ver o capítulo 10.

¹¹ Idem.

dutivas dos portugueses (Cunha 2012) (quadro 6.6). Em relação aos casais mais jovens (mulher até 29 anos), em que ambos estão empregados, constata-se que mais de metade ainda não tem filhos (52,6%) e os que têm concentram-se no filho único (78,5%). Já as situações de desemprego ou inatividade associam-se a níveis de transição para a parentalidade mais elevados e a descendências mais numerosas, de tal modo que 45,5% dos casais em que ambos estão fora do mercado de trabalho já têm pelo menos 2 filhos. Trata-se, portanto, de um retrato da precariedade e vulnerabilidade de uma franja de jovens casais com filhos, que se repete nos outros escalões etários, aliando desemprego/inatividade económica a descendências numerosas.

No entanto, ao contrário do que acontece com aqueles casais mais jovens – em que são os que estão fora do mercado de trabalho que mais acedem à parentalidade –, no caso dos casais um pouco mais velhos, são eles que mais vivem sem filhos, sugerindo que a condição adversa do casal perante a atividade económica, em idades mais tardias, pode tornar-se um obstáculo incontornável.

Mas no caso dos casais em que a mulher tem 40-49 anos – onde são mais frequentes os casais sem filhos ou com 1 filho apenas entre os inativos/desempregados; e com filhos, sobretudo 2, entre os empregados – para além do impacto da relação do casal com o mercado de trabalho nas oportunidades e nos obstáculos, há que ter em conta outro fator: os ritmos diferenciados de constituição das descendências e as fases do ciclo de vida familiar em que se encontravam no momento do recenseamento. Assim, à imagem do que ocorre entre os casais mais novos, podemos pensar que os casais que estão fora do mercado de trabalho foram pais mais cedo, pelo que poderiam ter filhos adultos que já não viviam com eles; enquanto os casais economicamente ativos poderão ter sido pais mais tardios, residindo, por isso, ainda com os filhos.

O nível de ensino da mulher

É manifesta a relação entre nível de ensino e situação na parentalidade dos casais: quanto mais escolarizadas são as mulheres até aos 29 anos, maior a probabilidade de estes não terem filhos e, quando têm, ser apenas 1 (quadro 6.6). Este padrão é particularmente evidente a partir do ensino secundário, onde 51,3% dos casais ainda não tinham filhos e, dos que tinham, em 80,5% tratava-se de 1 filho apenas; e é mais intenso no ensino superior, onde os valores ascendiam a 75,3% e 87,5%, respetivamente. Contrastante é, assim, o padrão de parentalidade bem mais pre-

coce dos casais em que as mulheres têm o 1.º ciclo do ensino básico ou menos:¹² cerca de dois terços destes casais já tinham filhos e mais de metade já tinha mais do que 1, sendo que 18,6% destes núcleos tinham mesmo 3 ou mais filhos (contra 4,8% dos núcleos conjugais até aos 29 anos). Curiosamente, embora com menos filhos nos núcleos, são os casais em que as mulheres têm o 2.º ciclo do ensino básico que registam o padrão mais precoce de entrada na parentalidade, pois apenas 23,4% ainda não tinham filhos.

No que respeita aos casais em que as mulheres têm 30-39 anos, apesar de já ser menor, obviamente a proporção de núcleos sem filhos e de núcleos com 1 filho, observa-se a mesma relação inequívoca entre nível de ensino e situação na parentalidade, bem como os padrões acima identificados. Assim, dos casais em que as mulheres têm o ensino superior, 26,0% ainda não têm filhos, contra 7,3% dos casais em que têm o 2.º ciclo. Ter apenas 1 filho caracteriza sobretudo os núcleos de casais em que as mulheres têm níveis de ensino secundário (54,6%) e superior (56,0%); enquanto o 3.º filho está mais presente nos níveis de ensino até ao 3.º ciclo, representando 22,0% dos núcleos conjugais com filhos em que as mulheres têm no máximo o 1.º ciclo.

É interessante analisar a situação na parentalidade dos casais em que as mulheres têm 40-49 anos, pois é neste escalão etário que se fixa, de algum modo, a descendência final de um casal,¹³ na medida em que coincide com o fim do período fértil feminino. E a primeira observação que se impõe diz respeito à grande uniformização da situação na parentalidade, de tal modo que desvanecem os padrões atrás encontrados. Os núcleos sem filhos variam entre 10,7% e 16,1% e os núcleos com filhos oscilam entre 1 e 2 filhos.

A nota mais importante prende-se com os casais em que as mulheres têm o ensino superior, que já não se destacam dos restantes no que se refere à grande incidência de núcleos sem filhos. Mas também porque são eles que têm mais filhos neste escalão etário, estando sobrerrepresentados nos núcleos conjugais de 2 e mesmo de 3 ou mais filhos e sub-representados nos de 1 filho. Daqui se conclui que, apesar da transição para a pa-

¹² Devido ao peso residual das mulheres em casal sem nível de ensino (5,0%), e tendo em conta que são as mulheres mais velhas – que ficam de fora desta análise – que estão sobrerrepresentadas nesta categoria, optámos por agregar os dois primeiros níveis de ensino (sem nível de ensino, 1.º ciclo do ensino básico).

¹³ A recomposição familiar, assim como a adoção, são situações que poderão levar ao aumento dos filhos nos núcleos. Se em relação à primeira é possível conhecer esse impacto (ver o capítulo 10), já em relação à segunda não é.

Quadro 6.6 – Casais sem filhos e n.º de filhos nos núcleos conjugais, segundo o escalão etário da mulher, a condição perante a atividade económica do casal, o nível de ensino da mulher e o tipo de núcleo (2011) (percentagens)

Variáveis sociodemográficas		Casais		N.º filhos no núcleo			
		sem filhos	com filhos	1 filho	2 filhos	3 ou + filhos	Total
Até 29 anos	Total	46,9	53,1	72,3	22,9	4,8	100,0
	Ambos empregados	52,6	47,4	78,5	19,3	2,2	100,0
	Só 1 empregado	37,0	63,0	67,5	26,5	6,0	100,0
	Ambos desempregados/ inativos	37,9	62,1	54,6	30,6	14,9	100,0
	Sem esc./1.º ciclo	32,0	68,0	46,8	34,7	18,6	100,0
	2.º ciclo	23,4	76,6	60,7	31,0	8,4	100,0
	3.º ciclo	34,4	65,6	72,4	23,9	3,8	100,0
	Secundário	51,3	48,7	80,5	17,7	1,8	100,0
	Superior	75,3	24,7	87,5	11,5	1,0	100,0
	Casal «de direito»	40,3	59,7	72,8	23,4	3,8	100,0
	Casal «de facto»	54,6	45,4	71,6	22,0	6,3	100,0
30-39 anos	Total	16,4	83,6	49,0	42,2	8,7	100,0
	Ambos empregados	17,0	83,0	51,9	42,0	6,1	100,0
	Só 1 empregado	13,7	86,3	43,2	43,6	13,2	100,0
	Ambos desempregados/ inativos	21,4	78,6	35,8	38,3	25,9	100,0
	Sem esc./1.º ciclo	12,7	87,3	34,5	43,5	22,0	100,0
	2.º ciclo	7,3	92,7	40,9	47,3	11,8	100,0
	3.º ciclo	10,8	89,2	46,4	44,6	8,9	100,0
	Secundário	16,6	83,4	54,6	39,9	5,4	100,0
	Superior	26,0	74,0	56,0	38,7	5,3	100,0
	Casal «de direito»	12,2	87,8	47,7	44,4	7,9	100,0
	Casal «de facto»	32,3	67,7	55,6	31,5	12,9	100,0
40-49 anos	Total	12,3	87,7	41,5	47,9	10,6	100,0
	Ambos empregados	10,3	89,7	40,7	50,2	9,1	100,0
	Só 1 empregado	14,0	86,0	42,5	45,0	12,5	100,0
	Ambos desempregados/ inativos	22,9	77,1	44,9	38,5	16,6	100,0
	Sem esc./1.º ciclo	16,1	83,9	44,4	42,4	13,2	100,0
	2.º ciclo	11,1	88,9	43,0	47,0	10,0	100,0
	3.º ciclo	10,8	89,2	42,8	48,2	9,0	100,0
	Secundário	11,9	88,1	42,5	49,3	8,2	100,0
	Superior	10,7	89,3	33,3	54,4	12,4	100,0
	Casal «de direito»	10,3	89,7	40,5	49,2	10,2	100,0
	Casal «de facto»	27,4	72,6	50,8	34,9	14,3	100,0

Fonte: INE, Censos 2011.

rentalidade mais tardia, estes casais acabam por recuperar desse atraso e ultrapassar mesmo as descendências de casais com percursos escolares mais curtos, o que remete para a desigualdade de oportunidades no acesso à parentalidade na sociedade portuguesa (Cunha 2012) e a persistência de uma fecundidade em U, *i. e.*, mais elevada nas franjas mais e menos escolarizadas da população (Oliveira 2008).

Outra nota diz respeito aos casais em que as mulheres têm no máximo o 1.º ciclo. Com efeito, estão sobrerrepresentados nos núcleos sem filhos (16,1%) e com 1 filho (44,4%), destoando da situação na parentalidade dos casais mais jovens com o mesmo nível de ensino. Tal como referimos mais acima a propósito da condição do casal perante a atividade económica, também aqui deve pesar o efeito do ciclo de vida, com a saída de casa dos filhos jovens adultos, pois estes casais tendem a constituir família em idades mais precoces.

Considerações finais

Este capítulo procurou traçar a evolução dos núcleos conjugais a partir dos resultados dos Censos 1991, 2001 e 2011, dando a conhecer as grandes mudanças que ocorreram neste espaço de vinte anos, mas também a diversidade latente nos modos de viver em casal. Elegendo como «porta de entrada» a situação na conjugalidade (casais «de direito» e «de facto») e na parentalidade (casais sem filhos, casais com filhos e número de filhos), procurou-se indagar o impacto de variáveis-chave sociodemográficas nas «escolhas» dos casais e identificar os protagonistas das mudanças em curso.

A primeira nota final a fazer é a de que a população a viver em casal cresceu no período em análise, em linha, é certo, com o crescimento da população residente, mas não inteiramente por ele explicado. E este é um dado a sublinhar, pois é revelador de que o núcleo conjugal continua a marcar a organização da vida familiar, apesar da maior instabilidade das relações conjugais e apesar do aumento das pessoas sós e dos núcleos monoparentais.¹⁴

Importa frisar, no entanto, que esta evolução positiva se deve ao que consideramos ser uma das grandes linhas de força de mudança na conjugalidade, a saber, o aumento exponencial dos casais «de facto» entre 1991 e 2011 (com e sem filhos). Esta tendência é consistente com os pro-

¹⁴ Ver o capítulo 2.

cessos de informalização da vida em casal, assim como com o aumento das famílias recompostas, onde essa informalidade tem sido a regra.¹⁵ Mas se a incidência crescente dos casais coabitantes no total dos núcleos conjugais se deveu, no primeiro período intercensitário, ao crescimento absoluto desses núcleos, já no segundo período intercensitário deveu-se também à diminuição efectiva dos casais «de direito». Esta parece configurar, assim, uma nova tendência a monitorizar no próximo recenseamento à população.

A segunda grande linha de força diz respeito à incidência crescente e constante de casais sem filhos nos núcleos, que em 2011 representavam já 4 casais em 10; que na última década passou a aliar-se ainda ao recuo efectivo dos casais com filhos. O envelhecimento da população portuguesa por um lado, e o adiamento e a concentração da parentalidade por outro, são, portanto, as causas próximas desta tendência que não deverá abrandar nos próximos tempos. Daqui decorre que foram, justamente, os casais «de direito» com filhos os únicos que registaram um recuo efectivo entre 2001 e 2011, em contraciclo com o aumento dos núcleos conjugais.

A última grande linha de força é a diminuição do número de filhos nos núcleos, que advém da evolução diferenciada dos casais com 1 filho, 2 filhos e 3 ou mais filhos. Assim, a tendência mais intensa e persistente é a do decréscimo dos casais com 3 ou mais filhos. Na década de 90, esta tendência foi acompanhada por outra, o aumento dos casais com 1 filho. Já na década seguinte, ocorreu a estabilização destes últimos, registando-se, então, a diminuição dos casais com 2 filhos.

Em relação ao impacto das variáveis sociodemográficas na conjugalidade, importa destacar três conclusões: a primeira é que, entre 2001 e 2011, os casais estão a envelhecer, certamente em linha com o envelhecimento geral da população, sendo esse processo demográfico particularmente marcante nos casais «de direito» sem filhos; a segunda, decorrente directamente da primeira, é que os casais estão mais inactivos, se bem que no caso dos casais «de facto» com filhos, sendo estes mais jovens, as situações de desemprego/inatividade apontem para uma maior vulnerabilidade social destas famílias; a terceira é que os casais, independentemente da sua situação conjugal e parental, estão mais escolarizados, refletindo, assim, o aumento dos capitais escolares da população portuguesa.

¹⁵ Ver o capítulo 10.

Por fim, se as mudanças na conjugalidade podem ser atribuídas à incidência crescente dos casais mais velhos, que faz aumentar os casais sem filhos e diminuir o número de filhos nos núcleos, os protagonistas das mudanças são, certamente, os casais mais jovens, que aderem a novas modalidades de viver em casal, como é, por exemplo, optar pela união de facto, ou adiar a parentalidade. A este respeito, há que destacar, por um lado, o comportamento dos casais mais escolarizados, com o ensino secundário e o superior, na medida em que são eles que mais adiam essa etapa da vida conjugal; e o dos jovens casais em situação de desemprego, que tendem a ter mais filhos no núcleo e mais precocemente, apontando para uma franja da população com filhos mais vulnerável social e economicamente.

Antes de terminar, não podemos deixar de partilhar duas constatações.

Uma constatação interessante, que emergiu desta análise longitudinal dos núcleos conjugais, é a do crescente desfasamento entre um tempo conjugal, que se dilata, e um tempo parental, que se reduz. Com efeito, estes tempos estiveram, de algum modo, justapostos até recentemente, pois a conjugalidade dava logo lugar à parentalidade, e esta preenchia grande parte de uma vida em casal, que terminava cedo em virtude de uma esperança de vida relativamente baixa. Hoje em dia, não só o aumento da esperança de vida dá mais tempo de vida a dois aos casais mais velhos, como os jovens casais também reivindicam esse tempo a dois antes de terem filhos (Wall, Cunha e Atalaia 2013). O adiamento dos nascimentos e a diminuição do número de filhos confluem, então, num tempo parental mais comprimido. Os resultados dos Censos ilustram isto mesmo, ao revelarem a forte incidência de casais jovens e idosos sem filhos e a concentração dos casais com filhos no núcleo entre os 30 e os 49 anos.

A segunda constatação é que no decurso desta análise aos núcleos conjugais deparámo-nos com algumas limitações que se prendem com a recolha e o tratamento da informação dos recenseamentos à população, que não permitem dar a conhecer algumas formas de organizar a vida em casal e a sua incidência na sociedade portuguesa.

Uma delas já tinha sido identificada por Ferreira (2003), dizendo respeito à mudança de estatuto dentro da conjugalidade, nomeadamente a passagem da situação «de facto» para a situação «de direito». Com efeito, estamos em crer que o fenómeno da coabitação não está a ser captado em toda a sua amplitude, pois se há uniões de facto duradouras, que têm «um carácter tão definitivo como o casamento» (Ferreira 2003, 81), outras são posteriormente formalizadas, a propósito, por exemplo, do nasci-

mento de filhos, como tende a acontecer entre as franjas da população mais escolarizadas. Outra limitação prende-se com a maior volatilidade das relações conjugais e a sucessão de experiências a dois, que constituem dinâmicas da conjugalidade contemporânea que escapam, então, aos retratos produzidos pelos Censos.¹⁶

Por outro lado, no que se refere aos casais do mesmo sexo e aos casais que não vivem juntos (por exemplo, casais que residem longe um do outro por razões profissionais), não é possível identificá-los na análise dos núcleos conjugais. Estas são realidades nos modos de viver em casal nos dias de hoje que importa contabilizar e conhecer, sob pena de permanecerem «invisíveis».

Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia. 2006. *Conjugalidades em Mudança. Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Cunha, Vanessa. 2012. «As decisões reprodutivas na sociedade portuguesa: elementos para uma reflexão sobre o alcance e os limites das políticas públicas na natalidade». In *Roteiros do Futuro – Conferência Nascer em Portugal*, coord. Casa Civil da Presidência da República, 131-143. Lisboa: Presidência da República/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Cunha, Vanessa 2012a. «Trajetórias não reprodutivas em três gerações de portugueses: incidência, circunstâncias, oportunidade». In *Atas do VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações*, APS, 1-11: Lisboa, APS, http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0385_ed.pdf.
- Ferreira, Pedro Moura. 2003. «Tendências e modalidades da conjugalidade». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43: 67-82.
- INE. 1996. *Censos 91: Resultados Definitivos: Portugal*. Lisboa: INE.
- INE. 2002. *Censos 2001: Resultados Definitivos: Portugal*. Lisboa: INE.
- INE. 2012. *Censos 2011 Resultados Definitivos: Portugal*. Lisboa: INE.
- OCDE. 2014. *OECD Family Database*, <http://oecd.org/social/family/database.htm>, acessado em 2014-03-28.
- Oliveira, Isabel Tiago. 2008. «Fecundidade das populações e das gerações em Portugal, 1960-2005». *Análise Social*, 186: 27-51.
- Wall, Karin (org.). 2005. *Famílias em Portugal. Percursos, Interações e Redes Sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin, Vanessa Cunha, e Susana Atalaia. 2013. «Família». In *Portugal Social de A a Z. Temas em Aberto*, orgs. José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais, 70-78. Paço de Arcos: Impresa Publishing/Expresso.

¹⁶ Mesmo as estatísticas demográficas, que disponibilizam dados sobre o recasamento, deixam de fora as conjugalidades coabitantes, que não entram nesta contabilidade.

Capítulo 7

Famílias monoparentais: linhas de continuidade e de mudança

Introdução

O objetivo deste capítulo é fazer o retrato das famílias monoparentais nos Censos 2011, identificando os traços que as caracterizam e sinalizando as mudanças e as continuidades na monoparentalidade ao longo das duas últimas décadas.

Em sociologia da família, o conceito de *família monoparental* refere-se a uma mãe ou um pai só (porque não vive em casal) que reside com um ou vários filhos dependentes (crianças ou jovens adultos solteiros). Abrange uma heterogeneidade de configurações familiares, moldada quer pela ausência de um dos progenitores na vida dos filhos, quer pela presença alternada de ambos e pelas formas de partilha coparental que organizam, quer ainda pela diversidade de formas de entrada em situações de monoparentalidade (nascimentos ou adoções fora da conjugalidade, rupturas conjugais, viuvez) (Letablier 2011; Neyrand 2001; 2004). Já do ponto de vista estatístico, o conceito de *família monoparental* corresponde à noção de «núcleo familiar monoparental»¹ utilizada pelo INE, reportando-se

¹ A definição de «núcleo familiar» utilizada pelo INE até 2001 foi: «Conjunto de indivíduos dentro de uma família clássica, entre os quais existe um dos seguintes tipos de relação: casal 'de direito' ou 'de facto' com ou sem filhos solteiro(s), pai ou mãe com filho(s) solteiro(s), avós com neto(s) solteiro(s) e avô ou avó com neto(s) solteiro(s)» (INE 1995, 55). Posteriormente, em 2001, o conceito sofre alterações, passando a ter a seguinte designação: «Conjunto de indivíduos dentro de uma família clássica, entre os quais existe um dos seguintes tipos de relação: casal 'de direito' ou 'de facto' com ou sem filhos não casado(s), pai ou mãe com filho(s) não casado(s), avós com neto(s) não casado(s) e avô ou avó com neto(s) não casados(s)» (INE 2003, 62). Seguimos, no entanto, a definição de Laslett (1972), excluindo da análise todos os núcleos de casais de avós com neto(s) não casado(s) e de avô ou avó com neto(s) não casados(s) (ver Wall 2003). No recenseamento de

assim à co-residência de pais e mães sós (sem cônjuge) com os seus filhos, de qualquer idade e em situações diversas em termos de estado civil (solteiros, viúvos, divorciados, casados) e de tipo de agregado doméstico.² Distingue-se do conceito sociológico porque não permite caracterizar ou diferenciar as famílias monoparentais segundo o tipo de co-residência com os filhos e de relações parentais que configuram a monoparentalidade. Agrupa assim situações de monoparentalidade distintas: tanto inclui famílias em que a criança reside com um progenitor e o outro está ausente da sua vida, como famílias em que a criança reside com um progenitor a maior parte do tempo e visita o outro; como ainda famílias em que a criança vive em residência alternada, ou seja, reside 30% a 50% do tempo com um dos progenitores e o restante tempo com o outro (Bastaitis *et al.* 2012; Letablier 2011; Marinho 2010; 2011; Neyrand 2001; 2004; Nielsen 2011). Por outro lado, também reúne situações de monoparentalidade diferentes do ponto de vista da idade e da situação familiar dos filhos: pois inclui quer o caso de uma viúva a viver com o filho solteiro de 50 anos, quer o caso de uma mãe divorciada de 30 anos a viver com um filho de três (Wall 2003). Com o objetivo de distinguir estas situações, utilizamos na nossa análise as duas categorias de monoparentalidade criadas por Wall (2003): famílias monoparentais no *sentido lato*, referente a núcleos monoparentais com filhos de todas as idades; e famílias monoparentais *jovens*, referente a núcleos monoparentais com pelo menos um filho menor de 18 anos. Por outro lado, observamos principalmente as famílias monoparentais *jovens*, privilegiando deste modo o critério de idade dos filhos do conceito sociológico de família monoparental.

Começamos por contabilizar o número de famílias monoparentais em 2011, avaliando se as duas categorias de monoparentalidade referidas aumentaram por comparação aos recenseamentos anteriores (1991 e 2001) e qual o seu peso no total de famílias com e sem filhos. Observa-

2011 o conceito sofre nova alteração: «Conjunto de duas ou mais pessoas pertencentes à mesma família clássica mantendo uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes e que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos» (INE 2013, 55). Assim, enquanto em 1991 o conceito de núcleo familiar monoparental se reportava a núcleos de pai/mãe a residir com filhos solteiros, em 2001 passa a integrar também os filhos separados, divorciados, viúvos e casados desde que não vivam no agregado com parceiro/cônjuge e filhos. Em 2011 são excluídos do conceito os núcleos de avós com neto(s) e de avô ou avó com neto(s), e a menção ao estado civil dos filhos desaparece.

² Como refere Aboim (2003, 1), o conceito de «agregado doméstico» designa «o grupo elementar de solidariedade quotidiana», tendo como base um critério de co-residência entre indivíduos, que implica quer a partilha do mesmo teto (critério locacional), quer a partilha de recursos e mesmo de atividades (critério funcional)».

mos ainda a geografia regional da evolução da monoparentalidade *jovem* retratada pelos Censos 2011. Em segundo lugar, procuramos compreender se as mães e os pais só residem sozinhos com os filhos, em famílias simples, ou também com outras pessoas, em famílias complexas. Por último, olhamos para a diferenciação interna destas famílias, analisando se os perfis da monoparentalidade são influenciados pelo sexo e por variáveis socioeconómicas e do percurso de vida.

Evolução dos núcleos familiares monoparentais

Ao olharmos para o quadro 7.1 constatamos o crescimento deste tipo de família, tanto em termos absolutos como em termos relativos. Com

Quadro 7.1 – Número, variação relativa e percentagem de núcleos monoparentais no total de núcleos familiares e no total de núcleos familiares com filhos, segundo a idade dos filhos, 1991, 2001 e 2011

Núcleos monoparentais	Variação relativa				
	1991*	2001	2011	1991-2001	2001-2011
Filhos de todas as idades	254 261	353 971	480 443	39,2	35,7%
% no total de núcleos familiares	9,2	11,5	14,9		
% no total de núcleos com filhos	13,1	17,9	22,9		
Pelo menos 1 filho com 25 anos ou mais anos (subtotal)	–	135 334	182 302	–	34,7%
% no total de núcleos familiares	–	4,4	5,7		
% no total de núcleos com filhos	–	6,4	8,7		
% no total de monoparentais (subtotal)	–	38,2	37,9		
Pelo menos um filho menor de 25 anos (subtotal)	–	218 637	298 141	–	36,4%
% no total de núcleos familiares	–	7,1	9,2		
% no total de núcleos com filhos	–	10,3	14,2		
% no total de monoparentais (subtotal)	–	61,8	62,1		
Pelo menos 1 filho < de 18 anos	130 850	149 141	220 244	14%	47,7%
% no total de núcleos	4,8	4,9	6,8		
% no total de núcleos com filhos	6,8	7,5	10,5		
% no total de núcleos monoparentais (subtotal)	51,5	42,1	45,8		

* É de realçar que no recenseamento de 1991 a classificação dos «núcleos familiares monoparentais» incluía apenas as mães e os pais só a viver com filhos solteiros, passando em 2001 a incluir todas as mães/pais a viver com filhos separados, divorciados, viúvos e casados. Em 2011 foi seguido o mesmo critério de classificação. Desta forma, tal como explica Wall (2003), em 2001 o número de núcleos monoparentais está sobreavaliado por relação a 1991.

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

efeito, seguindo contornos de evolução já assinalados na análise dos recenseamentos da população de 1991 e de 2001 (Aboim 2003; Wall 2003; Wall e Lobo 1999), as famílias monoparentais no *sentido lato* representam, em 2011, 14,9% do total de núcleos familiares e 22,9% do total de núcleos familiares com filhos, apresentando uma variação relativa de 35,7%, entre 2001 e 2011.

Outra constatação é que este crescimento resulta, em grande parte, do aumento do número de famílias monoparentais *jovens*. De facto, são as famílias com pelo menos 1 filho menor de 18 anos que apresentam a taxa de variação mais elevada em relação a 2001, de 47,7% (face a 14% entre 1991 e 2001). E esta evolução é igualmente evidente no peso crescente destas famílias no total de núcleos familiares com filhos, que aumentou de 7,5% em 2001, para 10,5% em 2011, e no total de núcleos monoparentais, que passou de 42,1% em 2001, para 45,8% em 2011.

Distribuição regional das famílias monoparentais jovens

Na paisagem da monoparentalidade retratada pelos Censos 2011, sobressai o aumento generalizado do peso das famílias monoparentais *jovens* em praticamente todas as regiões (quadro 7.2). Contudo, verifica-se que a variação em torno da média nacional, de 10,5% em 2011, aumentou ligeiramente, passando de um desvio-padrão de 1,6 para 2,3, indicando que, apesar do aumento referido, a evolução ocorrida entre 2001 e 2011 não foi igual em todas as regiões do país. De facto, destaca-se, em primeiro lugar, um conjunto de sub-regiões do litoral sul em que a proporção de monoparentais *jovens* é bastante superior à média nacional, mantendo um crescimento acentuado ao longo das duas últimas décadas: a Grande Lisboa (15%); a Península de Setúbal (14,2%); e o Algarve (13,4%). Em segundo lugar, um conjunto de sub-regiões que regista uma proporção superior ou muito próxima da média nacional, resultado de um aumento mais expressivo entre 2001-2011 do que na década anterior: a Região Autónoma da Madeira (11,6%); o Grande Porto (11,4%); a Lezíria do Tejo (10,6%); e o Oeste (10,3%). Em ambos os casos, trata-se de regiões em que o efeito combinado do aumento das ruturas conjugais (separações e divórcios) e dos nascimentos fora do casamento impulsiona a formação de famílias monoparentais. Em terceiro lugar, evidencia-se um vasto conjunto de regiões, que atravessa o país de norte a sul, onde a proporção destas famílias é inferior à média nacional (entre 8% e 9,9%): Minho-Lima, Entre Douro e Vouga, várias sub-regiões do Centro Litoral, a Beira Interior Sul, todo o Alentejo e os Açores. Por último, observam-

Quadro 7.2 – Distribuição regional dos núcleos familiares monoparentais com filhos menores de 18 anos por NUTS III, 1991, 2001, 2011 (% sobre o total de núcleos familiares com filhos)

NUTS III	1991	2001	2011	Diferenças percentuais 2011-2001
Portugal	6,8	7,5	10,5	3,0
Norte				
Minho-Lima	9,9	6,8	8,0	1,2
Cávado	7,3	6,1	7,9	1,8
Ave	5,8	5,2	7,6	2,4
Grande Porto	6,7	7,7	11,4	3,7
Tâmega	4,9	4,8	7,0	2,2
Entre Douro e Vouga	5,4	5,2	8,0	2,8
Douro	6,3	5,5	7,4	1,9
Alto Trás-os-Montes	6,3	6,2	7,2	1,0
Centro				
Baixo Vouga	6,8	7	9,9	2,9
Baixo Mondego	6,4	6,6	9,2	2,6
Pinhal Litoral	6,3	6,4	9,5	3,1
Pinhal Interior Norte	5,5	5,4	7,6	2,2
Dão-Lafões	7,4	6,4	8,2	1,8
Pinhal Interior Sul	5,1	4,5	5,6	1,1
Serra da Estrela	6,4	6,3	6,8	0,5
Beira Interior Norte	5,1	4,7	5,8	1,1
Beira Interior Sul	4,9	5,1	8,1	3,0
Cova da Beira	6,1	5,3	7,3	2,0
Oeste	5,3	6,8	10,3	3,5
Médio Tejo	5,5	6,0	8,9	2,9
Lisboa				
Grande Lisboa	8,3	10,8	15,0	4,2
Península de Setúbal	7,0	9,8	14,2	4,4
Alentejo				
Alentejo Litoral	5,6	7,8	9,9	2,1
Alto Alentejo	4,7	6,2	9,0	2,8
Alentejo Central	5,1	6,2	9,1	2,9
Baixo Alentejo	4,8	6,3	8,9	2,6
Lezíria do Tejo	5,2	6,7	10,6	3,9
Algarve				
Algarve	6,7	10,1	13,4	3,3
Açores	6,3	7,2	9,9	2,7
Madeira	9,7	9,3	11,6	2,3
Desvio-padrão das médias globais	1,3	1,6	2,3	

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

-se dois grupos de sub-regiões com proporções baixas (entre 6% e 7,9%) e muito baixas (inferiores a 5,9%) de núcleos monoparentais *jovens*: o primeiro engloba grande parte da Região Norte, o Pinhal Interior Norte e a Cova da Beira; o segundo, a Beira Interior Norte e o Pinhal Interior Sul. Nestes conjuntos de regiões, os valores mais baixos da monoparentalidade *jovem* resultam de dinâmicas de transformação diferentes. Assim, enquanto nas regiões do litoral urbanizado podem ser atribuídos à preponderância dos núcleos de casais com filhos e à menor incidência da união de facto e do divórcio, nas regiões do Norte e do interior decorrem da conjugação entre a queda da natalidade e o envelhecimento da população, que limita a formação quer de casais com filhos quer de famílias monoparentais.

Agregados domésticos das mães e dos pais sós

No quadro 7.3 observa-se a continuidade do movimento de reforço da independência económica e da autonomia residencial das mães e dos pais sós já registado em 2001. Este é particularmente acentuado nas *famílias monoparentais jovens*, o que é sustentado pela variação relativa elevada (64,3%) das mulheres e dos homens que vivem em *famílias simples*, ou seja, sozinhos com os filhos.

Contudo, note-se que a percentagem dos que residem com outras pessoas se mantém elevada em 2011: 24,2% nas *monoparentais no sentido lato* e 32,4% nas *monoparentais jovens*. Embora a co-residência dos pais e das mães sós com outras pessoas (*família alargada*) ou com outros núcleos familiares (*família múltipla*) tenha diminuído na última década, a verdade

Quadro 7.3 – Agregados domésticos dos núcleos familiares monoparentais por idade dos filhos e variação relativa intercensitária, 2001-2011 (%)

Tipo de agregado	Filhos de todas as idades		Variação relativa 2001-2011	Filhos < de 18 anos		Variação relativa 2001-2011
	2001	2011		2001	2011	
Famílias simples	71,9	75,8	43,1	60,8	67,6	64,3
Famílias complexas	28,1	24,2	16,8	39,2	32,4	21,9
Alargadas (subtotal)	13,2	10,4	7,0	16,2	12,2	11,5
Múltiplas (subtotal)	14,9	13,8	7,4	23,0	20,1	29,2
Total	100,0	100,0		100,0	100,0	

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

é que a sua relevância persiste, principalmente no que toca à proporção de *monoparentais jovens* a viver em famílias múltiplas (20,1%), que atingiu uma variação relativa de 29% entre 2001 e 2011. Este dado leva-nos a concluir que a dependência económica, social e residencial de familiares mais próximos permanece na monoparentalidade, retratando a sua vulnerabilidade.

Diferenciação interna das famílias monoparentais

As famílias monoparentais não constituem um grupo homogéneo, importando, por isso, compreender como se diferenciam entre si. Com este propósito, olhamos agora para várias dimensões que modelam a diversidade de situações em que é vivida a monoparentalidade: a repartição por sexo; os perfis etários das mães, dos pais e dos filhos mais novos; o número de filhos menores de 18 anos nos núcleos; e o estado civil, os níveis de escolaridade e a condição perante o trabalho das mães e dos pais sós.

Monoparentalidade no feminino e no masculino

Quando olhamos para a distribuição dos núcleos monoparentais por sexo e idade dos filhos (quadro 7.4), é evidente a grande diferença entre a percentagem de núcleos de pai só e a de núcleos de mãe só, a favor das monoparentais femininas, que permanece praticamente inalterada nas últimas duas décadas. Em 2011, esta diferença é mais vincada nas monoparentais *jovens*, nas quais a proporção dos núcleos de pais sós em relação aos de mães sós diminui ligeiramente, para 10,8%. Contudo, é interessante notar que, em termos absolutos, os núcleos de pais sós com filhos mais velhos, com 18 ou mais anos, aumentaram significativamente face a 2001. E se olharmos para a proporção de monoparentais masculinas com filhos com 25 ou mais anos verificamos que aumentou entre 2001 e 2011, de 13% para 15%, respetivamente, atingindo uma variação relativa ligeiramente mais elevada em relação a 2001 do que a dos núcleos de mãe só.

Uma primeira leitura destes dados permite-nos concluir que a preponderância de núcleos de mães sós é reveladora do efeito do predomínio da «guarda com residência materna» na sociedade portuguesa nas últimas décadas, ou seja, do princípio de que a seguir a um nascimento

Quadro 7.4 – Núcleos monoparentais por sexo, idade do filho mais novo e taxa de variação intercensitária, 1991, 2001 e 2011 (%)

Idade do filho mais novo	1991	2001	2011	Variação relativa	
				1991-2001	2001-2011
Filhos de todas as idades					
Pai só	13,8	13,6	13,3	37,2%	33,2%
Mãe só	86,2	86,4	86,7	39,5%	36,1%
Total	100,0	100,0	100,0		
Filhos com 25 ou + anos					
Pai só	–	13,2	15,0	–	53,1%
Mãe só	–	77,4	85,0	–	48,0%
Total		100,0	100,0		
Filhos até 25 anos					
Pai só		13,1	12,3	–	30,0%
Mãe só		86,9	87,7	–	21,4%
Total		100,0	100,0		
Filhos < 18 anos					
Pai só	11,8	11,5	10,8	11,1%	39,0%
Mãe só	88,2	88,5	89,2	14,4%	48,8%
Total	100,0	100,0	100,0		

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

fora do casamento (ou de uma união de facto) e após uma rutura conjugal (separação ou divórcio) os filhos devem ser entregues ao cuidado exclusivo das mães. Por outro lado, os dados sugerem que a monoparentalidade no masculino tende a ser mais frequente quando os filhos já são mais velhos. Vejamos então se esta hipótese se confirma quando os filhos têm menos de 18 anos e se há diferenças no perfil etário das monoparentais *jovens* femininas e masculinas.

Perfil etário das mães, dos pais e dos filhos

Em 2011, 44,9% das pessoas que vivem em situações de monoparentalidade com filhos menores de 18 anos têm entre 35 e 44 anos (quadro 7.5), tendo as faixas dos 25-34 anos e dos 45-54 anos um peso também relevante e muito semelhante, 25,3% e 21,9 %, respetivamente. Deste modo, uma grande fatia dos pais e das mães só tem um perfil etário idêntico, revelando que nas duas últimas décadas se deu uma aproximação nas idades em que é vivida a paternidade e a maternidade a só (ver Wall e Lobo 1999). Ainda assim, em 2011, a maioria das mães só continua a ser mais jovem do que os pais só, estando estas mais representadas na faixa dos 24-34 anos e menos na dos 45-54 anos.

Quadro 7.5 – Núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos por faixas etárias do pai e da mãe só, 2011 (% e números absolutos em coluna)

Faixas etárias	Pai só		Mãe só		Todos	
	%	N	%	N	%	N
15-24 anos	1,7	414	6,0	11 702	5,5	12 116
25-34 anos	17,8	4 236	26,2	51 427	25,3	55 663
35-44 anos	42,6	10 147	45,2	88 841	44,9	98 988
45-54 anos	30,2	7 196	20,9	40 965	21,9	48 161
55 ou mais anos	7,8	1 851	1,8	3 465	2,4	5 316
Total	100,0	23 844	100,0	196 400	100,0	220 244

Fonte: INE, Censos 2011.

Quadro 7.6 – Núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos por sexo, segundo o número de filhos no núcleo, 2011 (%)

Número de filhos	Pai só	Mãe só	Todos
1 filho	65,2	57,7	58,5
2 filhos	27,7	32,4	31,9
3 ou mais filhos	7,0	9,9	9,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2011.

Em 2011, os núcleos monoparentais com 1 filho representam 58,5% do total de monoparentais jovens e os com 2 filhos 31,9%, espelhando o modelo de descendências de filho único que predomina na sociedade portuguesa. A este respeito é ainda interessante notar que a proporção de pais sós com 1 filho (65,2%) é superior à de mães sós (57,7%), e que esta diferença se inverte quando há 2 filhos no núcleo (quadro 7.6).

Nas famílias monoparentais jovens residem, em 2011, 295 516 filhos menores de 18 anos (quadro 7.7). A distribuição dos núcleos monoparentais segundo as faixas etárias do filho mais novo revela que 24,1% destas famílias têm filhos na faixa dos 0-4 anos, sendo o peso relativo dos núcleos com filhos com idades entre os 5-9 anos e 10-14 anos praticamente o mesmo, na ordem dos 29%.

A comparação entre núcleos masculinos e femininos revela uma proporção de pais sós com filhos na faixa dos 0-4 anos inferior à média nacional. Contudo, esta proporção é superior à média quando os filhos têm idades entre os 10-14 anos e os 15-17 anos. Curiosamente, a proporção de mães sós e de pais sós com filhos entre os 5-9 anos é igual e

Quadro 7.7 – Núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos por faixas etárias do filho mais novo, segundo o sexo e as faixas etárias do pai e da mãe só, 2011 (% em linha)

Faixas etárias	0-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-17 anos	Total
Total de crianças < de 18 anos nos núcleos	26,8 (79 112)	31,6 (93 238)	28,3 (83 701)	13,4 (39 465)	100 (295 516)
Total de núcleos por idade do filho + novo	24,1 (53 188)	29,2 (64 267)	29,7 (65 337)	17,0 (37 452)	100 (220 244)
Mãe só					
15-24 anos	86,5	13,2	0,3	0,0	100
25-34 anos	45,4	38,6	14,3	1,7	100
35-44 anos	17,0	33,4	35,1	14,4	100
45-54 anos	2,6	15,0	43,4	39,0	100
55 ou mais anos	1,3	3,4	28,7	66,6	100
Total	25,3 (49 703)	29,2 (57 333)	29,2 (57 639)	16,3 (31 995)	100 (196 400)
Pai só					
15-24 anos	80,4	16,9	2,7	0,0	100
25-34 anos	38,0	45,2	14,7	2,1	100
35-44 anos	12,4	34,8	36,6	16,2	100
45-54 anos	3,3	16,8	41,6	38,3	100
55 ou mais anos	2,4	11,2	34,1	52,2	100
Total	14,6 (3 485)	29,1 (6 934)	33,4 (7 968)	22,9 (5 457)	100 (23 844)

Fonte: INE, Censos 2011.

acompanha a média de núcleos monoparentais *jovens* com filhos nesta faixa etária. Estes dados sugerem que a idade dos filhos é um elemento de diferenciação entre a monoparentalidade feminina e a masculina. Pese embora o maior número de núcleos de mães sós em todas as faixas etárias dos filhos e o mesmo peso relativo da percentagem de mães e pais com filhos na faixa dos 5-9 anos, os pais sós tendem a residir com crianças mais velhas. Deste modo, a monoparentalidade no masculino com filhos menores de 18 anos tende a ser mais frequente quando os filhos são mais velhos e numa fase mais tardia do percurso de vida.

Estado civil das mães e dos pais sós

No quadro 7.8, constata-se que as formas de entrada na monoparentalidade se transformaram nas últimas décadas, sobretudo devido ao au-

mento das ruturas conjugais. Com efeito, a percentagem de pais e de mães sós com o estado civil de divorciado duplicou entre 1991 e 2011, ano em que já representa 43,4% do total destes núcleos familiares, sendo o peso relativo dos homens e das mulheres divorciados quase igual. No quadro 7.9 observa-se que, em 2011, se trata sobretudo de mulheres e homens com idades entre os 35 e 44 anos (54,7% e 47,7%, respetivamente), muito embora a incidência na faixa dos 45-54 anos também seja bastante relevante (24,6% das mulheres e 34,4% dos homens).

Cabe aqui lembrar que os dados dos Censos 2001 e 2011 não permitem identificar o número de núcleos familiares monoparentais em que o pai e a mãe dividem entre si o tempo em que residem com os filhos.³ Com efeito, quando um dos progenitores reside com os filhos entre 30% a 50% do tempo e o outro o restante tempo, trata-se de uma família monoparental com «dupla residência da criança» que pode formar dois núcleos monoparentais.⁴ Já na «guarda com residência única», forma-se apenas um núcleo monoparental, isto porque os filhos residem com um dos progenitores e pernoitam na casa do outro 2 a 6 dias por mês (Bastaits *et al.* 2012; Marinho 2010; 2011; Neyrand 2004; Nielsen 2011). A ausência desta distinção nos dados dos Censos não nos permite aferir as transformações ocorridas na monoparentalidade por rutura conjugal e por nascimentos fora do casamento.

No que diz respeito ao estado civil de viúva/o, é importante assinalar que se verifica um reforço da redução do peso relativo da monoparentalidade por falecimento do cônjuge (quadro 7.8), em detrimento da monoparentalidade por rutura conjugal, que já se fazia notar nos dados dos Censos 2001. Assim, em 2011, a monoparentalidade por viuvez perfaz apenas 7,7 % do total das monoparentais *jovens*, mantendo-se, no en-

³ A metodologia seguida pelo INE tem como base as recomendações das Nações Unidas. Deste modo, apesar de o Código Civil favorecer as «guardas partilhadas» desde 1995 (Lei 84/95 de 31 de agosto; Lei 59/99 de 30 de junho e Lei 61/2008 de 31 de outubro) e, por conseguinte, as situações de monoparentalidade com «dupla residência» dos filhos, estas não foram levadas em conta nos dois últimos recenseamentos da população. O questionário utilizado em 2011 excluía a possibilidade de os filhos residirem alternadamente com o pai e com a mãe, por um lado, e, por outro lado, os recenseadores perante estes casos seguiam o seguinte critério: «Quando a criança passa o mesmo tempo com ambos os pais a sua residência habitual considera-se na família onde se encontra no momento censitário» (INE 2013, 556). Deste modo, no total de núcleos monoparentais em que os filhos residem metade do tempo foram contabilizados apenas aqueles em que os filhos estavam presentes no momento censitário, ficando um dos núcleos de fora.

⁴ Note-se que as situações de «dupla residência» da criança após rutura conjugal podem também ocorrer nos núcleos familiares reconstituídos.

tanto, uma maior percentagem de pais viúvos (12,1%) do que de mães viúvas (7,1%). No perfil etário das pessoas viúvas em situação de monoparentalidade (quadro 7.9) destaca-se a forte percentagem de mães viúvas (44,2%) e de pais viúvos (47,6%) na faixa dos 45-54 anos. Nota-se igualmente que a incidência de viúvas na faixa dos 35-44 anos, de 40,2%, é também bastante elevada, e que 18,7% dos viúvos, mas apenas 8,4% das viúvas, se situam na faixa dos 55 ou mais anos.

Em relação aos pais e mães solteiros é importante recordar que deixou de ser possível distinguir as pessoas solteiras que viveram em união de facto e se separaram das que tiveram filhos fora da conjugalidade, dado que, nos Censos 2011, a categoria *separado* foi descontinuada e estas duas situações passaram a ser incluídas na categoria *solteiro*.⁵ Assim, não nos é possível avaliar a evolução destas duas formas de entrada na monoparentalidade em que os progenitores têm o estado civil de solteiro. Podemos, contudo, assinalar que as mães e os pais sós solteiros (todos os separados e os que nunca coabitaram) representam 35,7% dos núcleos monoparentais, sendo a proporção de mães solteiras ligeiramente superior à de pais solteiros (quadro 7.8). É entre os 25 e os 34 anos que a incidência de mães solteiras é maior, de 40%, mas também atinge valores elevados entre os 35 e os 44 anos (33,5%). Os pais solteiros são mais velhos, estando assim mais representados na faixa dos 35-44 anos (40,2%) e menos na dos 25-34 anos (35,3%), ainda que tenham um peso considerável nesta faixa etária (quadro 7.9). Por último, cabe uma breve referência ao estado civil de casado, que, lembramos, em 2011 passou a reunir as pessoas casadas em situações de monoparentalidade por ausência do cônjuge no agregado e por separação de facto (que aguardam a homologação do divórcio por parte dos tribunais). Assim, em 2011 estas situações têm um peso relativo superior ao da monoparentalidade por viuvez no total de núcleos, de 13,2% (quadro 7.8). São maioritariamente vividas na faixa dos 35-49 anos (49% das mães e 42,8% dos pais), tendo também uma incidência relevante nos pais com 45-54 anos, de 32,9%

⁵ Nos Censos 2011 a observação do *estado civil* foi efectuada a partir da situação legal e não da situação de facto. Deste modo, em 2011 há uma quebra de série na categoria *solteiro* e na categoria *casado*, desaparecendo a categoria *separado* – referente em 1991 e em 2001 quer às situações de separação de facto, em que o divórcio não tinha sido ainda homologado, quer às situações de separação após união de facto. Assim, em 2011, na categoria *solteiro* estão incluídas as situações em que não houve conjugalidade e as em que houve uma separação numa união de facto com filhos, e na categoria *casado* as situações de separação em que ainda não foi homologado o divórcio. Perde-se assim a possibilidade de comparar a evolução ocorrida nas trajetórias conjugais e parentais dos pais sós e das mães sós nos últimos dez anos.

Quadro 7.8 – Núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos por estado civil do pai e da mãe só, 1991-2011 (% em coluna)

Estado civil	1991			2001			2011		
	Pai	Mãe	Todos	Pai	Mãe	Todos	Pai	Mãe	Todos
Solteiro	11,8	14,8	14,4	22,8	26,3	25,9	31,1*	36,2*	35,7*
Divorciado	20,1	21,9	21,7	26,1	30,8	30,3	43,1	43,4	43,4
Separado	28,7	32,7	32,2	16,7	15,4	15,5	*	*	*
Viúvo	36,5	29,3	30,1	21,7	15,8	16,5	12,1	7,1	7,7
Casado	2,9	1,3	1,5	12,8	11,7	11,8	13,7*	13,2*	13,2*
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Categorias em que houve quebra de série.

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

Quadro 7.9 – Núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos por estado civil, sexo e faixas etárias do pai e da mãe só, 2011 (% em linha)

Estado civil	Faixas etárias										Total
	15-24		25-34		35-44		45-54		55 ou mais		
	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	
Solteiro*	15,0	5,2	40,0	35,3	33,5	40,2	10,6	16,3	0,9	2,9	100,0
Divorciado	0,6	0,1	18,6	9,8	54,7	47,7	24,6	34,4	1,5	8,0	100,0
Viúvo	0,2	0,0	7,0	3,7	40,2	29,9	44,2	47,6	8,4	18,7	100,0
Casado*	2,0	0,6	23,3	15,3	49,0	42,8	24,1	32,9	1,6	8,5	100,0
Total	6,0	1,7	26,2	17,8	45,2	42,6	20,9	30,2	1,8	7,8	100,0

* Categorias em que houve quebra de série.

Fonte: INE, Censos 2011.

(quadro 7.9). Note-se que estes dados retratam sobretudo momentos de transição para a monoparentalidade resultantes de ruturas conjugais, em que o estado civil de casado permanece, ou situações em que um dos membros do casal não reside permanentemente no agregado. Sendo a emigração de um dos progenitores um elemento de formação da monoparentalidade, esta ausência de um dos cônjuges no agregado, que é invisível no estado civil de solteiro mas igualmente provável, pode eventualmente ser explicada, em parte, pelo forte aumento da emigração na sociedade portuguesa que já se fazia sentir em 2011.

A análise do cruzamento do estado civil com o perfil etário e com o sexo revela que, no plano dos percursos familiares, as diferenças mais vincadas entre a monoparentalidade feminina e masculina se estabelecem no estado civil solteiro/a e viúvo/a. Por um lado, é maior o peso relativo das mulheres que entram na monoparentalidade por via de nascimentos

fora da conjugalidade ou por via da rutura de uniões de facto. Pelo outro, é maior o peso relativo dos homens que entram na monoparentalidade por via da viuvez. Já a comparação do perfil etário das mães e dos pais sós mostra que uma grande fatia de homens e mulheres vive a monoparentalidade na mesma faixa etária (cerca de 45%). Contudo, ao olharmos para a restante fatia de homens e mulheres percebemos que a monoparentalidade tende a ocorrer mais cedo na vida das mulheres do que na vida dos homens, levando a que a maioria dos pais sós sejam mais velhos.

Escolaridade e condição perante o trabalho das mães e dos pais sós

Em 2011, o perfil educacional das monoparentais jovens é mais elevado do que em 2001, retratando o aumento generalizado dos níveis de instrução na sociedade portuguesa (quadro 7.10). Com efeito, é notória a forte redução dos pais e das mães sós que possuem apenas o 1.º ciclo do ensino básico (que passa de 32,2% em 2001 para 12,2% em 2011) e um aumento do peso relativo daqueles que completaram o segundo ou 3.º ciclo (de 29,4% para 36,1%), o ensino secundário (de 21,8% para 27,5%) ou um curso superior (de 9,9% para 18,9%). Em relação à diferença nos níveis de escolaridade dos pais e das mães sós, verifica-se que são as mulheres que têm um perfil de qualificação escolar mais elevado: 51,1% das mães, mas apenas 43,4 % dos pais, possuem um nível de ensino secundário ou superior. Em 2011, as mães sós são também mais qualificadas do que a média da população feminina com 15-65 anos, mas os pais sós também são mais qualificados do que a média da população masculina nestas faixas etárias. Contudo, é de notar que 48% das mães sós (face a 52% da população feminina) e 55% dos pais sós (face a 59% da população masculina) só possui escolaridade até ao 3.º ciclo do ensino básico, retratando este dado a vulnerabilidade social e económica que permanece na monoparentalidade com filhos menores de 18 anos.

Um outro aspeto importante a salientar é a relação entre os níveis de escolaridade e os percursos de entrada na monoparentalidade (quadro 7.11). Com efeito, 57,6% das pessoas viúvas, 48,7% das solteiras e 42% das casadas, mas apenas 29,6 % das divorciadas, completaram o secundário ou um curso superior. Assim, em 2011, as mães e os pais sozinhos viúvos deixaram de ser os menos escolarizados, passando os divorciados a ter os níveis de qualificação mais baixos, porventura devido ao incremento da transversalidade social do divórcio na última década. Apesar

Quadro 7.10 – Nível de escolaridade dos pais e das mães sós, 2001-2011, e nível de escolaridade da população residente com 15-65 anos por sexo, 2011 (%)

Nível de escolaridade	Pai só		Mãe só		Todos		População 15-65 anos	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	Mulheres	Homens
Nenhum	3,9	1,7	2,5	1,5	2,7	1,5	20,5	17,1
Básico 1.º ciclo	39,0	16,7	31,4	11,6	32,3	12,2	25,3	25,7
Básico 2.º/3.º ciclo	27,9	38,2	29,6	35,8	29,4	36,1	26,5	33,1
Secundário	18,7	23,9	22,1	28,0	21,8	27,5	13,3	13,4
Médio/Bacharelato	3,1	3,5	4,1	3,9	3,9	3,8	2,5	2,3
Licenciatura ou +	7,4	16,0	10,3	19,2	9,9	18,9	13,7	9,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2011.

Quadro 7.11 – Núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos por estado civil, segundo o grau de ensino do representante do núcleo, 2001-2011 (%)

Grau de ensino	2001				2011			
	Sol.	Cas.	Viú.	Div.	Sol.*	Cas.*	Viú.	Div.
Nenhum	3,3	2,9	6,0	0,8	1,9	1,8	0,8	2,8
Básico 1.º ciclo	26,8	37,4	54,1	23,6	10,1	16,3	9,3	30,9
Básico 2.º/3.º ciclo	33,6	31,4	22,5	27,6	39,2	39,8	32,3	36,7
Secundário	25,5	16,8	10,4	26,4	29,7	23,0	29,0	17,1
Médio/Bacharelato	2,9	3,5	2,4	6,0	3,5	3,2	4,5	2,2
Licenciatura ou +	7,9	8,0	4,6	15,6	15,5	15,8	24,1	10,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Categorias em que houve quebra de série.

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

da quebra de série ocorrida, podemos concluir que os pais e mães solteiros continuam a aumentar o seu nível de escolaridade, que se mantém muito próximo dos valores médios e ligeiramente superior à escolaridade dos casados. Em 2011, são os divorciados que apresentam um perfil social mais vulnerável do ponto de vista educacional.

No que toca à condição perante o trabalho é importante assinalar que a taxa de emprego das mães e dos pais sozinhos diminuiu na última década (quadro 7.13). Mas repare-se que, em 2011, a taxa de emprego nas monoparentais *jovens* é ainda bastante elevada (70,7%), registando-se uma maior participação dos pais sós do que das mães sós no mercado de trabalho (quadro 7.12). Com efeito, as mães sozinhas são mais atingidas pelo desemprego (15,3%) do que os pais (13,5%) e há também mais mu-

Quadro 7.12 – Núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos segundo a condição perante o trabalho da mãe e do pai só e taxa de desemprego da população activa por sexo, 2011 (%)

Condição perante o trabalho	Núcleos monoparentais			Taxa de desemprego (população 15 e + anos)		
	Pai só	Mãe só	Todos	Homens	Mulheres	Todos
Empregados	75,0	70,2	70,7			
Desempregados	13,5	15,3	15,1	12,4	13,1	12,7
Inativos	11,5	14,5	14,1			
Total	100,0	100,0	100,0			

Fonte: INE, Censos 2011.

Quadro 7.13 – Núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos por condição perante o trabalho e o sexo, segundo o estado civil do pai e da mãe só, 2001-2011 (% em linha)

Estado civil	Empregados				Desempregados/inativos				Todos
	Pai só		Mãe só		Pai só		Mãe só		
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	
Solteiro*	73,9	67,9	69,3	64,2	26,2	32,1	30,7	35,8	100,0
Divorciado	83,7	80,8	83,7	77,9	16,3	19,2	16,3	22,1	100,0
Viúvo	76,8	72,2	62,2	62,7	23,2	27,8	37,8	37,3	100,0
Casado*	81,2	74,9	61,2	65,5	18,8	25,1	38,8	34,5	100,0
Total	79,4	75,0	73,1	70,2	20,6	25,0	26,9	29,8	100,0

* Categorias em que houve quebra de série.

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

lheres inativas do que homens. Note-se ainda que, em 2011, há mais desemprego nestas famílias (15,1%) do que na população ativa em geral (12,7%), sendo a diferença entre o desemprego das mães sós e o da população ativa feminina superior à diferença entre o desemprego dos pais sós e o da população ativa masculina.

Comparando a influência do estado civil na condição perante o trabalho entre 2001 e 2011 (quadro 7.13), é interessante constatar em 2011, tal como em 2001, uma taxa de emprego mais elevada nos pais divorciados (80,8%) e nos casados (74,9%) e mais reduzida nos pais viúvos e solteiros (72,2% e 67,9%, respetivamente). As mães sós divorciadas continuam a ser as que mais participam no mercado de trabalho (77,9%), mas, em 2011, altera-se ligeiramente o peso relativo das restantes categorias: as mães solteiras têm uma taxa de emprego mais reduzida (64,2%) do que as casadas (65,5%), sendo a das viúvas ainda menor (62,7%). Pese embora as alterações ocorridas na categorização do estado civil, estes

dados sugerem um agravamento da situação económica das famílias monoparentais *jovens*, que atinge sobretudo mães solteiras, mas também pais solteiros e mães viúvas.

Notas finais

O principal objetivo deste trabalho foi caracterizar as famílias monoparentais em 2011 e apreender as grandes linhas de evolução destas famílias ao longo das duas últimas décadas. Importa agora destacar as principais tendências encontradas. Registe-se, em primeiro lugar, o aumento considerável das famílias monoparentais com filhos de todas as idades entre 1991 e 2011, mas principalmente o das famílias monoparentais com filhos menores de 18 anos. Em segundo lugar, que o aumento do peso das monoparentais jovens no total de núcleos familiares com filhos é generalizado em todas as regiões do país, reforçando-se porém a heterogeneidade regional e os contrastes entre as regiões do litoral urbanizado e as do interior norte e centro. Em terceiro lugar, queremos salientar os principais traços dos perfis da monoparentalidade com filhos menores de 18 anos em 2011, identificando linhas de continuidade e transformação que moldam a diferenciação interna destas famílias.

No plano das continuidades, repare-se que a co-residência dos pais e das mães sós com familiares próximos se mantém elevada, embora a co-residência apenas com os filhos continue a aumentar, assinalando estes dados que, a par do crescimento de um perfil social de monoparentalidade autónoma e independente do ponto de vista económico e residencial, persiste um outro perfil mais desprovido de recursos e, por conseguinte, mais vulnerável. Por outro lado, na divisão destas famílias por sexo não se registaram alterações, mantendo-se o predomínio das famílias de mães sós. No plano das transformações, é de salientar o aumento significativo do número de famílias de pai só com filhos com 18 e mais anos registado entre 2001 e 2011, podendo este representar um sinal de transformação na monoparentalidade masculina. Perto de metade das mães e pais sós com filhos menores de 18 anos tem a mesma faixa etária (35-44 anos), revelando, por comparação a 1991, que se deu uma aproximação nas idades em que é mais vivida a paternidade e a maternidade a sós. Ainda assim, a maioria das mães continua a ser mais jovem do que os pais, estando elas mais representadas na faixa dos 24-34 anos e menos na dos 45-54 anos. Embora o peso relativo de monoparentais femininas e masculinas cujo filho mais novo tem entre 5 a 9 anos seja igual, os pais

sós tendem a residir com crianças mais velhas. Deste modo, a monoparentalidade no masculino tende a ser mais frequente quando os filhos são mais velhos e numa fase mais tardia do percurso de vida. Pelo seu lado, a monoparentalidade no feminino tende a ter maior peso quando as crianças são mais pequenas e a ocorrer mais cedo. Ao contrário da masculina, é mais frequente em etapas da vida pessoal em que se está a tentar sair da casa dos pais, entrar no mercado de trabalho ou desenvolver a carreira profissional, o que pode trazer às mulheres dificuldades acrescidas na conciliação entre a parentalidade, o trabalho e a obtenção de independência económica.

Uma outra mudança relevante, que já se adivinhava nos Censos 2001, reside no forte crescimento da monoparentalidade por rutura conjugal, que se tornou a principal forma de entrada na monoparentalidade, em detrimento da monoparentalidade por viuvez, que passou a ser minoritária. A nível do perfil de escolaridade destas famílias, regista-se uma forte redução no número de mães e pais sozinhos que possuem apenas o primeiro ciclo do ensino básico, e o aumento do número daqueles que completaram o secundário ou um curso superior, principalmente nas mães sós, que apresentam um perfil de escolaridade mais elevado do que os pais sós. Por outro lado, em 2011, as pessoas divorciadas passaram a ser as menos escolarizadas, porventura devido à maior transversalidade social do divórcio, e as viúvas as mais escolarizadas, apresentando as solteiras valores ligeiramente inferiores à média mas superiores aos das casadas. A taxa de emprego das famílias monoparentais sofreu uma quebra, mas mantém-se elevada, sobretudo nas pessoas divorciadas. Contudo, há mais desemprego nestas famílias do que na população ativa em geral, atingindo principalmente as mães sozinhas solteiras e viúvas.

O perfil de evolução encontrado resulta, sobretudo, do efeito conjugado do aumento das ruturas conjugais e dos nascimentos fora da conjugalidade na formação de famílias em que a maternidade e a paternidade estão dissociadas da conjugalidade. Mas também de fatores de desenvolvimento do país, visíveis no incremento da autonomia residencial, da independência económica e dos níveis de escolaridade nestas famílias, bem como na taxa de emprego elevada. Contudo, a análise também revela que a vulnerabilidade social e económica na monoparentalidade é ainda bastante relevante na sociedade portuguesa.

Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia. 2003. «Evolução das estruturas domésticas». *Sociologia, Problemas e Práticas – Famílias no Censo 2001*, 43: 13-30.
- Bastaitis, Kim *et al.* 2012. «Parenting of divorced fathers and the association with children's self-esteem». *Journal Youth Adolescence*, 41 (12): 1643-1656.
- INE. 1995. *Antecedentes, Metodologias e Conceitos: Censos 91*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. 2003. *Antecedentes, Metodologias e Conceitos: Censos 2001*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. 2013. *Censos 2011: Preparação, Metodologia e Conceitos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Laslett, P. 1972. «Introduction: The history of the family». In *Household and Family in Past Time*, orgs. P. Laslett e P. Wall. Cambridge: Cambridge Press, 1-89.
- Letablier, Marie-Thérèse. 2011. «La monoparentalité aujourd'hui: continuités et changements». In *Monoparentalité, homoparentalité, transparentalité en France et en Italie. Tendances, défis et nouvelles exigences*, ed. Elisabetta Ruspini. Paris: L'Harmattan, 33-68.
- Marinho, Sofia. 2010. «Ser pai na residência alternada: dinâmicas, trajetórias e contextos da paternidade». In *A Vida Familiar no Masculino. Negociando Velhas e Novas Masculinidades*, eds. Karin Wall *et al.* Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. Coleção Estudos 6, 335-395.
- Marinho, Sofia. 2011. *Paternidades de Hoje. Significados, Práticas e Negociações da Parentalidade na Conjugalidade e na Residência Alternada*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais com especialização em Sociologia Geral. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Neyrand, Gérard. 2001. «Mort de la famille monoparentale et de l'hébergement alterné. Du bon usage des désignations savantes». *Dialogue – Recherches cliniques et sociologiques sur le couple et la famille*, 151 (1): 71-81.
- Neyrand, Gérard. 2004. *L'enfant face à la séparation des parents. Une solution, la résidence alternée*. Paris: La Découverte.
- Nielsen, Linda. 2011. «Shared parenting after divorce: a review of shared residential parenting research». *Journal of Divorce & Remarriage*, 52 (8): 586-609.
- Wall, Karin. 2003. «Famílias monoparentais». *Sociologia, Problemas e Práticas – Famílias no Censo 2001*, 43: 51-66.
- Wall, Karin, e Cristina Lobo. 1999. «Famílias monoparentais em Portugal». *Análise Social*, xxxiv (150): 123-146.

Capítulo 8

Famílias complexas: tendências presentes

A complexidade dos agregados domésticos foi sempre um problema comparativo central na análise das modalidades residenciais da família e do parentesco em contexto europeu, a partir do momento em que no Cambridge Group for the History of Population and Social Structure, fundado em 1964 pelo geógrafo Edward Anthony Wrigley e pelo historiador Peter Laslett, se desenvolveram os trabalhos conducentes à sistematização taxonómica dos grupos de co-residência a partir da sua estrutura doméstica (segundo o tipo de laço que existe entre os vários membros do agregado – consanguinidade, aliança, afinidade, etc. –, bem como o tipo e o número de núcleos familiares que constituem o grupo, ver Laslett 1965; Laslett e R. Wall 1972; R. Wall 1983).

A complexidade doméstica remete para situações de co-residência que não se limitam à existência de núcleos familiares simples (conjugais, com ou sem filhos, ou monoparentais), antes incluindo também outros parentes ou mesmo outros núcleos (ver capítulo 2). Estas duas situações, convencionalmente categorizadas como de agregados domésticos de famílias complexas, correspondem às categorias IV e V da proposta de classificação de Eugene A. Hammel e Peter Laslett (Laslett 1972: 31; Hammel e Laslett 1974): agregados domésticos de famílias simples alargadas (famílias simples com outras pessoas) e agregados domésticos de famílias múltiplas (duas ou mais famílias simples no mesmo alojamento). Temos, portanto, duas situações típicas da complexidade doméstica: o alargamento e a multiplicidade.

A importância, no caso português, da complexidade doméstica não foi despreciada, já que, no seguimento do pioneiro francês Frédéric Le Play (2003 [1855-1881]), trabalhos como os de Léon Poinard (1910) e de Paul Descamps (1935 e 1959)¹ acentuaram a ideia de que em contextos cam-

¹ Ver K. Wall 1993.

poneses (nomeadamente de pequena propriedade), prevaleceria um sistema de família-tronco, mais propício à manutenção da ordem social, necessariamente complexo e multigeracional. A complexidade doméstica seria, assim, característica do Norte do país, orientando para a perpetuação da casa camponesa, enquanto no Sul o salarizado agrícola geraria estratégia de neolocalidade propiciadora da nuclearização conjugal e da instabilidade social. A orientação conceptual e política conservadora da escola de Le Play, há muito ultrapassada e que bem se adequou ao ideário salazarista, veio também a sofrer fortes rebates com todas as análises do mundo camponês do Norte de Portugal que apontaram para a multiplicidade de formas, desigualdades e estratégias familiares e domésticas (ver K. Wall 1998; Silva 1998). Da mesma maneira, a importância de lógicas de complexidade doméstica urbanas, associadas a falta de recursos, na segunda metade do século xx em Portugal (Vasconcelos 2003), veio relativizar fortemente qualquer ideário bucólico e conservador sobre a ordem social.

Tendências gerais

A complexidade doméstica em Portugal nunca foi mais do que uma modalidade minoritária de organização da co-residência familiar. E fazer a história da sua evolução, pelo menos até 2011, é narrar uma queda.

Olhando para os resultados censitários de 1991, 2001 e 2011 (quadro 8.1) podemos constatar que o peso relativo das famílias complexas decresce sistematicamente – de quase 14% em 1991 (15,4% em 1960), para pouco mais de 10% em 2001, até menos de 9% em 2011.

Esta transformação representa uma variação negativa de 19,5% entre 1991 e 2011 (e de -43,5% entre 1960 e 2011), indicando uma diminuição de quase 86 000 agregados domésticos nesta situação.

Em 2011, as famílias complexas eram constituídas por 66% de agregados alargados (5,8% do total de agregados) e por 34% de agregados múltiplos (2,9% do total de agregados). Esta maior importância das situações de alargamento sobre as de multiplicidade verificava-se já em momentos censitários anteriores – em 1991 os alargados eram 72% (10% do total de agregados) e os múltiplos 28% (quase 4% do total). Globalmente, a diminuição das situações de complexidade doméstica é mais devedora da diminuição das circunstâncias de alargamento do que de multiplicidade. De facto, enquanto as primeiras apresentam uma taxa de variação negativa entre 1991 e 2011 de quase 26%, as segundas quedam-se por pouco menos de -4%.

Quadro 8.1 – Evolução das estruturas domésticas complexas em Portugal (1991-2001-2011)

Portugal	1991		2001		Δ 1991-2001	2011			
	n	%	n	%		n	%	Δ 2001-2011	Δ 1991-2011
Total de agregados domésticos	3 147 286	100,0	3 650 757	100,0	16,0	4 043 726	100,0	10,8	28,5
Agregados domésticos sem núcleo familiar	523 351	16,6	711 461	19,5	35,9	940 457	23,3	32,2	79,7
Agregados domésticos de famílias simples	2 185 252	69,5	2 560 432	70,1	17,2	2 750 065	68,0	7,4	25,8
Agregados domésticos de famílias complexas	438 683	13,9	378 864	10,4	-13,6	353 204	8,7	-6,8	-19,5
<i>Agregados alargados</i>	315 273	10,0	264 774	7,3	-16,0	234 533	5,8	-11,4	-25,6
Casal sem filhos com outros	862 32	2,7	70 124	1,9	-18,7	73 208	1,8	4,4	-15,1
Casal com filhos com outros	190 115	6,0	147 841	4,1	-22,2	111 252	2,8	-24,7	-41,5
Monoparentais com outros	38 926	1,3	46 809	1,3	20,3	50 073	1,2	7,0	28,6
Pai com filhos	5 502	0,2	6 104	0,2	10,9	6 187	0,1	1,4	12,5
Mãe com filhos	33 424	1,1	40 705	1,1	21,8	43 886	1,1	7,8	31,3
<i>Agregados múltiplos</i>	123 410	3,9	114 090	3,1	-7,6	118 671	2,9	4,0	-3,8
Com 2 núcleos	117 179	3,7	109 692	3,0	-6,4	114 488	2,8	4,4	2,3
Dois núcleos conjugais	85 167	2,7	65 996	1,8	-22,5	62 034	1,5	-6,0	-27,2
Um núcleo conjugal e um núcleo monoparental	27 349	0,9	34 451	0,9	26,0	42 872	1,1	24,3	56,6
Dois núcleos monoparentais	4 322	0,1	7 006	0,2	62,1	9 632	0,2	37,5	122,9
Outros	341	0,0	2 239	0,1	556,6	—	—	—	—
Com 3 ou mais núcleos	6 231	0,2	4 398	0,1	-29,4	4 183	0,1	-4,9	-32,9

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

Nas famílias alargadas sempre foram e são mais significativas as situações de alargamento a partir de um núcleo conjugal (com ou sem filhos, respetivamente 2,8% e 1,8% do total de agregados em 2011) e minoritárias as de alargamento a partir de um núcleo monoparental (somente 1,2% do total em 2011). É, no entanto, de notar que as primeiras situações, associadas a casais, são as que mais decresceram, apresentando taxas de variação sistematicamente negativas, enquanto as segundas, associadas à monoparentalidade, ainda que não alterando o seu peso relativo no total de agregados, apresentam sistematicamente taxas de variação positivas. De facto, entre 1991 e 2011, as situações de alargamento de agregados monoparentais com outras pessoas passaram de menos de 40 000 para mais de 50 000 agregados (com uma taxa positiva de variação de quase 29%). Nestes casos são mais significativas as circunstâncias de mo-

noparentalidade feminina do que masculina, embora ambas tenham visto o seu peso aumentar.

Em 2011, tal como em momentos censitários anteriores, os agregados complexos múltiplos eram esmagadoramente constituídos por situações de coabitação entre dois núcleos (2,8% do total de agregados), sendo as situações de co-residência entre três ou mais núcleos muito minoritários (0,1% do total). Interessantemente, nas situações de multiplicidade envolvendo núcleos monoparentais, apesar do seu peso relativo muito diminuto e constante na estrutura dos agregados domésticos em Portugal, deparamo-nos com taxas de variação sempre positivas entre 1991 e 2011.

Como verificámos anteriormente (Vasconcelos 2003), esta evolução global dos agregados domésticos complexos – diminuição relativa e absoluta dos agregados alargados (diminuição do número de casais, com ou sem filhos, a viverem com outras pessoas) e dos múltiplos (diminuição da coabitação entre dois ou mais casais), ainda que associada a um aumento das situações de complexidade que integram casos de monoparentalidade, coaduna-se com as grandes tendências de transformação da estrutura global dos agregados domésticos em Portugal entre 1991 e 2011: o aumento das pessoas sós e o aumento, no que respeita às famílias simples, dos agregados domésticos monoparentais e de casais sem filhos. De facto, apesar da diversidade e da manutenção das situações mais frequentes (mesmo que diminuindo de importância), a complexidade doméstica parece estar, ainda mais do que em momentos anteriores em que estas tendências já se verificavam, crescentemente associada ao acolhimento de núcleos familiares monoparentais e já não tanto ao acolhimento de pais idosos ou de jovens casais com impossibilidade de autonomização residencial. O que transparece, num contexto global onde a complexidade parece indiciar uma situação de carência habitacional resolvida através do recurso às redes de parentesco (Vasconcelos 2011), é a acentuada fragilidade social de muitas das situações de monoparentalidade, onde poderão não existir recursos suficientes para uma efetiva autonomização residencial e social. A complexidade configura-se, assim, como uma estratégia de apoio residencial face a impossibilidades (mormente económicas) de autonomização doméstica.

Variação regional

A questão das diferenças regionais na estrutura dos agregados doméstico tem sido tradicionalmente um ponto central das análises desenvol-

vidas. Tal tem sido também uma das problemáticas discutidas para o caso português desde o trabalho dos discípulos de Le Play até investigações mais recentes (ver Rowland 1997).

A distribuição regional da complexidade doméstica (a nível de NUTS III, ver quadro 8.2) era e é atravessada por fortes assimetrias. É claro que o panorama geral é de acentuada diminuição do seu peso relativo e absoluto. A complexidade doméstica que ainda existe tende a concentrar-se no Norte do país, particularmente no Norte litoral, além de nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, bem como um pouco no Algarve. A tendência para a irrelevância estatística da complexidade doméstica em contextos de concentração urbana (como em Lisboa e no Porto) mantém-se.

Olhando para os mapas regionais comparados, podemos observar manchas diversificadas no território nacional, bem como a sua evolução entre 1960 e 2011. De um panorama geral (ver mapa 8.1) não só de percentagens mais elevadas de complexidade, mas, acima de tudo, de concentração de níveis elevados de complexidade no Norte e Centro do país (incluindo o Grande Porto) – mais no litoral do que no interior, bem como de elevados níveis de complexidade em Lisboa e na Península de Setúbal, além de nas Regiões Autónomas e um pouco no Algarve –, passamos paulatinamente para um quadro geral de baixos níveis de complexidade doméstica.

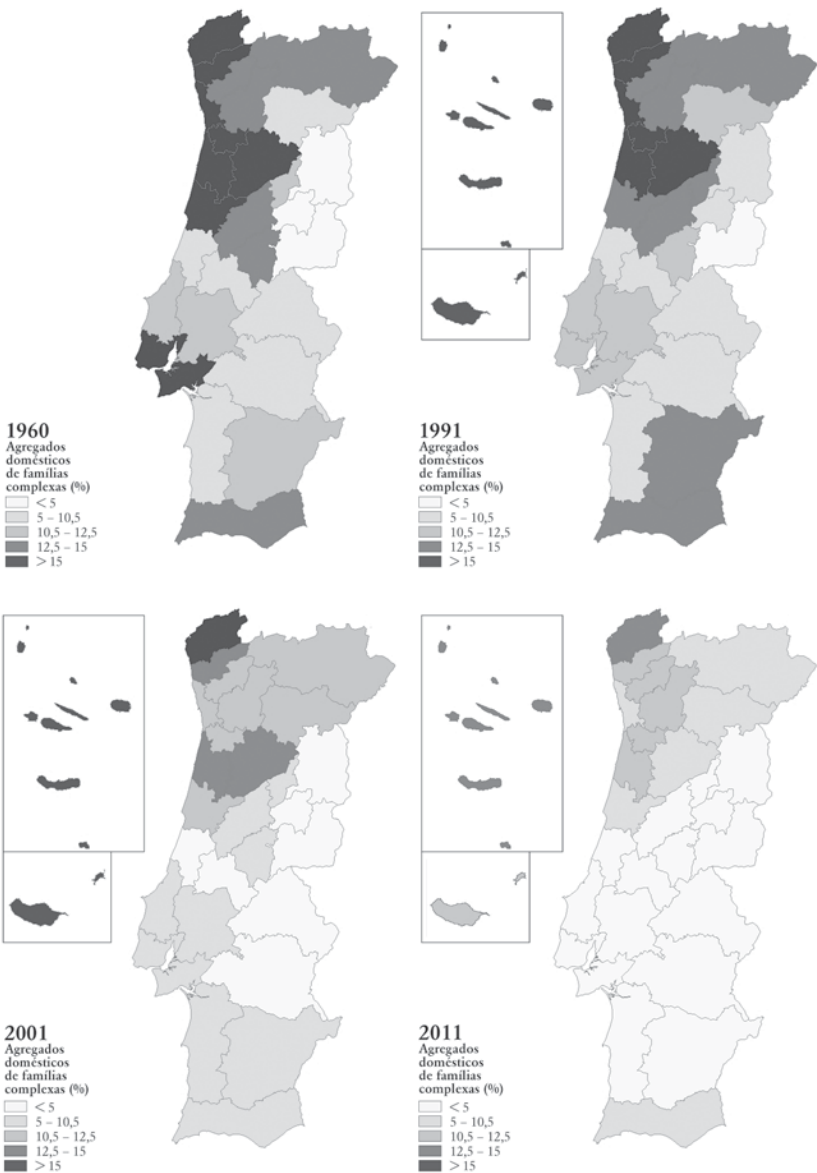
A complexidade que ainda persiste segue estas grandes linhas de diferenciação (norte/sul; interior litoral), resistindo mais fortemente nos contextos regionais onde, no passado, era mais frequente. A grande alteração estrutural, além da diminuição geral, são os elevados níveis de variação negativa para os dois principais contextos metropolitanos do país – Lisboa e Porto. As únicas regiões onde a complexidade se mantém em percentagens acima dos dois dígitos são Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga, Dão-Lafões, Açores e Madeira.

Olhando mais especificamente para a evolução diferenciada dos agregados domésticos alargados e múltiplos de 1991 a 2011 (ver mapas 8.2 e 8.3, respetivamente) para as diferentes regiões do país, verificamos que o panorama geral acima se repete.

Esta repetição, no entanto e porque estamos a falar de uma escala comparativa para diferentes momentos censitários (que necessariamente incorpora amplitudes maiores de variação), produz desenhos territoriais diferentes para cada uma das modalidades de complexidade doméstica.

No caso da distribuição por NUTS III dos agregados de famílias alargadas (mapa 8.2) o que mais se evidencia é a homogeneização territorial

Mapa 8.1 – Complexidade doméstica por NUTS III, 1960-2011



Quadro 8.2 – Percentagem de agregados domésticos complexos por NUTS III (1960–2011)

	1960			1991			2001			2011			Δ		
Censos 2011 % NUTS III *													1960 – 2011	1991 – 2001	2011 – 2011
	Compl.	Compl.	Alarg.	Múlt.	Compl.	Alarg.	Múlt.	Compl.	Alarg.	Múlt.					
Portugal **	15,4	13,9	10,0	3,9	10,4	7,3	3,1	8,7	5,8	2,9	–43,5	–37,4	–16,3		
Minho–Lima	20,4	20,9	14,0	6,9	17,2	10,8	6,4	13,7	8,6	5,0	–33,1	–34,7	–20,6		
Cávado	19,7	18,0	12,1	5,9	14,7	8,7	6,0	11,7	6,9	4,8	–40,5	–34,9	–20,3		
Ave	14,6	14,9	10,1	4,8	12,1	7,6	4,5	11,2	6,6	4,6	–23,0	–24,5	–7,0		
Grande Porto	19,1	16,6	11,3	5,3	11,0	7,7	3,3	9,4	6,1	3,4	–50,5	–43,1	–14,1		
Tâmega	13,0	13,5	9,4	4,1	11,5	7,2	4,3	10,8	6,5	4,3	–16,6	–19,7	–5,7		
Entre Douro e Vouga	18,7	17,1	10,7	6,4	11,9	7,6	4,3	10,7	6,3	4,3	–42,9	–37,6	–10,3		
Douro	10,5	12,4	10,1	2,3	10,9	7,8	3,1	9,2	6,3	2,8	–12,6	–26,0	–15,9		
Alto Trás-os-Montes	13,9	14,6	11,8	2,8	11,1	8,3	2,8	9,0	6,5	2,5	–35,0	–38,1	–18,6		
Baixo Vouga	19,3	17,9	11,8	6,1	13,7	8,8	4,9	10,8	6,8	4,0	–44,1	–39,8	–21,3		
Baixo Mondego	15,2	13,8	10,4	3,4	11,4	7,6	3,8	9,0	6,0	3,0	–40,8	–34,8	–21,0		
Pinhal Litoral	9,3	9,6	7,4	2,2	6,1	4,7	1,4	5,9	4,2	1,8	–36,1	–38,0	–2,6		
Pinhal Interior Norte	12,7	13,1	9,6	3,5	9,5	7,0	2,5	7,8	5,8	2,1	–38,3	–40,2	–17,5		
Dão-Lafões	16,3	17,9	12,5	5,4	12,9	8,9	4,0	10,0	6,7	3,3	–38,7	–44,2	–22,5		
Pinhal Interior Sul	13,7	11,5	8,4	3,1	9,7	7,4	2,3	7,1	5,4	1,7	–47,9	–37,9	–26,4		
Serra da Estrela	11,5	13,0	9,8	3,2	9,3	7,0	2,3	7,6	5,5	2,1	–33,7	–41,3	–18,0		
Beira Interior Norte	7,9	8,3	7,0	1,3	5,7	4,5	1,2	5,5	4,1	1,4	–31,0	–34,3	–4,4		
Beira Interior Sul	6,3	7,7	6,4	1,3	5,7	4,5	1,2	4,4	3,3	1,1	–29,9	–42,7	–22,5		
Cova da Beira	7,0	8,3	6,7	1,6	6,4	5,0	1,4	5,4	4,2	1,2	–23,4	–35,4	–16,2		
Oeste	11,5	11,9	8,6	3,3	9,1	6,5	2,6	7,8	5,4	2,4	–32,5	–34,8	–14,7		
Grande Lisboa	19,1	12,5	9,7	2,8	8,7	6,8	1,9	7,2	5,2	2,0	–62,1	–42,1	–16,8		
Península de Setúbal	16,2	11,8	8,9	2,9	8,8	6,7	2,1	7,3	5,3	2,0	–54,8	–38,0	–16,8		
Médio Tejo	10,2	10,5	8,0	2,5	7,5	5,7	1,8	6,4	4,7	1,7	–37,0	–38,8	–14,4		
Lezíria do Tejo	11,4	12,1	9,0	3,1	8,8	6,7	2,1	7,9	5,7	2,2	–31,1	–35,1	–10,7		
Alto Alentejo	9,1	8,5	6,9	1,6	7,0	5,2	1,8	5,8	4,2	1,7	–36,0	–31,5	–16,8		
Alentejo Central	9,7	10,0	7,4	2,6	7,3	5,4	1,9	6,0	4,2	1,8	–38,3	–40,1	–18,0		
Baixo Alentejo	11,0	12,9	9,5	3,4	9,4	6,7	2,7	7,2	5,1	2,1	–35,0	–44,6	–23,9		
Alentejo Litoral	10,2	10,3	7,9	2,4	8,6	6,2	2,4	7,4	5,1	2,3	–27,6	–28,3	–14,1		
Algarve	14,1	13,9	9,5	4,4	10,2	7,1	3,1	8,1	5,4	2,7	–42,4	–41,6	–20,4		
Açores	–	20,6	13,4	7,2	15,8	9,9	5,9	13,3	7,7	5,6	–	–35,5	–15,9		
Madeira	–	21,2	12,7	8,5	16,3	9,5	6,8	12,5	7,2	5,3	–	–41,3	–23,6		

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011 e Robert Rowland (1997) para 1960, a partir de dados conce-
lhios ***; Valores em percentagem.

* O recorte territorial das NUTS III aqui apresentadas é o de 2011.

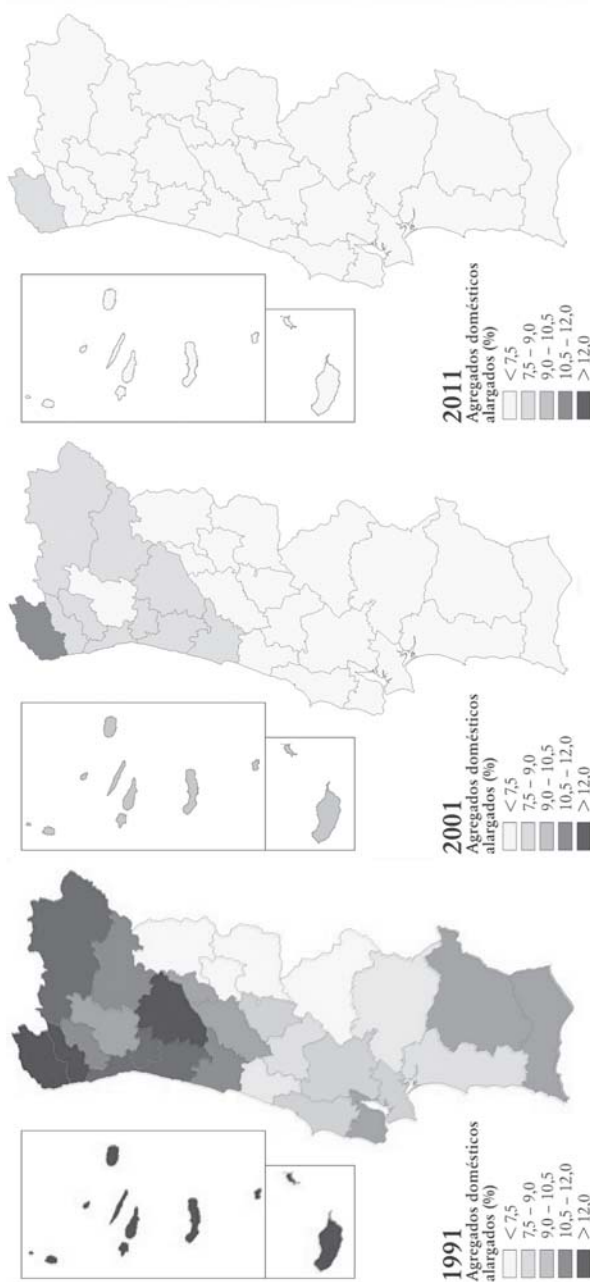
** Este valor nacional inclui sempre as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

*** Estes dados para 1960 foram calculados para as NUTS III a partir dos dados concelhios apresentados por Rowland (1997) segundo o censo de 1960. O censo de 1960 não permite decompor os agregados complexos em alargados e múltiplos.

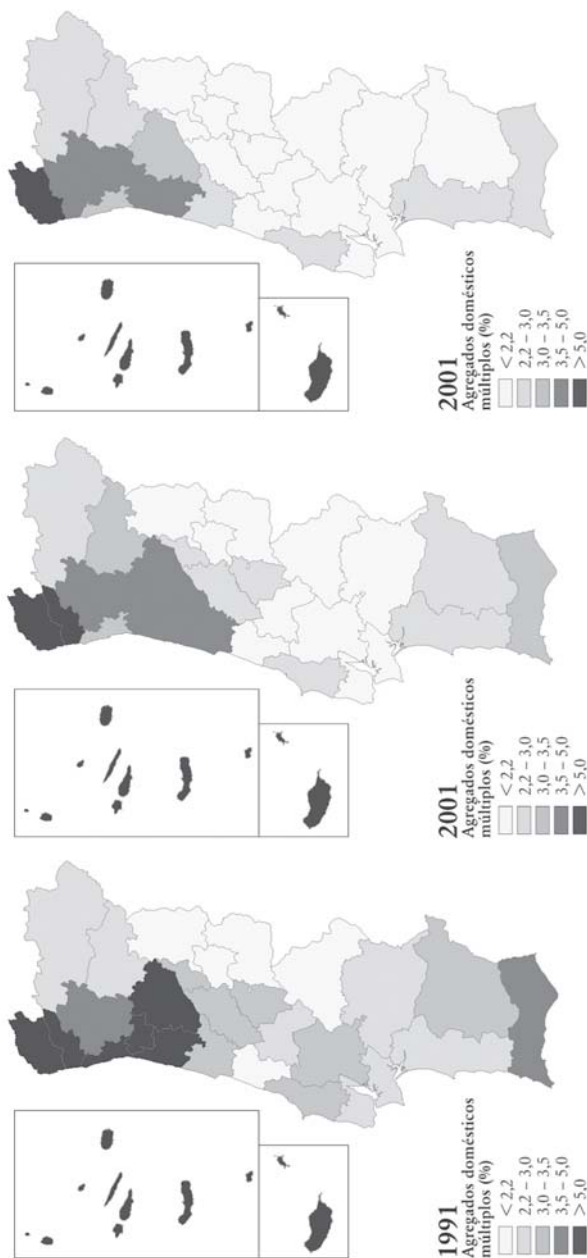
do país. As únicas regiões onde ainda persiste um nível ligeiramente mais elevado de complexidade por alargamento são o Minho-Lima e a Ma-
deira.

No referente aos agregados de famílias múltiplas, o mapa comparativo inter-regional (mapa 8.3) é mais diferenciado, embora esteja aqui presente um efeito decorrente da menor amplitude da escala comparativa entre 1991 e 2011. As grandes linhas de diferenciação, no entanto, permane-

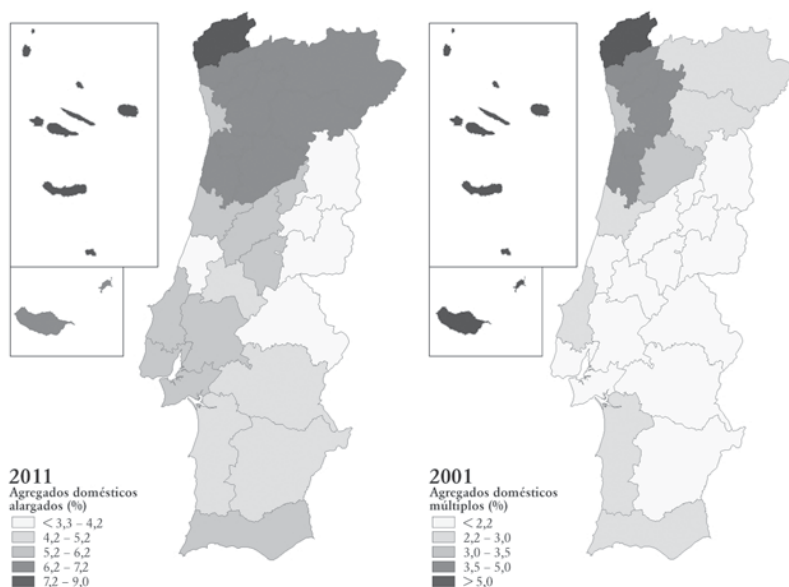
Mapa 8.2 – Agregados domésticos alargados por NUTS III, 1991-2011



Mapa 8.3 – Agregados domésticos múltiplos por NUTS III, 1991-2011



Mapa 8.4 – Agregados domésticos alargados e múltiplos por NUTS III, 2011



cem as mesmas – a multiplicidade continua mais forte no Norte e nas Regiões Autónomas e mais no litoral do que no interior.

Este acentuar da diferenciação regional por um efeito de escala está bem patente no mapa das estruturas domésticas alargadas e múltiplas só para 2011 (mapa 8.4).

Estes mapas dão-nos conta do óbvio – a maior percentagem de situações de alargamento doméstico e a sua maior disseminação pelo território nacional do que de multiplicidade doméstica. As linhas de força são as de sempre – mais vincada a complexidade no Norte e nas Regiões Autónomas do que no Sul continental, mais no litoral do que no interior.

Notas finais

Se a complexidade doméstica tem sido, até ao momento censitário de 2011, uma modalidade de co-residência cada vez menos frequente face às tendências centrais de evolução familiar e demográfica em Portugal, é de notar que, apesar de minoritários, são ainda relevantes os agregados domésticos que podem assim ser caracterizados. Estamos, afinal de contas, a falar de um pouco mais de 350 000 agregados. Estes, como vimos

e como tinha sido verificado anteriormente (Vasconcelos 2003), tendem a concentrar-se nas regiões que, no passado, eram de alguma maneira os baluartes dessa forma de organização familiar (ainda que mesmo assim minoritária face à maioria dos casos de agregados simples).

Podemos com alguma certeza pôr a hipótese de que a melhoria das condições de vida da maioria da população nas últimas décadas do século XX, bem como o fácil recurso ao crédito bancário para obtenção de habitação própria (face ao parco mercado de arrendamento em Portugal), terão potenciado a autonomização doméstica de largos contingentes da população. Tal terá sido um fenómeno geral, mas particularmente patente nas regiões de Lisboa e do Porto. Estas dinâmicas levaram a que a complexidade doméstica possa ser entendida, na maioria das situações, como algo mais característico de segmentos pouco qualificados da população e que podem apresentar marcadas carências de económicas (como no caso de muitas situações de monoparentalidade).

De facto, é sabido como a complexidade doméstica pode ser entendida como estratégia de apoio, nomeadamente familiar e de parentesco, para a habitação. Ora, as redes sociais de apoio, se podem ajudar indivíduos e famílias em situação de carência a colmatar algumas das dificuldades a que têm de fazer face, são também processos fortemente estruturados por clivagens que produzem efeitos macrossociais de reprodução da própria desigualdade de classe e de recursos (K. Wall *et al.* 2001; Vasconcelos 2002, 2005 e 2011). Face à presente crise económica, com o estabelecimento de políticas estatais de austeridade penalizadora dos rendimentos de indivíduos e famílias, resta saber se as lógicas da complexidade doméstica, com todas as contradições inerentes às modalidades de apoio familiar, não poderão vir, como no passado de pobreza nacional, a tornar-se outra vez mais comuns.

Bibliografia

- Descamps, Paul. 1935. *Le Portugal – vie sociale actuelle*. Paris: Firmin-Didot.
- Descamps, Paul. 1959. *Histoire sociale du Portugal*. Paris: Firmin-Didot.
- Hammel, Eugene A., e Peter Laslett. 1974. «Comparing household structure over time and between cultures», *Comparative Studies in Society and History*, 16: 73-110.
- Laslett, Peter. 1965. *The World We Have Lost: England Before the Industrial Age*. Nova Iorque: Methuen.
- Laslett, Peter. 1972. «Introduction». In *Household and Family in Past Time*, eds. Peter Laslett e Richard Wall. Cambridge: Cambridge University Press, 1-89.

- Laslett, Peter, e Richard Wall. eds. 1972. *Household and Family in Past Time*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Le Play, Frédéric. 2003 [1855-1881]. *Textes choisis et préface par Louis Baudin (1947)*. Chicoutimi, Québec: Collège d'enseignement général et professionnel de Chicoutimi.
- Poinsard, Léon. 1910. «Le Portugal inconnu». *Bureau de la Science Sociale*, 67-68.
- Rowland, Robert. 1997. *População, Família, Sociedade: Portugal, Séculos XIX-XX*. Oeiras: Celta Editora.
- Silva, Manuel Carlos. 1998. *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Vasconcelos, Pedro. 2002. «Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe». *Análise Social*, 163: 507-544.
- Vasconcelos, Pedro. 2003. «Famílias complexas: Tendências de evolução». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43: 83-96.
- Vasconcelos, Pedro. 2005. «Redes sociais de apoio». In *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Relações Sociais*, coord. Karin Wall. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 599-631.
- Vasconcelos, Pedro. 2011. *Capital Social, Solidariedade Familiar e Desigualdade Social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, ISCTE-IUL, dissertação de doutoramento (<http://hdl.handle.net/10071/3395>).
- Wall, Karin. 1993. «Elementos sobre a sociologia da família em Portugal». *Análise Social*, 123-124: 999-1009.
- Wall, Karin. 1994. «Peasant stem families in Northwestern Portugal: Life transitions and changing family dynamics». *Journal of Family History*, 19 (3): 237-259.
- Wall, Karin. 1998. *Famílias no Campo*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Wall, Karin, Sofia Aboim, Vanessa Cunha, e Pedro Vasconcelos. 2001. «Families and informal support networks in Portugal: the reproduction of inequality». *Journal of European Social Policy*, 11 (13): 213-233.
- Wall, Richard. ed. 1983. *Family forms in historic Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

Capítulo 9

A diversidade das famílias com descendência numerosa

Introdução

«Família numerosa» não é um conceito habitual em sociologia da família, apesar de um dos critérios centrais na análise das estruturas familiares ser a existência de relações intergeracionais, isto é, de *descendência*. A análise sociológica das estruturas familiares distingue usualmente entre as *famílias simples mononucleares* (*casais com ou sem filhos e famílias monoparentais*) e *famílias complexas* (*famílias alargadas*, em que coexistem elementos do núcleo e outros familiares, e *famílias múltiplas*, em que coexistem pelo menos dois núcleos e eventualmente outras pessoas [Aboim 2003]). No entanto, a dimensão da descendência não produz uma estrutura de família específica. Essa será a principal razão que justifica a insuficiência de produção de cariz sociológico sobre famílias com descendências numerosas.

Já do ponto de vista das políticas de família, o conceito de «família numerosa» tem uma história longa, que remonta às políticas pró-natalistas francesas do início do século xx. A baixa da natalidade representava um risco para o funcionamento do aparelho produtivo, assente na mão-de-obra intensiva, bem como das forças militares, numa época marcada pela conflitualidade entre as nações europeias. Foram então introduzidas majorações nos apoios sociais concedidos às famílias a partir do terceiro filho. Em Portugal foram também introduzidas no início dos anos 60 majorações para o segundo e o terceiro filho no abono de família (Wall 2011).

A questão das descendências numerosas pode ser estudada a partir da evolução da demografia familiar e em particular da fecundidade. Na Europa, as últimas décadas têm sido marcadas pela descida dos níveis de

fecundidade para valores historicamente baixos. Mas o contexto europeu é muito diversificado e a sua evolução recente é diferenciada. Alguns países como a França, a Bélgica, o Reino Unido ou a Suécia inverteram a tendência da baixa fecundidade e aproximam-se ou suplantam o limiar da substituição geracional ($ISF^1 > 2$ filhos por mulher).² Noutros países, como a Polónia, a Hungria, a Roménia, a Letónia, Chipre, a Alemanha ou a Suíça tem-se registado um decréscimo contínuo da fecundidade para valores muito baixos (ISF na ordem do 1,3 filhos por mulher) (Eurostat 2012). Relativamente à sociedade portuguesa, a queda da fecundidade para valores extremamente baixos, mesmo no contexto europeu, tem merecido atenção tanto da opinião pública como da comunidade científica (Almeida, André e Lalanda 2002; Cruz 2011; Cunha 2005; Oliveira 2009). No ano 2012 o ISF cifrou-se em 1,28, abaixo da média da UE 27 (2011) que se cifra nos 1,57 (INE 2013).

A descida da fecundidade que se vem observando nas sociedades europeias no decurso do último século é um processo complexo e demorado, em que o progresso técnico-científico joga um papel importante. É simultaneamente um processo irreversível, à luz das transformações socioeconómicas e dos impactos que as mesmas produzem nas expectativas e motivações individuais em relação à dimensão da família. As mudanças resultam sobretudo da transformação das ancestrais formas de organização familiar, orientadas por costumes e códigos valorativos, morais e religiosos, que encaravam a alta fecundidade com uma das garantias de preservação e perpetuação da família (Bandeira 1996; Scott, Treas e Richards 2005).

Nas sociedades contemporâneas fortemente urbanizadas, em que predomina o trabalho em situação de assalariamento, ter uma descendência numerosa tornou-se um empreendimento dispendioso, tanto em termos materiais como de tempo, o que conduz a uma reorientação para o bem-estar, educação e qualidade de vida das crianças (Bandeira 1996, 20). Assim, o controlo dos nascimentos, com a consequente descida da fecundidade, resulta de fatores económicos, no que diz respeito aos constrangimentos estruturais; mas também de fatores ideológicos e culturais,

¹ Índice Sintético de Fecundidade.

² A inversão da tendência de queda do ISF nestes países tem sido justificada por duas ordens de razões. Por um lado, pelo fenómeno de *catching up* após a decisão de adiar a parentalidade, *i. e.*, quando as mulheres dão à luz mais tarde na vida, a taxa de fecundidade total tende a diminuir numa fase inicial, recuperando posteriormente. Por outro lado, pela existência de políticas públicas pró-natalistas e de promoção da reconciliação entre a vida profissional e familiar.

no que respeito à transformação dos papéis e lugares tanto dos pais como dos filhos (Cunha 2007).

Neste contexto, a persistência de famílias com descendências numerosas torna-se num fenómeno interessante, tanto mais que elas também têm merecido o reconhecimento dos poderes públicos,³ no que diz respeito aos apoios sociais⁴ e à fiscalidade,⁵ mesmo no quadro de forte austeridade imposta pelo Programa de Assistência Financeira União Europeia/FMI.⁶

Este texto tem como objetivo fazer uma caracterização sociográfica das situações em que os agregados domésticos acolhem descendências significativamente superiores aos valores médios actuais. A análise que desenvolvemos propõe que se considerem como «famílias de descendência numerosa» todas as situações em que existem 3 ou mais filhos.⁷ Procuramos sistematizar um conjunto de dados inéditos sobre as famílias com descendência numerosa e, por outro lado, avançar elementos para uma melhor compreensão sociológica desta realidade, dentro dos limites inerentes à informação com origem em dados censitários.

³ Estas famílias constituíram a Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN) em 1999, instituição que viu reconhecida a sua utilidade pública em 2012. Para além da auto-organização e da promoção de valores familialistas tradicionais, a sua ação tem-se centrado na defesa junto dos poderes públicos da especificidade deste tipo de famílias, sobretudo em relação a matérias como os apoios sociais, a fiscalidade, a saúde e a educação. As suas reivindicações têm merecido reconhecimento.

⁴ Em termos dos apoios financeiros (especificamente o abono de família) foi introduzida uma discriminação positiva das famílias numerosas em 1973, em 1980 e de novo em 2003 (Wall 2004 e 2011).

⁵ «[...] não são aplicadas as taxas de retenção de IRS aos agregados familiares com 3 ou 4 dependentes cujo rendimento colectável seja igual ou inferior ao valor anual do salário mínimo nacional acrescido de 60% [...] em 2012 [...] 10 864 €), nem aos agregados familiares com 5 ou mais dependentes (em 2012 [...] 14 938 €) [...]. Isto significa que as famílias numerosas com baixos rendimentos estão, à partida, isentas do pagamento de IRS» (Wall, Atalaia, Leitão e Marinho 2013, 100).

⁶ «[...] um olhar atento sobre as alterações introduzidas nas deduções específicas ao longo dos últimos dois anos (OE 2012 e OE 2013) permite perceber que, apesar de haver uma lógica dominante de corte na despesa do Estado a nível do IRS, a protecção das famílias numerosas tem sido uma preocupação do governo PSD/CDS. Em termos de despesas de saúde, por exemplo, numa época em que se assiste à introdução de um tecto máximo de dedução [...] as famílias numerosas passam a poder deduzir à colecta 30% do valor do IAS por cada dependente, ou seja, 125,77 €. Saliente-se, no entanto, que esta diferenciação a favor das famílias numerosas também já acontecia no caso das despesas de educação» (Wall *et al.* 2013, 105-106).

⁷ Incluindo as famílias conjugais em primeira conjugalidade com 3 ou mais filhos; as famílias recompostas com 3 ou mais filhos comuns ou não comuns; e as famílias monoparentais de pai e de mãe com 3 ou mais filhos a cargo.

Quantas são as famílias numerosas?

As famílias com descendência numerosa globalmente consideradas representam, em 2011, 4,8% dos núcleos familiares e 7,4% dos núcleos familiares com filhos (quadro 9.1), o que corresponde a um valor absoluto de 154 249 núcleos. Comparativamente com 2001 observa-se uma redução significativa. Nesse momento censitário, as famílias de descendência numerosa correspondiam a 7,0% do total dos núcleos e a 10,1% do total dos núcleos com filhos, sendo o seu valor absoluto de 213 858 núcleos. Em números absolutos, as famílias com descendência numerosa registam uma diminuição de 27,8%.

Em relação às famílias de descendência numerosa «jovens», aquelas em que todos os filhos são menores, o seu peso relativo no total dos núcleos com filhos é de 3,2% em 2011, quando em 2001 representavam 3,9%. Embora o peso das famílias com descendências numerosas jovens diminua, essa redução é menos vincada que a redução global das famílias com descendência numerosa (em termos absolutos diminuem 20,2%). Por essa razão, a proporção das famílias com descendências numerosas jovens no total das famílias com descendência numerosa, apesar de continuar a representar menos de metade, cresce de 39,2% em 2001 para 43,4% em 2011.

Os núcleos conjugais de casais em primeira conjugalidade⁸ representam a clara maioria dos núcleos com descendências numerosas (quadro 9.1). Mas diminuem de forma assinalável entre 2001 e 2011: em termos absolutos passam de 180 608 para 111 657 (uma redução de 38,2%); em termos relativos representam, em 2011, 72,4% das situações, face a 84,5% em 2001. Os núcleos familiares reconstituídos⁹ constituem uma parcela com relevo crescente nas famílias com descendência numerosa. Em 2001 o seu número ficava-se pelos 11 997, correspondendo a 5,6% dos núcleos de descendência numerosa. Nos Censos de 2011, o seu número cifra-se em 20 455, o que representa 13,3% dos núcleos de descendência numerosa. Esta evolução é indicativa da importância crescente que é devida aos processos de recomposição¹⁰ na compreensão das mudanças na es-

⁸ Por casais em primeira conjugalidade entendem-se os casais «de direito» ou «de facto» que não resultam de reconstituição familiar e por isso não têm filhos de relação anterior.

⁹ Definição do INE: Núcleo familiar que consiste num casal «de direito» ou «de facto» com um ou mais filhos naturais ou adotados sendo pelo menos um deles filho, apenas, de um dos membros do casal.

¹⁰ O conceito sociológico de recomposição familiar é mais complexo do que o conceito estatístico de núcleo reconstituído. A existência de filhos é o critério-chave para olhar

Quadro 9.1 – Núcleos familiares com descendências numerosas por idade dos filhos. Portugal, 2001 e 2011 (valores absolutos e percentagens)

Núcleos familiares com 3 ou mais filhos	Ano			
	2001		2011	
	n	%	n	%
Com filhos de todas as idades	213 858		154 249	
n.º total de núcleos		7,0		4,8
n.º total de núcleos com filhos		10,1		7,4
Com todos os filhos com menos de 18 anos de idade	83 894		66 967	
n.º total de núcleos com filhos		3,9		3,2
n.º total de núcleos com 3 ou mais filhos		39,2		43,4
Decomposição em tipos de núcleo	213 858	100,0	154 249	100,0
Casais em primeira conjugalidade	180 608	84,5	111 657	72,4
Casais recompostos	11 997	5,6	20 455	13,3
com filhos em comum	9 687	4,5	15 974	10,4
sem filhos em comum	2 310	1,1	4 481	2,9
Monoparentais	21 253	9,9	22 137	14,4

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

fera da família. O aumento do divórcio e a maior frequência da dissolução de uniões de facto tornam mais comuns as situações de recomposição, e o nascimento de filhos das novas relações é frequentemente um passo para a consolidação das novas uniões. É dessa forma que se pode enquadrar o crescimento dos núcleos reconstituídos com descendências numerosas de 9687 em 2001 para 15 974 em 2011.

Os núcleos monoparentais com 3 ou mais filhos também são um elemento importante para a compreensão das famílias com descendência numerosa. Embora em termos absolutos apenas cresçam marginalmente, de 21 253 em 2001 para 22 137 em 2011, no quadro do decréscimo global deste tipo de famílias, o seu peso proporcional aumenta significativamente (de 9,9% em 2001 passam a representar 14,4% em 2011). Não dispondo de outros elementos, apenas podemos especular acerca das razões para esta evolução. É plausível que aqui estejam refletidas duas situações distintas. Por um lado, situações de emigração prolongada de um dos cônjuges, normalmente o pai, ficando a mãe com o cuidado dos

para as famílias recompostas. A família recomposta remete para a existência de um casal coabitante (casado ou não) que tem à sua guarda um ou mais filho(s) resultante de união anterior. No caso de apenas existirem filho(s) de uma relação anterior de um dos cônjuges, trata-se de família recomposta simples. Existindo filhos de relações anteriores de ambos os cônjuges, estamos perante uma família recomposta complexa.

filhos. Por outro lado, situações de divórcio ou de separação em que a recomposição familiar se torna complicada ou mais difícil em virtude da própria dimensão da descendência e do peso que ela assume no mercado matrimonial, sobretudo no caso das mulheres.

Em que tipo de agregados vivem?

Considerando os agregados domésticos em que vivem as famílias de descendência numerosa (quadro 9.2), observa-se que a esmagadora maioria destas famílias vivem em famílias simples, *i. e.*, sem outras pessoas no agregado doméstico (86,6% em 2011). Esta é aliás uma realidade que se reforça face a 2001 (83,4%). No caso das famílias de descendência numerosa jovem esta tendência é ainda acentuada (88,9% em 2011) e também se intensificou na última década (84,3%, em 2001). Detalhando a análise por tipo de família simples, saliente-se o peso crescente das famílias monoparentais femininas. Mesmo num contexto de redução global do número das famílias com descendência numerosa, há um crescimento no número absoluto de mães sós com pelo menos 3 filhos a cargo (de 18 799 em 2001 sobem para 20 115 em 2011), contribuindo para o reforço proporcional das formas de família simples *versus* formas complexas.

As famílias com descendência numerosa que vivem em agregados complexos estão sobretudo em coabitação com outras pessoas (as famílias alargadas são 8,8% em 2011). Entre 2001 e 2011 observa-se uma redução tanto das situações em que as famílias com descendência numerosa vivem em agregados de família alargada como em agregados de família múltipla. A co-residência com outros núcleos (família múltipla) é pouco frequente (4,7% em 2011), mas as situações de família alargada reduzem-se de forma mais vincada que as situações de família múltipla. A relativa resistência das situações de família múltipla poderá ser sintomática da persistência de situações de fragilidade social particularmente agudas, que não permitem a independência residencial e económica face a outros núcleos com os quais existem relações familiares.

Quantos filhos têm?

Começamos por analisar as famílias com descendências numerosas no total das famílias com filhos¹¹ (quadro 9.3). Em termos absolutos, as

¹¹ Este é um dos elementos usualmente evocados para legitimar a discriminação positiva destas famílias nas políticas públicas (na fiscalidade, nos apoios sociais, etc.).

Quadro 9.2 – Agregados domésticos das famílias com descendência numerosa, 2001 e 2011 (valores absolutos e percentagens)

Agregados das famílias com descendência numerosa	Filhos de todas as idades				Todos os filhos menores de 18 anos			
	2001		2011		2001		2011	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Famílias simples	179 085	83,4	133 309	86,6	70 902	84,3	59 496	88,9
Casal com filhos	157 047	73,5	111 172	72,2	65 322	78,0	52 317	78,2
Família monoparental	21 253	9,9	22 137	14,4	5 272	6,3	7 179	10,7
Pai com filhos	2 454	1,1	2 022	1,3	424	0,5	508	0,8
Mãe com filhos	18 799	8,8	20 115	13,1	4 848	5,8	6 671	10,0
Famílias complexas	35 339	16,5	20 714	13,4	13 108	15,7	7 448	11,1
alargadas	24 789	11,6	13 527	8,8	8 904	10,7	5 209	7,8
múltiplas	10 550	4,9	7 187	4,7	4 204	5,0	2 239	3,3
Total	213 639	100	154 023	100	83 702	100	66 944	100

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

descendências deste conjunto de famílias representam pouco mais de meio milhão de filhos (501 815), o que significa 15,9% do total de filhos em núcleos familiares. A evolução recente é claramente negativa: em 2001 o número de filhos era de 715 404, o que correspondia a 22,3% do total. Como seria expectável pelos dados já anteriormente adiantados, também são menos os filhos menores em núcleos de descendência numerosa (337 207 em 2011 face a 441 269 em 2001), bem como diminui o seu peso relativo face ao total de núcleos com filhos (10,7% em 2011, 13,8% em 2001).

Observando a decomposição interna do número de filhos nas famílias com descendência numerosa (quadro 9.4) conclui-se que também estas famílias têm proles tendencialmente menos extensas. Esta evolução pode ser explicada pela combinação de efeitos de ciclo de vida, com o crescimento e emancipação residencial dos filhos mais velhos, e da baixa da fecundidade, com o decréscimo do número de filhos por mulher em idade fértil (15-49 anos). Em 2001, um pouco mais de 1 em 4 destas famílias (25,2%) tinha 4 ou mais filhos, embora as descendências muito numerosas (acima de 6 filhos) fossem raras (2,8%). Ainda assim, o mais comum era a existência de 3 filhos (74,8%). Nos Censos de 2011, essa proporção sobe para 81%, sendo as situações de grande descendência já pouco mais que residuais (1,3%).

Quadro 9.3 – Peso relativo dos filhos em núcleos com descendência numerosa no total de núcleos com filhos (valores absolutos e percentagens)

	Ano			
	2001		2011	
	n	%	n	%
Total de filhos nos núcleos	3 204 655	100,0	3 160 224	100,0
Total de filhos em núcleos com 3 ou mais filhos	715 404	22,3	501 815	15,9
Total de filhos com menos de 18 anos em núcleos com 3 ou mais filhos	441 269	13,8	337 207	10,7
Média de filhos por núcleo com 3 ou mais filhos	3,33		3,25	

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Quadro 9.4 – Distribuição dos núcleos com descendência numerosa segundo o número de filhos (percentagem)

	Ano			
	2001		2011	
	n	%	n	%
Com 3 filhos	159 978	74,8	124 961	81,0
Com 4–5 filhos	47 872	22,4	27 349	17,7
Com 6 ou mais filhos	6 008	2,8	1 939	1,3
Total	213 858	100,0	154 249	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Onde vivem?

A distribuição territorial das famílias com descendência numerosa mostra-nos um país ainda com alguma heterogeneidade em termos da presença de núcleos com descendência numerosa no total dos núcleos com filhos (quadro 9.5). As famílias com descendência numerosa têm maior expressão (acima de 8%) em sub-regiões em que a fecundidade foi tradicionalmente mais elevada (como Tâmega, Cávado, Açores e Madeira) e na Grande Lisboa. Valores com alguma expressão (na ordem dos 6 a 8%) observam-se em sub-regiões contíguas à Grande Lisboa (Médio Tejo, Península de Setúbal), bem como em outras regiões com registos históricos de fecundidade elevada (Douro e Dão-Lafões). Mais surpreendentes serão os casos do Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Pinhal Interior Sul. No polo oposto, com as mais baixas proporções de famílias com descendências numerosas, encontramos algumas das unidades territoriais

mais envelhecidas do Interior Centro e Norte (Beira Interior Sul, Cova da Beira e Alto Trás-os-Montes) bem como a região de Coimbra (Baixo Mondego). Em termos globais, é relevante assinalar que a heterogeneidade está em queda. A variação em torno da média (desvio-padrão) desce para metade entre 2001 e 2011, tanto para todas as famílias com descendências numerosas jovens (de 1,7% para 0,8%) como para o total das famílias com descendência numerosa (de 4,0% para 2,1%)

Em termos da evolução entre os Censos de 2001 e 2011, é possível observar 4 perfis de mudança, sendo que estas famílias perdem expressão em praticamente todas as unidades territoriais (quadro 9.6). São as regiões de Tâmega, Cávado e Regiões Autónomas que, mesmo registando taxas elevadas em 2011, sofrem decréscimos mais significativos face a 2001, tanto para o total como para as famílias numerosas jovens. Pelo contrário, Grande Lisboa, Baixo Alentejo, Lezíria do Tejo, Península de Setúbal são regiões em que se pode falar de alguma estabilidade na proporção de famílias com descendência numerosa entre os núcleos com filhos. Nestas regiões, inclusivamente, observa-se um crescimento residual da proporção de famílias numerosas jovens. Com a queda da fecundidade, a proporção relativamente estável de famílias com descendência numerosa que se observa nestas regiões resultará essencialmente do fenómeno da recomposição familiar (e posterior descendência conjunta) que é aí mais frequente e que cresceu de forma significativa entre 2001 e 2011 (ver capítulo 6). Estas são também as regiões do país que acolhem mais imigrantes, muitos deles oriundos de países com padrões de fecundidade mais elevados, pelo que essa será uma outra hipótese explicativa, que não podemos aqui comprovar.

Qual o seu perfil?

Olhamos agora para a diferenciação interna das famílias com descendência numerosa do ponto de vista do seu nível de instrução, da sua profissão e da sua situação perante o trabalho. Uma ideia feita sobre as famílias com descendência numerosa é que estas corresponderão a duas lógicas, que resultam em dois perfis substancialmente diferentes. Por um lado, uma lógica de escolha, a que corresponderia um perfil mais qualificado e favorecido. Por outro lado, uma lógica de ausência de planeamento familiar, a que corresponderia um perfil tendencialmente desqualificado e precário.

Os dados sobre o grau de ensino do representante não nos permitem concluir pela existência de uma polarização social das famílias numerosas

Quadro 9.5 – Proporção das famílias com descendência numerosa nos núcleos com filhos por NUT III, 2001 e 2011 (percentagem)

NUTS III	Diferenças percentuais 2011–2001							
	Filhos de todas as idades		Todos < 18 anos		Filhos de todas as idades		Numerosas que são recompostas	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	6,0	4,4	3,9	3,4	–1,5	–0,6	4,5	10,4
Norte	11,4	7,1	4,1	2,8	–4,3	–1,3	2,9	8,4
Minho-Lima	11,7	6,7	3,9	2,3	–5,0	–1,6	2,3	6,2
Cávado	15,3	8,8	5,2	2,9	–6,5	–2,2	1,5	4,5
Ave	11,7	6,7	4,0	2,4	–5,0	–1,5	1,4	5,0
Grande Porto	8,5	6,3	3,2	2,8	–2,2	–0,4	3,8	9,4
Tâmega	15,5	8,9	5,6	3,2	–6,5	–2,3	1,4	4,1
Entre Douro e Vouga	10,1	6,3	3,7	2,5	–3,8	–1,1	2,1	6,3
Douro	12,7	7,2	4,3	2,7	–5,6	–1,6	3,0	6,3
Alto Trás-os-Montes	10,0	5,9	3,6	2,4	–4,0	–1,2	3,4	7,9
Centro	8,7	6,4	3,5	2,8	–2,3	–0,7	5,4	13,0
Baixo Vouga	9,5	6,8	3,9	3,0	–2,7	–0,9	4,5	10,4
Baixo Mondego	6,4	5,1	2,4	2,3	–1,4	–0,1	4,2	10,3
Pinhal Litoral	8,7	6,7	3,6	2,9	–2,0	–0,8	4,4	9,3
Pinhal Interior Norte	8,7	6,2	3,6	2,7	–2,6	–0,9	4,3	8,9
Dão-Lafões	11,5	7,3	4,4	3,0	–4,1	–1,4	2,6	6,7
Pinhal Interior Sul	10,3	7,4	3,7	2,9	–2,9	–0,8	4,4	8,2
Serra da Estrela	9,7	6,3	3,9	2,6	–3,3	–1,3	2,6	9,4
Beira Interior Norte	9,6	6,2	3,6	2,3	–3,4	–1,3	2,3	6,5
Beira Interior Sul	6,7	5,3	2,6	2,6	–1,4	0,0	5,4	12,2
Cova da Beira	7,8	5,7	2,9	2,3	–2,1	–0,6	3,3	8,3
Oeste	8,1	6,5	3,5	3,1	–1,5	–0,4	7,2	13,8
Médio Tejo	8,7	7,1	3,6	3,1	–1,6	–0,5	4,5	10,3
Lisboa	8,2	8,1	3,7	4,0	0,0	0,3	10,2	18,6
Grande Lisboa	8,4	8,5	3,8	4,2	0,2	0,4	7,7	13,7
Península de Setúbal	7,6	7,1	3,4	3,5	–0,5	0,2	9,9	18,0
Alentejo	7,6	6,8	3,3	3,4	–0,8	0,2	9,5	17,7
Alentejo Litoral	6,9	6,0	3,0	2,9	–0,9	–0,1	14,4	19,7
Alto Alentejo	8,3	7,1	3,5	3,5	–1,3	–0,1	5,7	10,5
Alentejo Central	7,5	6,6	3,1	3,2	–0,9	0,0	6,8	11,9
Baixo Alentejo	8,1	7,5	3,4	3,8	–0,5	0,4	7,6	12,0
Lezíria do Tejo	7,4	6,8	3,3	3,6	–0,5	0,3	7,8	15,7
Algarve	7,7	6,7	3,4	3,3	–1,0	–0,1	10,2	16,7
Regiões Autónomas	21,0	13,5	8,2	4,9	–7,5	–3,3	4,0	10,0
Açores	22,2	15,1	10,4	5,9	–7,2	–4,5	3,4	8,1
Madeira	19,9	12,1	8,8	4,1	–7,8	–4,7	2,9	7,0
Desvio-padrão das médias globais	4,0	2,1	1,7	0,8	2,3	1,3	3,1	4,3

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Quadro 9.6 – Variação regional e perfis de evolução das famílias com descendência numerosa por grupos de regiões NUT III, 2001 e 2011 (percentagem e diferenças percentuais)

Famílias com 3 ou mais filhos		Variação regional (2011)				
	Total	Baixa (menos de 6%)		Média (de 6% a 8%)	Alta (mais de 8%)	
NUT III	Portugal	Baixo Mondego Beira Interior Sul Cova da Beira Alto Trás-os-Montes	Alentejo Litoral Pinhal Interior Norte Beira Interior Norte Grande Porto Entre Douro e Vouga Serra da Estrela Oeste Alentejo Central Algarve Minho-Lima Ave	Médio Tejo Alto Alentejo Pen. de Setúbal Douro Dão-Lafões Pinhal Interior Sul Baixo Alentejo Pinhal Litoral Baixo Vouga Lezíria do Tejo	Grande Lisboa Cávado Tâmega Madeira Açores	
2011	Filhos todas idades	7,6%	5,5%	6,5%	7,2%	10,7%
	idades	3,4%	2,4%	2,8%	3,2%	4,1%
	Todos	9,8%	7,7%	9,0%	9,6%	16,2%
	< 18 anos	3,9%	2,9%	3,5%	3,7%	6,7%
2001	Filhos todas idades					
	idades					
	Todos					
	< 18 anos					
Perfil evolutivo (2001-2011)						
	Total	Estabilidade (com algum crescimento da proporção de famílias numerosas com todos os filhos com menos de 18 anos)	Ligeiro decréscimo (do total e das famílias com todos os filhos com menos de 18 anos)	Decréscimo acentuado (do total ou das famílias com todos os filhos com menos de 18 anos)	Decréscimo acentuado de ambas as situações	
NUT III	Portugal	Grande Lisboa Baixo Alentejo Lezíria do Tejo Pen. de Setúbal	Médio Tejo Oeste Beira Interior Sul Baixo Mondego Alto Alentejo Algarve Alentejo Central Alentejo Litoral	Dão Lafões Alto Trás-os-Montes Entre Douro e Vouga Beira Interior Norte Serra da Estrela Pinhal Interior Sul Baixo Vouga Pinhal Interior Norte Grande Porto Cova da Beira Pinhal Litoral	Madeira Açores Tâmega Cávado	
Δ 2001-2011	Filhos todas idades	-2,2%	-0,4%	-1,2%	-3,0%	-6,2%
	idades	-0,6%	0,3%	-0,1%	-1,0%	-2,6%
	Todos					
	< 18 anos					

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

(quadro 9.7). Mas dão-nos alguns elementos que permitem enquadrar a existência desse raciocínio. Há um ligeiro contraste entre os núcleos numerosos de casal com filhos, tendencialmente mais qualificados, e as mães e os pais em monoparentalidade numerosa, menos qualificados. Esse contraste é muito mais vincado em relação aos núcleos numerosos a viver em famílias complexas. No contexto do aumento global das qualificações da população seria expectável que as diferenças fossem mitigadas, mas os dados não evoluem nesse sentido. Nos núcleos numerosos que se encontram em famílias complexas continuam a observar-se níveis de instrução substancialmente mais baixos do que entre os casais simples com 3 ou mais filhos. Ainda que tal resulte do facto de se tratar de dados apenas do representante da família, o facto de o núcleo numeroso se enquadrar numa situação de família complexa é, no contexto de forte nuclearização familiar que caracteriza a sociedade portuguesa, indiciador de carência de recursos. No entanto, como já vimos anteriormente, os núcleos com descendência numerosa em famílias múltiplas são uma situação pouco frequente (menos de 1 em cada 20 casos).

Observando o grupo socioeconómico em que se insere a profissão do representante¹² (quadro 9.8), obtemos alguns elementos essenciais para uma melhor caracterização dos núcleos com descendência numerosa. Desde logo, em relação a 2011, não se pode falar de um perfil substancialmente diferente do perfil global dos núcleos com filhos. Descontando os inactivos (que no caso incluem um grande número de casais mais velhos), é de registar ainda assim uma ligeira sobrerrepresentação de empresários, de profissionais e de quadros. No entanto, o pessoal administrativo e os operários constituem as categorias largamente maioritárias

¹² As categorias do grupo socioeconómico do representante foram agregadas da seguinte forma. Empresários: empresários com profissões intelectuais, científicas e técnicas; empresários da indústria, comércio e serviço; empresários do sector primário. Pequenos empresários: pequenos patrões com profissões intelectuais e científicas; pequenos patrões com profissões técnicas intermédias; pequenos patrões da indústria; pequenos patrões do comércio e serviços; pequenos patrões do sector primário. Quadros e profissionais: profissionais intelectuais e científicos; profissionais técnicos intermédios independentes; diretores e quadros dirigentes do Estado, das médias e grandes empresas; dirigentes de pequenas empresas e organizações; quadros intelectuais e científicos; quadros técnicos intermédios; quadros administrativos intermédios. Trabalhadores independentes: trabalhadores industriais e artesanais independentes; prestadores de serviços e comerciantes independentes; trabalhadores independentes do sector primário. Profissionais administrativos e dos serviços: empregados administrativos do comércio e serviços; trabalhadores administrativos do comércio e serviços, não qualificados. Operários: operários qualificados e semiquaificados; operários não qualificados. Agricultores: assalariados do sector primário; trabalhadores não qualificados do sector primário. Excluímos o pessoal das Forças Armadas da análise.

Quadro 9.7 – Núcleos familiares com 3 filhos ou mais segundo o grau de ensino do representante e o tipo de família, 2001 e 2011 (percentagem em linha)

		Nenhum	Básico 1.º ciclo	Básico 2/3.º ciclo	Secundário	Superior	
2001	Total	Total de núcleos	6,5	53,6	20,7	9,8	9,4
	Famílias simples	Total fam. simples	4,4	53,5	21,5	10,4	10,2
		Casal c/ filhos	4,3	53,4	21,7	10,4	10,2
		Total mono.	12,6	50,8	19,1	9,0	8,5
		Pai c/ filhos	12,6	56,1	13,9	8,3	9,1
		Mãe c/ filhos	12,6	50,1	19,8	9,1	8,4
	Famílias complexas	Total fam. complexas	13,2	56,0	17,2	7,3	6,3
		Fam. alargada	9,9	54,0	19,5	8,7	7,9
		Fam. múltipla	20,7	60,4	11,9	4,3	2,7
Total	Total de núcleos	4,1	29,9	34,1	14,9	17,0	
2011	Famílias simples	Total fam. simples	2,7	27,3	35,1	15,8	19,1
		Casal c/ filhos	2,7	27,1	35,3	15,8	19,1
		Total Mono.	6,8	29,2	34,2	15,1	14,7
		Pai c/ filhos	7,1	37,0	26,4	12,5	17,0
		Mãe c/ filhos	6,7	28,5	35,0	15,3	14,5
	Famílias complexas	Total fam. complexas	9,5	45,2	27,5	9,9	7,9
		Fam. alargada	8,1	39,1	31,1	11,7	10,0
		Fam. múltipla	12,0	56,7	20,6	6,6	4,1

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Quadro 9.8 – Núcleos familiares com 3 filhos ou mais segundo o grau de ensino segundo o grupo socioeconómico do representante e o tipo de família, 2001 e 2011 (percentagem em linha)

	Núcleos familiares com filhos	Núcleos numerosos		Núcleos familiares com filhos*	Núcleos numerosos*
	2011	2001	2011	2011	2011
Empresários	2,5	1,1	3,0	3,0	3,6
Pequenos empresários	7,6	7,8	7,6	9,0	9,2
Profissionais e quadros	12,1	9,0	14,6	14,4	17,9
Trabalhadores independentes	5,2	6,4	5,0	6,1	6,1
Prof. administrativos e dos serviços	20,6	12,7	16,9	24,5	20,6
Operários	23,5	25,0	21,1	27,9	25,7
Agricultores	1,5	2,1	2,0	1,8	2,4
Outros	1,1	1,1	1,2	1,3	1,4
Inactivos	25,9	16,8	18,1	–	–
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Percentagens recalculadas excluindo os inactivos.

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

entre os representantes de núcleos com descendência numerosa, tal como aliás entre os núcleos com filhos em geral.

Conclusões

O objetivo central deste trabalho foi caracterizar as famílias com descendência numerosa em 2011, e traçar as grandes linhas de evolução deste conjunto de famílias em Portugal e na última década. Em jeito de conclusão, podemos salientar três aspetos principais em relação às famílias numerosas em Portugal e à sua evolução recente.

Em primeiro lugar, as famílias com descendência numerosa estão a diminuir a um ritmo acelerado. Mesmo com a definição de família numerosa que utilizámos, mais alargada e inclusiva ao considerar a monoparentalidade numerosa, o decréscimo entre censos é de 27,8%. O efeito do abaixamento da fecundidade torna também mais raras as famílias numerosas com todos os filhos menores de 18 anos (diminuem 20,2% relativamente a 2001).

Um segundo aspeto a destacar é que o rápido decréscimo das famílias com descendência numerosa vem tornando a sua distribuição territorial mais uniforme. Se nos Censos de 2001 ainda se conseguia observar uma diferença entre Norte/Ilhas e Sul, seguindo a clivagem tradicional, nos Censos de 2011 as diferenças são bastante mais ténues. Mantêm-se valores acima da média nas regiões de fecundidade historicamente mais elevada (Tâmega, Cávado, Açores, Madeira) mas a estes soma-se a Grande Lisboa. Mas nas regiões de fecundidade tradicionalmente elevada decrescem de forma muito vincadamente as famílias numerosas jovens, o mesmo não acontecendo na Grande Lisboa. O perfil regional evolutivo entre Censos permite aliás perceber que os contrastes regionais relativamente a este tipo de famílias já não se relacionam com os padrões seculares da fecundidade. Península de Setúbal, Lezíria do Tejo, Baixo Alentejo, para além da Grande Lisboa, são as regiões que resistem ao decréscimo proporcional generalizado das famílias com descendência numerosa. Tal não pode deixar de se relacionar com dois desenvolvimentos recentes na demografia familiar. Por um lado, com a evolução da fecundidade que atualmente se apresenta mais elevada no litoral e no Sul do país, e que desde meados da década de 2000 se tem tornado mais diferenciada entre regiões (Cruz 2011). Por outro lado, com as dinâmicas do divórcio e do recasamento, situações também mais frequentes nestas regiões do que noutras.

Um terceiro e último aspeto que importa destacar é a diversidade interna das famílias com descendência numerosa. Diversidade no que diz respeito ao tipo de agregado doméstico em que residem, diversidade em relação ao tipo de núcleo e diversidade em termos de perfil socioeconómico. Relativamente ao agregado doméstico, os núcleos com descendência numerosa residem maioritariamente em agregados domésticos de famílias simples. É uma tendência que se reforça, diminuindo, em termos absolutos e relativos, o número de núcleos familiares com descendência numerosa a co-residir em agregados domésticos complexos. Em termos da composição dos núcleos, predominam as situações de casal com filhos, tendo uma importância crescente entre estas as situações de recomposição familiar. Em termos absolutos e proporcionais, são os núcleos monoparentais com descendência numerosa que registam crescimentos mais significativos. Por fim, a diversidade das famílias com descendência numerosa também se expressa no seu perfil socioeconómico e qualificacional diversificado e que, expressando algumas *nuances*, não se afasta de forma significativa do perfil das famílias com filhos.

Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia. 2003. «Evolução das estruturas domésticas». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43: 13–30.
- Almeida, Ana Nunes de, Isabel Margarida André, e Piedade Lalanda. 2002. «Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal». *Análise Social*, 163: 371–409.
- Bandeira, Mário Leston 1996. «Teorias da população e modernidade. O caso português». *Análise Social*, 153: 7–43.
- Cruz, Fábio David. 2011. «Variabilidade ou convergência? Análise regional da fecundidade em Portugal (1980-2009)». Tese de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Cunha, Vanessa. 2005. «A fecundidade das famílias». In *Famílias em Portugal – Percursos, Interações, Redes Sociais*, org. Karin Wall. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 395–464.
- Cunha, Vanessa. 2007. *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Eurostat. 2012. «Fertility statistics», Eurostat, http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Fertility_statistics, acedido em 2014-01-30.
- INE. 2013. «Índice sintético de fecundidade», Instituto Nacional de Estatística, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001293&contexto=bd&selTab=tab2, acedido em 2014-01-30.
- Oliveira, Isabel Tiago de. 2009. «O adiamento da fecundidade em Portugal (1980-2008)». *Revista de Estudos Demográficos*, 46: 17–38.

- Scott, Jacqueline, Judith Treas, e Martin Richards. eds. 2007. *The Blackwell Companion to the Sociology of Families*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Wall, Karin. 2004. «Family change and family policies in Portugal: Recent developments». Lisboa: European Observatory on the Social Situation, Demography and the Family/ICS, http://europa.eu.int/comm/employment_social/eoss.
- Wall, Karin. 2011. «A intervenção do Estado: Políticas públicas de família» In *História da Vida Privada – Os Nossos Dias*, coord. Ana Nunes de Almeida. Lisboa: Círculo de Leitores, 340-374
- Wall, Karin, Susana Atalaia, Mafalda Leitão, e Sofia Marinho. 2013. «Observatório das famílias e das políticas de família – Relatório 2012», Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais, <http://www.observatoriofamilias.ics.ul.pt/index.php/publicacoes/relatorios/85-relatorio>.

Capítulo 10

As famílias recompostas em Portugal: dez anos de evolução (2001-2011)

Introdução

Em sociologia da família, a expressão «família recomposta» refere-se a uma família em que há, pelo menos, um filho não comum a ambos os membros do casal. Trata-se de uma forma de vida familiar precedida, em regra, pelo divórcio ou separação de um dos cônjuges. Esta definição tem em conta o espaço de circulação da criança e as pessoas que a mesma integra na sua definição de família. Por se tratar de um conceito de família lato, permite incluir tanto o agregado doméstico no qual a criança reside como aquele(s) com quem estabelece uma relação por intermitência; um fim-de-semana de quinze em quinze dias e/ou um determinado período das férias escolares (Théry 1987, 1993).

Por sua vez, o indicador estatístico disponibilizado pelos Censos (INE 2002, 2012) contabiliza os núcleos familiares com, pelo menos, um filho não comum a residir no agregado (núcleo familiar reconstituído). Isto independentemente do espaço de circulação e da idade do filho não comum. Trata-se, portanto, de um indicador que apenas permite uma análise parcial do fenómeno da recomposição familiar, na medida em que a unidade de análise são os casais recompostos (CR), em sentido restrito, e não a família recomposta no seu todo. De salientar ainda que só em 2001 o recenseamento geral à população (Censos 2001) passou a autonomizar esta informação. Até então as famílias recompostas estavam incluídas no grande chapéu dos casais com filhos, sem que fosse possível identificá-las.

Feita a ressalva, é tempo agora de apresentar a organização do capítulo. O principal objetivo é caracterizar as famílias recompostas em Portugal,

com base nos resultados definitivos dos dois últimos recenseamentos gerais à população (Censos 2001 e 2011). Na primeira parte, mapeia-se a evolução do fenómeno da recomposição familiar em Portugal ao longo da última década, procurando, sempre que possível, medir o peso dos casais recompostos nos casais com filhos. Para o efeito, analisam-se alguns indicadores-chave como a situação na conjugalidade (casal «de direito» e casal «de facto»); o número de filhos e a origem dos filhos (comuns e não comuns). Na segunda parte, caracterizam-se em termos sociodemográficos os protagonistas destas famílias, ou seja, os membros do casal. A este nível selecionaram-se como principais indicadores de análise o escalão etário da mulher, o nível de ensino da mulher e a condição perante a atividade económica do casal. Na terceira parte, apresenta-se a distribuição regional dos casais recompostos em Portugal, identificando as regiões e sub-regiões do país onde o fenómeno é mais prevalente. Por fim, tecem-se algumas considerações sobre as tendências da vida em casal recomposto encontradas.

Evolução do fenómeno da recomposição familiar em Portugal (2001-2011)

Em 2011, existiam 105 763 casais recompostos em Portugal, correspondendo a 3,9% do total de casais e a 6,6% do total de casais com filhos (quadro 10.1). Entre 2001 e 2011, o número de casais recompostos mais do que duplicou, registando uma variação positiva de 126,1%. Este aumento sugere que recompor a família após um divórcio ou uma separação se tornou uma prática comum e transversal aos diferentes meios sociais, transformando a forma como se organiza e vive a vida familiar (Wall, Cunha e Atalaia 2013). Não será por acaso que, em 2012, apesar do declínio da taxa de nupcialidade, mais de um quarto do total de casamentos (27,1%) corresponderam a recasamentos (INE 2013).

Situação na conjugalidade

Apesar do crescimento expressivo, em termos de valores absolutos, de ambas as situações na conjugalidade (casais «de direito» e casais «de facto»), o aumento dos casais «de facto» recompostos foi superior ao dos casais «de direito», 139,5% e 109,0%, respetivamente. Assim, em 2011, cerca de seis em cada dez casais recompostos viviam em união de facto (59,2%). A coabitação constitui, por isso, um dos principais traços dis-

tintivos dos casais recompostos em Portugal. Contrastando, deste modo, com o peso, ainda pouco saliente, da união de facto no conjunto dos casais portugueses (13,3% em 2011). Trata-se de uma tendência já identificada anteriormente (Ferreira 2003), reforçada aqui pela análise dos resultados dos Censos 2011.

Olhando agora para a proporção de casais recompostos no total de casais (quadro 10.1) verificamos que esta continua a ser pouco significativa (passa de 1,7%, em 2001, para 3,9%, em 2011). No entanto, se seleccionarmos como universo de análise apenas os casais com filhos denota-se um acréscimo de 3,9 pontos percentuais no período intercensitário, passando de 2,7% para 6,6%. Fatores como a diminuição, em termos absolutos, do número de casais com filhos (que passa de 1 740 522, em 2001, para 1 614 289, em 2011) e o aumento do número de casais recompostos (que passa de 46 786, em 2001, para 105 763, em 2011) parecem contribuir para esta ocorrência. Para além disso, denota-se também o aumento do peso relativo dos casais «de facto» recompostos face ao total de casais «de facto» com filhos, que passou de 22,9%, em 2001, para 30,4%, em 2011. Isto significa que quase um terço do total de casais «de facto» com filhos são casais recompostos. De recordar que os casais «de facto» com filhos representavam, em 2011, 12,7% do total de casais com filhos,¹ em linha, portanto, com a média dos casais em geral (13,3% em 2011). Por outras palavras, o aumento do peso relativo dos casais «de facto» com filhos face ao total de casais com filhos deve-se, entre outros aspetos, ao aumento, em termos de valores absolutos, do número de casais recompostos.

Número de filhos

O aumento do número de casais recompostos teve impacto também no número de filhos presente no núcleo (quadro 10.1). Não obstante o crescimento, em termos de valores absolutos, do número de filhos em todas as categorias em análise (1 filho; 2 filhos; 3 ou + filhos), os resultados dos Censos 2011 evidenciam uma mudança na sua distribuição interna. Se em 2001 predominavam os casais com 2 filhos no núcleo, representando 39,9% do total, em 2011 destacavam-se os casais com 1 filho no núcleo com 40,6%. Com efeito, no último recenseamento geral à população (Censos 2011) os casais recompostos com 1 filho no núcleo ultrapassaram, ainda que apenas ligeiramente, o peso dos casais recompostos com 2 filhos no núcleo (40,1%), que se mantiveram relativamente

¹ Ver o capítulo 6.

Quadro 10.1 – Casais recompostos em 2001 e 2011
(valores absolutos, percentagens e taxas de variação)

Indicadores	Ano				Tx. Vr. (2001-2011)
	2001		2011		
	N	%	N	%	
Casais recompostos (CR)					
«de direito»	20 652	44,1	43 162	40,8	109,0
«de facto»	26 134	55,9	62 601	59,2	139,5
Total	46 786	100,0	105 763	100,0	126,1
CR/total casais (c/ e s/ filhos)	–	1,7	–	3,9	–
CR/casais com filhos	–	2,7	–	6,6	–
CR «de facto»/casais «de facto» com filhos	–	22,9	–	30,4	–
CR segundo o número de filhos					
1 filho	16 119	34,5	42 949	40,6	166,5
2 filhos	18 670	39,9	42 359	40,1	126,9
3 ou + filhos	11 997	25,6	20 455	19,3	70,5
CR 1 filho/casais 1 filho	–	1,8	–	4,9	–
CR 2 filhos/casais 2 filhos	–	2,8	–	7,0	–
CR 3 ou + filhos/casais 3 ou + filhos	–	6,5	–	16,2	–
CR segundo o número de filhos não comuns					
1 filho não comum	32 407	69,3	77 469	73,2	139,1
2 filhos não comuns	10 853	23,2	22 177	21,0	104,3
3 ou + filhos não comuns	3 526	7,5	6 117	5,8	73,5
CR por origem dos filhos não comuns					
Só da mulher	36 767	78,6	82 534	78,0	124,5
Só do homem	7721	16,5	18295	17,3	137,0
De ambos	2 298	4,9	49 34	4,7	114,7
CR segundo o número de filhos em comum					
1 filho em comum	16 353	75,0	34 623	79,8	111,7
2 ou + filhos em comum	5 453	25,0	8 749	20,2	60,4
Total CR filhos em comum	21 806	100,0	43 372	100,0	98,9
CR filhos em comum/casais recompostos	–	46,6	–	41,0	–
CR «de direito» filhos em comum/CR «de direito»	–	56,9	–	48,7	–

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

estáveis ao longo da última década. A categoria «1 filho» no núcleo foi aquela que mais cresceu entre os dois momentos censitários, apresentando uma taxa de variação absoluta de 166,6%. Assim, se em 2001 os casais com 1 filho no núcleo representavam 34,5% do total, em 2011 representavam 40,6%, o que corresponde a uma diferença de 6,1 pontos percentuais. No caso dos casais recompostos com 3 ou mais filhos no núcleo verifica-se o inverso: não obstante o crescimento em termos de

valores absolutos (Tx. Vr. 2001-2011 de 70,5%), diminuiu a sua importância relativa, registando-se uma redução efetiva de 5,3 pontos percentuais em termos de distribuição relativa. Ainda assim, o peso das descendências numerosas (3 ou + filhos) nos casais recompostos continua a ser superior ao dobro do verificado no conjunto dos casais com filhos; 19,3% e 7,8%, respetivamente.² Por último, nota-se que o peso dos casais recompostos com 1 filho no total de casais com 1 filho aumentou (quadro 10.1), e que o mesmo se passa em relação aos casais recompostos com 2 e com 3 ou mais filhos. No entanto, é sobretudo o aumento do peso dos casais recompostos com 3 ou mais filhos, no total de casais com três ou mais filhos, que é mais notório (aumento de 9,7 pontos percentuais no período intercensitário). Em 2011, 1 em cada 6 casais com 3 ou mais filhos no núcleo era recomposto (16,2%).

Origem e número de filhos (comuns e não comuns)

A par do número de filhos, interessa também conhecer a origem dos filhos, dado que é a existência de, pelo menos, 1 filho não comum ao casal que permite identificar uma família como recomposta. A este nível, a situação mais frequente é aquela em que os filhos não comuns presentes no núcleo são apenas filhos da mulher, perfazendo 78,0% do total em 2011. Destaque-se, no entanto, o aumento em termos de distribuição relativa das situações em que os filhos não comuns ao casal são apenas do homem, acréscimo de 0,8 pontos percentuais no período intercensitário, passando de 16,5% em 2001 para 17,3% em 2011, o que representa um crescimento absoluto de 137,0%. Entre outros fatores, consideramos que este aumento se pode ficar a dever a uma tendência (ainda minoritária entre nós) a favor da guarda conjunta de residência alternada (guarda partilhada) como modo de guarda da criança após o divórcio ou a separação dos pais (Marinho 2011). Deste modo, em Portugal, são mais frequentes as famílias de padrasto (em que os filhos não comuns a residir no núcleo são apenas filhos da mulher; 78,0% em 2011) do que as famílias de madrasta (em que os filhos não comuns são apenas filhos do homem; 17,3% em 2011). As famílias mistas, ou seja, aquelas em que há filhos não comuns de ambos os cônjuges permanecem residuais (4,7% em 2011).³

² Ver o capítulo 6.

³ Para uma análise mais pormenorizada das tipologias da recomposição familiar ver, entre outros, Didier Le Gall 1996.

Em relação ao número de filhos não comuns (quadro 10.1) constata-se que, em regra, os casais recompostos vivem com apenas 1 filho não comum no núcleo. No entanto, entre 2001 e 2011, o peso relativo dos casais nesta situação passou de 69,3% para 73,2%, respetivamente. Este aumento acompanha a tendência de diminuição do número de filhos por casal presente na sociedade portuguesa.⁴ Ao contrário dos casais recompostos com 1 filho não comum, tanto os casais recompostos com 2 filhos não comuns como os casais recompostos com 3 ou mais filhos não comuns viram o seu peso relativo diminuir, passando de 23,2% e 7,5%, respetivamente, em 2001, para 21,0% e 5,8%, em 2011.

Relativamente aos filhos em comum, os resultados dos Censos 2011 evidenciam o acentuar das tendências registadas em 2001, a saber: a maioria dos casais recompostos é infecunda, ou seja, não tem filhos em comum (59,0%), e os casais fecundos (41,0%), em regra, têm apenas 1 filho em comum (79,8%). A análise dos dados sugere assim que apenas 4 em cada 10 casais recompostos têm filhos em comum e destes, aproximadamente, 8 em cada 10 têm apenas um filho. Contudo, os resultados dos Censos não permitem uma leitura do número de casais recompostos em que os membros do casal foram pais no âmbito de uma ou mais conjugalidades ou relações anteriores, de filhos não residentes no núcleo. Por esse motivo, não nos é possível apurar, com exatidão, o número de casos em que a ausência de fecundidade no âmbito da presente conjugalidade traduz uma infecundidade real por parte de um dos membros do casal. Trata-se de uma dúvida que afeta sobretudo os homens na medida em que, em regra, os filhos não comuns ao casal presentes no núcleo são apenas filhos da mulher.

Cruzando a situação na conjugalidade com a existência ou não de filhos em comum é possível afirmar que, em 2001, os dados disponíveis sobre os casais recompostos apontavam para a existência de uma associação, ainda que ténue, entre ter filhos em comum e estar legalmente casado (Leite 2004); 56,9% dos casais «de direito» recompostos eram casais que tinham, pelo menos, 1 filho em comum. Acreditava-se, por isso, que nos casais recompostos, à semelhança do que acontecia com a generalidade dos casais, a vinda de 1 filho em comum conduziria a uma maior institucionalização da relação conjugal. Os resultados do último recenseamento geral à população (Censos 2011) não nos permitem, no entanto, corroborar esta hipótese. Em 2011, apenas 48,7% dos casais «de direito» recompostos tinham filhos em comum.

⁴ Ver o capítulo 6.

Caracterização sociodemográfica das famílias recompostas (2001-2011)

Traçado o panorama de evolução da recomposição familiar em Portugal ao longo da última década, importa agora conhecer o impacto de algumas variáveis sociodemográficas na composição das famílias recompostas portuguesas, a saber: o escalão etário da mulher; o nível de ensino da mulher e a condição perante a atividade económica do casal (em sentido restrito).

O escalão etário da mulher

Uma primeira observação diz respeito à distribuição etária das mulheres a viver em contexto de recomposição familiar nos dois momentos censitários (quadro 10.2): os casais recompostos estão a envelhecer. Aumentou o peso dos casais em que a mulher tem 40 anos ou mais e diminuiu o peso dos casais mais jovens, em que a mulher tem até 39 anos. Esta constatação sugere que a entrada cada vez mais tardia da mulher na conjugalidade e, sobretudo, na parentalidade,⁵ conduz ao adiamento da entrada numa segunda união que sucede à rutura conjugal (por divórcio ou separação), aumentando, assim, a idade da mulher a viver em casal recomposto. Deste modo, embora o escalão etário dos 30–39 anos se mantenha, em 2011, o mais frequente em termos de distribuição relativa, perfazendo 37,1% do total, denota-se uma diminuição efetiva do peso deste escalão etário: menos 3,2 pontos percentuais que em 2001 (40,3%). Pelo contrário, aumenta o peso relativo dos três últimos escalões etários, ou seja, dos escalões etários dos 40–49 anos; dos 50–59 anos e dos 60 ou + anos, com 35,1%, 13,2% e 4,6%, respetivamente, perfazendo um total combinado de 52,9%, quando em 2001 não ultrapassava os 45,9%.

Esta situação deve-se tanto ao envelhecimento dos casais «de direito» recompostos como dos casais «de facto» recompostos entre os dois momentos censitários, embora os primeiros sejam, em regra, mais velhos do que os segundos. De facto, em 2011, aproximadamente 60,4% das mulheres a viver em casal «de direito» recomposto tinham 40 ou mais anos de idade, situação que atingia apenas 47,8% das mulheres a viver em casal «de facto» recomposto. Esta constatação sugere que a formalização da relação conjugal em contexto de recomposição familiar sucede a entrada na conjugalidade e, em simultâneo, que existe uma menor propensão para casar por parte dos casais recompostos, em linha, portanto, com o que os estu-

⁵ Ver o capítulo 6.

Quadro 10.2 – Casais recompostos segundo o escalão etário da mulher, o nível de ensino da mulher e a condição perante a atividade económica do casal, em 2001 e 2011 (percentagens)

Indicadores	Total		Casais recompostos			
	2001	2011	«de direito»		«de facto»	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Escalões etários						
Até 29 anos	13,8	10,0	10,9	6,4	16,1	12,6
30-39 anos	40,3	37,1	37,7	33,2	42,4	39,8
40-49 anos	31,2	35,1	32,6	36,2	30,2	34,2
50-59 anos	10,6	13,2	12,7	16,6	8,9	10,9
60 ou mais anos	4,1	4,6	6,1	7,6	2,4	2,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nível de ensino						
Sem nível de ensino	3,8	4,7	4,0	4,9	3,6	4,6
Básico 1.º ciclo	37,1	17,3	38,4	18,4	36,1	16,6
Básico 2.º ciclo	17,0	17,7	16,3	15,6	17,4	19,2
Básico 3.º ciclo	12,8	25,0	11,8	22,6	13,5	26,6
Secundário*	19,9	21,1	18,3	21,8	21,1	20,6
Ensino superior**	9,5	14,2	11,1	16,7	8,2	12,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Condição p/atividade económica						
Ambos empregados	56,8	53,0	55,2	51,7	58,0	53,9
Só 1 empregado	33,6	33,6	33,3	33,4	33,9	33,7
Ambos desemp. ou inativos	9,6	13,4	11,5	14,9	8,1	12,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(46 786)	(105 763)	(20 652)	(43 162)	(26 134)	(62 601)

* Inclui ensino pós-secundário.

**Inclui bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento.

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

dos de sociologia da família apontam ser, na atualidade, a preferência do segmento mais jovem da população.⁶

O nível de ensino da mulher

Apesar de ligeiramente mais velhas, as mulheres a viver em casal recomposto estão afinal mais escolarizadas (quadro 10.2): se em 2001 mais de metade das mulheres tinham no máximo o 2.º ciclo do ensino básico

⁶ Ver o capítulo 6.

(57,9%), em 2011 mais de metade das mulheres tinham no máximo o 3.º ciclo do ensino básico (64,7%); se em 2001 eram 37,1% as mulheres com o 1.º ciclo do ensino básico, em 2011 perfazem apenas 17,3%. Esta diminuição, em termos de distribuição relativa, do número de mulheres com o 1.º ciclo do ensino básico não repercute a sua diminuição em termos de valores absolutos. Pelo contrário, entre 2001 e 2011 registou-se até um ligeiro aumento, embora pouco significativo. Porém, dado o crescimento tanto em termos absolutos como relativos de todas as outras categorias em análise, sobretudo a partir do 3.º ciclo do ensino básico, o que se verifica é uma perda da importância relativa do 1.º ciclo do ensino básico face aos restantes níveis de ensino em análise.

Olhando agora para o nível de ensino da mulher em função da situação na conjugalidade, verificamos que a perda de importância relativa do 1.º ciclo do ensino básico é transversal tanto às mulheres casadas como às que vivem em união de facto. Em ambos os casos assiste-se a uma diminuição de cerca de 20 pontos percentuais deste nível de ensino. Paralelamente denota-se que o 3.º ciclo do ensino básico foi o nível de ensino que mais cresceu no período intercensitário, passando de 11,8% para 22,6%, no caso dos casais «de direito», e de 13,5% para 26,6%, no caso dos casais «de facto». Uma variação percentual que praticamente duplica, em termos de distribuição relativa, a importância do 3.º ciclo do ensino básico no conjunto dos casais analisados. Para além disso, denota-se também que os níveis de ensino intermédios (2.º e 3.º ciclo do ensino básico) estão mais representados nos casais «de facto» e o 1.º ciclo do ensino básico, juntamente com o ensino secundário e o superior, estão mais representados nos casais «de direito».

Assim, se em 2001 as mulheres estavam sobrerrepresentadas no 1.º ciclo do ensino básico, em 2011, não obstante haver uma distribuição relativa mais equilibrada, a maioria das mulheres situava-se no 3.º ciclo do ensino básico. Saliente-se ainda que, em 2011, as mulheres situadas nos três últimos níveis de ensino (3.º ciclo do ensino básico, ensino secundário e ensino superior) perfaziam já 60% do total.

A condição perante a atividade económica do casal

No que diz respeito à condição perante a atividade económica do casal, verifica-se que os casais recompostos, à semelhança dos casais com filhos em geral, estão mais representados na categoria «ambos empregados»; 53% em 2011 (quadro 10.2). No entanto, entre 2001 e 2011, registou-se uma diminuição do peso relativo desta categoria em detrimento

da categoria em que ambos estão desempregados ou inativos. Com efeito, no período intercensitário, registou-se um aumento de 3,8 pontos percentuais no número de casais em que ambos estão fora do mercado de trabalho por desemprego ou inatividade. Tendo em conta que, conforme já aqui foi referido, as mulheres a viver em casal recomposto estão sobrerrepresentadas nos escalões etários correspondentes aos 30-49 anos de idade (72,2%), acreditamos que a diminuição do número de casais em que ambos estão empregados (inseridos no mercado de trabalho) se deve mais a uma situação de desemprego do casal do que à sua inatividade. No que diz respeito à situação em que apenas um dos membros do casal está empregado (seja o homem ou a mulher), os números mantiveram-se estáveis entre 2001 e 2011. Contudo, os dados disponíveis para 2011 não permitem aferir qual dos dois, homem ou mulher, se encontra empregado ou desempregado/inativo (condição perante a atividade económica em sentido restrito).

Olhando agora para a distribuição da condição perante a atividade económica do casal em função da situação na conjugalidade, denota-se que, em 2011, havia ligeiramente mais casais «de facto» recompostos em que ambos os membros do casal estavam inseridos no mercado de trabalho do que casais «de direito»; 53,9% e 51,7%, respetivamente. Uma possível explicação prende-se com a distribuição etária das mulheres, dado que, conforme referimos anteriormente, nos casais «de facto» recompostos as mulheres são, em regra, mais jovens do que nos casais «de direito». O fator idade é também uma explicação válida para justificar o maior número de situações de inatividade ou desemprego de ambos os membros do casal entre os casais «de direito» recompostos, situação que, em 2011, atingia já cerca de 14,9% destes casais.

Distribuição regional das famílias recompostas em Portugal (2001-2011)

Apresentada a evolução das famílias recompostas em Portugal e conhecidas algumas das características sociodemográficas dos seus membros, é tempo de conhecer o mapa da distribuição regional do fenómeno da recomposição familiar em Portugal, destacando as regiões (NUTS II) e sub-regiões (NUTS III) do país onde o mesmo é mais prevalente.

Em termos de distribuição regional, a análise efetuada permitiu-nos verificar que, entre 2001 e 2011, a proporção de casais recompostos no total de casais com filhos (quadro 10.3), porventura o dado mais relevante aqui apresentado, aumentou em todas as regiões do país. Por outro

lado, verifica-se uma oposição evidente entre o Sul, onde o fenómeno é mais prevalente, com valores superiores a 8%, destacando-se toda a faixa litoral sul (sub-regiões da Grande Lisboa, da Península de Setúbal, do Alentejo Litoral e do Algarve), a Lezíria do Tejo e o Oeste; e o Norte, onde a maioria das sub-regiões apresenta valores abaixo dos 4%, com exceção do Grande Porto (5,9%) e do Alto Trás-os-Montes (4,1%). A recomposição familiar é assim um fenómeno mais frequente no litoral sul do país por oposição ao interior e litoral norte.

O aumento da proporção de casais recompostos no total de casais com filhos pode ser explicado pela combinação de três fatores, a saber: o aumento do número de divórcios; o aumento do número de casais recompostos e a diminuição do número de casais com filhos. Assim, por um lado, denota-se que, entre 2001 e 2011, o número de famílias recompostas cresceu sobretudo nas sub-regiões localizadas a sul, precisamente onde o divórcio e a separação são mais prevalentes (INE 2013) e, por outro, constata-se que houve uma diminuição do número de casais com filhos.⁷ Fatores como o adiamento da entrada na parentalidade por parte dos casais mais jovens, a diminuição do índice sintético de fecundidade (número de filhos por mulher em idade reprodutiva; 15-49 anos) e o envelhecimento da população parecem contribuir para a explicação deste fenómeno (Wall, Cunha e Atalaia 2013).

Outro aspeto que importa realçar prende-se com o aumento, em termos de valores absolutos, do número de casais recompostos em todas as regiões (NUTS II) e sub-regiões (NUTS III) do país. Embora o ritmo de crescimento não tenha sido o mesmo em todas elas – a taxa de variação oscila entre os 53,6% no Alentejo Litoral e os 187,4% em Entre Douro e Vouga –, parece incontestável a existência de um crescimento transversal a todo o território nacional do número de famílias recompostas ao longo dos últimos dez anos, o que evidencia bem a importância crescente deste tipo de famílias em Portugal. A este nível, a Região Norte destaca-se por ser aquela que registou uma maior variação absoluta entre 2001 e 2011; 145,6%. É certo que as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira registaram uma variação semelhante ou até mesmo superior; no entanto, o que confere especificidade e significado ao crescimento da Região Norte é a associação entre uma elevada taxa de variação e o aumento do seu peso relativo face às restantes regiões do país. Entre os dois momentos censitários, o peso relativo da Região Norte passou de 22,1% para 24%, cerca de um quarto do total nacional, constituindo assim a única região

⁷ Ver o capítulo 3.

Quadro 10.3 – Casais recompostos por NUTS III, 2001 e 2011
(valores absolutos e percentagens)

NUTS III	Número		Distribuição percentual (1)		CR/casais com filhos (2)		Diferenças percentuais 2001-2011		Tx. Vr. 2001-2011
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	(1)	(2)	
Portugal	46 786	105 763	100,0	100,0	2,7	6,6	0,0	3,9	126,1
Norte	10 338	25 395	22,1	24,0	1,5	4,1	1,9	2,6	145,6
Minho-Lima	640	1 451	1,4	1,4	1,6	3,9	0,0	2,3	126,7
Cávado	950	2 262	2,0	2,1	1,3	3,1	0,1	1,8	138,1
Ave	1 047	2 727	2,2	2,6	1,1	3,0	0,4	1,9	160,5
Grande Porto	4 797	12 005	10,3	11,4	2,1	5,9	1,1	3,8	150,3
Tâmega	1 019	2 714	2,2	2,6	1,0	2,7	0,4	1,7	166,3
Entre Douro e Vouga	659	1 894	1,4	1,8	1,3	4,0	0,4	2,7	187,4
Douro	611	1 167	1,3	1,1	1,7	3,7	-0,2	2,0	91,0
Alto Trás-os-Montes	615	1 175	1,3	1,1	1,8	4,1	-0,2	2,3	91,1
Centro	9 212	20 006	19,7	18,9	2,4	5,7	-0,8	3,3	117,2
Baixo Vouga	1 880	3 665	4,0	3,5	2,8	5,9	-0,5	3,1	94,9
Baixo Mondego	1 172	2 758	2,5	2,6	2,1	5,6	0,1	3,5	135,3
Pinhal Litoral	1 044	2 288	2,2	2,2	2,4	5,6	0,0	3,2	119,2
Pinhal Interior Norte	480	1 048	1,0	1,0	2,2	5,5	0,0	3,3	118,3
Dão-Lafões	770	1 613	1,6	1,5	1,6	3,8	-0,1	2,2	109,5
Pinhal Interior Sul	129	211	0,3	0,2	2,0	4,0	-0,1	2,0	63,6
Serra da Estrela	121	269	0,3	0,3	1,6	4,4	0,0	2,8	122,3
Beira Interior Norte	242	511	0,5	0,5	1,4	3,4	0,0	2,0	111,2
Beira Interior Sul	233	575	0,5	0,5	2,0	5,6	0,0	3,6	146,8
Cova da Beira	282	585	0,6	0,6	1,8	4,5	0,0	2,7	107,4
Oeste	1 989	4 443	4,3	4,2	3,5	8,0	-0,1	4,5	123,4
Médio Tejo	870	2 040	1,9	1,9	2,4	6,3	0,0	3,9	134,5
Lisboa	17 657	39 950	37,7	37,8	4,2	10,3	0,1	6,1	126,3
Grande Lisboa	12 356	27 636	26,4	26,1	4,1	10,0	-0,3	5,9	123,7
Península de Setúbal	5 301	12 314	11,3	11,6	4,5	10,9	0,3	6,4	132,3
Alentejo	4 327	8 441	9,2	8,0	3,5	7,7	-1,2	4,2	95,1
Alentejo Litoral	858	1 318	1,8	1,2	5,5	9,8	-0,6	4,3	53,6
Alto Alentejo	546	1 112	1,2	1,1	2,8	6,6	-0,1	3,8	103,7
Alentejo Central	843	1 665	1,8	1,6	3,0	6,8	-0,2	3,8	97,5
Baixo Alentejo	710	1 315	1,5	1,2	3,3	7,3	-0,3	4,0	85,2
Lezíria do Tejo	1 370	3 031	2,9	2,9	3,5	8,4	0,0	4,9	121,2
Algarve	3 084	6 436	6,6	6,1	5,1	10,2	-0,5	5,1	108,7
Açores	1 179	2 881	2,5	2,7	2,9	7,1	0,2	4,2	144,4
Madeira	989	2 654	2,1	2,5	2,5	6,2	0,4	3,7	168,4

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

do país a registar um aumento expressivo do seu peso relativo face às restantes regiões do país (+ 1,9 pontos percentuais).

Mas se o crescimento do fenómeno da recomposição familiar na Região Norte é digno de destaque, convém salientar que, em termos de distribuição relativa, a região de Lisboa mantém em 2011 praticamente o mesmo peso relativo apresentado em 2001: 37,8% e 37,7%, respetivamente, constituindo assim a região do país que concentra a maior parte das famílias recompostas. Numa análise por sub-regiões destaca-se, pela sua relevância face ao conjunto do tecido nacional, a região da Grande Lisboa com 26,1% do total de famílias recompostas no país. Fatores como o aumento da taxa de divórcio, a maior urbanização, a adesão crescente por parte dos jovens casais à coabitação, bem como o menor peso do fator «religião» parecem estar na origem deste desfasamento entre a Grande Lisboa e as restantes sub-regiões do país (Ferreira 2003; Leite 2004). Não será por acaso que a seguir à Grande Lisboa, as sub-regiões com maior peso relativo são a Península de Setúbal e o Grande Porto, com 11,6% e 11,4%, respetivamente, do total de famílias recompostas em 2011. Em suma, em termos de distribuição regional relativa, a Grande Lisboa (26,1%), a Península de Setúbal (11,6%) e o Grande Porto (11,4%) são as sub-regiões do país (NUTS III) que concentram o maior número de casais recompostos.

Comentários finais

O principal objetivo deste capítulo foi caraterizar as famílias recompostas em Portugal com base nos resultados definitivos dos dois últimos recenseamentos gerais à população (Censos 2001 e 2011). A análise aqui apresentada permitiu salientar o crescimento acentuado do número de casais recompostos ao longo do período intercensitário (Tx. Vr. de 126,1%), bem como o aumento do seu peso relativo no total de casais com filhos (passou de 2,7%, em 2001, para 6,6%, em 2011). Este crescimento sugere que a recomposição familiar é um fenómeno em expansão no nosso país, tornando as conjugalidades com filhos anteriores não comuns ao casal cada vez mais frequentes.

À laia de conclusão, gostaríamos de sublinhar três aspetos que consideramos fundamentais para compreender a evolução recente do fenómeno da recomposição familiar em Portugal. A este nível, procurámos destacar as caraterísticas que conferem singularidade às famílias recompostas, ou seja, que permitem distingui-las dos restantes tipos de família, em particular, dos casais com filhos.

Em primeiro lugar, destaca-se a importância da união de facto como um dos principais traços distintivos da vida em contexto de recomposição familiar, contrariando, assim, o peso ainda pouco saliente da união de facto no conjunto dos casais portugueses (13,3% em 2011). Em 2011, aproximadamente 6 em cada 10 casais recompostos viviam em união de facto (59,2%), o que representa um crescimento de 139,5% face a 2001, altura em que perfaziam 55,9% do total. Para além disso, denota-se que, em 2011, aproximadamente um terço dos casais «de facto» com filhos eram casais recompostos (30,4%).

Um segundo aspeto prende-se com o crescimento, em termos de valores absolutos, do número de filhos nos núcleos familiares reconstituídos. Os casais recompostos apresentam, em regra, descendências mais numerosas do que os casais com filhos,⁸ o que obviamente se repercute no peso relativo dos casais recompostos no total dos casais com filhos. A este nível, os resultados apresentados evidenciam que, entre 2001 e 2011, o peso dos casais recompostos nos casais com filhos mais do que duplicou em todas as categorias da variável «número de filhos», destacando-se, pela sua relevância estatística, a proporção de casais recompostos com 3 ou mais filhos no total de casais com 3 ou mais filhos; aumento de 9,7 pontos percentuais no período intercensitário. Em 2011, 1 em cada 6 casais com 3 ou mais filhos no núcleo era recomposto (16,2%).

Em terceiro lugar, importa realçar que o aumento do peso relativo dos casais recompostos nos casais com filhos ao longo da última década não se repercutiu da mesma maneira em todas as regiões (NUTS II) e sub-regiões (NUTS III) do país. À semelhança de 2001, também em 2011 as regiões de Lisboa, Alentejo, Algarve e Região Autónoma dos Açores apresentaram valores superiores à média nacional. Destacam-se aqui, pela sua relevância estatística, os 10,3% registados em Lisboa e os 10,2% registados no Algarve. Em ambas as regiões, aproximadamente 1 em cada 10 casais com filhos é recomposto.

Os três aspetos aqui mencionados vieram acentuar as tendências da vida em casal recomposto evidenciadas pela análise dos Censos 2001 (Ferreira 2003) e, em simultâneo, contribuíram para intensificar a distinção entre as famílias recompostas e as outras formas de vida familiar. Para além destas tendências principais, destacam-se ainda as seguintes linhas de continuidade: predominância dos casais em que os filhos não comuns presentes no núcleo são apenas filhos da mulher (passam de 78,6%, em

⁸ Ver o capítulo 9.

2001, para 78%, em 2011); persistência dos casais sem filhos em comum (passam de 53,4%, em 2001, para 59%, em 2011) e, nos casos em que existem filhos em comum, reforço dos casais com apenas 1 filho em comum (passam de 75% em 2001 para 79,8% em 2011). Do ponto de vista sociodemográfico, denotam-se, no entanto, algumas alterações. Entre 2001 e 2011, as mulheres envelheceram ligeiramente e ficaram mais escolarizadas, e a situação em que ambos os membros do casal estão inseridos no mercado de trabalho manteve-se a mais frequente, embora tenha crescido o número de casais em que ambos estão desempregados ou inativos. A este nível, contudo, os dados apresentados tendem a aproximar os casais recompostos dos restantes casais com filhos.⁹

Bibliografia

- Ferreira, Pedro Moura. 2003. «Tendências e modalidades da conjugalidade». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43: 67-82.
- INE. 2002. *Censos 2001: Resultados Definitivos: Portugal*. Lisboa: INE.
- INE. 2012. *Censos 2011: Resultados Definitivos: Portugal*. Lisboa: INE.
- INE. 2013. *Estatísticas Demográficas 2012*. Lisboa: INE.
- Le Gall, Didier. 1996. «Beaux-parents au quotidien et par intermittence». In *Familles et politiques sociales: dix questions sur le lien familial contemporain*, dirs. Didier Le Gall e Claude Martin. Paris: L'Harmattan, 125-149.
- Leite, Sofia. 2004. «Breve sociografia sobre as famílias reconstituídas portuguesas». *Revista de Estudos Demográficos*, 35: 53-89.
- Théry, Irène. 1987. «Remariage et familles composées: des evidences aux incertitudes». *L'Année sociologique*, 37: 119-152.
- Théry, Irène. 1993. «Introduction générale: le temps des recompositions familiales». In *Les recompositions familiales aujourd'hui*, dirs. Marie-Thérèse Meulders-Klein e Irène Théry. Paris: Nathan.
- Marinho, Sofia. 2011. *Paternidades de Hoje. Significados, Práticas e Negociações da Parentalidade na Conjugalidade e na Residência Alternada*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, com especialização em Sociologia Geral. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Wall, Karin, Vanessa Cunha, e Susana Atalaia. 2013. «Família». In *Portugal Social de A a Z. Temas em Aberto*, orgs. José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais. Paço de Arcos: Impresa Publishing/Expresso, 70-78.

⁹ Ver o capítulo 6.

